



PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA
UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
PERNAMBUCO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

OSVALDO BATISTA ACIOLY MACIEL

A *PERSEVERANÇA* DOS CAIXEIROS: O MUTUALISMO DOS TRABALHADORES
DO COMÉRCIO EM MACEIÓ (1879-1917)

Recife

2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

OSVALDO BATISTA ACIOLY MACIEL

A *PERSEVERANÇA* DOS CAIXEIROS: O MUTUALISMO DOS TRABALHADORES
DO COMÉRCIO EM MACEIÓ (1879-1917)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para a obtenção do grau de doutor em História.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Suzana Cavani Rosas

Recife

2011

Catálogo na fonte

M152p Maciel, Osvaldo Batista Acioly

A perseverança dos caixeiros : o mutualismo dos trabalhadores do comércio em Maceió (1879 – 1917) / Osvaldo Batista Acioly Maciel. – Recife: O autor, 2011.

275 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Profa. Dra. Suzana Cavani Rosas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, 2011.

Inclui bibliografia e anexos.

1. História. 2. Mutualismo. 3. Comerciantes - Caxeiros. 4. Sociedades comerciais. 5. Maceió (AL). Rosas, Suzana Cavani. I. (Orientador). . II. Título.

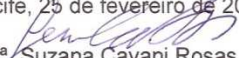
981.22 CDD (22.ed.)

UFPE (BCFCH2011-30)

ATA DA DEFESA DE TESE DO ALUNO OSVALDO BATISTA ACIOLY MACIEL

Às 9h. do dia 25 (vinte e cinco) de fevereiro de 2011 (dois mil e onze), no Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, reuniu-se a Comissão Examinadora para o julgamento da defesa de Tese para obtenção do grau de Doutor apresentada pelo aluno **Oswaldo Batista Acioly Maciel** intitulada "**A PERSEVERANÇA DOS CAIXEIROS: O MUTUALISMO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO EM MACEIÓ (1879-1917)**", em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito "**APROVADO**", em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Suzana Cavani Rosas (orientadora), Maria do Socorro Ferraz Barbosa, Marc Jay Hoffnagel, Claudio Henrique de Moraes Batalha e Marcelo Mac Cord. A validade deste grau de Doutor está condicionada à entrega da versão final da tese no prazo de até 90 (noventa) dias, a contar a partir da presente data, conforme o parágrafo 2º (segundo) do artigo 44 (quarenta e quatro) da resolução Nº 10/2008, de 17 (dezessete) de julho de 2008 (dois mil e oito). Assinam, a presente ata os professores supracitados, o Coordenador, Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho, e a Secretária da Pós-graduação em História, Sandra Regina Albuquerque, para os devidos efeitos legais.

Recife, 25 de fevereiro de 2011

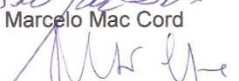

Prof.ª. Dr.ª. Suzana Cavani Rosas


Prof.ª. Dr.ª. Maria do Socorro Ferraz Barbosa


Prof. Dr. Marc Jay Hoffnagel


Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha


Prof. Dr. Marcelo Mac Cord


Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel de Carvalho


Sandra Regina Albuquerque

Para meus pais.

AGRADECIMENTOS

Quem conclui um trabalho de pesquisa em nível de pós-graduação sabe o quanto ele depende de uma coletividade de sujeitos, pesquisadores ou não, que giram em torno das agências de fomento, universidades e centros de pesquisas, para sua consecução final. O mesmo se dá do ponto de vista mais pessoal, pois do lado da família e dos amigos, por seu turno, todos participam de alguma forma, ora contribuindo diretamente, ora entendendo o que está acontecendo e torcendo para que tudo dê certo ao final.

Sei que não poderei me desobrigar de nenhuma das instituições, órgãos e pessoas aos quais me vi (e me vejo) cada vez mais em débito, porém é preciso produzir uma lista, mesmo que sucinta, para diminuir os níveis de ingratidão que me possam ser imputados. De fora desta lista, sintam-se contemplados todos os demais que, por esquecimento advindo do cansaço, são partícipes desta conquista.

Começo agradecendo à Capes e ao CNPq por terem propiciado melhores condições de dedicação à pesquisa, ao me concederem, em momentos distintos, bolsa de doutoramento que cobriu parte do período em que me ocupei com a pesquisa e a redação da tese. À UFPE que, desde 2002, com o início dos meus estudos no mestrado e com sua continuidade no doutoramento, ajudou a suprir um pouco das lacunas de minha graduação e permitiu avançar rumo a novos horizontes. Nesta instituição, travei contato com vários professores generosos, que contribuíram sobremaneira neste processo. Espero que todos se sintam citados através do nome da professora Suzana Cavani Rosas, que, com suas palavras cobertas de indicações precisas e encorajamento, reforçou a minha confiança nas atividades das pesquisas a que me propus. A *equipe de apoio* – nos nomes de Sandra e Carmem – deve ser citada aqui, pois ela realiza, nos bastidores, um trabalho duro, de extrema importância para todos nós. Aos colegas de turma e de corredores, muitos hoje meus amigos, agradeço a convivência e o debate estimulante.

Pela presença na qualificação, com valiosas sugestões para o melhoramento da tese, gostaria de agradecer aos professores Marc Hoffnagel e Socorro Ferraz. Junto a estes dois, agradeço aos demais membros participantes da banca, tanto por terem aceitado o convite,

como pela certeza de que suas leituras irão contribuir para diminuir as lacunas e problemas existentes na tese, bem como apontar possibilidades que se abrem para novos estudos.

Os colegas do GT Mundos do Trabalho da Anpuh, em nossos encontros periódicos, me trouxeram novas perspectivas de estudos, apontaram falhas e indicaram fontes e material bibliográfico, sem o qual esta tese seria bastante diferente e empobrecida. Aos colegas do Departamento de História da Uneal devo a compreensão de minha situação e muitas vezes a redução de minha carga-horária de trabalho ao longo destes últimos anos.

Os sempre precisos profissionais que trabalham nos arquivos e centros de pesquisas onde realizei o levantamento, coleta e transcrição das fontes foram importantes na identificação ou acesso a elas. Aqui gostaria de citar, no Arquivo Público de Alagoas, as figuras de Moacir Santana e do Messias (2005/6), e especialmente as de Geraldo Silva Filho e Gilderto Castelo Branco (2007/10). No Arquivo Judiciário, tanto o citado professor Geraldo como Daython ajudaram a localizar material parco, porém importante. No Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, agradeço a toda a equipe através do nome da Meire, que além de trazer as fontes com presteza, muitas vezes adivinhou o nosso humor e arranjou um jeito de melhorá-lo. No Cedem (Unesp), além da acolhida da Ana e da Sandra, é preciso citar a figura solidária e amável do Luiz Zimbarg. Por fim, no Apeje, a disponibilidade de Manoel e a paciência da Alcione (estagiária) foram mais do que oportunas logo que aquela entidade reabriu seu acervo à pesquisa.

Na identificação, coleta e transcrição de uma parte deste acervo compulsada, contribuíram diversos alunos e ex-alunos, alguns verdadeiros assistentes de pesquisa, como Lênine, Moisés, Eudes e Élide, além do Hélder (que contribuiu com a elaboração de gráficos e tabelas). A eles, mas também a todos os alunos que passaram por mim ao longo desses anos, espero que eu tenha contribuído em sua formação, tanto quanto eles têm contribuído com a minha.

Vários colegas mais próximos e amigos, ainda, devem ser mencionados, ora pelas dicas, ora por terem discutido o projeto ou versões iniciais dos textos, ora pela indicação de fontes e bibliografia: Golbery Lessa, Alberto Saldanha, Fernando Medeiros, Vaneide (de Sergipe), Juliana Alves e Bruno Câmara (estes últimos, de Pernambuco). Aqui, agradeço também ao Sidney Wanderley pela revisão gramatical da tese.

Por fim, aos meus amigos mais próximos e familiares, por terem compreendido e apoiado mais esta pesquisa, que vem sempre a par com períodos de ausência e reclusão, muitas vezes em momentos em que o filho, o namorado/marido, o irmão ou o amigo eventualmente tenha feito falta.

RESUMO

Esta tese possui como objeto central a experiência mutualista dos caixeiros de Maceió no período compreendido entre 1879 e 1917. Investigamos a formação de associações, os embates e a solidariedade construídos pelos empregados do comércio que se organizaram na *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió* [cuja existência excede o período de nosso estudo (1879-195...?)] e na *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió* (1882-1884). Para tanto, realizamos inicialmente uma caracterização mais geral do mutualismo dos trabalhadores em Maceió no período enfocado. Em seguida, apresentamos a trajetória das duas entidades de mútuo-socorro dos caixeiros, destacando os conflitos iniciais existentes entre ambas, e o modo como posteriormente a *Sociedade Perseverança e Auxílio* ampliam seu leque de serviços e atuação para além do âmbito da categoria dos trabalhadores do comércio. Além de apresentarmos a composição das diretorias destas entidades e aspectos das relações clientelares estabelecidas com grupos oligárquicos da província/estado de Alagoas, destacamos ainda a experiência educacional delas, relacionando esta experiência às formulações ideológicas propugnadas pelas suas lideranças e à cultura literária do período. Por fim, analisamos as campanhas de fechamento de portas e regulamentação da jornada de trabalho no setor comerciário, levadas adiante pela Perseverança e Auxílio, particularmente os embates de 1905 e de 1911-1913.

PALAVRAS-CHAVE: Mutualismo – caixeiros – Maceió (AL)

ABSTRACT

This present work has as main object the mutualistic experience of the commerce workers from Maceió in the period understood here between 1879-1917. We investigated the formation of associations, the clashes and the solidarity built by the commerce employees who organized themselves into the *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió* [whose existence exceeds the period of this study (1879-195...?)] and in the *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió* (1882-1884). For this purpose we performed an initial characterization of mutualism in the period mentioned. Then we presented the trajectory of two clerk mutual assistance, focusing the initial existing conflicts between them and the way the *Perseverance and Aid Society* extended its range of services and activities beyond the scope of the category of commerce workers. As well as presenting the composition of the board and aspects of clientelist relations established with oligarchic groups of the province/estate of Alagoas we also emphasized their educational experience associating it to the ideological formulations advocated by their leadership and to the literary culture of this period. Finally, we analyzed the *fechamento de portas* campaigns and the regulation of working hours in the commercial sector carried by *Perseverança e Auxílio*, specially the clashes of 1905 and of 1911-1913

KEY WORDS: Mutualism – clerks – Maceió (AL)

LISTA DE SIGLAS

Ajal – Arquivo Judiciário de Alagoas

Anpuh – Associação Nacional de História

Apa – Arquivo Público de Alagoas

Apeje – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Cedem – Centro de Documentação e Memória

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

IHGA – Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

Ufal – Universidade Federal de Alagoas

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

Uneal – Universidade Estadual de Alagoas

Unesp – Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DO MUTUALISMO EM MACEIÓ: SOCIEDADES DE TRABALHADORES E EXPERIÊNCIA/IDENTIFICAÇÃO CLASSISTA.....	27
1.1- Definindo as mutuais, explicitando a abordagem.....	27
1.2- O processo de organização e formalização das entidades – entre o clientelismo e o vínculo identitário profissional.....	36
1.3- Tipos de sócios – critérios para associação, ingresso de novos sócios e permanência nos quadros.....	41
1.4- Socorros e auxílios.....	50
1.5- As diretorias das mutuais.....	56
CAPÍTULO 2 – MUTUALISMO CAIXEIRAL EM MACEIÓ.....	60
2.1- Nas origens, uma disputa – a <i>Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió</i>	60
2.2- A questão de fundo – o argumento da identidade caixeiral.....	71
2.3- Das disputas, a vencedora: a <i>Sociedade Perseverança e Auxílio dos caixeiros de Maceió</i>	76
2.4- Começando uma nova fase.....	83
2.5- A construção da sede definitiva – uma alegoria da trajetória da <i>Perseverança</i>	90
2.6 – As diretorias da <i>Perseverança</i> – limites da democracia num mundo oligárquico.....	93
CAPÍTULO 3 – A FORMULAÇÃO IDEOLÓGICA DO MUTUALISMO CAIXEIRAL.....	102

3.1 – Revolucionários do progresso, arautos da civilização.....	103
3.2- Ideologia da ascensão social.....	107
3.3- Guido Duarte – positivismo e evolucionismo numa liderança caixeiral.....	110
3.4- Os caixeiros e os movimentos sociais: abolicionismo e republicanism.....	122
3.5- A caixeiragem no movimento das ideias: o florianismo.....	134
CAPÍTULO 4 – ILUSTRAÇÃO, INSTRUÇÃO E CULTURA LETRADA NO MUTUALISMO CAIXEIRAL.....	155
4.1 – Caixeiros, trabalhadores e o acesso a educação formal.....	155
4.2- A Sociedade Instrução e Amparo e a oferta de aulas noturnas.....	174
4.3- A Perseverança e Auxílio e as aulas noturnas.....	187
4.4- A criação da Academia de Ciências Comerciais.....	189
4.5- O mutualismo impresso dos caixeiros.....	195
4.6- As bibliotecas – salões de sociabilidade letrada.....	199
CAPÍTULO 5 – CAMPANHAS CAIXEIRAS PELO FECHAMENTO DE PORTAS EM MACEIÓ – EMBATES E LIMITES DA LUTA DE CLASSES DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO.....	206
5.1- A jornada de trabalho no comércio.....	207
5.2- Uma longa demanda com tonalidade legalista.....	211
5.3- Reivindicações caixeiras no início da República.....	215
5.4- A conjuntura de 1905.....	216
5.5- Os argumentos contrários à regulamentação.....	217
5.6- As campanhas de 1911/1913.....	225
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	235
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	241
ANEXOS	263

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa historia o mutualismo caixeiral em Maceió desde suas origens, em 1879, até 1917, ano de uma inflexão importante nos seus rumos. No estudo, não só apresentamos seu desenvolvimento, mas também o contexto mais amplo do mutualismo local, os embates entre as duas sociedades mutualistas organizadas pelos caixeiros, os constructos ideológicos que elaboram, bem como os projetos de educação formal e de cultura letrada que efetivam. Por fim, chegamos às lutas pela redução da jornada de trabalho, encetada por uma destas sociedades. Antes de nos debruçarmos diretamente sobre os resultados da pesquisa, exploramos duas questões que julgamos importantes: os pressupostos teóricos a partir dos quais partimos, bem como uma breve apresentação e reflexão metodológica relativa às fontes com as quais trabalhamos.

Em resposta à crise vivida pela história do trabalho nos anos 1980, novos referenciais teóricos e abordagens ampliaram o campo de pesquisas na área, produzindo revisões significativas em torno de temas já clássicos, chamando a atenção para aspectos até então negligenciados em pesquisas anteriores e abrindo-se a fronteira do mundo do trabalho para temáticas conexas. Se por um lado este esforço coletivo de empreendimento tem levado a um aumento substancial de pesquisas na área, tem também tocado nos limites discerníveis e prudentiais de uma história social do trabalho, esgarçando-se o tema a tal ponto que se pode perdê-lo de vista.¹

Nesta pesquisa enfrentamos um destes limites a partir de uma abordagem que dialoga e reconhece a importância tanto de alguns avanços sobre a área, como de princípios teóricos mais consagrados que, em parte, vêm sendo criticados pelas novas perspectivas abertas na área. O limite, como já se percebe, é o do mutualismo, limite este que fica mais claro à medida que se trata especificamente do mutualismo caixeiral. Isto porque os caixeiros (ou trabalhadores/empregados do comércio, ou mesmo comerciários) têm sido encarados de maneira ambígua, ora como compondo o conjunto mais amplo da classe trabalhadora, ora

¹ Cf. Apresentação. In: BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira e FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe** – identidade e diversidades na formação do operariado. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004 (pp. 11/22), p. 13; BATALHA, Claudio. Os desafios atuais da História do Trabalho. In: **Anos 90**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, vol. 13, pp. 87/104, jan./dez. de 2006.

como categoria externa a ela, porquanto estariam deste ou do outro lado da “área cinza” ou da “collar line”, linha demarcatória que distinguiria empregados e operários.²

Entre a caracterização de nova classe média baixa,³ empregados, trabalhadores, proletários, camadas médias urbanas,⁴ vimos sua posição conceitual modificar-se. Karl Marx, ao longo dos três volumes de *O Capital*, por exemplo, analisa os trabalhadores do setor comercial quando discute o papel do capital comercial e da circulação de mercadorias. Apesar de não ser uma análise conclusiva – posto que demandaria estudos mais aprofundados de diversos aspectos relativos ao processo de circulação –, ele afirma que estes trabalhadores produzem mais-valia indiretamente na medida em que ajudam a reduzir os gastos para a realização da mais-valia na esfera da circulação. Levando-se em conta, ainda, que os *dois fenômenos peculiares* do processo de trabalho sob o comando do capitalista são encontrados no trabalho dos comerciários (visto que ele não só trabalha sob o “controle” daquele, como também o resultado final de seu trabalho não lhe pertence, mas sim é propriedade de seu patrão), os comerciários se configurariam como parte do conjunto mais amplo da classe operária.⁵

Em estudos mais empíricos realizados por historiadores que se dedicam ao mundo do trabalho no Brasil, a posição definida para os caixeiros ou comerciários ainda é tema de debate. Beatriz Loner exclui os comerciários de seu estudo,⁶ porém, pela importância que a tradição mutualista possui para a organização do operariado, termina trabalhando com as mutuais de caixeiros ao longo de seu livro. Já Fabiane Popinigis, por sua vez, após realizar uma instrutiva discussão teórica sobre o tema, recorrendo a Jürgen Kocka e David Parker,

² POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911). Campinas, SP: Edunicamp, 2007.

³ HOBBSBAWM, Eric. **A era dos impérios** (1875-1914). 11ª ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo/ Revisão técnica de Maria Celia Paoli – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007, pp. 177; 184; 242/3; 253/4.

⁴ Cf. SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República brasileira** (1889-1930). Petrópolis, RJ: Vozes, 1975, p. 26.

⁵ MARX, Karl. **El capital**. Tomo I, Livro primeiro. Trad. de Wenceslao Roces. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1975, pp. 177/241; IBIDEM, Tomo II, pp. 116/7; IBIDEM, Tomo III, pp. 267/94. Ridenti, embora sua obra seja mais um comentário em torno de diversas posições teóricas sobre o conceito de classe, reforça esta interpretação em determinados momentos. Cf. RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, pp. 67/79.

⁶ LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas, RS: Ed. UFPel/Unitrabalho, 2001, p. 65.

bem como à análise que Daniel Besaid realiza de Karl Marx, define os caixeiros como parte do proletariado urbano.⁷

Os debates em torno da condição dos trabalhadores do comércio foram aqui lembrados menos para definir um posicionamento conclusivo diante do debate e mais para reforçar o quanto o tema de nossa pesquisa implica, para a história social do trabalho, a definição de seus limites. Obviamente, não estamos com isso querendo delimitar as fronteiras estanques da área, mas chamar a atenção para questões relativas ao recorte e abordagens pertinentes para esta vertente da historiografia brasileira.

Afora todas as vicissitudes em relação à localização desta categoria como pertencente ou não à classe trabalhadora, teríamos que o mutualismo em si já é objeto de controversa discussão na área. Se para alguns ele seria um fenômeno que deve ser encarado como parte da história operária, para outros este tipo de abordagem dificultaria uma melhor compreensão destas formas de associação na medida em que as sociedades de socorros-mútuos comportariam uma amplitude de experiências muito maior que o referencial classista.⁸

A proposta inicial desta pesquisa pretendia abranger todas as formas de organização empreendida pelos trabalhadores em Maceió no período compreendido entre 1869 (ano em que encontramos a mais remota mutual de operários da capital maceioense) e 1920/2, período emblemático menos pelo surgimento do Partido Comunista em nível nacional, que pela união ocorrida entre dois grupos oligárquicos tradicionais contra o movimento operário alagoano.⁹ Assim, ele abrangeria inicialmente também as formas de organização operária mais claramente sindicais. Em função da amplitude do projeto, bem como da dificuldade de encontrar documentação que permitisse tal pesquisa, reorientamos o trabalho para ser um estudo de caso sobre o mutualismo caixeiral. Muito embora o tema mais geral tenha sido abandonado, havia uma hipótese de trabalho que continuou a nortear a pesquisa.¹⁰ Esta hipótese não pôde ser totalmente verificada pelo abandono do projeto maior, porém

⁷ POPINIGIS, Fabiane. Op. cit., pp. 46/61; 98.

⁸ Maiores detalhes desta discussão historiográfica serão trabalhados no primeiro capítulo. Remetemos, de antemão, os leitores ao dossiê: Os trabalhadores e o mutualismo. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 2, nº 4, 2010 disponível através do endereço eletrônico: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>.

⁹ Cf. ALMEIDA (de), Luiz Sávio. Raízes do comunismo em Alagoas (I). In: **Crônicas alagoanas**, vol. II: notas sobre poder, operários e comunistas. Maceió: Edufal, 2006 (pp. 119/47), p. 128.

¹⁰ Aqui, como apontado pela banca na defesa, percebe-se em alguns momentos uma duplicidade na abordagem do objeto, ora mais geral ora mais específica ao mutualismo caixeiral que não pode ser resolvido a contento para a versão final da tese.

terminou servindo como linha condutora geral para o estudo do mutualismo caixeiral aqui realizado. Mesmo partindo de uma hipótese que necessita ser mais bem aprofundada, poderíamos pensar nas seguintes questões norteadoras de nosso estudo.¹¹

Os caixeiros fazem parte do conjunto da classe trabalhadora brasileira e, como todas as categorias que compõem o mundo do trabalho, participam diretamente dos conflitos e lutas de classes que se estabelecem em nossa sociedade no período estudado. O mutualismo é parte importante da tradição organizativa desta classe operária e compõe uma tradição associativa que contribui positivamente na construção de uma identidade *de ofício*, *de categoria* ou mesmo *de classe* para os trabalhadores que possuem alguma colocação no mercado de trabalho.

Como não é fenômeno unívoco, e sim complexo, existem associações de mútuo-auxílio que são mais previdenciárias e abertas a diversos setores da população, e outras que são de características mais fechadas, em torno de etnias, profissões e ofícios. Nestes casos em que o caráter de fechamento se dá por ocupação, categoria profissional ou ofício, parecem-nos que devem ser legitimamente inseridas no conjunto das formas de organização operária que, sem ser linear – porém compondo um sentido histórico de acordo com a *evolução* geral da sociedade e aprofundamento do capitalismo no Brasil –, vão contribuir para o forjar de uma tradição que desembocará nas sociedades de resistência de natureza eminentemente classista, ou seja, no sindicalismo moderno.

O mutualismo caixeiral em Maceió (ou seja, as *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió* e *Sociedade Perseverança e Auxílio*¹² dos Caixeiros de Maceió) reflete, de maneira articulada, porém complexa, a forma como as mutuais em geral reagem e se adaptam às conjunturas e inflexões da sociedade alagoana e brasileira no que se refere às questões públicas, políticas e sociais, que dizem respeito à luta de classes ou à configuração dos conflitos entre o que era chamado de “classes conservadoras”, ou seja, os capitalistas, latifundiários, e burgueses; os “filhos do trabalho”, operários, artífices especializados, trabalhadores assalariados urbanos; e a “canalha”, as classes ou grupos subalternos, excluídos de toda sorte etc. Luta de classes e conflitos que eram, sempre, mediados pelo

¹¹ Um esboço ensaístico desta hipótese, revelando o processo multifacetado e dialético descrito a seguir, encontra-se em texto inédito de nossa autoria. MACIEL, Osvaldo. **Para o estudo das origens da organização dos trabalhadores em Alagoas** (digitado, inédito).

¹² Optamos por atualizar a grafia das palavras. Isto só não ocorre no que se refere ao título de obras impressas citadas.

Estado (aqui representado pelas políticas efetivadas pelo Império e presidências de província ou, posteriormente, pelo Poder Executivo federal e estadual).

Mesmo que de forma esquemática – o que pode infelizmente sugerir uma visão etapista deste processo que efetivamente não corresponde à realidade nem a nossa intenção – poderíamos indicar que existem três grandes momentos desta dialética de interação entre o mutualismo e a configuração da luta de classes em nível regional, momentos estes que não se efetivam em um padrão uníssono, porém que refletem em que nível está o “cabo de guerra dialético” das lutas pela hegemonia na região, e mais particularmente em Maceió: num primeiro momento, correspondendo a um período inicial de nosso estudo (1869-1895/7), teríamos o mutualismo como principal, senão única, forma de organização dos trabalhadores (mas não apenas deles, como veremos no primeiro capítulo), forma que contava com uma simpatia generalizada por parte das elites e dos poderosos locais, quando era preciso *civilizar* a mão de obra nacional, e em que os trabalhadores – ora por falta de clareza sobre o assunto, ora pela modicidade de seus recursos – que se associavam não eram em número avultado. Em seguida, passaríamos a um segundo período (*grosso modo*, entre 1895/7 e 1911/2), quando as mutuais de trabalhadores conviveram de maneira mais incisiva tanto com mutuais abertas que se estabelecem com força em Maceió e ganham uma significativa fatia do *mercado previdenciário* local (*Sociedade Gladiantes*, *Sociedade Luzeiro da Caridade etc.*) como com o surgimento das primeiras formas organizativas dos trabalhadores de características classistas mais explícitas. Nesse momento, em que pese haver críticas eventuais às formas de encaminhamento que as mutuais vêm realizando, parece-nos existirem mais pontos de congraçamento e afinidades do que propriamente fricção entre as formas organizativas dos trabalhadores. Por fim, numa terceira e última fase (pós-1911) para o que abrange o período de nosso estudo, temos o fim da hegemonia mutualista como principal forma de organização dos trabalhadores, o questionamento de seus princípios e práticas por parte dos sindicatos e da *Federação Operária Alagoana*, e a opção de aliança por cima pelas lideranças das principais mutuais de artistas e trabalhadores, inibindo a crítica operária ao duro período de guerra de 1914/1918 e levando à existência residual/inócua destas mutuais a partir de então.

O mutualismo caixeiral aqui estudado reflete com clareza este desenvolvimento, tanto que por vezes nos indagamos até que ponto essa periodização não é fruto menos do fenômeno mais genérico, e sim uma indução realizada a partir do caso caixeiral, para um nível de análise mais amplo. De todo modo, foi com base nesta hipótese que pesquisamos a

Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió (1879-195...?) e a *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió (1882-1884)*. É isto, também, que explica porque delimitamos como marco 1917, apesar de a vida da primeira dessas sociedades se arrastar pelo menos até meados do século, registrando-se ainda uma aproximação ao integralismo nos anos 1930.

Em relação às fontes utilizadas, Cláudia Viscardi indica três situações enfrentadas pelos historiadores do mutualismo no Brasil: A) encontra-se um acervo completo de fontes para um estudo de caso, permitindo uma análise verticalizada; B) ausência de conjuntos documentais completos, passando-se a buscar informações fragmentadas na imprensa e em outras fontes subsidiárias; C) conjugação das duas alternativas acima, com determinadas tipologias documentais que sobrevivem por completo, utilizadas em associação às fontes esparsas.¹³ O caso que enfrentamos para o estudo do mutualismo em Maceió parece ser o segundo e, em boa medida, nossa pesquisa se utiliza da busca de fontes as mais diversas para entendermos o mutualismo caixeiral.

Dos estudos sobre o tema, colhemos exemplos que serviram de pistas a fim de buscarmos fontes para o caso local. Estes estudos têm indicado um acervo relativamente amplo de tipologias documentais para o mutualismo. Dentre os conjuntos dessas fontes poderíamos citar os relatórios/falas/mensagens dos presidentes de província/governadores de estado, nos itens sobre filantropia, socorros públicos ou sociedades pias, bem como atos legais do governo provincial/estadual. Muito embora não tenhamos tido muita felicidade, como se verá ao longo das páginas que seguem, este material foi importante tanto para explicitar as subvenções que o governo concedia às mutuais, como para colocar a hipótese de desdobramento final de nosso estudo. Temos também os almanaques administrativos, com suas repetitivas listas de entidades e diretorias para cada ano civil, que possibilitaram, junto com outras listagens, não só reconstituir algumas diretorias de sociedades para períodos relativamente longos – com as quais rastreamos os níveis de representatividade e de democracia interna a tais sociedades –, como indicar períodos de existências de diversas dessas sociedades, ampliando o espectro de informações sobre o mutualismo em Maceió.

Além desse material, temos os estatutos, relatórios, livros de atas de reuniões, correspondência ativa e passiva; ofícios expedidos e recebidos, particularmente do governo

¹³ VISCARDI, Cláudia. O estudo do mutualismo. Algumas considerações historiográficas e metodológicas. In: Os trabalhadores e o mutualismo (Dossiê). **Revista Mundos do Trabalho**. vol. 2, nº 4, 2010, (pp. 23/39). (disponível no endereço: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>).

provincial;¹⁴ havia ainda os “livros sociais”, ou seja, livros de matrículas de sócios, de entrada de joias e mensalidades dos sócios (prestação de contas), de atas, de documentos oficiais expedidos, livros de beneficência (onde se indicam os auxílios prestados) etc.

Para o caso das duas mutuais aqui focadas, como não encontramos nenhum estatuto publicado, recorreremos aos livros de provisões, com os autógrafos originais dos estatutos das entidades. Muito embora esse material possua uma série de limitações, inclusive porque segue a letra fria da regulamentação, a partir de sua análise perscrutamos uma série de informações e detalhes da vida associativa destas entidades que muitas vezes ajudam a compor um quadro mais multifacetado e vivo do que, a princípio, se supõe ser possível com este material.¹⁵

De todo esse material listado logo acima, parece-nos que o caso dos relatórios anuais das entidades e as atas constituem a maior lacuna. Esse material permitiria um acesso mais direto a um conjunto de informações ricas sobre diversos aspectos das referidas sociedades. A sua não preservação é um problema enfrentado também para outras unidades federadas, como é o caso do Rio de Janeiro.¹⁶

¹⁴ Na documentação relativa a instituições pias existentes no acervo do Apa foram compulsadas as seguintes caixas: Instituições Pias – minutas (1887/1900) M[aço] 87, E[stante] 05; Instituições Pias – Ofícios recebidos (1901/5) M82, E05; Instituições Pias – Ofícios recebidos (1910/24) M84, E05; Instituições Pias – Ofícios recebidos (1930) M86, E05. Nesta documentação, encontramos correspondências administrativas, solicitação de informações, pedidos de auxílio em geral de diversas entidades, como os asilos de mendicidade, de Santa Leopoldina e das Órfãs Desvalidas de Nossa Senhora do Bom Conselho; Orfanato São José; Sociedade Amor e Caridade (Hospital de Nossa Senhora da Conceição, em Viçosa); Associação da Escola Gramática Aristheu de Andrade; Hospital de Caridade da Cidade do Penedo; e das Santas Casas de Misericórdia de São Miguel, do Glorioso Mártir São Gonçalo Garcia (Penedo) e obviamente da Santa Casa de Misericórdia de Maceió, a entidade que efetivamente possui mais documentação acumulada nestas caixas. É tanta a documentação relativa a esta entidade que existem algumas caixas que são nomeadas como se tivessem exclusivamente documentação relativa a tal entidade, como são os casos das caixas: Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia (1901/12) M88, E05; Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia (1913/5) M89, E05; Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia (1916/9) M90, E05; Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia (1920/4) M91, E05; Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia (1925/9) M85, E05; e, ainda, Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia – Ofícios Recebidos (1901/6) M83, E05. Em todas essas caixas, para nossa decepção, encontramos apenas três documentos sem maior importância relativos a sociedades mutuais como a Sociedade Caritativa Mortuária Auxiliadora dos Cristãos; Montepio dos Artistas Alagoanos. Nada sobre as caixas. Cabe salientar, ainda, que várias caixas relativas a Instituições Pias indicadas como existentes no fichário não foram encontradas no acervo. Para a localização da documentação citada, doravante, M significa Maço e E, estante.

¹⁵ Vide principalmente o primeiro capítulo. Veja-se, ainda, o caso que relatamos na Revista Crítica Histórica: MACIEL, Osvaldo. Estatutos de sociedades mutualistas e a história social do trabalho - conjecturas em torno da Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho, 1876/1879). In: Revista Crítica Histórica, Vol. 1, nº 1, CPDHis/Ufal, 2010, (pp. 226/41).

¹⁶ BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **CADERNOS AEL: Sociedades operárias e mutualismo**. Campinas, vol. 6, nº 10/11, 1999, (pp. 41/66), p. 61; por sorte, como veremos adiante, conseguimos localizar um conjunto pequeno, porém precioso, de atas publicadas da Instrução e Amparo.

Para preencher tais lacunas, nos utilizamos de notas esparsas saídas nos jornais diários e/ou hebdomadários. A imprensa em geral contribuiu sobremaneira na construção de vários aspectos do mutualismo caixeiral e da própria vida no comércio de Maceió, na medida em que, através dela, convites para reuniões, alguns relatos de comemorações, listagens de diretorias eleitas etc. compunham pontos pequenos mas valiosos do painel que realizamos. Muito úteis nos foram os diversos órgãos de divulgação da *Perseverança e Auxílio*, e um ou outro exemplar d'*A Nova Crença*, órgão efêmero da *Instrução e Amparo*. Num item do quarto capítulo damos uma listagem desses órgãos, porém cabe adiantar que, entre outras questões que são de extrema valia nesta documentação, está a possibilidade de encontrarmos narrativas comemorativas sobre os primeiros anos das entidades, muitas vezes lugares de memória, mas também fontes ricas de informações para o estudo da mutual. Beneficiamo-nos deste gênero, em particular na reconstituição da história da *Perseverança e Auxílio*.

Junto com esse material, externavam-se na imprensa – em alguma situações de tensão e conflitos agravados – disputas e rixas públicas envolvendo diretores, sócios e ex-sócios que desnudam alguns pontos parciais, porém importantes, da sociabilidade das mutuais e do mundo caixeiral, em particular.¹⁷ Em razão do largo espaço de tempo abarcado por esta pesquisa, em relação à imprensa do período, optamos por nos concentrar inicialmente em jornais que cobrissem alguns dos principais períodos que já havíamos identificado como importantes para os diversos aspectos aqui estudados. Portanto, apesar de termos compulsado jornais que cobrem praticamente todo o período estudado, prestamos maior atenção aos períodos que cobrem os anos 1879/1884; 1895/1897; 1905/6; 1911/1913; 1917, como indicamos na listagem da documentação compulsada ao final. Cabe considerar, de toda forma, em relação às coleções de jornais que compulsamos, que poucas delas estão completas, existindo várias que se constituem de exemplares lacunares que cobrem meses, trimestres ou semestres. Em alguns casos, encontramos apenas exemplares avulsos de jornais, não se constituindo em coleções. Por mais que nos esforçássemos para preencher

¹⁷ Como indica Viscardi: “Era comum acompanhar pela imprensa os problemas vividos pelos sócios que publicamente manifestavam seu descontentamento com as mutuais ou com a direção das mesmas. A imprensa servirá de palco para a expressão dessas disputas internas”. Cf. VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). **Nomes e Números**: alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 2006 (pp. 305/22), p. 309.

tais lacunas cotejando exemplares existentes nas duas principais hemerotecas de jornais alagoanos, tal esforço não se revelou frutífero.¹⁸

Além dessas notícias dispersas saídas na imprensa, por vezes – vezes raríssimas, infelizmente – as sociedades mutualistas contratavam jornais da grande imprensa para publicizar seus atos administrativos, e então vimos o caso da *Sociedade Instrução e Amparo*, com diversas atas publicadas num periódico local, entre outubro de 1882 e agosto do ano seguinte. Com esse material, ficamos sabendo de aspectos do cotidiano administrativo, da rede de relações, entrada e eliminação de sócios, dificuldades financeiras da entidade, eleições e reuniões festivas, discursos e defesas de ideias, eventuais embates entre membros da diretoria e/ou sócios, doações de livros para a biblioteca, detalhes das aulas noturnas promovidas pela sociedade etc. Acerca desse material cabe uma palavrinha extra. Essa documentação só chegou a nossas mãos, entre outras questões, porque na reunião ocorrida em 11 de fevereiro de 1883 o tesoureiro da *Instrução e Amparo* foi autorizado a “fazer as necessárias despesas” para a publicação pela imprensa tanto das atas como do relatório e contas do Conselho Superior.¹⁹ Como já dito, este é um ato administrativo raro nas mutuais maceioenses e, para um historiador, extremamente importante, na medida em que permite acesso a um material muito rico acerca da vida daquela sociedade. Qual o sentido desse ato, contudo? De que serve ele para a mutual querer efetivá-lo? Parece-nos que com a publicização da rotina administrativa, das reuniões e assembleias em particular, encontramos um princípio que era bastante comum nessas mutuais, qual seja o de legitimar as decisões da diretoria, fazendo com que sejam tomadas de forma publicizada e regimentada, o que possibilitaria em princípio o questionamento por parte dos sócios que não concordassem com tais decisões. Nesse sentido, esta publicização reforça o argumento em torno de uma das facetas que têm sido imputadas a essas sociedades: a de serem sociedades que fortalecem o sentido civil e democrático que lhes preside, pelo menos estatutariamente. Por outro lado, este expediente realiza uma formidável propaganda de transparência para suas rotinas administrativas, que contribui na aproximação de novos sócios para seus quadros.

Apesar disso tudo, cabe questionar: por que essa é uma prática tão pouco cultuada entre as mutuais, pelo menos entre as existentes em Maceió? A resposta mais acertada que

¹⁸ As hemerotecas são a do Apa e a do IHGA. Por vezes um certo constrangimento no trabalho de pesquisa foi encontrado nesta última instituição, apesar da sempre boa acolhida recebida por parte de seus funcionários. Observe-se que, ao longo deste estudo, o nome desta última entidade variará.

¹⁹ Ata da 13ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, Maceió, ano II, nº 346, 16 de março de 1883, pp. 2/3. Doravante, em razão de quase totalidade dos periódicos citados ser da capital alagoana, só indicaremos a localidade do periódico quando esta não for Maceió.

conseguimos encontrar é simples: porque é extremamente dispendioso este tipo de publicação, e envolve muitas vezes uma rotina de transcrição, de verificação e envio dos autógrafos (uma nova cópia) para a redação do jornal contratado, os acertos com o jornal etc. No balancete das despesas realizadas pela *Sociedade Casamento e Mortalha* para o período compreendido entre abril de 1909 e março de 1910, por exemplo, encontramos duas grandes ordens de despesas. A primeira e maior delas refere-se ao pagamento de prêmios e pecúlios aos sócios ou parentes de sócios falecidos, somando um total de 17 contos de réis, um conto para cada um dos 17 sócios contemplados. No segundo item, denominado de “despesas gerais” realizadas pela entidade, onde estão inseridos, principalmente, os gastos com impressão de estatutos, publicização das atas e relatórios na imprensa local, selos, registros e oficialização de documentação produzida em cartórios etc., indica-se que foram gastos, de um total de 697\$400 réis, 220\$000 com a publicação do expediente em dois órgãos da imprensa local, entre maio de 1909 e março de 1910, perfazendo um total de 31,55 % deste item.²⁰ Em relação ao montante geral de despesas, este valor é ínfimo, ficando um pouco acima dos 4%. No entanto, neste caso, é preciso atentar aqui para o fato de que o giro dos recursos relativos aos prêmios e pecúlios entregues pela *Sociedade Casamento e Mortalha* praticamente não compõe o valor real das receitas e despesas que ficam sob encargo e poder da entidade ou que lhe alimentam os “cofres sociais”, porquanto são valores recolhidos exclusivamente por ocasião da formação dos montantes que devem ser pagos aos beneficiários imediatos a serem contemplados. Tais valores não *ficam* à disposição da diretoria da sociedade para serem geridos de acordo com o que julgarem mais acertado, porém simplesmente constituem o levantamento imediato desse valor e repasse direto aos sócios ou parentes que possuam direito a ele. Tal não ocorre com os valores que devem efetivamente compor as receitas gerais, cotidianas, administrativas da entidade, como o caso do segundo item mostrado acima, onde se encontram as despesas com publicação. Nesse sentido, quase um terço das despesas reais é um valor considerável e pesa na hora de se tomar a decisão em publicar ou não tais atos administrativos.²¹

No acervo do Apa encontramos, ainda, um *caderno de recortes* de jornais produzidos pela intendência de Maceió que nos ajudou, particularmente a entendermos a campanha do

²⁰ S. Casamento e Mortalha. Gutenberg, ano XXX, nº 91, 30 de abril de 1910, p. 3. Este jornal, ao longo do período de sua publicação, teve o título grafado de maneiras diversas. Tentamos seguir as mudanças de grafia, quando foi possível, em nossas anotações.

²¹ Em que pese este motivo, cabe ao menos ponderar que o fato de normalmente não ocorrer a publicização destes atos neste nível ampliado concorre para diminuir o grau de representatividade e alcance deles no quadro social da entidade, diminuindo-se os níveis de democratização e legitimidade das decisões tomadas.

fechamento de portas de 1905. Provavelmente, a existência desse material deve-se a Manoel Cezario Thompson, 1º escriturário da Secretaria da Intendência Municipal (pelo menos entre maio de 1905 e março de 1906) durante a gestão de Sampaio Marques, que organizou o caderno. O caderno consiste, basicamente, do recorte e colagem, em ordem cronológica, da parte oficial relativa ao poder municipal, que precisava ser publicada na imprensa, expediente comumente utilizado para publicizar os atos administrativos dos governos enquanto não existia o Diário Oficial, que aparece em Alagoas apenas em finais de 1911. Com esse expediente oficial, normalmente eram coligidos também matérias e notícias relativas a diversas políticas públicas que estavam sendo realizadas. Havia também artigos em série e artigos de opinião que refletiam, em boa medida, a opinião pública acerca dos projetos, trabalhos e atos legais emanados do poder municipal. Foi através desse material que conseguimos reconstituir parte das campanhas do fechamento de portas realizadas pelos caixeiros, muito especialmente para a conjuntura de 1905. Como nunca o historiador está satisfeito, muito em particular com um objeto de estudo como as mutuais, infelizmente nosso aplicado primeiro escriturário não anotava as referências dos jornais, datas de publicação e páginas de referência dos recortes coletados nos cadernos. Em alguns casos, todavia, conseguimos identificar as matérias nas edições originais dos periódicos. Em outros, porém, tal tarefa foi impossível; então tomamos como referência o próprio caderno de recortes, como indicado nos locais competentes. O mesmo ocorre no que se refere ao *Fundo Braulio Cavalcante*, material doado ao Apa pela família de um dos principais envolvidos nas disputas oligárquicas e que, em boa parte, se compõe de recortes de matérias saídas à época de seu assassinato, ocorrido em 1912, ou de material publicado um pouco depois.

Fazemos uso também de alguns dados censitários e levantamentos estatísticos, particularmente no primeiro e quarto capítulos. Em que pese as diversas ressalvas que devem ser levadas em consideração na utilização de dados pouco numerosos, entendemos que estes números sugerem questões importantes que, se não podem de todo levar a conclusões taxativas, ampliam o leque de considerações que realizamos acerca (por exemplo) do surgimento de mutuais ao longo do período estudado ou das experiências de ensino realizadas pelas sociedades caixeirais.

Por fim, cabe considerar brevemente o uso da literatura em nossa pesquisa, como é o caso das obras de Pedro Nolasco Maciel²² e Luiz Lavenère,²³ escritores alagoanos do período estudado. Para a utilização dessas fontes, partimos de um pressuposto materialista de análise da obra literária, na medida em que, como todas as outras obras produzidas pelo ser social, os gêneros literários são materialmente determinados no tempo, no espaço, nas vicissitudes de classe e de grupo, nas querelas políticas locais e nos princípios ideológicos universais. Uma peça literária (crônica, soneto, romance etc.) é um documento histórico como outro qualquer, sujeito obviamente às especificidades de sua produção e circulação, como toda e qualquer fonte documental.²⁴ Nessas peças literárias encontramos o registro social de fatos, personagens, costumes e atitudes que, de outro modo, estariam perdidos para o historiador da política, da sociedade e da cultura alagoana em geral, e da cultura letrada/beletrista em particular do período, num estado de sabida má preservação de seu acervo documental.²⁵ Na busca de delineamentos de uma possível literatura de padrão secundário, em termos literários, podemos encontrar ainda o padrão médio das leituras realizadas pelos personagens de nossa pesquisa, como também podemos entender um pouco mais do caldo de formação e dos embates beletristas que sobressaem nas páginas dos jornais diários de então, e que de alguma forma ajudavam a nortear o padrão de educação formal e de cultura letrada que era almejado pelos nossos caixeiros.

Como se vê, é um caso de documentação tipologicamente diversificada, porém dispersa e rarefeita. Não obstante, em vez de realizar uma caracterização mais geral do mutualismo na cidade, optamos por empreender um estudo de caso do mutualismo caixeiral. Entre as limitações daí decorrentes, que envolvem diretamente as fontes trabalhadas acima, gostaríamos de salientar pelo menos duas: um nítido desnível no uso documental para

²² MACIEL, Pedro Nolasco. **A filha do barão**. Maceió: DAC/SENEC-AL;DAC/MEC, 1976 [1886];e MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças** (crônica vermelha – leitura quente). 2 ed. anotada e comentada por Félix Lima Júnior. Maceió: DEC, 1964 [1899].

²³ LAVENÈRE, Luiz. **Zéfinha** – Scenas da Vida Alagoana. Maceió (Jaraguá): Livraria Machado, 1921.

²⁴ CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.) **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Edunicamp, 2005. Ver texto inédito de nossa autoria apresentado em encontro recente da Anpuh Alagoas: MACIEL, Osvaldo. **Literatura e caixeiragem em Maceió** (1880-1920) – explorações teórico-metodológicas para o uso de fontes literárias na pesquisa em história. (Comunicação apresentada no) II Encontro Estadual de História – Anpuh/AL, Ufal, Maceió, de 22 a 25 de setembro de 2010, (digitado).

²⁵ LIMA, Maria de Lourdes. **O Arquivo Público de Alagoas a contrapelo da memória**. Comunicação apresentada no XII Encontro Estadual dos Professores de História da Anpuh/PB, realizado em julho de 2003, na UFPB, João Pessoa/PB (digitado).

determinados tópicos do estudo, que muitas vezes influenciou na condução da argumentação e na própria tessitura do texto, como também o uso exaustivo e remissivo a determinadas fontes mais ricas de informações para determinados tópicos desenvolvidos.

No primeiro capítulo, traçamos um panorama geral sobre o mutualismo em Maceió, realizando não só um levantamento geral das mutuais fundadas entre 1869 (data da mutual mais antiga encontrada) e 1923, mas também uma caracterização do tipo de sócio admissível nessas entidades e os serviços prestados. Além de um levantamento amplo das diretorias de duas dessas sociedades (a *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos* e o *Monte Pio dos Artistas Alagoanos*), feito no intuito de discutirmos os níveis de democracia interna das mutuais, indicamos traços que ressaltam a especificidade das mutuais de trabalhadores enquanto reforço de um processo de identificação profissional ou classista.

No segundo capítulo, apresentamos as trajetórias da *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió* e da *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió*. A pretexto de analisarmos os embates iniciais entre as duas mutuais em busca do monopólio para a categoria, aprofundamos um pouco mais a discussão em torno da identidade da categoria, no caso, a caixeiral, como ponto central das disputas entre elas. Terminamos o capítulo apresentando a ampliação dos serviços da *Perseverança e Auxílio*, junto com uma análise da composição de sua diretoria ao longo de vários anos, buscando identificar nomes que se reiteram nas listas, e as relações destes com os grupos políticos oligárquicos.

No terceiro capítulo dedicamos atenção à ideologia que é produzida no interior do mutualismo caixeiral, tanto no que se refere à construção de um projeto de ascensão social para os caixeiros, como também na participação da mutual em apoio a diversos movimentos sociais do período, como a abolição e o republicanismo. Além dessas facetas do espectro ideológico do mutualismo caixeiral, dedicamo-nos a encontrar algumas das principais vertentes do discurso político-ideológico dos porta-vozes das duas mutuais aqui estudadas, encontrando traços marcantes de positivismo, do evolucionismo e do florianismo, neste último caso, levando às articulações da *Perseverança e Auxílio*, através da *Liga Caixeiral*, com o grupo oligárquico de oposição na conjuntura da política das salvações de 1912.

Dedicamos ao penúltimo capítulo à discussão relativa à instrução e à cultura letrada como entendida e efetivada pelas mutuais caixeirais de Maceió. Além de mapearmos os projetos de aulas noturnas das duas entidades, com suas dificuldades e entraves de realização, apresentamos ainda a experiência posterior da Academia de Ciências Comerciais, realizada pela *Perseverança e Auxílio* já no século XX. Por fim, listamos os órgãos

impressos produzidos pelo mutualismo caixeiral, bem como fazemos uma breve caracterização das bibliotecas das duas sociedades de auxílio mútuo.

No último capítulo, historiamos a longa e relativamente pacata demanda pela regulamentação da jornada de trabalho no comércio através das campanhas de fechamento de portas, liderada pela *Perseverança e Auxílio* e em apoio à caixeiragem de Maceió. Particularmente nos detivemos nas campanhas de 1905 e 1911/3, elencando os eventos ocorridos, as articulações realizadas, os argumentos favoráveis e contrários ao fechamento, e indicamos como tais demandas são feitas sem a abertura de conflito explícito com a classe patronal, e sempre contando com a intermediação do estado (Conselho e Intendência de Maceió ou governo estadual).

CAPÍTULO 1 - PARA UMA CARACTERIZAÇÃO DO MUTUALISMO EM MACEIÓ: SOCIEDADES DE TRABALHADORES E EXPERIÊNCIA/IDENTIFICAÇÃO CLASSISTA

Apoiado nos livros de estatutos e provisões de diversas entidades mutualistas existentes em Maceió ao longo do século XIX, bem como em diversas notas esparsas contidas na imprensa periódica de Maceió do período estudado, pretendemos caracterizar neste capítulo o modo como os trabalhadores participam da cultura associativa mutualista. Como salientado na introdução, um conjunto significativo das fontes (tais como atas de reuniões, dentre outros) que tem sido comumente utilizado em outras pesquisas sobre o tema para perscrutar o cotidiano destas mutuais, não foi encontrado para o caso de Alagoas e mesmo de Maceió. Em que pese não ter sido compulsado este material, pretendemos ainda assim explorar um pouco do cotidiano destas mutuais, possíveis conflitos e embates, bem como as estratégias de solidariedade e estabelecimento de vínculos maiores entre seus associados. Isso será feito dialogando com a historiografia sobre o tema, num esforço comparativo, bem como a partir do entrelaçamento de dados e informações contidos em notas e artigos dos jornais, com o texto dos estatutos – normalmente secos, redigidos no impessoal estilo legal – que, de um modo ou de outro, deixa entrever algumas das opções realizadas pelos trabalhadores associados no período.

1.1 - Definindo as mutuais, explicitando a abordagem

Há uma tensão na abordagem do fenômeno mutualista no Brasil que ainda não foi resolvida na saudável contenda historiográfica existente na produção brasileira em relação ao significado do mutualismo, pelo menos em termos genéricos, para encaminhamento da análise do material empírico. Com distinções, porém tecendo um fio de continuidade que se

percebe com uma certa clareza, temos, de um lado, os que abordam o mutualismo sob a égide que o vincula diretamente à história da classe trabalhadora, particularmente das formas organizativas que virão, mais cedo ou mais tarde, consubstanciar-se no movimento operário moderno do século XX. Aqui, perscrutamos um conjunto de estudos que estão engajados muito mais em perceber os vínculos da tradição estabelecida entre as sociedades mutualistas e os sindicatos e sociedades de resistência. Em que pesem diferenças significativas, pesquisadores como José Albertino Rodrigues, Cláudio Batalha, Beatriz Loner e Marcelo Mattos podem ser encaixados neste grupo.

Um outro grupo, cada vez mais robustecido pelos resultados empíricos de seus esforços de pesquisa, sem descartar que a “primeira” das tradições associativas contribuiu para o fazer-se da “segunda”, vem estudando o mutualismo a partir de fenômeno em si e não de sua relação com o que está fora, aproximando-o mais da história da previdência que de qualquer outro objeto específico.²⁶ Dentre tais estudos, cabe destacar o pioneirismo de Tânia de Luca, a rigorosa pesquisa de Adhemar Silva Júnior, os trabalhos individuais, paralelos e em conjunto realizados por Cláudia Viscardi e Ronaldo de Jesus, como já citamos ao longo deste texto.

Para estes dois últimos pesquisadores, o mutualismo não deve ser confundido com as irmandades, nem com as corporações de ofício, nem com entidades filantrópicas, nem – muito menos ainda – com as seguradoras. Todas estas outras formas estabelecidas de sociedades possuem especificidades que as distinguem do fenômeno mutual. Por fim, para eles, “há que se ter cuidado na aproximação entre as sociedades de socorros mútuos e os sindicatos”.²⁷

No que segue, o mutualismo nos interessa como um fenômeno de classe, ou pelo menos como um fenômeno que contribui para o entendimento do processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. Sobre tal opção, cabem algumas considerações. Começemos pela dimensão da totalidade do real. A urbanização de uma determinada região pode ser trabalhada, enquanto recurso de análise e de recorte epistemológico do objeto, com um nível de delimitação cada vez mais bem definido pela tradição acadêmica de pesquisa na área ou

²⁶ Para Tania de Luca, “O elo de união entre as sociedades de socorros mútuos residia no caráter previdenciário das mesmas.” Já para Cláudia Viscardi e Ronaldo de Jesus, o objetivo principal das mutuais seria “oferecer aos associados proteção na ausência dos mecanismos formais de previdência pública.” Cf. LUCA, Tânia Regina de. **O sonho do futuro assegurado** (o mutualismo em São Paulo). São Paulo/Brasília, DF: Contexto/CNPq, 1990, p. 24; VISCARDI, Cláudia e JESUS, Ronaldo. Op. cit., p. 26.

²⁷ VISCARDI e JESUS, IDEM, pp. 24/6.

setor. Para efeitos de compreensão de sua historicidade, no entanto, apenas no nível heurístico esta delimitação pode ser realizada, pois na efetividade da história humana, os traços de evidências mais diretamente relacionados com o “processo de urbanização” de uma dada região (e mesmo a *formação* da própria região) não podem ser isolados do conjunto maior das *múltiplas determinações* que sintetizam tal aspecto da realidade. O mesmo se dá no que se refere aos trabalhadores em sua história. O fenômeno do mutualismo pode ser recortado, heurísticamente, tomando como mote a si próprio ou a um outro objetivo relativo mais ou menos distinto com o qual possua algum tipo de relação orgânica ou circunstancial.²⁸ Para o caso da relação entre mutualismo e história operária, mesmo os autores que apontam para a análise daquele a partir de sua especificidade, reconhecem a forte “atração” que há entre os dois fenômenos.²⁹

Atentos ao desenrolar dos próximos estudos sobre o tema, as novas contribuições acerca desta história são extremamente bem-vindas, tendo em vista que possibilitam “estabelecer uma ligação teórico-causal entre a história do moderno movimento operário e sindical, ao longo do século XX, e o rol de suas heranças intrínsecas advindas do século XIX.”³⁰

É preciso ponderar, também, sobre as beneficentes no contexto do mutualismo. Havia uma distinção realizada pelo Conselho de Estado entre Beneficentes e Mutuais. As primeiras

²⁸ Adhemar Silva Jr., analisando a historiografia acerca do mutualismo, afirma que ele comparece como foco investigativo “em estudos sobre grupos étnicos, associações voluntárias e temas conexos (como constituição da sociedade civil, ou esfera pública), saúde e medicina, formas de proteção social, além, é claro, dos estudos interessados especificamente nessa forma de associação, tentando dar conta de sua riqueza temática.” SILVA JR, Adhemar Lourenço. **As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas.** (estudo centrado no Rio Grande do Sul, Brasil, 1854-1940). Porto Alegre: PUC/RS, 2004 (Tese de Doutorado em História) , pp. 20/1.

²⁹ Tania de Luca, por exemplo, amplia o leque do fenômeno do mutualismo para além dos socorros mútuos exclusivamente relacionados aos trabalhadores – fato que as fontes são por demais eloquentes em evidenciar. Num “afã” oposto ao dos primeiros historiadores do trabalho no Brasil, que tentavam enquadrar o mutualismo como mera pré-história do movimento operário, a autora cai, uma vez ou outra, no extremo oposto, sugerindo uma distinção muito mais forte do que a realmente existente entre mutualismo e o que depois veio a ser o sindicalismo operário. Nesse sentido, entende-se o reforço interpretativo que a autora concede ao sentido previdenciário que tais entidades possuíam. De qualquer modo, no entanto, ao longo de seu estudo, ela comumente refere-se aos associados em geral de todas as mutuais como “trabalhadores”, “assalariados”, “desempregados”, revelando o efetivo e forte vínculo que o fenômeno associativo mutualista possuía com o mundo vivido e forjado pelos trabalhadores brasileiros da segunda metade do século XIX e primeira do XX. Mesmo quando passa a abordar as mutuais estabelecidas por critérios étnicos, de bairros ou abertas, tidas em sua hipótese como mais afastadas da história do trabalho, ela encontra elementos em comum entre estes perfis: “Ainda que essas entidades, à semelhança das demais, se dirigissem primordialmente às classes assalariadas, os seus critérios de recrutamento não tinham por referência direta o mundo do trabalho”. In: LUCA, Tania. Op. cit., p. 124. Para a “atração” existente entre a história do mutualismo e a da formação do operariado nacional, vide JESUS, Ronaldo. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico. Op. cit., p. 298.

³⁰ JESUS, Ronaldo. Op. cit. p. 297.

seriam as compostas por pessoas que se associariam para ajudar a terceiros, enquanto as seguintes seriam as destinadas ao auxílio dos próprios sócios. A partir do caso da *Sociedade Auxiliadora das Artes e Beneficente*, criada no Rio em 1835, Claudio Batalha afirma que essa distinção pouco funcionava na prática.³¹ Beatriz Loner iguala sociedades mutualistas e beneficentes, no que é seguida por Marcelo Mattos.³² Apesar de ser um comentário marginal em torno das questões que lhe interessam mais de perto, Adhemar Silva Jr. sugere uma diferença estatutária e legal entre Socorros Mútuos e Beneficências. Para ele, estas últimas, enquanto entidades da sociedade civil, “não pode[m] ser com tanta facilidade expropriada de seus bens por efeito de mudanças legais.”³³ Nesse sentido, algumas lojas maçônicas recomendaram este perfil legal para suas entidades. De qualquer modo, há dois casos encontrados pelo pesquisador, em que uma “sociedade beneficente” não seria “apenas um artifício jurídico de um grupo religioso, mas uma instituição que adota práticas de socorros mútuos para seus membros.”³⁴ Deste modo, entorpecem-se possíveis distinções entre estas duas formas de associação. É bom considerar que a tendência do perfil dos sócios das sociedades beneficentes em sentido estrito seria o de serem compostas por indivíduos mais abastados, com alguma projeção na sociedade e com um poder de barganha e influência mais forte junto às autoridades locais. Isto poderia facilitar a conquista de algum subsídio para a entidade.

Mais adiante comentaremos a lei que regulamentava a criação das mutuals. Por agora, cabe levantar algumas outras questões mais gerais sobre o mutualismo, para avançarmos em direção à experiência mutual em Maceió. Apesar dos efeitos uniformizadores de suas cláusulas estatutárias, que moldavam em boa medida o funcionamento e a dinâmica, em geral as mutuals possuíam “base local”,³⁵ sendo raro encontrarem-se casos de entidades que abrangessem vários municípios (este fenômeno acontecia, de qualquer modo, em mutuals ligadas aos funcionários públicos das unidades federativas e/ou de Cias. ferroviárias, p. ex.).

³¹ BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo**. Campinas, vol. 6, nº 10/11, 1999, pp. 41-66, p. 54, nota 23.

³² LONER, Beatriz. Op. cit., pp. 97/112, e MATTOS, Marcelo. Op. cit., p. 96.

³³ SILVA JR., Adhemar. Primeiros apontamentos. Op. cit., p. 213.

³⁴ Seriam os casos da *Sociedade Operária Beneficente Africana* e da *Sociedade Beneficente Grupo Joaquinense*, ambas de Porto Alegre. SILVA JR., Adhemar. Op. cit., pp. 214/5.

³⁵ VISCARDI, Claudia e JESUS, Ronaldo. Op. cit., p. 27.

Por fim, cabe considerar ser este um fenômeno tipicamente urbano.³⁶ Desconhecemos qualquer caso de entidade mutualista criada/sediada em espaços rurais de Alagoas. A já referida Tânia de Luca é clara quanto a esta relação, afirmando que, na década de 1890, o “incremento [das mutualistas] vinculou-se ao rápido processo de urbanização conhecido pelas cidades de São Paulo e Santos.”³⁷ Um quadro geral das mutuais existentes no Brasil entre 1882 e 1942 servirá de entrada na singularidade alagoana.

QUADRO II - MUTUAIS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO (BRASIL, 1882-1942)

UF	Mutuais 1882	% 1882	Mutuais 1917	% 1917	Mutuais 1942	% 1942
DF*	171	56,07	816	23,28		
AL	7	2,30	57	1,63	49	4,68
AM			35	1,00	16	1,53
BA	40	13,11	165	4,71	87	8,30
CE			87	2,48	78	7,44
ES	4	1,31	19	0,54	17	1,62
GO			28	0,80	6	0,57
MA			73	2,08	18	1,72
MT			26	0,74	3	0,29
MG			790	22,54	105	10,02
PA			50	1,43	40	3,82
PB			39	1,11	20	1,91
PR	3	0,98	81	2,31	43	4,10
PE			103	2,94	106	10,11
PI			13	0,37	15	1,43
RJ	46	15,08	144	4,11	68	6,49
RN			37	1,06	11	1,05
RS	33	10,82	104	2,97	149	14,22
SC	1	0,33	52	1,48		
SP			744	21,23	197	18,80
SE			36	1,03	17	1,62
AC			6	0,17	3	0,29
TOTAL	305	100,00	3505	100,00	1048	100,00

FONTE: SILVA JR., Adhemar Lourenço. *As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas.* (estudo centrado no Rio Grande do Sul, Brasil, 1854-1940). Porto Alegre/RS, PUC/RS, 2004 (Tese de Doutorado em História), p. 53.

*Cidade do Rio de Janeiro

³⁶ Aqui estamos desconsiderando as especificidades das Ligas Camponesas surgidas no Nordeste em ambiente rural.

³⁷ LUCA, Tania. Op. cit. pp. 10; 17/9. Para a citação, p. 17.

Apesar da consideração distinta que Adhemar Silva Júnior, elaborador do quadro, adota para as mutuais e as beneficentes em sua tese, os números apresentados no quadro muito provavelmente incorporam as beneficentes e demais sociedades previdenciárias no conjunto total das mutuais ali computadas. Para 1882 os dados são evidentemente falhos (como o próprio autor reconhece e tenta complementar posteriormente com novos dados), apontando a existência de mutuais em apenas duas províncias do atual Nordeste (Bahia e Alagoas), quando sabemos que outras províncias da região possuíam tais sociedades neste período. Não obstante, os índices anotados para Alagoas surpreendem na comparação com o conjunto das outras unidades federativas do país, pois corresponderia à quarta província em número de filiais no Império, perdendo apenas para o Rio de Janeiro (considerando o Distrito Federal e o atual estado como um só), Rio Grande do Sul e para a Bahia. A manifestação registrada deste fenômeno, segundo o quadro, ainda continua forte para os dados recolhidos no século XX. Em 1917, quando os dados são bem mais críveis, Alagoas encontra-se em 5º lugar no Nordeste, atrás apenas de unidades federativas com população maior que a alagoana. Estes dados sugerem que havia uma alta taxa de associativismo mutual em Alagoas. Do mesmo modo, esta taxa era alta em relação ao conjunto da população alagoana do período.

Quando voltamos os olhos para os dados de 1942, percebemos uma redução significativa de mais de dois terços do fenômeno mutual no Brasil inteiro (com uma taxa de diminuição na ordem de 70,10% em relação a 1917). Esta taxa, no Nordeste, reduz-se em -34,26%. Apesar de esta ser a tendência de redução verificada também para Alagoas, ela aparece de maneira menos incisiva, com um índice de redução da ordem de -14,04%.³⁸ Talvez isso espelhe, entre outras questões, um baixo índice de formalidade no mercado de trabalho local, o que inibiria o impacto previdenciário neste processo, bem como uma baixa tradição de sindicalização no sentido clássico do termo, fenômeno em boa medida devido ao acanhado desenvolvimento industrial do Estado.

Os números referentes a Alagoas para 1942 seriam relativos a um total de 14.048 associados, correspondente a 5,11% da população.³⁹ Das 49 entidades existentes em Alagoas ainda em 1942, 18,37% (ou seja, 9, pelo menos) foram criadas antes de 1903.⁴⁰ Todas as demais foram criadas após esse ano, o que reflete o fenômeno relativamente novo e

³⁸ Esta drástica redução deve-se, principalmente, às leis que reestruturaram o mercado previdenciário no Brasil e instituíram a previdência pública.

³⁹ Não está bem claro, mas provavelmente o número refere-se à população urbana de todo o estado.

⁴⁰ SILVA JR., Adhemar. *As Sociedades de Socorros Mútuos*, Op. cit., p. 56 e p. 58.

republicano dessas entidades em Alagoas, desacreditando a hipótese de que tais entidades seriam características do Império e que não ocorreriam num suposto momento *plenamente* capitalista. Esta, aliás, é uma das principais evidências empíricas que embasam a crítica historiográfica mais recente de que as mutuais não são um fenômeno (ou apenas um fenômeno) da pré-história do movimento operário. Resumindo, o fenômeno mutual em Alagoas, de acordo com esses dados, é não somente vigoroso, como também se caracteriza por ter atingido sua expansão nos primeiros anos do século XX. Ainda, infere-se que persistiu em termos numericamente significantes por mais tempo do que o ocorrido no restante do Brasil. De qualquer modo, é bom reforçar, sabemos o quanto estas conclusões são parciais, inclusive levando em conta os números absolutos apresentados de escala bastante reduzida.

Realizemos algumas outras considerações, só que agora a partir de dados que levantamos na imprensa e em outras fontes locais acerca destas mutuais.⁴¹

⁴¹ Serviram de principais fontes para a elaboração deste quadro os almanaques administrativos e o livro de provisões e estatutos já citado, além de notas esparsas na imprensa local. Por mais esforço que tenhamos realizado, este material se constitui em um levantamento e lista incompletos do fenômeno em Maceió.

QUADRO III - SOCIEDADES MUTUAIS, BENEFICENTES E MONTE-PIOS (MACEIÓ, 1869-1923)⁴²

DENOMINAÇÃO	DURAÇÃO
Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos	1869-1897 ⁴³
Caixa Beneficente de Maceió	1870/6
Club Popular Alagoano	1876
Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio (dos empregados e operários da Fábrica de Tecidos da Cia. União Mercantil)	1876-8
Sociedade Recreio Filarmônico	1876-90
Sociedade Monte-Pio São José de Maceió	1876-81
Monte-Pio dos Funcionários Estaduais	1879/97
Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió	1879-c.195...
Sociedade de Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió	1882-4
Associação Monte-Pio dos Artistas Alagoanos	1883- c. 196...
Sociedade Beneficente Euterpe Alagoana	1890
Sociedade Gladiantes	1896 – 1913
Monte-Pio dos Alfaiates	1898
Monte-Pio dos Operarios Cigarreiros de Maceió	1899
Sociedade Burocrática Beneficente	1900-1911
Sociedade Caritativa Mortuária Auxiliadora dos Cristãos	1904-atual
Sociedade Luzeiro da Caridade	1907-1913
Bloco Alagoano	1907-1913
Sociedade caritativa amparo dos cristãos em Jaraguá [S. M. Amparo dos Christãos (Jaraguá)]	1909-11
Sociedade Casamento e Mortalha	1909-10
Sociedade cavaleiros [cavalheiros?] da beneficência	1910-1911
Mutualidade Alagoana	1911
Sociedade Beneficente Postal	1911
Sociedade União dos Operários Trapicheiros de Maceió	1923
Associação dos Agentes Fiscais do Imposto do Consumo de Alagoas	1923

FONTE: Almanques administrativos [diversos anos]; Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa) (1869 – 1887). L 94, E. 20. [Apa]; diversas notas esparsas saídas na imprensa local.

⁴² As sociedades com título de beneficentes listadas aqui só o foram na medida em que se configuravam como mutuais ou, então, mais próximas da mutualidade que da filantropia. Não foram consideradas as sociedades “de resistência”, sindicatos, uniões operárias, além das lojas maçônicas. Os anos/datas indicados na coluna duração não se referem necessariamente ao ano de fundação e de término das atividades da entidade, mas aos limites cronológicos de referência encontrados para cada entidade.

⁴³ Aqui, consideramos a breve experiência da Associação tipográfica quando ela se rearticula entre 1896 e 1899.

Antes de analisarmos os dados, é preciso indicar o grau de confiabilidade deste levantamento, tendo em vista não apenas o fato de serem dados quantitativos reduzidos, que podem conduzir a análises equivocadas. Junto com isto deve-se levar em consideração ainda que, no que se refere aos anos finais de seu recorte, obtivemos informações lacunares e incompletas. Raras são as entidades que anunciam sua morte, como no caso da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió, como veremos adiante. Provavelmente os números relativos à década de 1910 também estão subestimados, visto que o acervo de periódicos compulsados para esse período foi relativamente reduzido em relação aos demais anos. Do mesmo modo, foram muito esparsas as notas compulsadas para a década de 1920.⁴⁴ Houve um número significativo de sociedades e *clubs* encontrados que, pela denominação, poderiam ser encaixadas entre as mutualistas. Todavia, como não encontramos nenhum indício mais consistente, deixamos de fora deste computo.⁴⁵

Não obstante essas ressalvas, podemos retirar algumas considerações, mesmo que parciais, deste levantamento. Foram encontradas apenas 25 entidades criadas no período. O levantamento discrepa em relação ao primeiro quadro geral de mutualistas do Brasil, trabalhado acima. De outro lado, os dados sugerem uma presença republicana mais forte, porém nada que seja significativamente diferente. Em relação à sobrevivência dessas entidades, a imensa maioria possui vida curta, sendo poucas as que conseguem passar dos cinco anos de funcionamento.

Desse montante, conseguimos identificar 13 sociedades mutualistas de trabalhadores (artesãos, operários), que são as seguintes:

⁴⁴ Para efeitos do levantamento acima, não consideramos a notícia da existência, desde 1846, da Sociedade Dramática Particular Maceioense, conforme anota ARROXELA JAIME, Manoel C. de. Esclarecimentos acerca da fundação da Sociedade Dramática Particular Maceioense. In: **Revista do Instituto Archeológico e Geographico Alagoano**, Maceió, Tipographia T de Menezes, vol II, n 12, dezembro de 1880, pp. 69/72.

⁴⁵ Na versão da tese levada para defesa, a banca apontou criticamente para esta abertura no levantamento realizado, que então incluía 79 entidades. Na medida em que aceitamos como pertinentes a observação, retiramos as mesmas desta versão final.

QUADRO IV - SOCIEDADES MUTUAIS DE TRABALHADORES (MACEIÓ, 1869-1923)

DENOMINAÇÃO	DURAÇÃO
Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos	1869-1897
Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio (dos empregados e operários da Fábrica de Tecidos da Cia. União Mercantil)	1876
Sociedade Recreio Filarmônico	1876-90
Sociedade Montepio São José de Maceió	1876-81
Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió	1879-c.195...
Sociedade de Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió	1882-4
Associação Montepio dos Artistas Alagoanos	1883- c. 196...
Sociedade dos Artistas de Maceió [?]	1890
Sociedade Philarmonica dos Artistas de Maceió [?]	1890
Montepio dos Alfaiates	1898
Monte-Pio dos Operarios Cigarreiros de Maceió	1899
Sociedade Beneficente Postal	1911
Sociedade União dos Operários Trapicheiros de Maceió	1923

FONTE: Almanques administrativos [diversos anos]; Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa) (1869 – 1887). L 94, E. 20 [Apa]; diversas notas esparsas saídas na imprensa local. Não foram consideradas as sociedades “de resistência”, sindicatos, uniões operárias, além das lojas maçônicas.

1.2 - O processo de organização e formalização das entidades – entre o clientelismo e o vínculo identitário profissional

A primeira lei do Império a tratar especificamente das agremiações mutuais foi a lei nº 1.083, de 22 de agosto de 1860, regulamentada pelo decreto 2.711, de 19 de dezembro do mesmo ano. Esta lei apontava que tais entidades “passavam a depender do parecer do Imperador no Rio de Janeiro e dos Presidentes de Províncias para poderem se instalar.”⁴⁶ Vários dos pareceres elaborados nos cabeçalhos dos estatutos analisados para o caso alagoano fazem remissão ao decreto 2.711. É por força dele que o presidente da província passa a ser o responsável pela indicação do presidente da entidade, porém normalmente ele

⁴⁶ LUCA, Tania de. Op. cit., pp. 13/4.

sancionava a escolha indicada pela assembleia geral dos associados ou por qualquer outra forma de escolha dos membros da diretoria que porventura existisse nas diversas sociedades. Este tem sido o caso do Brasil, em geral. Como se verifica pelo resumo da lei realizado por Luca, o formato dos estatutos dessas entidades em boa medida era fruto do que a regulamentação indicava. Comentando as amarras que a lei realizava junto a este tipo de associação civil, a pesquisadora afirma que “abandonava-se um regime de total liberdade” existente até então na organização de entidades desta natureza, em favor de um “rígido controle do Estado”.⁴⁷ Houve posteriormente uma alteração na legislação. Em 1882, com a lei nº 3.150, de 4 de novembro, lei regulamentada pelo decreto nº 8.821, de 20 de dezembro do mesmo ano, alteraram-se as disposições para existência das “benéficas”, que não precisariam mais obter a autorização estatal. Para Luca, “retrocedia-se, assim, ao privatismo anterior a 1860”. Contudo, esta mudança legal causará um impacto reduzido no modo como tais entidades continuam se organizando, inclusive porque elas permanecem dependendo de autorização do presidente da província.⁴⁸

O fato de os registros atualmente existentes indicarem que apenas em 1869 surge a primeira sociedade mutualista em Alagoas pode significar, primeiro, que a eventualidade de terem existido outras entidades anteriores a esta data acabou por ser mal documentada justamente por não estar sob a malha do poder provincial.⁴⁹ Em segundo lugar, este dado indica a morosidade com que informações oficiais e legais que contribuíssem para melhorar as condições de vida e de organização de grupos socialmente desfavorecidos chegavam até o solo da província. Obviamente, não é fortuito que a primeira entidade a possuir seus estatutos aprovados tenha sido a dos tipógrafos, profissionais muito bem instruídos e a par de todas as novas informações saídas na imprensa nacional e até estrangeira. Este argumento sugere, de qualquer modo, um aspecto importante da história operária: o de que antes de as ações (ou do nível de consciência) existirem, serem concretizadas e formalizadas em vínculos identitários, rituais, instituições, atividades normatizadas e/ou de luta coletiva, existiram intenções dispersas, desejos latentes, insatisfações cotidianas que foram se amalgamando em comentários, queixas, conversas rápidas no caminho de volta do trabalho,

⁴⁷ IBIDEM, p. 14.

⁴⁸ IBIDEM, p. 17.

⁴⁹ Sem citar a referência, Douglas Apratto Tenório fala da existência de uma “Associação Benéfica Tipográfica” para a segunda metade do XIX. Provavelmente, este autor refere-se à Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos, e sua fonte fora Thomaz Espíndola, que fornece a denominação errada para a entidade. Cf. TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. 2 ed. Curitiba: HDLivros, 1996 [1979], p. 90; e ESPÍNDOLA, Thomas do Bom-Fim. **Geografia alagoana** ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas. 2 ed. Maceió: Edições Catavento, 2001 [1871], p. 83.

leituras e comentários de leituras realizadas sobre a existência da referida lei etc. Cabe considerar, de qualquer modo, que há um impacto aglutinador de intenções a partir da emanção da lei e que tal impacto sugeriu este tipo de possibilidade de organização das camadas médias e baixas da sociedade como um todo. Assim, apesar de atestar, sem dúvidas, algum vigor para a sociedade civil do período, particularmente em províncias mais distantes da Corte, esta avaliação tem de ser matizada com a força que as regulamentações legais e/ou políticas públicas que recobriam todo o território nacional causavam em áreas – à falta de uma melhor denominação gramatical – periféricas.

Para a organização de uma sociedade mutualista era preciso juntar um grupo pequeno de pessoas com tal intenção, realizar reuniões de planejamento, divulgar entre os potenciais associáveis a reunião (em alguns casos, reuniões), realizar pelo menos mais uma outra reunião para discussão e aprovação, em assembleia, dos estatutos (princípios, objetivos, atribuições e competências etc.), tudo devidamente registrado em ata. A sociedade, então, estava instalada. A documentação produzida, em seguida, era encaminhada ao presidente da província para análise e aprovação. A partir de então a entidade podia funcionar normalmente. Em alguns casos, encontramos evidências de entidades que realizavam suas atividades antes do início e/ou da formalização deste trâmite burocrático. Entre a instalação e o envio para o presidente da província passavam-se poucos dias. Sua aprovação poderia demorar meses, mas encontramos muitos casos em que com um mês a entidade já possuía seus estatutos aprovados.

Ronaldo de Jesus afirma que a grande maioria das sociedades mutualistas não parece ter sido organizada por “pessoas comuns”. Mesmo quando isso acontecia, as lideranças populares que levavam a empreitada adiante terminavam sendo “amparadas por setores da elite” dispostos a promover a caridade. Este fato “torna ainda mais difícil a classificação do caráter popular (ou não) da entidade.”⁵⁰ Ainda mais porque é preciso levar em conta que, como aponta Cláudia Viscardi para o caso mineiro, a grande maioria dos participantes destas eram “assalariados regulares e sadios”, o que restringia consideravelmente, no contexto do mercado de trabalho existente no período, a participação das classes subalternizadas nestes espaços de sociabilidade.⁵¹

⁵⁰ JESUS, Ronaldo. Op. cit. pp. 294/5.

⁵¹ VISCARDI, Cláudia. Op. cit., p. 309.

Ato contínuo, não só o apoio de membros da elite, mas também a possível subvenção estatal a tais entidades ajuda a delimitar suas características. Aqui, a linha que divide a filantropia, a beneficência e o mutualismo é tênue e porosa. Talvez as mutuais que conseguiam alguma subvenção do Estado fossem aquelas que socorressem pessoas que não possuíam condições de associar-se,⁵² estando, no caso, próximas das beneficentes. Talvez o contato direto com algum protetor e incentivador, revestido do título de sócio benemérito ou honorário, pudesse facilitar o contato com as autoridades políticas locais. É a razão dessas possíveis e prováveis articulações que Viscardi afirma que a relação das sociedades mutuais com os representantes do poder público “era cordial”:

O interesse por parte das autoridades locais em associar-se se explica pela necessidade de reforço de sua liderança política e *status* social. As maiores contribuições às associações eram recompensadas pelo agradecimento público através da imprensa, pela colocação de seus nomes em prédios e pavilhões das associações ou da encomenda de quadros a serem expostos em suas sedes. Assim, suas relações com as elites pareciam ser muito próximas, em tom intrinsecamente colaboracionista.⁵³

Por vezes, recorrer ao auxílio de subvenção estatal é uma opção que aparece a partir da consciência que os dirigentes da entidade possuem de saber que estão oferecendo um tipo de serviço ou função que caberia ao Estado ofertar.⁵⁴ Isso não impede que deixe de haver confronto entre tais setores e/ou que as entidades que demandavam tal auxílio governamental não impusessem limites à ingerência que daí adviesse.

Contando desde o início da República foi possível acompanhar pelo menos até 1908 as subvenções orçadas pelo governo estadual para sociedades mutualistas de trabalhadores a partir dos orçamentos gerais projetados para o ano seguinte. Nesse período, apenas não encontramos os atos legais para os anos de 1893 e 1899. Encontramos ainda os orçamentos referentes aos anos de 1912 e 1916.⁵⁵ Não obstante a importância de entidades como a

⁵² IDEM, p. 310.

⁵³ IBIDEM, p. 311.

⁵⁴ VISCARDI, Cláudia e JESUS, Ronaldo. Op. cit., p. 39. Ou seja, estamos entrando no campo da pressuposição de direitos por parte dos sujeitos associados.

⁵⁵ ESTADO DE ALAGOAS. Leis e actos de 1890 e 1891. Maceió: Typ. D'O Nacional, 1893; ESTADO DE ALAGOAS. Annaes do senado (sessão extraordinária e 1ª sessão ordinária do ano de 1892 e Decretos e regulamentos do poder executivo (publicação autorizada). Maceió: Typographia d'O Estado', 1892; ESTADO DE ALAGOAS. Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1895. Maceió: Typographia da Empreza Gutenberg, 1896; ESTADO DE ALAGOAS. COLLEÇÃO de Leis promulgadas em 1896. Maceió: Typographia da Empreza Gutenberg, 1897; ESTADO DE ALAGOAS. Coleção de Leis do Estado de Alagoas promulgadas em 1897. Maceió: Typographia da Empreza Gutenberg, 1897; ESTADO DE ALAGOAS. Coleção dos Decretos promulgados pelo Governo do Estado de Alagoas no anno de 1897.

Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió, ela apareceu em apenas um ano com subvenção.⁵⁶ O *Monte-Pio dos Artistas Alagoanos* (no universo de nossa pesquisa) e o *Monte-Pio dos Artistas de Penedo*, como segue abaixo, foram listadas entre as sociedades que mais constantemente receberam subvenções. Uma outra que ganha projeção após 1912 é a *Sociedade [Caritativa Mortuária] Auxiliadora dos Cristãos de Maceió*. Além de ressaltar que não foram confirmadas em que medida tais valores foram repassados às entidades, cabe indicar que algumas outras entidades como o *Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas* e o *Liceu de Artes e Ofícios* recebiam verbas mais substanciais e constantes nesse período do que as mutuais de trabalhadores. É preciso considerar, por fim, que para os padrões monetários do período, esses valores se constituíam em subvenções generosas. Considerando-se que a média das mensalidades cobradas para as mutuais em Maceió girava na casa dos 1\$000, as subvenções projetadas equivaliam a 12 mensalidades anuais de 50 sócios. Isto dava, ao menos, para dificultar a insolvência da sociedade.

Maceió: Typographia da Empreza 'Gutenberg', 1898; ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de leis do Estado de Alagoas promulgadas em 1898. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1899; ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1900. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1900; ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1901. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1902; ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de Leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1902. Maceió: Typographia Commercial, 1905; MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Euclides Vieira Malta, governador do estado por ocasião da instalação da 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura em 20 de abril de 1902. Maceió: Typ. Oriental, 1902; ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de Leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1903. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1904; ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de Leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1904. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1905; ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1905. Maceió: Typ. A vapor da Livr. Commercial, 1913; ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1907. Maceió: Litographia Trigueiros, 1913; ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1908. Maceió: Typ. A vapor da Livr. Commercial, 1913; MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Alagoas no dia 15 de abril de 1916 pelo governador do Estado Dr. João Baptista Accioly Junior. Maceió: Typ. A vapor da Casa Ramalho, 1916; GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS, Lei nº 647, de 19 de junho de 1911. In: A Tribuna, ano XVI, nº 4202, 7 de julho de 1911, p. 1.

⁵⁶ Não indicamos no quadro abaixo por termos encontrado apenas este registro. Foram rs. 1:000\$000 doados em 1902.

QUADRO V - SUBVENÇÕES ÀS MUTUAIS DE TRABALHADORES EM ALAGOAS (1891-1916)

ANO	Montepio dos Artistas Alagoanos (Maceió)	Montepio dos Artistas de Penedo	Sociedade Auxiliadora dos Cristãos de Maceió
1896	600\$000	600\$000	
1901*	600\$000	600\$000	
1902*	600\$000	600\$000	
1903*	600\$000	600\$000	
1904*	600\$000	600\$000	
1907	600\$000	600\$000	
1912	600\$000	600\$000	720\$000
1916	600\$000	600\$000	720\$000

FONTE: Ver nota acima; * estava consignado 1:200\$000 para as duas entidades.

1.3 - Tipos de sócios – critérios para associação, ingresso de novos sócios e permanência nos quadros

No que toca às “condições para admissão de sócios”, Tania Regina de Luca classifica estas sociedades em seis grandes conjuntos: 1- Sociedades organizadas nas empresas; 2- Sociedades organizadas nos órgãos públicos (Município, Estado ou União); 3- Sociedades organizadas por categorias profissionais (mesmo ofício, profissões idênticas ou conexas etc.); 4- Sociedades organizadas por etnia; 5- Sociedades organizadas por Bairro; 6- Sociedades Abertas.⁵⁷ Afora o quinto tipo classificado pela autora, de sociedades organizadas por bairros, todos os outros conjuntos podem ser vislumbrados entre as mutuais existentes em Maceió no período, como já vimos no quadro acima.

O ritual para admissão dos sócios era um modo de depurar, proibir a entrada de membros que não estivessem totalmente estabelecidos na profissão, e que não viessem a provocar “prejuízo” financeiro ou moral para a entidade, em sendo admitidos. Muitas vezes,

⁵⁷ LUCA, Tania. Op. cit. pp. 35/7.

estas entidades possuíam apenas dois tipos de sócios, os efetivos e os honorários (ou beneméritos). Por vezes, ampliavam a categoria dos associados a até cinco, como é o caso do *Monte-Pio dos Artistas Alagoanos*, com as seguintes categorias de sócios: fundadores, efetivos, correspondentes, beneméritos e honorários. Para a *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos*, enquanto os sócios honorários ou beneméritos são “todas as pessoas fidedignas e que possam prestar serviços a associação”, os sócios correspondentes são “os que se quiserem corresponder com esta associação ou com quem ela julgue dever corresponder-se”.⁵⁸

Normalmente os sócios são admitidos a partir da apresentação da proposta de admissão por, pelo menos, um sócio efetivo, perante a diretoria ou perante a assembleia e/ou reuniões ordinárias, desde que esta(s) os aprovem. Obviamente, como já visto acima para o caso de Minas Gerais, eram “assalariados” com alguma regularidade e potencialmente sadios.⁵⁹ Muitas vezes a idade do sócio admitido é restrita à faixa etária entre 15 (ou 18 anos) e 50. Além desses critérios, deveriam ser indivíduos de boa índole, que não praticassem “maus costumes” e que estivessem abertos à convivência em comum com outros indivíduos muito provavelmente da mesma condição social. Comumente, morar na cidade onde atuava a entidade era outra condição exigida.

A historiografia que se debruça sobre o tema do mutualismo na atualidade, enfatiza muito mais o cálculo racionalista que está implícito no fator previdenciário a que procuram os associados, afirmando ser este o aspecto determinante na opção dos associados por esta ou aquela entidade. Apesar de, muitas vezes, as opções teórico-metodológicas de tais estudos recaírem em matrizes de pensamento como a weberiana (notadamente o caso de Adhemar Silva Jr.), há aqui um forte apelo da concretude material para que tal orientação aconteça. Ninguém opta por se manter contra a cobrança pragmática do cotidiano por muito tempo em nome de “interesses espirituais”, porque, então, em pouco tempo não haveria mais

⁵⁸ Estatutos da *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos*, artigo 2º, parágrafos 2º e 3º. Das sociedades analisadas em seus estatutos, apenas a Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió, em seu artigo primeiro, parágrafo 7º, faz menção a “corresponder-se com as associações literárias, comerciais e científicas, com que atualmente entretém relações, e ainda com aquelas que de futuro possam auferir utilidade.” Para o caso de São Paulo, Tania de Luca registra poucas entidades com tal prática. Apesar de ser o único caso estatutário encontrado para Alagoas, a correspondência entre sociedades de outras cidades e províncias/estados com as de Alagoas era relativamente comum, a deduzir-se dos órgãos de divulgação destas entidades, que expressavam amiúde tais correspondências. O desenvolvimento da Perseverança será tratado no próximo capítulo.

⁵⁹ A *Associação Tipográfica Alagoana* vedava a entrada aos postulantes que “estiverem em condições tais que imediatamente precisem de socorros sociais”. Estatutos da *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos*, artigo 8º, parágrafo 2º.

a possibilidade de opção, e o *descenso social* haveria atingido a pessoa ou o grupo que assim se comportasse. Sem negar a validade mais ampla desse argumento para as mutualistas em geral, e mesmo sem possuir evidências de monta para consubstanciar a breve indicação que segue, gostaríamos de realizar uma ponderação. Entendemos que não em poucos casos, o nível de afinidade construída pelas pessoas em seus locais de trabalho, a forte presença dos que convivem e labutam cotidianamente – presença esta que leva a conhecimentos que faculta um melhor situar e caminhar na esfera regimentada do novo universo do associativismo, que permite companheirismos em um nível que pode facilitar o acesso a determinados serviços (ou mesmo amenizar a percepção de sua falta) –, enfim, pelo processo de identificação que ocorre entre as mutuais de trabalhadores e a condição de pertencer a esta categoria, classe ou grupo (subgrupo), compõem o cômputo geral dos cálculos realizados pelos postulantes a entrar no quadro dos associados desta ou daquela entidade. Particularmente para uma cidade como Maceió, que oferecia um número reduzido de mutuais exclusivamente compostas de trabalhadores, este é um argumento que deve ser levado em consideração, embora seja difícil sua comprovação empírica.

Havia poucas entidades que apresentavam alguma restrição, para além das usuais indicadas acima, ou que não se referissem a condutas e atitudes por demais genéricas. E normalmente eram as mutuais construídas por categorias profissionais, por ocupação em atividades conexas, que exigiam o vínculo com a arte, ofício ou ocupação, como é o caso da *Associação dos Agentes Fiscais do Imposto do Consumo de Alagoas*, que indicava a possibilidade de admissão apenas aos que ocupassem funções de “agentes fiscais efetivos, interinos, fiscais do selo adesivo e demais funcionários federais que a ela quiserem se associar”⁶⁰, ou o do *Monte-Pio dos Artistas Alagoanos* que, em seus estatutos, no artigo 3º, parágrafo 1º, apontava que para ser admitido sócio é preciso que “tenha e exerça qualquer arte ou ofício”. Após fazer parte do quadro de sócios, e na eventualidade de perder o emprego e passar a se ocupar de atividade de outro ramo profissional, alguns estatutos permitiam a continuidade deste nos quadros de sócio, como é o caso da *Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió*, que veremos adiante.

Um outro tipo curioso de entidade para discutirmos a relação entre mutualismo e o processo de identificação classista dos trabalhadores são as que professam em sua

⁶⁰ Estatutos da *Associação dos Agentes Fiscais do Imposto do Consumo de Alagoas*, artigo 1º. In: LIVRO Registro de Estatutos – Sociedades beneficentes (1921-1931), L170, E21 [Apa].

designação e/ou objetivos um “interesse espiritual” específico (por exemplo, musical, de nacionalidade etc.), mas que apenas admitem trabalhadores (artesãos, artistas, operários) em seus quadros. Para o Brasil, há diversos casos que indicam uma presença forte deste tipo de entidade. Para Alagoas, encontramos apenas uma, a *Sociedade Recreio Philarmônico*, que teve seus estatutos discutidos e definidos na sala de sessões de sua entidade em 5 de agosto de 1877. Esta é uma entidade que em boa medida se identifica com a música, pois possui um arquivo de peças musicais, instrumentos e peças de instrumentos musicais, e uma banda de música com “24 instrumentos, pouco mais ou menos”. Seus estatutos indicam, ainda, que ela possui como fim “praticar atos de beneficência entre os seus sócios efetivos” (Artigo 1º). Não obstante esse perfil musical, quando reparamos quais são as duas categorias de sócios possíveis, e quem preenche os requisitos para admissão, nos deparamos com uma surpresa:

São sócios efetivos todos os cidadãos artistas que quiserem, com tanto que mostrem que exerçam a profissão em qualquer arte mecânica ou liberal, e que sejam de reconhecida moralidade e amor a trabalho. (artigo 22).⁶¹

Pode depreender-se, daqui, que os sócios efetivos da entidade são artistas mecânicos ou liberais que possuam (porém, não necessariamente) inclinação para a música? É bom ressaltar, ainda, que, de acordo com os estatutos, no caso de um sócio efetivo perder a “condição”, “deixando a profissão de artista”, terá suspensos os seus direitos. Apesar de algumas dúvidas que permeiam o ponto, cremos não ser descabido conjecturar que a identidade última indicada aqui seja a de artista no sentido mais amplo do termo dado à época. Apenas como complemento, indicamos que, como sócios honorários, que não estão aptos a receber benefícios ou socorros da entidade, estão “todos os cidadãos não artistas, de posição social, haveres, saberes ou ilustração que, por amor à arte e intenção benéficas, queiram prestar serviços à sociedade” (artigo 23).

Voltemos a alguns parágrafos atrás. Alguns dos preceitos que funcionam como espécies de prescrições diretas ou indiretas de formas de conduta⁶² terminavam, de um modo ou de outro, visibilizados com mais ou menos precisão nos próprios estatutos das sociedades. Acompanhemos nosso raciocínio. Nas propostas de reforma do Estatuto da

⁶¹ Note-se que, além de artista, o sócio tem de ser cidadão.

⁶² Carlo Ginzburg fala deste aspecto em termos de “regras escritas com tinta invisível no tecido da vida cotidiana da sociedade”, cf. GINZBURG, Carlo. *Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez*. In: **Relações de força**: história, retórica, prova. Tradução de Jonatas Batista Neto – São Paulo: Cia das Letras, 2002, pp. 47/63.

Sociedade União dos Operários Trapicheiros de Maceió, para permanecer no quadro os sócios precisavam cumprir um código de conduta:

Os sócios que injuriarem ou desconceituarem a sociedade, que comparecerem embriagados à Sessão ou prevaricarem, desviarem valores ou furtarem-se ao pagamento de seus débitos para com a sociedade, que comparecerem armados ou fizeram agressão dentro ou próximo da sede social, serão eliminados pela Diretoria.⁶³

Em muitos casos de estatutos, os sócios condenados pela justiça não serão admitidos e/ou poderão perder a condição de sócios. Em outros casos de entraves tanto para admissão como para permanência nos quadros de sócios, surge, de modo um tanto vago, a noção de um “preceito moral da existência e fundação desta associação” como sendo um princípio geral, implícito, porém compartilhado por todos, que regia as questões mais centrais da entidade e ao qual todos deveriam estar subordinados. Enfim, para reforçar e concluir o argumento que vimos desenvolvendo, há uma espécie de estratégia de identificação e de solidariedade regimentada que obviamente vai sendo construída no cotidiano das atividades da entidade, mas que não deixa de ser reforçada pelos estatutos, a título de preceito moral, conduta fraternal etc. Apesar de fluidos, mal delimitados, tais princípios poderiam causar o impedimento para entrar no quadro de sócios ou a expulsão, algo que resultaria num efeito bem concreto para a condição dos sujeitos pesquisados aqui. Acercar-se dessas regras, internalizá-las e cumpri-las era, obviamente, mais fácil para os que vivessem na mesma condição de vida dos que ajudavam a construir tal consenso. Isto era, certamente, algo a que eles levavam em consideração na hora de se articular para requerer sua entrada nesta ou naquela entidade.

Em outros termos, o que vimos argumentando ao longo destas páginas é que, muito provavelmente, o processo de identificação social necessário à participação nestas entidades muitas vezes era utilizado como índice de escolha principal por parte dos associados na definição da entidade a que vai pertencer. Como alertado, de qualquer modo, não é fácil levar adiante este tipo de argumento, particularmente quando se percebe que a delimitação entre fatores objetivos e subjetivos não pode ser facilmente definida. Os interesses materiais seriam a relação custo-benefício estabelecida entre as joias e mensalidades, por um lado, e

⁶³ Proposta de reformas do Estatuto da Sociedade União dos Operários Trapicheiros de Maceió. Artigo 57º. In: Livro Registro de Estatutos – Sociedades beneficentes (1921-1931), L170, E21 [Apa].

os serviços e socorros prestados, por outro? Enquanto os interesses subjetivos seriam os vínculos identitários fortalecidos no complexo das relações sociais em que estão inseridos os indivíduos e classes? Qual seria o primeiro na ordem de preferência? A avaliação da beneficência e o socorro em relação ao que se paga? Parece que sim. Porém, para que não comece a haver uma disparidade no tipo de serviço que está sendo ofertado a partir das joias e mensalidades que são cobradas, é preciso criar (ou projetar a sociedade a partir de) um certo padrão econômico-social médio entre os associados potencialmente admissíveis nestas entidades (padrão médio que sirva tanto para nivelar o grau de cobrança a ser realizado junto aos sócios como as possibilidades de demandas requeridas pelos mesmos a partir das “forças” dos “cofres” da entidade), que fatalmente já é um gerador de uma uniformidade no nível da identificação, partindo do pressuposto de que as condições objetivas de vida e de trabalho vão construindo as possibilidades de organização e maturação de tais padrões morais, de comportamento e vínculos etc.

Pode-se aventar, também, que é nestas entidades montadas a partir das ocupações e atividades profissionais que vemos estratégias mais duradouras de construção de vínculos identitários. Na *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos* e no *Monte-Pio dos Artistas Alagoanos*, os sócios efetivos são obrigados a concorrer para o fim da associação, a cumprir religiosamente as obrigações destes estatutos e as deliberações da sociedade e do conselho, e a assistir às reuniões que forem convocadas.⁶⁴ Faltar a 3 reuniões consecutivas implica perder “o lugar que ocupava, salvo se apresentar razões que o impossibilitem de comparecer.”⁶⁵ Isso dá bem uma dimensão do que era ser associado e do que era a cultura associativa da qual fala Claudio Batalha.⁶⁶ Porém, este é um traço, se não exclusivo, pelo menos mais forte, das mutuais dos trabalhadores. A partir dos estatutos analisados, podemos afirmar isso com alguma segurança. Possivelmente este seria o caso também das beneficentes organizadas por interesses étnicos. Para Maceió e Alagoas identificamos apenas uma única entidade com tais características, a *Sociedade Dramática Luzo-Brazileira*, porém não encontramos seus estatutos ou documentação extra que possibilitasse entender melhor o seu tipo de comportamento diante de tais questões. Os interesses em comum são

⁶⁴ Conferir os estatutos da *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos*, artigo 11º; e do *Monte-Pio dos Artistas Alagoanos*, artigo 10º.

⁶⁵ Estatutos da *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos*, capítulo 10, artigo 41. Doc. cit.

⁶⁶ BATALHA, Claudio. *Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**, vol. I: o tempo do liberalismo excluyente (da Proclamação da República à Revolução de 1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, (pp. 161/89).

estabelecidos no dia a dia, na prática de convivência social coletiva que possibilite percepções próximas e amalgamem sentimentos, propostas, projetos. Quando isso se corporifica num preceito escrito num regimento ou estatuto produzidos a partir de reuniões ampliadas, debates, enfim, a partir de um consenso compartilhado, apenas se reforça aquilo que já estava acontecendo na vida daquelas pessoas.

Não é por acaso que um fino observador da sociedade maceioense e alagoana de fins do século XIX tenha descrito a tormenta de um alfaiate numa situação de falta para com o *Monte-pio dos Artistas Alagoanos*. Um dos protagonistas do seu romance *Traços e Troças*, Manoel é o alfaiate enamorado de Zulmira, que lhe dá pouca atenção. Numa passagem de desregramento social, em que ele se entrega momentaneamente à farra e à bebedeira noturna, vemos o artista cruzando as ruas da cidade em dia já claro, de volta para sua residência, quando se depara com um préstimo do Montepio em homenagem ao médico, dr. Antonio Francisco de Gouvêa. Sem ter participado dos preparativos, e apesar de a passagem sugerir que ele não era associado da entidade, o narrador descreve da seguinte forma o que ele sente:

O Manoel envergonhou-se do seu estado. Era artista e não estava ali, quando os deveres da classe a isso o impeliam. Se fosse membro do Montepio [...] sem dúvida passaria com os outros a noite anterior trabalhando, enfeitando, alegres, prazenteiros, joviais, e não teria o desgosto de sofrer as decepções cuja lembrança agora o acabrunhavam.⁶⁷

No que se refere ao quadro geral dos sócios destas entidades é preciso considerar a barreira de gênero, que parece ter continuado durante todo o associativismo mutual de trabalhadores.⁶⁸ Claudio Batalha é da mesma opinião, afirmando ser este “um mundo masculino” pela efetiva “ausência de mulheres na maioria dos ofícios”, mas também porque sua entrada no mercado de trabalho não era vista com bons olhos pelos operários, pois significava “uma forma de concorrência desleal, que promovia a desqualificação e o rebaixamento salariais”. Nestes termos,

⁶⁷ MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e Troças** – Leitura Quente (crônica Vermelha). 2ed. Maceió, DEC, 1964 [1899], p. 70.

⁶⁸ MATTOS, Marcelo Badaró. Op. cit., p. 94.

A relação das sociedades de auxílios mútuos com as mulheres era quase sempre na condição de dependentes dos associados homens, durante a vida destes, e depois de seu falecimento, como beneficiárias de sua pensão (viúvas e filhas solteiras).⁶⁹

Nesse sentido, e levando em conta que esta tradição informou aspectos do movimento operário moderno, os problemas relativos à participação feminina no sindicalismo brasileiro perdurariam por um bom tempo ainda.

Além destes pré-requisitos, normalmente pagava-se uma joia e as mensalidades. A joia de entrada cobrada pelas entidades em Alagoas variava entre 2.000 réis (a mais baixa) e 20.000 réis (a mais alta). O valor mais comum destas joias, no entanto, ficava em 5.000 réis. Em alguns casos, estas entradas podiam ser parceladas em até 4 vezes.⁷⁰ A partir do caso do Rio de Janeiro, Batalha constata também uma variação relativamente grande, inclusive levando-se em conta a idade do associado, mas basicamente tais joias custavam, para a capital do Império, entre 5\$000 e 40\$000, sendo 20\$000 o valor mais comum.⁷¹

Já para as mensalidades, a média praticada em Alagoas era semelhante à cobrada no Rio de Janeiro e Minas Gerais, ficando no valor de 1.000 réis.⁷² Em alguns poucos casos, a mensalidade era mais cara (2.000 réis, para a *Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió*, pagas “pontualmente”)⁷³ ou mais barata (caso do *Monte-Pio São José*, que cobrava apenas 500 réis a cada dois meses).⁷⁴ A *Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió* foi o único caso encontrado que exigia o pagamento adiantado do mês.⁷⁵

A *Sociedade Benéfica Proteção e Auxílio*, dos operários da União Mercantil em Fernão Velho, era a única entidade que não estipulava uma joia de entrada - possivelmente porque no primeiro formato de seus estatutos a entrada era compulsória. Já a mensalidade, que não possuía um valor fixo, equivaleria a “5% de seus vencimentos semanalmente, que ganhem por mês ou por dia”, de acordo com o artigo 2º. Esta imprecisão de valores a serem pagos até o final de cada mês, possivelmente foi motivo de resistência para os sócios

⁶⁹ BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores... Op. cit., p. 65.

⁷⁰ Estatutos da *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos*, artigo 51; e *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió*, artigo 6º, parágrafo 2º. Doc. cit.

⁷¹ BATALHA, Claudio. Op. cit. MATTOS, Marcelo. *Escravidados e livres*, Op. cit. p. 94, encontra um valor das joias diferente de Batalha, apontando para algo entre 2.000 e 5.000 réis.

⁷² BATALHA, IDEM; VISCARDI, Claudia e JESUS, Ronaldo de. Op. cit., p. 28; MATTOS, Marcelo. Op. cit., 94

⁷³ Cf. artigo 6º, parágrafo 2º. No segundo capítulo, veremos que isto faz parte de um perfil mais elitista dos sócios desta mutual de caixeiros.

⁷⁴ Ver seus estatutos, artigo 14.

⁷⁵ Artigo 9º, parágrafo 1º.

obrigatórios da entidade.⁷⁶ Não era incomum que as entidades cobrassem, ainda, uma taxa de selo no valor de 1.000 réis para confeccionar o diploma dos sócios.⁷⁷

Todos esses valores foram levantados para realizarmos uma breve conjectura. O salário médio de um operário no Rio em 1890, como aponta Marcelo Mattos, era de 100\$000 (cem mil réis).⁷⁸ Como a mensalidade média de uma associação custava 1.000 réis equivalia a 1/100 do salário do associado. Apesar da alta variabilidade no valor dos salários dos trabalhadores da área urbana de Maceió, pelas informações que possuímos até o momento acreditamos que a média salarial da capital alagoana era bem menor que os valores praticados para o Rio de Janeiro.⁷⁹ A mensalidade, porém, era a mesma, o que implica uma restrição maior de acesso a tais entidades por um conjunto relativamente grande de trabalhadores assalariados de maneira intermitente e no nível da miséria. Isso explica, em certa medida, o fato de as joias cobradas pelas mutuais locais serem relativamente menores que as cobradas para a capital do país: apesar de precisar fazer caixa para cobrir todas as despesas relativas à entrada de mais um sócio em suas hostes, o baixo valor das joias servia de estímulo ao engajamento em uma dessas entidades. É bom considerar, mesmo assim, que tais joias eram extremamente altas para o contexto do mercado de trabalho e salários médios locais, e que elas vinham muitas vezes acompanhadas de outras despesas adicionais, como as taxas de selos e as relativas aos diplomas, por exemplo.

Cláudia Viscardi afirma que era comum que a inadimplência por três meses ou mais levasse à expulsão do associado dos quadros da entidade.⁸⁰ Encontramos essa característica, também, para as associações estudadas em Maceió, além de outros casos em que dois meses de atraso equivaliam à suspensão dos direitos e benefícios e quatro meses significavam a eliminação dos quadros de sócio.⁸¹ Como veremos adiante, algumas entidades parecem cumprir à risca essas cláusulas, como no caso da *Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió*.

⁷⁶ Para tal, veja-se o texto de nossa autoria: MACIEL, Osvaldo. Estatutos de sociedades mutualistas e a história social do trabalho – conjecturas em torno da Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho, 1876/1879). In: **Revista Crítica Histórica**, Vol. 1, nº 1, CPDHis/UFAL, 2010, (pp. 226/41).

⁷⁷ Estatutos do *Monte-Pio dos Artistas Alagoanos*, artigo 47; e da *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos*, artigo 51.

⁷⁸ MATTOS, Marcelo. Op. cit., p. 94.

⁷⁹ As cifras que encontramos variam demasiadamente, indo de cerca de 10.000 até 60.000 réis mensais.

⁸⁰ Op. cit., p. 308.

⁸¹ Ver, por exemplo, o artigo 57, parágrafo único, da Proposta de reformas do Estatuto da *Sociedade União dos Operários Trapicheiros de Maceió*. In: Livro Registro de Estatutos – Sociedades beneficentes (1921-1931) L170, E21 [Apa].

1.4 - Socorros e auxílios

O serviço mais comum ofertado pelas mutuais maceioenses era a assistência médica aos enfermos, assistência esta muitas vezes seguida de diárias, que deveriam ser restituídas quando da completa recuperação dos doentes e retorno ao trabalho. Havia também o auxílio para realização de funeral e a pensão a herdeiros dos sócios falecidos (viúvas ou mães viúvas, enquanto “viverem honestamente”) ou órfãos/irmãos, enquanto forem menores ou não estiverem aptos ao trabalho. Dentre os serviços prestados mais comuns estavam, também, o cuidado com a instrução, através da promoção de conferências e palestras, criação de aulas e organização de bibliotecas para sócios, bibliotecas estas que muitas vezes eram abertas para o público em geral. Trataremos mais detidamente sobre as bibliotecas e as aulas noturnas das mutuais de caixeiros no quarto capítulo. Por fim, podemos incluir a exibição de espetáculos e organização de quermesses, festas as mais diversas e bailes dançantes neste rol.

Como já indicara Claudio Batalha em relação aos serviços, o que se ofertava “costumava ser muito similar”. Havia um leque de “serviços mínimos” oferecido por todas as entidades que, *grosso modo*, correspondia à relação indicada acima.⁸² Numa relação de serviços prestados pelas mutuais paulista, Tânia de Luca chega a resultados similares:

⁸² BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores, Op. cit., p. 60.

QUADRO VI - PRINCIPAIS SERVIÇOS OFERTADOS PELAS MUTUALISTAS EM SP (%)⁸³

SERVIÇO	%
Assistência médica	42,7
Fornecimento de medicamentos	32,5
Diárias para enfermos	56,9
Pensões para idosos e inválidos	22,8
Auxílio–desemprego (não identificado)	5,3
Ajudar na recolocação no mercado de trabalho	9,3
Funeral	51,6
Assistência Jurídica	13,8
Auxílio e proteção aos presos – ver melhor	19,1
Ajuda a herdeiros dos sócios (Pensão)	30,1
Entrega de pecúlio a herdeiro indicado por sócio	7,3
Ministrar aulas, palestras e conferências	26,8
Organização de bibliotecas e gabinetes de leitura	18,3
Proporcionar festas, bailes, jogos e piqueniques	16,3

Afora o auxílio–desemprego e o auxílio e proteção aos presos (que para o caso do Rio de Janeiro não parece ter sido tão comum como para São Paulo),⁸⁴ todos os demais serviços listados aqui são ofertados por alguma entidade maceioense.⁸⁵ Normalmente todos esses serviços, para serem ofertados, precisavam passar pela autorização do presidente da

⁸³ LUCA, Tânia de. Op. cit., pp. 23/32. Há um quadro mais completo nomeando muitos destes serviços como objetivos na p. 33.

⁸⁴ Vide BATALHA, Claudio. IDEM, p. 60.

⁸⁵ Segundo Luca, apenas 5,3% das mutualistas pesquisadas concedia direito a “auxílio–desemprego”. A razão encontrada por ela para tão baixo índice deste serviço para uma categoria social que o demandava com frequência pode servir para entender a existência não detectada deste item aqui em Alagoas: “a frágil estrutura financeira de grande parte das entidades não teria como suportar mais essa despesa”. Segundo a autora, um número um pouco maior delas (9,3%), no entanto, “propunham-se a procurar colocação para sócios desempregados.” LUCA, Op. cit., p. 28. Algumas sociedades ofertavam também este tipo de serviço em Maceió, inclusive as caixerais, como veremos.

entidade, que se baseava no parecer ou requerimento de uma comissão designada para avaliar/acompanhar estes casos.

Devido ao fato de não encontrarmos relatórios das entidades ou atas mais circunstanciadas de assembleias gerais e/ou ordinárias, não conseguimos identificar em que medida estes serviços eram ofertados, nem a relação entre demanda e execução do auxílio. A saúde financeira dessas entidades nunca foi das melhores, de qualquer modo. Levamos em conta, também, que a tendência era que tais serviços fossem sendo efetivados em um nível cada vez maior à medida que esta cultura associativa se consolidasse no conjunto dos associados e fosse internalizada a noção de direito a ser reivindicado. Por conseguinte, acreditamos ser provável haver pleitos justos (ou seja, pleitos que estavam em acordo com as normas regimentais estabelecidas pelas entidades) que não eram atendidos.⁸⁶

Se para São Paulo são “pouquíssimas” as mutuais que tocam explicitamente nos “acidentes de trabalho”, justamente para um grupo onde estes eram certamente um dos maiores problemas a serem enfrentados em seus locais de trabalho, para Maceió não encontramos nenhum caso, na documentação pesquisada, que indicasse a oferta desse tipo de serviço.

Numa outra ponta da oferta de serviços não muito comuns, encontramos o empréstimo de dinheiro aos associados. É o caso da *Associação dos Agentes Fiscais do Imposto do Consumo de Alagoas*. Entre os serviços ofertados pela associação estão os “empréstimos pecuniários”.⁸⁷

Podemos listar aqui, também, o caso da *Sociedade Monte Pio dos Artistas da Cidade de Penedo*, muito embora não seja de Maceió. Apesar de, no artigo 56, negar, num primeiro momento a possibilidade de empréstimo dos fundos sociais, no artigo seguinte entra em contradição, afirmando que “em caso de urgente necessidade, se fará [empréstimo] àquele que garantir triplicadamente a quantia que pedir”, através de hipoteca. E, neste caso, “só se aceitará a hipoteca de bens de raiz, dando-se toda preferência a fiador idôneo.”⁸⁸

⁸⁶ Uma nota rápida e incomum saída no Gutenberg em 24 de outubro de 1897 pode ser um exemplo desta conjectura. Informa ela, laconicamente, que a petição de pensão de D. Julia de Brito Lessa, viúva do telegrafista Fulgino Lessa, foi indeferida pelo governo federal. Cf. Monte-Pio. IN: Gutenberg, 24 de outubro de 1897, ano XVI, nº 227, p. 2. Não conseguimos averiguar sobre que Monte-Pio se tratava.

⁸⁷ Artigo 2º, alínea b, dos Estatutos da *Associação dos Agentes Fiscais do Imposto do Consumo de Alagoas* In: LIVRO Registro de Estatutos – Sociedades beneficentes (1921-1931), L170, E21 [Apa].

⁸⁸ Artigos 56 e 57. In: Estatutos da *Sociedade Monte-Pio dos Artistas da Cidade de Penedo*, aprovado em sessão da Assembleia Geral do dia 7 de fevereiro de 1886. Cf. o já citado livro de provisões e estatutos das

A possibilidade de empréstimo para os “menos favorecidos da fortuna” – numa época em que o acesso ao sistema financeiro era restrito a indivíduos das classes proprietárias - passava a ser um fator que contribuía na atração de sócios. É preciso notar, no entanto, dois pontos. O primeiro, já salientado, de que são pouquíssimas as mutuais alagoanas que oferecem este tipo de serviço. O segundo que, mesmo estas poucas entidades, possuíam muitas vezes critérios impeditivos para o acesso ao serviço, como é o caso citado do *Monte Pio* penedense, que exigia como hipoteca “bem de raiz”, algo não muito comum para o padrão dos trabalhadores médios do período estudado.⁸⁹

O auxílio ao funeral era um dos serviços mais comuns ofertados pelas mutuais no Brasil inteiro. Tania de Luca computa que 51,6% das mutuais paulistas possuíam o auxílio, e Claudio Batalha aponta este como um dos serviços básicos mais comuns das mutuais no Rio de Janeiro.⁹⁰ Também era o caso de Maceió. A já citada *Sociedade Caritativa Mortuária Auxiliadora dos Cristãos* possuía este como sendo seu principal serviço. Era natural tal recorrência. Símbolo de *status* perante toda a sociedade, o bem morrer era algo almejado pela sociedade cristã brasileira e, muito em particular, a nordestina. Assim, como parte desta economia moral da morte, o indivíduo respeitável deveria ter também um funeral de acordo com o lugar que ocupava em vida.⁹¹

Então, era muito comum encontrarmos artigos como o vigésimo quarto do estatuto do *Monte-pio São José*, que afirmava que, para o sócio que falecer na indigência,

será o seu cadáver sepultado à quota dos cofres da sociedade, com decência, e acompanhado até o cemitério público pelos sócios, só podendo eximir-se desse dever de caridade e religião aquele que tiver causa justa e participar, sob pena de multa de 1\$000 a cada sócio que não comparecer.

Observa-se a importância da cerimônia, e a variedade dos auxílios ofertados. Há de se considerar que era um serviço extremamente dispendioso, com “carro, caixão, flores,

sociedades beneficentes, literárias e outras (1869-1887). Embora não seja uma mutual, citamos neste tópico o serviço Monte de Socorro da Caixa Econômica. Aparentemente criado em 1874, o Monte empresta “pequenas somas para socorrer em suas urgentes necessidades às classes menos favorecidas de fortuna.” Cf. Almanack Administrativo da Província das Alagoas para o anno de 1876, contratado por Amintas & Soares. Maceió: Typographia Social, 1876, p. 56.

⁸⁹ Possivelmente, também, o sistema de empréstimo era entendido como forma de robustecer os cofres da entidade.

⁹⁰ LUCA, Tania. Op. cit., p. 28; BATALHA, Claudio. Op. cit.

⁹¹ REIS, João José. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

castiçais, velas, cruz, roupas do morto, luto da família e outras ‘pompas fúnebres’”, afinal havia aqui “um forte componente cultural: a preocupação de ser enterrado condignamente e se possível às expensas próprias.”⁹² Dependendo da entidade, havia uma variedade muito grande nos valores pagos pelo funeral, possivelmente em função do tipo de funeral realizado. Essa diferença, ao ser considerado o mesmo valor da mensalidade paga pelos sócios, “é talvez um indicativo do *status* que se atribuíam aos vários ofícios.”⁹³ Encontramos alguns casos, para Maceió, em que a entidade estipulava um valor para o auxílio–funeral.⁹⁴ Apesar de normalmente existir uma cláusula que indicava que o auxílio só seria concedido aos sócios que morressem na indigência ou pobreza, pode ser que houvesse a possibilidade de os familiares contribuírem com algum complemento para incrementar o préstimo fúnebre. Certamente, de qualquer forma, de acordo com o prestígio e a respeitabilidade do falecido, conseguiam-se bandas de música, estandartes da associação, coroas de flores extras para a ocasião etc.



Funeral de Guilherme Lemos realizado pela *Auxiliadora dos Cristãos* em 1925. Lemos fora uma das destacadas lideranças do movimento operário na primeira década do século XX. FONTE: Acervo da Sociedade Caritativa Mortuária Auxiliadora dos Cristãos, [1925].

⁹² LUCA, Tania. IDEM, p. 29.

⁹³ BATALHA, Claudio. *Sociedades de trabalhadores*. Op. cit., 61

⁹⁴ *A Perseverança e Auxílio* estipulava que, em inícios da década de 1880, a despesa limite com o enterro era da ordem de 40.000 réis (artigo 33). Por sua vez, a *Sociedade União dos Operários Trapicheiros de Maceió* concorreria “até com as despesas do funeral” (artigo 2º, alínea a) porém apontando como valor 200.000 réis, para os primeiros anos da década de 1920 (artigo 45).

No quinto capítulo discutiremos o problema da instrução dos trabalhadores em geral e de como as mutuais caixeirais tratavam do tópico, especificamente. Encontramos ainda alguns serviços prestados que são incomuns no conjunto das mutuais analisadas aqui. A sociedade de caixeiros *Perseverança e Auxílio*, no artigo 32 de seus estatutos, por exemplo, preceitua auxílio com passagem na eventual transferência de algum de seus sócios para outra cidade ou província do Império. O *Club Popular Alagoano*, sociedade mutual de característica aberta, instalado em 17 de setembro de 1876, era sensível ao forte recrutamento realizado em Alagoas. Em conta disto, o *Club* define que entre os serviços que oferta, além do auxílio aos “associados pobres” em caso de doença ou morte, possibilitará o resgate de valores também nas situações de recrutamento destes, de seus filhos ou parentes.⁹⁵ Nesta lista de serviços incomuns, podemos colocar também a proposta de criar uma cooperativa para “vender aos sócios de uma maneira garantida”, como estabelece a *Sociedade União dos Operários Trapicheiros de Maceió*.⁹⁶

1.5 - As diretorias das mutuais

Trabalhemos um pouco, agora, em torno da composição das diretorias das mutuais. Adhemar Lourenço da Silva Júnior levanta uma hipótese para o caso da pouca rotatividade e reiteração de nomes nos cargos de diretoria. Para ele, “pouca gente tinha vontade de ser dirigente” dessas entidades, por uma série de motivos, particulares, profissionais e de outra ordem. Assim, os estatutos muitas vezes continham cláusulas de obrigação em aceitar os cargos para que são escolhidos. Por exemplo, na *Beneficência Porto-Alegrense*, “o dever de ocupar cargos não era apenas uma declaração de princípios, mas procedimento levado muito a sério”. Efetivamente, a hipótese se verifica para alguns casos, porém era extremamente

⁹⁵ Estatutos do *Club Popular Alagoano*, artigo 25. IN: Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa). (1869 – 1887). L 94, E. 20. [Apa]. Apenas lembrando, este era um dos maiores temores da população de baixa renda no Império.

⁹⁶ Não sabemos até que ponto se viabilizou a cooperativa. Foi o único caso encontrado em todos os estatutos pesquisados. Cf. Proposta de reformas do Estatuto da *Sociedade União dos Operários Trapicheiros de Maceió*. In: LIVRO Registro de Estatutos – Sociedades beneficentes (1921-1931), L170, E21[Apa]. O artigo está sem numeração, pois só com a redação final é que se saberia deste detalhe.

comum a recondução de várias pessoas aos mesmos cargos, alguns por 10 mandatos consecutivos, pela dificuldade de composição de diretorias.⁹⁷

Isso parece aplicar-se bem para Maceió. Não obstante, não significa dizer que não houvesse disputas e fricções internas, ou que a continuidade de determinados membros de diretoria seguidas vezes, mesmo sem sua vontade direta, não terminasse gerando óbices à representatividade e democracia existente no interior destas mutuais. Para tanto, vejamos inicialmente o quadro de diretorias da *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos*,⁹⁸ que é um quadro representativo de algumas das características que conseguimos identificar como pertencente a boa parte dessas entidades. Além de que, junto com o quadro das diretorias do Montepio dos Artistas Alagoanos e da Perseverança e Auxílio, é um dos mais completos que conseguimos reconstruir.⁹⁹

Antonio Ferreira de Castro, como vemos, entrou para a diretoria da entidade em 1884, exercendo o cargo de procurador. Na gestão de 1885/6, já ocupava o cargo de 2º Secretário, passando a ser 1º Secretário para o biênio 1889/90. Alguns anos depois (novembro de 1897 a novembro de 1898), vemos Castro ocupando o cargo de Vice-Presidente da Associação Tipográfica, numa trajetória ascendente e contínua de dedicação de pelo menos 14 anos, até onde pudemos rastrear.

A partir dos dados que conseguimos coletar na documentação consultada, este não é um caso raro. Na própria mutual dos gráficos identificamos os casos de Bernardino Leotrophilo de Sena Amorim Lima e de Olympio Fonseca da Silva, que exercem cargos na diretoria desta pelo menos entre 1881 e 1890. Graciano Batista de Lapa Dantas é mais um, entre outros casos iguais a estes, que podem ser citados. Só que, aqui, para o *Monte-pio dos Artistas Alagoanos*, demonstrando que o fenômeno da permanência de alguns nomes por longo tempo nas diretorias de mutualistas era algo comum no período estudado. Claudia Viscardi, analisando este aspecto, avalia que

⁹⁷ SILVA JR. Op. cit., pp. 256/9. Para a citação, p. 257.

⁹⁸ O levantamento está no anexo I. Todos os dados levantados foram retirados dos diversos Almanques Administrativos para a província de Alagoas, publicados no período indicado e indicados nas fontes. Apenas para as diretorias de 1897 e 1898 é que nós utilizamos duas breves notas saídas no periódico Gutenberg de 9 de novembro de 1897 e 8 de novembro de 1898.

⁹⁹ O caso da *Perseverança e Auxílio* será visto em lugar apropriado, adiante. Para o *Monte-pio dos Artistas Alagoanos*, apenas salientamos que ele segue, com leves divergências, as características apontadas para o caso analisado aqui, das diretorias da sociedade tipográfica.

As lideranças [das mutualistas] raramente eram pobres ou analfabetas. Muitas se mantinham indefinidamente no poder. Não porque quisessem, mas, na maioria das vezes, por não disporem de concorrentes.¹⁰⁰

O caso de Antonio Ferreira de Castro, citado inicialmente, é ainda mais sintomático desse traço característico das sociedades de trabalhadores, em função de ter atravessado a fase propriamente mutualista da *Associação Tipográfica Alagoana* até o momento em que esta já possuía características nitidamente de resistência, como indicamos em outra pesquisa.¹⁰¹ No contexto das sociedades de trabalhadores, muitos de seus sócios, apesar de se disporem a participar dessas sociedades e do espírito de discussão coletiva que as acompanhava, careciam do traquejo das lideranças, diminuindo o quadro de possíveis membros a comporem estas diretorias em razão de perfil e habilidades específicas que não possuíam. Efetivamente, então, no interior dessas mutuais percebemos a permanência de algumas características de diferenciação interna no quadro dos associados no que se refere aos espaços de atuação e intervenção nas decisões a serem encaminhadas. A falta de uma rotatividade entre os membros das diretorias sinaliza, enfim, para uma tendência à hierarquização do poder e da condição dos sócios nessas mutuais em geral. Como veremos, não parece ser este o caso da *Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió*. Todavia, o perfil das diretorias da sociedade caixeiral parece ser um caso peculiar no conjunto do associativismo mutual de trabalhadores em Maceió.

A partir da documentação pesquisada e levando em conta particularmente o caso da *Associação Tipográfica*, mas também o do *Monte-pio dos Artistas Alagoanos*, podemos realizar ainda algumas conjecturas, como as que seguem.

Havia intercruzamento de sócios diretores de uma e outra sociedade, por vezes mesmo concomitância na ocupação de cargos. Talvez este intercruzamento não fosse tão comum, mas decerto existia, como é o caso de Ildefonso de Paula Mesquita Cerqueira (orador do *Monte-pio dos Artistas Alagoanos* e diretor de cena na diretoria da *S. D. P. Maceioense* em 1886). À medida que a entidade vai ganhando solidez e sua existência passa a ser um dado efetivo e não apenas um projeto que está sendo implantado, a tendência das diretorias é ter o número de cargos ampliados, incorporando as funções de orador, bibliotecário e comissões específicas.

¹⁰⁰ VISCARDI, Claudia. Op. cit., p. 309.

¹⁰¹ Sobre a mudança de postura da entidade dos gráficos, conferir nosso trabalho: MACIEL, Osvaldo. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo: os gráficos de Maceió (1895-1905)*. Maceió: Edufal, 2009, especialmente o terceiro capítulo.

Existe, ainda, o caso de determinados sócios diretores que se especializam na ocupação de um cargo, muito provavelmente exercendo suas atribuições com alguma habilidade que lhes permite a permanência contínua nesta função. É o caso de Antonio José da Costa Sobrinho, tesoureiro da referida sociedade dos tipógrafos pelo menos entre 1884 e 1890. Os dados sugerem que os cargos/funções com menor rotatividade são os de presidente, tesoureiro e 1º secretário, nessa ordem.

Não conseguimos avaliar o nível de representatividade que essas diretorias possuíam junto ao conjunto dos associados que representavam. Particularmente para o caso das mutuais por empresa, esta é uma relação normalmente problemática.¹⁰² De qualquer modo, cabe considerar o que já foi ressaltado anteriormente: de alguma maneira, pelo menos estatutariamente, os sócios das mutuais conviviam com um grau de democracia formalizada que não se encontraria com facilidade em outros ambientes e esferas do Brasil oitocentista. Aliás, considerando que as diretorias eram encabeçadas normalmente por um *presidente* num Brasil monárquico, algum componente de crítica simbólica e de pedagogia silenciosa contra a ordem vigente era gestado no interior dessas sociedades.

Não obstante as dificuldades em encontrar sócios que se dispusessem a ocupar cargos de diretores das entidades, havia, por parte de alguns diretores, vínculos diretos com determinados grupos políticos e da elite, como já assinalado acima.

A partir de uma leitura cruzada dos ocupantes de cargos legislativos em nível provincial (ao longo do final do Império) e estadual/federal (durante a República), apenas no período republicano é que conseguimos encontrar alguns sócios e diretores das mutuais de trabalhadores que participavam de maneira mais ativa dos processos eleitorais estaduais. Alguns deles simplesmente candidatando-se, outros chegando a ser eleitos para mandatos legislativos, como é o caso de José Domingues Lordsleem, ocupante de diversos cargos em diretorias do *Monte-pio dos Artistas Alagoanos*, e que foi eleito deputado estadual nas legislaturas que cobriram o período de 1893 a 1906 e de 1913/4.¹⁰³ A projeção deste relojoeiro no interior da entidade e suas articulações com o grupo republicano de tendências moderadas podem ser rastreadas a partir de conflitos internos que surgem já em inícios de

¹⁰² Veja-se LUCA, Tânia de. Op. cit., pp. 50/8, e MACIEL, Osvaldo. Estatutos de sociedades mutualistas e a história social do trabalho. Op. cit.

¹⁰³ Relação completa dos membros dos dois primeiros Conselhos–Gerais da Província de Alagoas (de 1827 a 1833); dos deputados às Assembleias Provinciais, a partir de 1835 até a proclamação da República (1889); dos membros do Congresso Constituinte (1891) e das Legislaturas ordinárias (depois deste), até 1922. IN: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**, vol XII, 1927, pp. 80/124

1890, nos primeiros meses após instalada a República. Esta proximidade de parte das lideranças da entidade com um grupo político oligárquico local será contestada por um grupo expressivo de sócios do *Monte-pio* que, articulando-se em torno da liderança de Manoel Ribeiro Barreto de Menezes, criticam as relações clientelísticas de Lordsleem e propõem a fundação de um Partido Republicano que tivesse um programa mais progressista e com forte apoio popular. Deste grupo, inclusive, participarão figuras como Cezario Thompson, Mizaél Moreira e João Ferro de Oliveira, artistas e operários que algum tempo depois se engajarão nas fileiras do movimento operário e do socialismo.¹⁰⁴

Como se vê, redes clientelares podem ser encontradas no interior das sociedades mutualistas de trabalhadores em Maceió. Obviamente, as diretorias dessas entidades possuíam algum respaldo interno para legitimar estas aproximações, respaldo muitas vezes conquistado na vaga deixada pelas dificuldades de outros membros e sócios destas mutualistas para assumirem cargos de diretoria, concentrando-se o poder nas mãos de alguns. Não obstante essa faceta, as contestações não deixam de ocorrer; a legitimidade destas opções pode ser questionada, ocasionando cisões internas às mutualistas.

Parece-nos, pelo que expomos acima, que as sociedades de auxílio-mútuo promoveram uma cultura associativa para os trabalhadores que reforçava o processo de identificação que as categorias vinham forjando em seus ambientes de trabalho. Neste processo, alianças foram realizadas com “os de cima” e solidariedades foram construídas e reforçadas horizontalmente, assim como negociações e posicionamentos políticos foram capitaneados por lideranças mutualistas. A composição deste quadro geral sobre o mutualismo dos trabalhadores em Maceió nos ajudará a entender as balizas de existência das duas sociedades mutualistas de caixeiros da capital alagoana, como veremos no próximo capítulo.

¹⁰⁴ Para os episódios envolvendo o *Monte-pio dos Artistas Alagoanos* e os grupos político-partidários montados no início do novo regime em Alagoas, veja-se *paper* inédito de nossa autoria: MACIEL, Osvaldo. **Pedro Nolasco Maciel** – abolicionismo, republicanismo e socialismo em Alagoas [prefácio à terceira edição de *Traços e Troças*, de Pedro Nolasco Maciel, no prelo].

CAPÍTULO 2 - MUTUALISMO CAIXEIRAL EM MACEIÓ

Para ilustrarmos a realidade dessas cristalizações áureas que se esquivam à nossa impaciência, com as nossas veleidades de querer tudo ver logo à flor da vida, basta evocarmos a gênese da ‘Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados no Comércio de Maceió’, de 30 de março de 1879 até hoje, quando passam os 34 anos de sua fundação. Neste ciclo existencial, quantos fenômenos contraditórios no ambiente que envolve a digna corporação alagoana, e na trama da sua estrutura íntima?¹⁰⁵

2.1 - Nas origens, uma disputa – a *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió*

Até onde pudemos averiguar, o mutualismo caixeiral em Maceió inicia-se em 1879, porém para compreender este início parece-nos importante começar pelo dia 11 de fevereiro de 1883. Numa reunião ocorrida nesse dia, às 17 horas, na rua Boa Vista, nº 71, o tesoureiro da *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió* foi autorizado a “fazer as necessárias despesas” para a publicação pela imprensa tanto das atas como do relatório e contas do Conselho Superior da entidade. Este é um ato administrativo raro nas mutuais maceioenses e, para um historiador, extremamente importante, na medida em que permite acesso a um material muito rico acerca da vida deste tipo de sociedade. Com este material, ficamos sabedores de aspectos do cotidiano administrativo, da rede de relações, entrada e eliminação de sócios, dificuldades financeiras da entidade, eleições e reuniões festivas, discursos e defesas de ideias, eventuais embates entre membros da diretoria e/ou sócios, doações para a biblioteca, detalhes das aulas noturnas promovidas pela sociedade etc.¹⁰⁶ O fato de estas atas terem “chegado até nós” pode gerar uma impressão falsa do que foi a entidade, sobrevalorizando sua história e legado, projetando-lhe uma dimensão que de fato não tivera. Ainda mais pensando-se que, em relação à *Perseverança e Auxílio*, não

¹⁰⁵ A Perseverança e Auxílio. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 68, 30 de março de 1913, p. 1.

¹⁰⁶ Ata da 13ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 346, 16 de março de 1883, pp. 2/3.

obtivemos uma continuidade correspondente em termos de documentação. Efetivamente, contudo, na comparação com a *Perseverança*, a existência e impacto da *Instrução e Amparo* é diminuto, e em parte isto é atestado pelo memorialismo local, praticamente não havendo referências a essa entidade.

Como se caracteriza tal entidade? A *Instrução e Amparo* é composta por indivíduos “maiores de 18 anos, de reconhecida moralidade, que sejam empregados em casas comerciais, *sem distinção de nacionalidade*” (Artigo 1º). No artigo 4º, parágrafo primeiro, especifica que sócios efetivos serão apenas os “caixeiros ou guarda-livros” empregados em “casas comerciais nesta cidade”. Para ser admitido sócio, o postulante precisa comprovar onde trabalha e o cargo que exerce (artigo 5º). Caso tenha abandonado a carreira, o sócio deixará de ser admitido nos quadros sociais da mesma (artigo 5º, parágrafo 3º).¹⁰⁷

A título de exemplo, citemos dois casos encontrados que podem ilustrar o modo como o Conselho Diretor da entidade lida com os critérios de admissão e continuidade dos sócios em seus quadros sociais. José de Almeida Guimarães deixou de ser auxiliar do comércio e foi eliminado do quadro de sócios. Pelo fato de ter sido convidado para ser sócio honorário, deve ter melhorado de condição social. Por sua vez, Manoel Abdon da Silva Machado vira comerciante estabelecido e sai da entidade.¹⁰⁸ Esses dois casos podem revelar não só que a diretoria segue à risca os estatutos, mantendo-se fiel em seu princípio de ter como sócio efetivo apenas empregados do comércio, mesmo que seja cortando em sua própria carne. Revelam, também, que de alguma forma existe uma possibilidade de ascensão social para os empregados do comércio, pelo menos até inícios dos anos 1880.¹⁰⁹

Pela ordem de aparição nos estatutos, seus objetivos centrais são quatro:

1) “ampliar a instrução dos associados” através de aulas ou “discussão de teses sobre assuntos comerciais”;

2) criar uma biblioteca com “obras de reconhecida utilidade”;

¹⁰⁷ Estatutos da *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió* [1882]. Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa). (1869 – 1887). L 94, E. 20, [Apa].

¹⁰⁸ Cf. Atas das Sessões Ordinárias do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió publicadas no Diário da Manhã entre o segundo semestre de 1882 e o primeiro de 1883, passim. O grifo acima serve dá destaque à sugestão de que havia um número significativos de sócios em potencial que fossem de outras nacionalidades, mormente portugueses. Como será salientado em outros momentos da pesquisa, não conseguimos verificar, no entanto, o tamanho da presença portuguesa no comércio de Maceió.

¹⁰⁹ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**. Op. cit.

3) promover o “bem-estar” dos sócios, e reconhecer “quando enfermos ou impossibilitados de trabalhar”;

4) por fim, adquirir trabalho para os sócios “contanto que se prove não ter sido o desemprego por mal versação [sic] ou negligência habitual no cumprimento do dever”.¹¹⁰

Caracteriza-se claramente, aqui, que a mutual dedica mais diretamente seus esforços a *instruir e bem empregar seus associados*, ajudando-os neste item “por todos os meios ao seu alcance”, termo e ênfase não empregados no *amparo* em suas moléstias. Não obstante esta tendência maior, efetivamente existe algum cuidado para a saúde e a morte dos associados, isto porque entre os serviços prestados estão previstos, além da instrução em aulas noturnas – com o acesso à biblioteca –, o amparo em casos de doença ou “impossibilidade física”. Para este caso destina-se o auxílio de 30.000 réis. No caso de morte, a família do sócio terá direito ao enterro pago pela entidade ou a 50.000 réis para que ela o providencie.¹¹¹

Há nesta entidade uma preocupação acentuada em saber quando vagam lugares nas casas comerciais (o que não é muito distinto do que acontece com a *Perseverança e Auxílio*, a outra entidade caixeiral, mas aqui a questão é acentuada), dando o tom de criação de uma espécie de banco de reserva de mercado para captar um número maior de associados.¹¹² Em casos de demissão ou saída do emprego, por conta deste perfil, o sócio deverá comunicar o ocorrido ao Conselho Diretor em até 48 horas “úteis”, caso contrário perderá todos os favores a que tem direito enquanto estiver desempregado.¹¹³ Sobre este ponto, no artigo vigésimo quarto indica-se que, entre as mais atribuições da comissão de beneficência, deve tomar ciência de todos os “empregos vagos” e diligenciar no sentido de tê-los ocupados pelos sócios desempregados, “valendo-se para isto do nome e prestígio da associação”.¹¹⁴

As joias pagas para entrada do sócio são fixadas no valor de 10\$000 rs para os instaladores (fundadores) e de 20\$000 para os demais, podendo ser pagas em até 4 prestações, no prazo de 2 meses. A mensalidade cobrada é de 2\$000 rs, “pagas

¹¹⁰ Artigo segundo do Estatutos da *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió* [1882]. Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa). (1869 – 1887). L 94, E. 20, [Apa].

¹¹¹ Artigo 12 dos Estatutos da *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió* [1882]. Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa). (1869 – 1887). L 94, E. 20, [Apa].

¹¹² Ver os artigos 6º, parágrafo 5º; artigo 12, parágrafo 8º; artigo 15; artigo 24, parágrafo 1º, dos referidos estatutos.

¹¹³ Conforme os artigos 6º, parágrafo 7º e artigo 15, dos referidos estatutos.

¹¹⁴ Artigo 24, parágrafo 1º, dos referidos estatutos.

pontualmente”.¹¹⁵ De todas as sociedades mutualistas encontradas em Maceió, com informação estipulada de joias e mensalidades, esta é a que possui os valores mais altos.

As aulas noturnas, previstas nos estatutos, passam a ser ofertadas em fins de 1882 (das 7 às 9 horas), com as cadeiras de Português, Aritmética, Escrituração Mercantil e Francês “técnico e prático”. Foram previstas aulas de Inglês que, no entanto, não chegam a ocorrer. Ao final de cada ano letivo, mediante verificação de suas notas junto aos professores e pagamento de 10\$000 réis de emolumentos, o sócio pode requerer exames de habilitação e obter diploma firmado pelo conselho diretor e pelo(s) respectivo(s) professor(es).¹¹⁶ Aos poucos, vai sendo montada a biblioteca da entidade, a partir de doações particulares ou dos sócios e membros do Conselho Diretor. O secretário é o responsável pela inspeção e zelo da biblioteca.¹¹⁷

Conseguimos listar cinquenta e seis sócios entre honorários, efetivos e correspondentes na *Instrução e Amparo*. Pouco mais de quarenta seriam sócios efetivos. Em seus estatutos, existem ainda as categorias de sócios correspondentes e honorários. Estes últimos são “negociantes” que, pelos seus “conhecimentos de comércio, virtudes ou qualquer outro honroso predicado, possam prestar valiosos serviços à associação”, ora através de “donativos importantes”, ora ministrando aulas “gratuitamente”.¹¹⁸ Tais sócios podem não só assistir como tomar parte das discussões das Assembleias Gerais da entidade, excluindo-se apenas nos casos de decisões sobre a “administração social” da entidade.¹¹⁹ Conseguimos identificar ao menos dez destes sócios honorários, dos quais nove são adjetivados como comerciantes “respeitáveis” e “conceituados” da capital: Antonio de Almeida Monteiro, Francisco de Vasconcellos Mendonça, Jacintho José Nunes Leite, João Nunes Leite, Manoel da Costa Moreira, José Antonio de Almeida Guimarães, M. J. Duarte Guimarães, Tiburcio Alves de Carvalho e Manoel de Vasconcellos. Este último possui o título de comendador. José Virginio Teixeira de Araujo é o único sócio honorário que não possui indicação de profissão, sendo designado de Major. Proporcionalmente, este parece ser um número elevado de sócios honorários em comparação com o total geral de seus quadros.

¹¹⁵ Artigo 6º, parágrafo 2º, dos referidos estatutos.

¹¹⁶ Artigo 12, parágrafo 5º, dos referidos estatutos.

¹¹⁷ Artigo 19, parágrafo 1º, dos referidos estatutos.

¹¹⁸ Artigo 4º, parágrafo 2º, dos referidos estatutos.

¹¹⁹ Artigo 13, dos referidos estatutos.

Deste quadro, encontramos dois sócios honorários realizando doação em espécie para a entidade. Tiburcio Alves de Carvalho doa 30\$000 rs., enquanto José Antonio de Almeida Guimarães doa 100\$000 rs. Junto com a doação, este último expressa-se “em termos lisonjeiros, animadores e cavalheirescos” quando aceita o convite que lhe fizeram para ser sócio da *Instrução e Amparo*. Sobre a doação, Guido Duarte se expressa como sendo um “título de benemerência” em relação ao grêmio e que este ato deve servir de estímulo aos membros da diretoria, “que d’ora em diante deveriam empenhar todas as suas forças em corresponder satisfatoriamente à confiança que em nossas intenções depositou o referido sócio”.¹²⁰ Note-se o nível de comprometimento que aparece claramente no discurso de agradecimento feito pelo presidente da *Instrução e Amparo* em relação ao sócio honorário.

Cabe registrar, ainda, que encontramos um único sócio correspondente, Mathias dos Santos Carvalho, guarda-livros domiciliado no Rio de Janeiro.

Em certa medida, o levantamento do quadro de associados ajuda a caracterizar melhor a entidade e reforçar os princípios que lhe regiam o funcionamento, na medida em que o reduzido número de sócios aponta para uma dificuldade de ampliação de seus quadros sociais. Obviamente, pensando que a leitura dos estatutos e de suas atas sugere um relativo grau de hierarquia em potencial de seus sócios nos postos que ocupam no comércio de Maceió, como veremos adiante, podemos indicar que tais critérios excluem um conjunto significativo de indivíduos que sobreviviam de atividades menos graduadas exercidas no comércio, como no caso dos prepostos. Mesmo os sócios honorários pertenciam estatutariamente ao setor comerciário (ou sejam, eram comerciantes), o que pode ajudar a caracterizar que este “fechamento” identitário da mutual de caixeiros aqui analisada é, em boa medida, um fechamento duplo: em relação à “classe” caixeiral, para os sócios efetivos, e em relação ao setor comerciário, para os sócios honorários.

As presenças de sócios nas reuniões e sessões ordinárias, bem como nas assembleias extraordinárias, são pequenas. Em várias delas ocorre a dificuldade de reunir o número mínimo de sócios ou não se atinge este *quantum*. Na primeira Assembleia Extraordinária da *Instrução e Amparo*, ocorrida em 24 de junho de 1883, compareceram, em segunda

¹²⁰ Ata da 16ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 364, 8 de abril de 1883, p. 2. No caso de Tiburcio Alves de Carvalho há um indício de que a Assembleia foi realizada apenas para referendar o aceite deste ao entrar na sociedade, cf. Ata da 2ª Sessão da Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 469, 12 de agosto de 1883, p. 2.

chamada, apenas dez sócios!¹²¹ Nesta Assembleia, Guido Duarte aproveita a pequena quantidade de presentes-votantes para modificar um item dos regimentos internos relativo às aulas noturnas, visto que apenas nestas assembleias existe a possibilidade de modificação dos estatutos. Este fato, entre outros, sugere limites mais estreitos de democracia efetivamente existente em tais mutuais.

Entre fins de outubro de 1882 e final de fevereiro do ano seguinte, a *Instrução e Amparo* alugou um prédio (Rua Boa Vista, nº 71) onde funcionavam tanto as aulas noturnas como a sede da entidade. Em razão das despesas e pela pequena afluência às suas atividades, a partir de abril do ano seguinte voltaram a se reunir e ter aulas no nº 58 da mesma rua, na casa de Guido Duarte.¹²²

Apesar das doações espontâneas dos honorários, e das joias e mensalidades relativamente caras em relação às demais mutuais de Maceió – ou talvez por isto mesmo – a *Sociedade Instrução e Amparo* não terá muita folga em seus cofres. Ao apresentar o balancete do primeiro semestre de 1883, o tesoureiro Manoel Pereira da Cruz afirma que existiam rs. 376\$910 nos cofres da sociedade (até 30 de julho), dos quais rs. 300\$000 seriam investidos em três ações da Caixa Comercial da cidade.¹²³ Este quadro não era dos melhores, tanto que, um pouco antes, em finais de abril, Salustiano Japyassú de Almeida provoca a discussão acerca dos atrasos nos pagamentos de diversos sócios. Pressupomos que, em alguns casos, além das mensalidades, havia atrasos inclusive das joias. Após um debate, deliberou-se que o tesoureiro deveria realizar a cobrança “o mais possível”, devendo comunicar quais sócios, “por capricho ou má vontade esquivavam-se ao devido pagamento, para serem eliminados”, como regimentava o estatuto.¹²⁴ Na reunião seguinte, o tesoureiro constata que Manoel Carneiro de Almeida, Américo Passos Guimarães e Francisco José Machado Filho não vinham pagando as mensalidades “por capricho ou má vontade”. Votou-se, então, pela eliminação deles dos quadros de associados, de acordo com o artigo nono de seus estatutos.¹²⁵

¹²¹ Ata da 1ª Sessão da Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 442, 12 de julho de 1883, p. 2.

¹²² Ata da Nona Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 332, 28 de fevereiro de 1883, p. 3.

¹²³ Ata da 25ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 460, 2 de agosto de 1883, p. 3.

¹²⁴ Ata da 19ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 406, 30 de maio de 1883, p. 2.

¹²⁵ Ata da 20ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 411, 5 de junho de 1883, p. 2.

Essas eliminações sugerem não apenas uma medida administrativa, mas também uma espécie de retaliação política que se configurava em um racha interno que começara a ocorrer na diretoria desde inícios do ano de 1883, particularmente com o sócio Américo Passos Guimarães.¹²⁶ Disputas internas pequenas ou maiores eram comum nestas sociedades e têm sido levantadas pela historiografia que se debruça sobre o tema.

Uma outra pequena querela parece envolver os sócios Manoel Francisco Alves Miranda, Joaquim Carlos de Vasconcellos Rego e José de Almeida Guimarães. Ambos haviam deixado de ser caixeiros/auxiliares do comércio. Este fato motivou ao tesoureiro propor a eliminação dos três indivíduos do quadro de sócios. Além disso, ele informava que os dois primeiros sócios citados deviam joias e mensalidades aos cofres da entidade. Na discussão que se segue, vemos, porém, ser feita uma nova proposta pela maioria dos diretores no sentido de serem convidados a ser sócios honorários, após sanarem suas dívidas para com a entidade. E então, podemos imaginar, aqui, o tesoureiro cobrando com insistência os referidos sócios inadimplentes e, em decorrência destas cobranças, acirrarem-se ânimos a ponto de motivar a proposta de eliminação deles dos quadros sociais da entidade. No entanto, a decisão tomada pelo Conselho Diretor vai no sentido oposto ao do encaminhado pelo tesoureiro. Até que ponto não teríamos aqui divergências de atuação no interior da diretoria que terminam contribuindo para os impasses que aparecerão logo adiante?¹²⁷ É preciso pensar, por outro lado, no papel melindroso que os tesoueiros exercem nestas sociedades. Além de serem os responsáveis diretos pela gerência das receitas e despesas da entidade, revestindo-se o cargo de uma austeridade condizente, devem dosar o nível de suas cobranças no equilíbrio entre a rédea curta das necessidades e a leveza frouxa da pressão para com os sócios nem sempre providos de rendimentos compatíveis com tais compromissos.

Em meados do semestre, anuncia-se outra querela, desta vez entre Benedicto de Andrade e o 2º Secretário, Antonio José de Almeida, quando aquele propõe que se oficiasse a este pela ausência à reunião, ocorrida supostamente sem justificativa plausível. A proposta é “unanimente impugnada” pelo restante da diretoria, porquanto além de ser sua primeira falta, “não havia provas para ele ser acusado de capricho ou má vontade para com esta Associação”. Neste meio tempo, Benedicto Andrade estava incumbido de realizar uma

¹²⁶ Ata da 10ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 335, 3 de março de 1883, pp. 2/3.

¹²⁷ Ata da 13ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 346, 16 de março de 1883, pp. 2/3.

preleção sobre as sociedades mercantis, e mais uma vez, não cumpre com o esperado.¹²⁸ Algumas semanas depois, acha-se ele em viagem para a Europa, e a diretoria termina sendo recomposta pelas dificuldades que estavam ocorrendo de obtenção do número mínimo para deliberação das questões as mais corriqueiras da entidade.

A partir dos casos relatados acima, em meados de 1883, menos de um ano após a instalação da *Instrução e Amparo*, a sociedade sofre sérias dificuldades tanto de ordem financeira como de natureza administrativa e de quadros competentes para conduzir-lhe os destinos. Por tais dificuldades, na passagem de seu primeiro ano, a *Instrução e Amparo* realiza apenas uma “modesta reunião” em 20 de agosto, a partir das 8 horas da noite, na sua sede social, para que a data não passasse em branco.¹²⁹

Pelo que pudemos verificar, até finais do primeiro semestre de 1883 a relação entre a *Instrução e Amparo* e a outra mutual de caixeiros existentes na cidade, a *Perseverança e Auxílio*, era de respeito, havendo convites e comunicados de ambos os lados para solenidades, posses e reuniões festivas. É o caso do convite que a *Perseverança* faz à diretoria da outra mutual para comparecer à abertura das aulas do curso de preparatórios, que começa no dia 10 de dezembro de 1882, aulas que, diga-se de passagem, começam logo após o início das aulas da *Instrução e Amparo*. Existe ainda a concomitância de sócios em ambas as entidades, como é o caso de José de Amorim Lima, aceito como sócio benemérito da *Perseverança* em inícios de maio de 1883, e proposto como sócio efetivo da outra mutual de caixeiros pelo tesoureiro, Manoel Pereira da Cruz, 12 dias depois, em 20 de maio.¹³⁰

De qualquer forma, a partir do início do segundo semestre daquele ano, a relação aparentemente amistosa entre as duas entidades começa a se complicar. O motivo aparente da querela surge na polêmica da redação do jornal *O Orbe* com o Presidente da mutual, Guido Duarte, bem como num bate-boca público entre este e um diretor da *Perseverança*. Vejamos inicialmente este último caso. O material sai nas páginas do *Guttemberg*, e envolve Guido Duarte, de um lado, e Lima Buarque (1º secretário da *Perseverança*), do outro. Aquele houvera emprestado 1\$000 réis a este por 24 horas e, em razão de um simples atraso

¹²⁸ Ata da 14ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 348, 18 de março de 1883, p. 3.

¹²⁹ Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió [convite]. Diário da Manhã. Agosto de 1883, passim.

¹³⁰ Notícias do dia. Diário da Manhã, ano II, nº 383, 8 de maio de 1883, p2; Ata da 20ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 411, 5 de junho de 1883, p. 2. Este caso reforça o argumento de que o perfil do sócio da *Perseverança* é de uma camada social um pouco abaixo da maioria do quadro social da *Instrução e Amparo*, pois o sócio que pode ser considerado benemérito em uma, é proposto apenas como efetivo na outra.

de horas no pagamento, Buarque vê seu nome exposto a partir da publicação de uma “nota particular” que, segundo Guido Duarte, fora publicada sem seu consentimento. O estrago estava feito, de qualquer modo, e é muito provável que Duarte houvesse autorizado sim a publicação. A publicização deste pequeno empréstimo serviria não tanto para expor a situação financeira de Lima Buarque, mas principalmente para desacreditar a diretoria da *Perseverança*, na medida em que a “cabeça pensante” do “esfacelado núcleo” da *Perseverança* possuía membros “pobríssimos de dinheiro e de pundonor”, pois houvera tido a coragem de pedir emprestado “tão diminuta quantia” ao homem que vem atacando na imprensa justamente nas páginas d’*O Orbe*.¹³¹ É nesses termos que entendemos que a polêmica entre Guido Duarte e *O Orbe*, do qual inclusive este fora redator em 1879, termina fazendo parte da disputa maior existente entre a *Instrução e Amparo* e a *Perseverança*.¹³²

A partir do incidente, Guido Duarte também começa a atacar vivamente a outra sociedade caixeiral, afirmando que ela não se configura como entidade apenas de caixeiros, mas que comportaria sócios que exerciam outras profissões. Alguns dias depois, vimos um sócio anônimo da *Perseverança* denunciar que a *Instrução e Amparo* prepara um “abaixo-assinado gracioso com o fim de fazer crer que a nossa corporação não é composta somente de caixeiros.” O caixeiro reage veementemente ao “despeito” que a *Instrução e Amparo* vota à *Perseverança*, crendo que isso se deve ao “desenvolvimento e emulação” que esta última tem conseguido no meio social. Neste tom, afirma que a *Perseverança* possui apenas caixeiros e prepostos de casas comerciais entre seus sócios efetivos. À força dos artigos 4º e 5º “de nossos estatutos”¹³³ podem existir sócios beneméritos e honorários que não se ocupem de tal profissão, porém isto apenas demonstra “a nobreza de sentimentos e gratidão” de outros setores da sociedade maceioense “que prestam seu auxílio ao progresso e manutenção da sociedade”, e conclui, avaliando esta como sendo uma prática comum às diversas mutuais existentes: “Não vimos ainda associação alguma que não oferecesse iguais regalias a

¹³¹ DUARTE, Guido. Eu e o proprietário do “Orbe”. Guttemberg, ano II, nº 34, 14 de agosto de 1883, pp. 2/3.

¹³² DUARTE, Guido. Seção Livre – Ao Público. Guttemberg, ano II, nº ?, 3 de agosto de 1883, p. 3. A *Perseverança* aborda o conflito denunciando que um sócio, Gabriel Jatobá que houvera participado do conselho deliberativo da sociedade, “plantou a discórdia em seu seio”, *desertando-a* e envidando esforços “para fazer baquear a instituição”. Desde então, insuflados por este indivíduo e com a ocorrência de ataques anônimos na imprensa local, “alguns sócios” pediram eliminação dos quadros da *Perseverança*. Cf. s/título. A União, ano I, nº 3, 30 de junho de 1883, pp. 1/2.

¹³³ Perceba-se aí a identificação entre o autor da nota e a *Perseverança e Auxílio*.

pessoas que, não obstante deixarem de ser sócios, prestam o seu concurso ao incremento da instituição”.¹³⁴

Certo ou errado em seus argumentos, Guido Duarte organiza o abaixo-assinado contendo 65 assinaturas de “caixeiros e empregados auxiliares do comércio” de Maceió. Todos o assinam como uma forma de protesto contra o uso do dístico “dos caixeiros de Maceió” pela *Perseverança e Auxílio*. Deste total de sessenta e cinco, alguns dias depois, sete deles desmentem a participação no abaixo-assinado ou pelo menos voltam atrás em sua decisão primeira. A *Perseverança* reage em nota pública de 22 de agosto, nota à qual Duarte retruca. Para o presidente da *Instrução e Amparo*, seus ataques e críticas à *Perseverança e Auxílio* não foram gerados pela “má vontade” ou por “mesquinhas rivalidades” contra uma associação que “se proponha aos fins moralizadores e nobres da instrução e da mutualidade”. Não é este o caso. A questão é que, na qualidade de Presidente da *Instrução e Amparo*, sociedade nitidamente caixeiral, “é obrigado a velar pelas garantias que, no terreno da legalidade, competem ao grêmio”. Nestes termos, ataca a causa “infeliz e perdida” da *Perseverança* e pretende “destruir os fraquíssimos sofismas” com os quais a entidade vem se defendendo na imprensa. Começa afirmando que a “*Instrução e Amparo*” dos caixeiros de Maceió foi fundada em 20 de agosto de 1882, com posterior autorização e sanção pelo poder provincial de 13 de setembro do mesmo ano. Protesta, em seguida, pelo fato de a *Perseverança* estar se utilizando de um direito, de congregar caixeiros, que assiste apenas àquela entidade. Em oportunidades anteriores, ele já havia se referido à *Perseverança* como sendo uma sociedade que congregaria “empregados auxiliares do comércio”, porém fizera isto antes de terem sido publicados os estatutos desta. Com a publicação destes, em 28 de fevereiro de 1882, o desalinhado da peça o deixou intrigado, visto que tais estatutos “em nenhuma de suas páginas fala sequer em caixeiros, deixando até, ao contrário, compreender, pela redação de seu artigo 3º, que todas as classes sociais estavam no caso de pertencer ao referido núcleo.” Em seguida, ampliando suas críticas à *Perseverança*, sugere que a sua formalização não foi totalmente efetivada, uma vez que funcionava “com o visto apenas da Secretaria de Polícia [que] serviu e continua a servir para permitir a ilegal existência do grêmio.” Segundo o texto de Guido Duarte, os diretores da *Perseverança* já reconheceram “o desvirtuamento dos primitivos fins” da entidade e trataram de remediar a lacuna com uma reforma nos estatutos, reforma já autorizada em reunião. Porém, até o momento, não foi

¹³⁴ Um caixeiro. A Sociedade Perseverança e Auxílio – Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 470, 14 de agosto de 1883, p. 3.

publicada ainda tal reforma. Nesses termos, reforça tanto a ilegalidade de atuação da *Perseverança*, como também a exclusividade de ser a *Instrução e Amparo* a única que congrega a categoria dos caixeiros e empregados do comércio na capital alagoana. Pior do que a falta legal de tal especificação nos estatutos da *Perseverança* é, segundo Duarte, a ausência de “consenso moral” entre os caixeiros e empregados auxiliares do comércio sobre esta. Os membros desta categoria, “atualmente” (ou seja, após a publicação dos estatutos onde está ausente a especificação caixeiral), “não julgavam mais o referido núcleo com a suficiência legítima para representar, como corpo coletivo, os interesses da classe”. Daí que foi articulado, em torno de um grupo liderado por Duarte, a proposta de uma outra sociedade mutualista que fosse efetivamente caixeiral.¹³⁵

Parece-nos aqui, para além da lacuna observada no estatuto da *Perseverança e Auxílio*, que o grupo opositor à *Perseverança* percebe o potencial que uma sociedade mutualista exclusivamente composta de empregados do comércio possuiria numa sociedade como a maceioense. Parece-nos, ainda, que ele desconsidera flagrantemente a existência efetiva da *Perseverança* desde 1879, existência voltada, como já era nítido naquele meio social, aos trabalhadores do comércio. Por algum motivo (descuido?), entretanto, a *Perseverança* publica seus estatutos sem a especificação do que vinha apresentando em sua atividade cotidiana, de ser uma sociedade que se aglutina em torno da caixeiragem. Nestes termos, o conselho Diretor da *Instrução e Amparo* termina dirigindo-se ao Presidente da Província, pedindo “uma decisão que pusesse termo à insólita veleidade” da direção da *Perseverança*. Ao chamar a principal autoridade provincial para resolver a contenda, Duarte não só conta com possíveis articulações políticas mais amplas que possuísse com o grupo de sustentação deste Presidente Provincial, mas também parece reivindicar um direito de exclusividade legal para o mutualismo por categoria profissional. Pela legislação em vigor, não havia base legal alguma na reivindicação de exclusividade de representação mutual da categoria por parte da *Instrução e Amparo*. Mesmo assim, havia uma disputa levada à opinião pública através dos jornais em torno desta legitimidade.

É interessante perceber que a *Perseverança* reconhece a sua falha estatutária, tanto que reforma seus estatutos pouco depois desta denúncia, em 7 de outubro daquele ano. Infelizmente, não obtivemos acesso aos estatutos originais da *Perseverança*.

¹³⁵ DUARTE, Guido. O Presidente da “Instrução e Amparo” dos caixeiros de Maceió ao defensor da sociedade “Perseverança e Auxílio” – Seção Livre. Gutenberg, ano II, nº3...[?rasurado], 25 de agosto de 1883, p. 3. Pelo intrincado da redação, reconstituímos toda a argumentação de modo o mais direto possível, não seguindo a ordem de exposição de motivos dada pelo autor.

O debate público com a *Perseverança* continua ao longo das semanas seguintes, e Guido Duarte afirma que “agora mesmo estonteados inimigos, degenerados membros de nossa classe [caixeiral]”, tentavam obstruir o “progredir pacífico e sereno” dos sócios da *Instrução e Amparo* através de articulações com a corrupção costumeira local. Duarte está se referindo aos caixeiros da *Perseverança e Auxílio*, e parece sugerir uma ligação de proximidade destes com alguns membros que estão ocupando o poder provincial. Apesar da empolgação e da crença em conseguir superar todos estes obstáculos, ele reconhece – avaliando as dificuldades enfrentadas pela entidade – que “poucos se interessam verdadeiramente, com a dedicação do sacrifício, pelo engrandecimento moral de nosso grêmio.” Esta avaliação reflete, por outro lado, uma preocupação com a cisão produzida no seio da classe caixeiral, como quem lamenta que, em sendo tão poucos os engajados, poderiam ao menos concentrar suas forças em uma só entidade, já que os obstáculos são imensos. Não obstante, indicando as ações que estão sendo realizadas para fortalecer a *Instrução e Amparo*, o seu presidente fala de uma campanha de filiação de novos sócios, realizada junto com a apresentação aos mais distintos negociantes da cidade dos intuitos desta, reforçando a necessidade de defender os ideais da entidade numa “inflexível conduta, para que não diga o futuro que os caixeiros de Maceió não sabem compenetrar-se do elevado papel que lhes cabe na evolução da humanidade.”¹³⁶

2.2 - A questão de fundo – o argumento da identidade caixeiral

Vimos que Guido Duarte acusa a *Perseverança* de possuir, em seus quadros sociais, pessoas que não se ocupam do trabalho como auxiliar no comércio. Quem efetivamente comporia esta classe, então? Tentemos responder a esta questão, de acordo com o pensamento do próprio Guido Duarte, captado a partir de um conjunto de preleções realizadas ao final do expediente administrativo das reuniões do Conselho Diretor da *Instrução e Amparo*. De acordo com os Estatutos da Sociedade, estas preleções comporiam

¹³⁶ DUARTE, Guido. Alocução na reunião festiva ... [do] 1º aniversário desta instituição. Guttemberg, ano II, nº 42, 4 de setembro de 1883, pp. 2/3.

o conjunto mais amplo das práticas de instrução da entidade.¹³⁷ Segundo as anotações que constam nas atas relativas a tais preleções em que tratou de *Noções elementares do Código Comercial*, Duarte aborda o tema das diversas classes que compõem a categoria de empregados auxiliares do comércio. Nesta categoria existiriam *cinco classes*, sendo a primeira a dos corretores; em seguida vinha a dos leiloeiros; a terceira categoria dos agentes auxiliares do comércio seria a dos feitores, guarda-livros e caixeiros; a quarta classe seria composta dos trapicheiros e administradores de armazéns de depósito; por fim, a quinta classe seria a dos condutores de gêneros e comissários de transportes.¹³⁸

Nestas preleções, vimos que mesmo algumas categorias que normalmente não são associadas ao trabalho no comércio – como são os casos dos trapicheiros e administradores de armazéns, ou mesmo profissionais ocupados no setor de transporte de mercadorias – são incluídas na categoria, denotando o quão fluidas são as margens de delimitação dos trabalhadores deste setor. Porém, mais do que a caracterização do perfil do profissional do ramo, devemos perceber, aqui, que há uma nítida estratégia empreendida pelo presidente e principal articulador da *Instrução e Amparo*, no sentido de ampliar ao máximo a gama de quais seriam os profissionais auxiliares ou agentes do comércio para possibilitar um maior espectro de assalariados associáveis e aumentar a expectativa em torno da consolidação da *Sociedade Instrução e Amparo*. Lembremos que esta é uma estratégia interessante por si só, porém se reveste de maior peso no momento em que existe uma outra mutual de caixeiros funcionando há mais tempo, com uma credibilidade e inserção social maiores, com uma dinâmica que já vem se consolidando há cerca de quatro anos, e que era desejável ter como alvo dos possíveis sócios as demais classes ou categorias de trabalhadores do comércio que pudessem de alguma forma ser associadas ao setor. Não obstante este traço da caracterização realizada por Duarte e a interpretação que lhe estamos dando, na prática, a *Instrução e Amparo* incorria em dois erros: não realizava esta abertura, restringindo-se em sua prática regimental de associação porquanto só admitia como efetivos os caixeiros e guarda-livros, além de privilegiar tendencialmente os grupos superiores deste setor profissional, como já assinalado acima.

Em um conjunto de preleções realizadas em reuniões seguintes da Sociedade, Duarte irá apresentar uma memória sobre as sociedades mercantis. Parece-nos que, neste último

¹³⁷ Parágrafo 1º dos Estatutos da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió [1882]. Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa). (1869 – 1887). L 94, E. 20, [Apa].

¹³⁸ Vejam-se as Atas da reuniões da Sociedade aqui citadas, passim.

caso, a partir de informações úteis acerca dos tipos e das características das diversas formas de sociedade mercantis existentes na legislação e tradição comercial brasileira, indica-se que existe a expectativa de ascensão profissional e eventual criação de sociedades deste tipo entre os sócios, ou pelo menos para alguns dos que ali estavam. Em último caso, no mínimo, tais preleções os ajudariam a entender em que corporações mercantis se achavam inseridos, quais as condições de direitos e reivindicações a que poderiam ter enquanto empregados assalariados que cultivavam expectativas de ascensão profissional. As temáticas escolhidas e a tonalidade sugerida na condução do assunto reforçam o argumento que vimos desenvolvendo de que esta entidade prezava por um perfil profissional específico, com passos já galgados na carreira mercantil.

Por sua vez, a *Perseverança* acusa a *Instrução e Amparo* de querer “sustentar os nossos direitos”. Deste modo, “Tomaram como *chavão* a afirmativa de que o nosso grêmio se compunha não de caixeiros somente, mas de pessoas de diferentes classes a quem conferíamos diplomas.” Em decorrência dessa acusação, a *Perseverança* oficiou a toda a imprensa local e às associações que, em algum momento, participaram de atividades ou solenidades da entidade. Nesta circular, solicitava-se que respondessem às seguintes questões: se a associação era de caixeiros, se seus sócios efetivos são prepostos do comércio e se ela pugna pela classe caixeiral. Ao que parece, a acolhida ao inquérito foi boa. Por exemplo: em resposta assinada pelo seu presidente, Francisco Domingues da Silva, e pelo 1º Secretário, José Hygino de Carvalho, a diretoria da *Libertadora Alagoana*, entidade da qual inclusive Guido Duarte chega a fazer parte da diretoria, indica que conhece muito bem o quadro de sócios da *Perseverança e Auxílio*. Não obstante isso, informa que “as diversas vezes” em que visitaram a *filantrópica sociedade* frequentavam-na “caixeiros e prepostos do comércio desta cidade.” A continuidade da resposta da *Libertadora* demonstra o posicionamento de sua diretoria em favor da *Perseverança* e em detrimento da *Instrução e Amparo*, porém, o que é mais importante, nos traz valiosas informações sobre o estado de funcionamento da primeira em suas origens:

Do que ela tem se esforçado em bem da classe que representa falam bem alto os cursos de materiais apropriados ao comércio; a regular frequência dos mesmos; a boa ordem e disposição em que se acham seu arquivo e biblioteca; o periódico – União – órgão da sociedade e advogado de seus interesses; e sobretudo a soma de sacrifícios que naturalmente devem ter empregado seus dignos sócios na aquisição dos móveis necessários a funcionar uma sociedade em tais condições, mormente em uma cidade como a nossa, em que as sociedades, em regra geral, têm uma vida

efêmera e raríssimas têm conseguido tanto, ainda mesmo representando classes que dispõem de maiores recursos.¹³⁹

Fica claro o quanto a *Perseverança* já havia avançado em quatro anos de existência. Particularmente no que se refere aos pagamentos de joias e mensalidades, revela-se o ponto frágil na existência e o principal obstáculo de sobrevivência destas entidades. A própria *Libertadora Alagoana* sofre com isto, pois em sua missiva de resposta confessa que houvera alistado muitos sócios “que espontaneamente se foram inscrever, mas se retraíram quando lhes foi cobrada a joia.” Nesse sentido, “é digna de toda a honra a sociedade *Perseverança e Auxílio*, cujos sócios têm sabido vencer grandes dificuldades para elevarem-na ao grau em que se acha”.¹⁴⁰

Um detalhe: esta como as demais respostas do inquérito foram enviadas no começo do segundo semestre de 1883. A missiva da *Sociedade Libertadora* é datada de 20 de agosto de 1883, porém não foi publicada à época, mas apenas agora em junho do ano seguinte. Muito provavelmente a oportunidade da publicação deve-se ao desfecho do golpe final da contenda com Guido Duarte. Este, agora, já estava ele próprio fazendo parte da *Libertadora* e, nestes termos, a exposição pública da opinião da sociedade abolicionista, mesmo que opinião pregressa, soaria como um veredicto final sobre o embate travado pelas duas sociedades caixerais. Este tom de sentença, inclusive, reforça-se pelo fato de que a *Libertadora* era uma das poucas sociedades congêneres às mutuais que congregava diversas entidades em torno de seus objetivos em comum, mercê da causa maior a que devotava seus objetivos, a abolição da escravatura, que galvanizava todos os espíritos progressistas da época. Como explicitação da inglória posição em que se veria Guido Duarte e a sociedade que comandava com toda aquela exposição pública, vejamos um trecho da correspondência da *Libertadora* em que a *Instrução e Amparo* de meados de 1883 é comparada à *Perseverança*, indicando que havia na cidade “uma outra sociedade de caixeiros que [...] não tem podido manter uma casa em que funcione por não compensar a frequência dos cursos criados o sacrifício das despesas para esse fim.”¹⁴¹

Em agosto de 1884, a mutual liderada por Guido Duarte entrega os pontos e encerra suas atividades. Após verificar o anúncio do fim de sua contendora, a *Perseverança* aborda a

¹³⁹ A União – O relatório do Conselho Diretor da sociedade “Instrução e Amparo”. In: A União, ano II, nº 10, 30 de junho de 1884, pp. 1/2.

¹⁴⁰ IBIDEM.

¹⁴¹ A União – O relatório do Conselho Diretor da sociedade “Instrução e Amparo”. In: A União, ano II, nº 10, 30 de junho de 1884, pp. 1/2.

disputa que entreteve com ela, agora denotando um tom de imparcialidade, como quem pretende angariar a simpatia dos sócios órfãos daquela. Para a *Perseverança*, houve dois momentos de ataque. Um relativo à demanda da *Instrução e Amparo* de que não havia legitimidade em a *Perseverança* arvorar-se em ser representante dos caixeiros:

Nós que já nos havíamos anteriormente constituído com esse título, procuramos amparo nas leis do país, fomos ao governo da província [sic] e tivemos satisfação de vencer essa demanda, com o auxílio único da justiça, contra a expectativa do orgulho de nossos competidores e apesar de seus cabedais e ilustração.¹⁴²

Num segundo momento de ataques, o campo dos embates foi a imprensa, na briga pela opinião pública e apoio da classe caixeiral: “Travada de parte a parte a discussão sobreviveram as inconveniências e pouco escrúpulo no respeito à cortesia e desceu a questão ao zero do termômetro individual”. Vencida esta batalha, que se refletiu, entre outros pontos, no surgimento relativamente duradouro da *União*, revista mensal da *Perseverança*, e no sobreviver exíguo de *A Nova Crença*, surgido em inícios de 1884 e com poucos números publicados. A *Perseverança* faz, ainda, menção aos artigos 42 e 45 do estatuto da *Instrução e Amparo*, sugerindo que a decisão da ata de encerramento não reverte os bens e receitas adquiridos pela entidade em favor dos sócios remanescentes, o que contribuiria para que seus antigos sócios não se tornassem “párias em auxílios”, como é o caso dos que acorrem ao Asilo de Mendicidade, “para onde mais louvavelmente deveriam reverter as reservas da associação.” Para finalizar, faz um convite aos antigos sócios da outra mutual de caixeiros:

Sentido deveras que assim se vá enfraquecendo o coro promotor do bem estar de nossa classe, aqui lhes abrimos as estreitas portas de nosso modesto templo, onde só se promove o conceito e instrução dos associados.¹⁴³

Na dinâmica cotidiana das mutuais, há uma tendência muito forte à flexibilização dos estatutos para garantir seu funcionamento. Ao que pudemos perceber, pelo contrário, no caso da *Instrução e Amparo* havia uma observância rigorosa de seu estatuto. Isto determinou que ela funcionasse de maneira lenta/ineficiente, o que contribui para seu fechamento. Mas, na forma como entendemos, o principal problema que contribui para o fim da experiência da *Instrução e Amparo* é outro.

¹⁴² A dissolução da sociedade “Instrução e Amparo”. A *União*, ano II, nº 13, 30 de setembro de 1884, pp. 1/2.

¹⁴³ A dissolução da sociedade “Instrução e Amparo”. A *União*, ano II, nº 13, 30 de setembro de 1884, pp. 1/2.

A partir da exposição acima e levando em conta a leitura das atas de suas reuniões ao longo dos anos 1882/3, parece-nos que o perfil do sócio em potencial da *Instrução e Amparo* é muito mais restrito que o da *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió*. Por um lado, os critérios de seleção estabelecem mais nitidamente a identidade do caixeiro como sendo exclusivamente os empregados auxiliares do comércio, ou seja, os caixeiros propriamente ditos e os guarda-livros. Por outro, categoriza o perfil do seu sócio com uma sutil tendência de restringir-se aos que possuíssem uma tradição de trabalho mais consolidada no setor. Isto significa, em outras palavras, que o perfil do seu sócio é o de um caixeiro que já vem galgando passos na hierarquia do comércio, que muito dificilmente se ocupa de trabalho em estabelecimentos pequenos, casas de pastos ou tavernas. Este sócio, em princípio, estaria mais propenso a pensar-se como aquele tipo de membro que já está descolado do conjunto policromado do proletariado urbano da capital alagoana. A expectativa de sua vida profissional projetava um grau relativo de ascensão social e de inserção nas camadas médias da sociedade urbana de Maceió de fim de século. Cabe notar, por fim, o descompasso entre as ideias defendidas por Guido Duarte acerca da identidade dos auxiliares do comércio – que sugerem uma construção identitária ampliada – e a prática existente na *Instrução e Amparo*, de natureza restritiva. Apesar de várias outras questões já trabalhadas aqui, parece-nos ter sido esta uma das causas centrais do malogro desta experiência mutual: seu fechamento identitário em um conjunto restrito de sócios em potencial que não teria como dar sustentação e continuidade aos diversos compromissos e afazeres de uma mutual como aquela.

2.3 - Das disputas, a vencedora: a *Sociedade Perseverança e Auxílio dos caixeiros de Maceió*

Ao longo de mais de 70 anos de existência, a *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió* modificou seu nome para *Perseverança e Auxílio dos Empregados do Comércio de Maceió* em inícios do século XX, para nos anos 1940 estabelecer-se como *Sindicato dos Empregados no Comércio do Estado de Alagoas*. Esta sucessão de

denominações foi, regra geral, bastante usual para sociedades mutuais de caixeiros no Brasil que conseguiram ter longa vida.¹⁴⁴ Aqui, nos ocuparemos da primeira metade desta longa trajetória, estacionando a narrativa por volta de 1917, momento fulcral em nosso entender para os destinos da entidade, pois coroa uma série de opções relativas a princípios políticos e ideológicos, além de estratégias e práticas, que vinham sendo sinalizadas desde 1905/6 e se afirmam com mais clareza a partir de 1911. Nos primeiros anos do período focado aqui, que podem ter como marco 1897/8, a *Perseverança* baseava sua conduta particularmente na construção de uma identidade da categoria, tanto em oposição à escravidão e ao conjunto do subproletariado local, como no que se refere à expectativa de ascensão dos empregados do comércio, o que contribuía para a dificuldade em estabelecer um discurso de identidade para além da categoria, em comunhão com diversos outros setores das classes subalternas. Após os inícios do século XX, ela passa não só a imaginar-se, como a ser imaginada enquanto patrimônio de toda a sociedade maceioense e/ou alagoana, como uma sociedade que estende seus jatos de luzes a todo o conjunto da sociedade, particularmente através das atividades de promoção cultural ou beletrista, como aulas, palestras e concertos musicais. Sem esquecer-se de seus princípios identitários, estes se veem esmaecidos ao longo dos últimos 15 anos do período abarcado pela nossa pesquisa, o que termina fazendo com que ela participe do jogo oligárquico local e das disputas de 1911/3, não deixando margens de manobras posteriores a uma retomada do seu projeto original. Obviamente, é necessário reforçar que esta mudança de rumos não implica em separarmos uma fase posterior elitista em relação a uma postura mais horizontalizada da primeira fase. Se identificamos esta tendência, em sua trajetória efetivada, estas posturas se vêem nuançadas. Como exemplo disto, basta indicar que, mesmo posicionando-se contra a escravidão e participando de eventos e agrupamentos abolicionistas, a sociedade caixeiral tentava se distinguir do conjunto dos escravizados. Do mesmo modo, na segunda fase, mesmo aproximando-se dos círculos letrados e elitistas da sociedade alagoana, a entidade promove as lutas pela regulamentação da jornada de trabalho no comércio, como veremos no último capítulo. Assim, esta distinção entre duas fases da trajetória da entidade que indicamos aqui, não se consubstancia em dois blocos apartados e estanques.

¹⁴⁴ Uma das caixeirais que surgem no Ceará chama-se *Perseverança e Porvir*. In: OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. Os caixeiros no Ceará: trabalho e educação na revista Phenix (1891-1916). Fortaleza/CE, UFCE, 2005, (dissertação de mestrado em História), pp. 41/2. Talvez o termo denote um pouco da trajetória de trabalho e ascensão dos caixeiros, que só viria através da perseverança e da constância em seus objetivos, claro, contando também com muito empenho e um pouco de sorte.

A partir de articulações promovidas provavelmente por Antonio Teixeira de Castro, no dia 30 de março de 1879 reúnem-se na casa de Francisco Armando, rua do Comércio, nº 113, 18 indivíduos dispostos a fundar uma sociedade de beneficência para os caixeiros. Em sua grande maioria eram empregados do comércio, mas havia algumas figuras estranhas à categoria, como era o caso do funcionário público José Alexandrino Dias de Moura, além de um ou dois comerciantes.¹⁴⁵ Seus estatutos, cuja elaboração ficou a cargo de uma comissão (Graciano Chaves, Ananias Emiliano Guerra e Frederico Armando), foram aprovados em 14 de setembro do mesmo ano. Ao longo dos primeiros anos, concomitantemente aos conflitos com uma parcela da caixeiragem, a *Perseverança* teve de enfrentar as naturais dificuldades de ordem financeira, porém parece que sua grande dificuldade era de ordem administrativa, ou pelo menos no que se refere a uma consolidação regimental da entidade, pois desde a primeira formulação de seus estatutos, várias reformas foram realizadas.

Na Assembleia Geral para eleição da nova diretoria, ocorrida em 25 de abril de 1880, são propostas reformas nos estatutos, “que se revestiam de vários defeitos”. Em 2 de maio as propostas são expostas e votadas, e em seguida encaminhadas para a Presidência da Província. Novas reformas nos Estatutos são realizadas a partir de deliberação da reunião de 16 de outubro de 1881. Em 18 de fevereiro de 1883, nova proposta de reforma é proposta, que se efetiva na sessão da semana seguinte, em 25 de fevereiro. Nesta sessão, contando com a presença de nove sócios, incluindo os membros da diretoria, os novos estatutos da *Perseverança* foram apresentados por Manoel Antunes, tesoureiro, “os quais sendo discutidos e postos à votação foram unanimemente aprovados e aceitos”. Em seguida nomeou-se uma comissão para dar conhecimento dos nomes ao chefe de polícia, “para revisá-los”.¹⁴⁶ Aparentemente, todas essas reformas realizam-se para conformar pequenos ajustes, solucionar obstáculos estatutários à dinâmica que se efetivava na entidade, resolver pendências relativas a critérios mais específicos etc. Após esta última reforma, decidiu-se

¹⁴⁵ SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897, [memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8. Félix Lima Jr. fala em 16 caixeiros, sócios fundadores Cf. LIMA JR., Félix. Op. Cit., p. 169. No entanto, o primeiro, ao transcrever a Ata de fundação da entidade fornece uma relação em que constam 18 nomes.

¹⁴⁶ Ata da sessão extraordinária de revisão dos Estatutos, aos 25 de fevereiro de 1883. In: A União, ano I, nº 3, 30 de junho de 1883, p. 1; veja-se também: Notícias do dia. Diário da Manhã. Ano II, nº 328, 23 de fevereiro de 1883, p. 1; e SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897, [memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, passim. De acordo com Adhemar Silva Jr., a Lei nº 3.150, de 4 de novembro de 1882, que é seguida do Decreto nº 8.821, de 30 de dezembro desse ano, abole a necessidade de aprovação dos estatutos pelo poder provincial, o que justifica em parte o encaminhamento dado ao caso pela diretoria da sociedade. Cf. SILVA JR., Adhemar. **As sociedades de socorros mútuos**. Op. cit., p. 300.

imprimir os estatutos, o que termina gerando toda a discussão com a *Instrução e Amparo* relatada acima. Uma curiosidade é que o estatuto não segue mais para a sanção do Presidente da Província, e sim para o *visto* do Chefe de Polícia. Talvez pelas constantes mudanças ocorridas neles, a diretoria tenha se inibido de reenviar o novo estatuto reformado à autoridade legalmente competente. Se estivermos certos nesta conjectura, antevimos, a partir daí, a negociação realizada com o poder provincial após a denúncia e briga com a *Instrução e Amparo*, e imaginamos a cena de uma comissão da *Perseverança* explicando todo o processo de reformulação dos estatutos, e o envio ao Chefe de Polícia por tais e quais razões etc. Finalmente, a 27 de setembro de 1883 é proposta uma nova reforma, que fica a cargo de uma comissão composta pelos caixeiros Antonio Pereira [?] de Castro, João Calheiros Costa, Antonio José Teixeira Pinto, Manoel Archanjo Antunes, além de Dias de Moura. Aprovada em 7 de outubro daquele ano, este passa a ser o mais antigo dos Estatutos a que tivemos acesso, e provavelmente foi o primeiro a seguir todo o trâmite legal para sua instalação, de acordo com as leis vigentes no período.¹⁴⁷ Uma nova reforma só virá ocorrer em março de 1893, tendo sido impressos 500 exemplares dos Estatutos, porém ao qual não obtivemos acesso.¹⁴⁸

A caracterização do perfil da entidade realizada abaixo dar-se-á pelos estatutos aprovados em 1883.¹⁴⁹ Em que pesem as alterações que foram realizadas ao longo dos anos seguintes, inclusive no início do século XX, supomos que os princípios gerais da organização se mantiveram relativamente estáveis ao longo do período abarcado pela nossa pesquisa.¹⁵⁰ Constituindo-se como uma sociedade de promoção da instrução e da beneficência, a *Perseverança* objetivava, de acordo com a ordem dos estatutos que podem sugerir importância: difundir a instrução entre os associados; proteger e auxiliar os associados desempregados ou que contraírem moléstia; manter uma biblioteca, “que poderá ser franqueada ao público e utilizada por escritores particulares”; publicar uma revista, “que continuará na defesa dos interesses da sociedade e da classe”; por fim, proporcionar, de

¹⁴⁷ SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897, [memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, passim.

¹⁴⁸ IBIDEM.

¹⁴⁹ Estatutos da Sociedade *Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió* [1883]. In: Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa). (1869 – 1887). L 94, E. 20, [Apa].

¹⁵⁰ Reforçando esta leitura, como vimos no referido Estatuto, o artigo 54 prevê que, mesmo com reformas dos estatutos, os artigos 1º (definidor dos princípios e características gerais da entidade) e o 49 (que trata das condições de sua extinção) são perpétuos e não podem ser revogados ou alterados.

acordo com as condições de seus cofres sociais, auxílio a órfãos e viúvas desvalidas que vivam honestamente.¹⁵¹

Havia três categorias de sócios: os efetivos, os honorários e os beneméritos. Para ser sócio efetivo é preciso ser preposto ou auxiliar do comércio, possuir mais de 15 anos, gozar de “boa reputação e exemplar condução”. Os sócios honorários podiam ser desde entidades congêneres até pessoas que “concorrerem para o engrandecimento da sociedade”. Por sua vez, os beneméritos podiam ser pessoas que concorressem de maneira concreta para a entidade com “donativos importantes” para os fundos da sociedade ou que lecionassem gratuitamente, além de outros favores diversos que pudessem ser mensurados, como, por exemplo, no caso de negociantes que empregassem associados que viessem a perder o emprego.¹⁵² Enquanto nos dois primeiros casos os diplomas eram conferidos pelo Conselho Administrativo, neste último, apenas por deliberação de assembleia geral poderia ser conferido.¹⁵³ Nos casos que pudemos averiguar do convite para que sócios efetivos ou outros indivíduos se tornassem sócios beneméritos ou honorários, estas honrarias eram oferecidas apenas a pessoas que já houvessem realizado serviços, donativos de concretude bem palpável, pelo que se vê nas justificativas da entrega de tais títulos. Alguns sócios efetivos e/ou membros de diretoria poderiam também receber o título de sócio benemérito, como é o caso de José de Amorim Lima, 1º secretário da *Perseverança*, e primeiro sócio benemérito daquela sociedade, “por importantes donativos” feitos a ela.¹⁵⁴

A Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió era uma das mutuais de trabalhadores a possibilitar que sócios efetivos que deixassem de ser caixeiros continuassem integrando seus quadros sociais. Em seu artigo 47 determinava que...

Aquele [sócio] que se estabelecer [ou seja, que virasse comerciante] ou deixar de fazer parte da classe de preposto ou auxiliares do comércio e continuar a pagar suas mensalidades, gozará de todos os direitos de sócio efetivo, exceto o de ingerir-se nos negócios da sociedade

¹⁵¹ Artigo 2º dos Estatutos da Sociedade Perseverança e Auxilio dos Caixeiros de Maceió. In: Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa). (1869 – 1887). L 94, E. 20 [Apa].

¹⁵² Respectivamente, artigos 3º, 5º e 7º dos Estatutos da *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió*, já citado. Para Viscardi e Jesus, os sócios beneméritos são “os que despendiam contribuições significativas para a associação e não precisavam usufruir as benesses conferidas aos demais associados” In: VISCARDI, Cláudia e JESUS, Ronaldo Pereira de. Op. cit, p. 29. Esta definição encaixa-se perfeitamente aqui.

¹⁵³ Artigos 6º e 8º dos referidos Estatutos.

¹⁵⁴ Notícias do dia. Diário da Manhã, ano II, nº 388, 8 de maio de 1883, p. 2. Manoel Eustáquio da Silva, por sua vez, tornou-se sócio honorário da *Perseverança* pelos “reais serviços” que prestou e continuará a prestar a entidade. In: Notícias do dia. Diário da Manhã, ano II, nº 455, 27 de julho de 1883, p. 1.

Esta era provavelmente uma das estratégias utilizadas pelas associações de socorros-mútuos, e certamente pela *Perseverança e Auxílio*, para manter um número tal de associados que gerasse uma receita que possibilitasse maior segurança nos socorros e demais compromissos financeiros da entidade. A despeito deste fato de que, quanto maior o número de sócios contribuintes, maiores as possibilidades de planejamento, a admissão de sócios era restrita aos caixeiros prepostos e auxiliares. Como argumentamos no primeiro capítulo, isto deve significar alguma coisa, mesmo levando-se em conta que o fator de identificação por categoria iria tendencialmente sofrer um esgarçamento com a eventualidade de um número cada vez maior de sócios passar a condição de negociantes.¹⁵⁵

Pela falta absoluta de documentação própria (relatórios, conjunto consistente de atas em livros manuscritos ou publicadas em periódicos da época), como já indicado, não pudemos acompanhar a contento todos os percalços vivenciados pela entidade. As breves notícias que encontramos são oriundas de relatos memorialistas ou de notícias esparsas divulgadas na imprensa. Na Assembleia de 16 de outubro de 1881 foi discutida a alta inadimplência de sócios fundadores no que se refere ao pagamento das mensalidades, no valor de 1\$000 rs. Para resolução do caso, aprovou-se uma redução no total de débitos montante. Com esta espécie de “campanha” acertou-se, ainda, que “o líquido obtido” seria entregue à *Libertadora Alagoana* como “fraco”, porém sincero “auxílio à consecução de seu ideal – a libertação dos escravos.”¹⁵⁶ Apesar das dificuldades, a entidade vai se mantendo, consegue pagar o aluguel de sua sede e montar uma pequena biblioteca.¹⁵⁷ Aliás, a biblioteca, à medida que estava aberta à frequência dos não-sócios e “escritores particulares”

¹⁵⁵ Certamente, este perfil de tendência ampliada dos sócios da *Perseverança* ajudará a compor o quadro das vicissitudes, das dificuldades de optarem pelo conflito mais aberto com a classe patronal – como nas campanhas de fechamento de portas, que veremos adiante – e do aprofundamento das relações clientelísticas envolvendo grupos oligárquicos locais. O mesmo ocorre, entre outros casos, para a Bahia: “Ainda mais importante destacar é a dificuldade que os caixeiros enfrentaram para construir organizações independentes de seus patrões, com os quais compartilhavam, no mais das vezes, origens nacionais comuns e até laços de consangüinidade” In: CASTELLUCCI, Aldrin. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). **Revista Mundos do Trabalho** (Dossiê: Os trabalhadores e o mutualismo), vol. 2, nº 4, 2010. Disponível através do endereço eletrônico: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>.

¹⁵⁶ SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897 [memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8; Como visto no primeiro capítulo, este era um problema crônico das mutuais de trabalhadores. Félix Lima Júnior corrobora a situação da *Perseverança*, pois, segundo o memorialista, ela possuía “modestíssima renda”. LIMA JR, Félix. Maceió de outrora – vol. 2 (org. e apresentação de Rachel Rocha). Maceió: Edufal, 2001, p. 170.

¹⁵⁷ Sobre as diversas sedes em que habitou, reservamos um tópico ao final deste capítulo. Dedicamos um espaço para apresentar a biblioteca da entidade no quarto capítulo.

mediante a cobrança de uma taxa de 1\$000, passa a ser uma pequena fonte de renda para os cofres sociais.¹⁵⁸

Mesmo nas dificuldades, a entidade mantinha de alguma forma os valores e princípios que nortearam sua criação, como um perfil abolicionista reformador, a divulgação do pensamento ilustrado, o debate de ideias progressistas, realizando-se um intenso intercâmbio com diversas outras sociedades mutualistas, beneficentes, literárias e filantrópicas do período, ora ocupando a tribuna em reuniões festivas destas entidades, ora cedendo sua sede para realização de atividades de natureza pedagógica e beletrista e esforçando-se por ofertar aulas noturnas e erguer um acervo bibliográfico de entretenimento e cultura geral para consulta dos sócios.¹⁵⁹

Com isto, a entidade ia galvanizando em torno de si um grupo devotado de sócios e benfeitores que fazia com que tanto as atividades burocráticas e rotineiras, como as extraordinárias e festivas, fossem levadas adiante com algum êxito. Em julho de 1883, em plena refrega com a *Instrução e Amparo*, por exemplo, a *Perseverança* realizou uma palestra de apoio a outra sociedade, a literária *União e Progresso*. Nesse período, suas reuniões administrativas ocorrem regularmente às quartas-feiras, no horário noturno, após o encerramento das atividades em parte das lojas comerciais. Entre 16 de fevereiro e 30 abril de 1883, por exemplo, houve 365 visitas de associados aos salões da entidade. Em junho daquele ano, foram realizadas 248 visitas de sócios e 25 de outras pessoas, alguns estrangeiros e curiosos. Apesar de encontrar dificuldades para conseguir coro para suas reuniões e assembleias gerais no início de 1884, em maio sua diretoria passa a distribuir aos sócios, redações e demais interessados os estatutos reformulados e impressos que regulavam a entidade. Em setembro daquele ano, registram-se ainda 216 visitas de associados aos seus salões e biblioteca, além de 95 visitas de pessoas externas à entidade, números nada desprezíveis para um único mês, com horário de funcionamento noturno.¹⁶⁰ Numa cidade de pequeno porte como era a capital de Alagoas, um local de movimentação e sociabilidade após o horário de trabalho figurava como ponto de encontro, de troca de experiências, de debates políticos e culturais, de entretenimento e formação de valores, de amizade e fortalecimento de interesses.

¹⁵⁸ Veja-se o artigo 1º, parágrafo 3º, dos referidos Estatutos.

¹⁵⁹ Estes aspectos serão tratados com mais vagar no terceiro e no quarto capítulos.

¹⁶⁰ SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897[memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, passim.

2.4 - Começando uma nova fase

Escrevendo para as comemorações do décimo oitavo aniversário, ou seja, em 1897, José Avelino Silva aponta duas fases distintas para a existência da entidade. A primeira, que iria desde sua criação até dezembro de 1885, e a segunda, a partir de sua reorganização, em 7 de maio de 1891. Sobre o interregno 1885-91, José Avelino avalia como sendo uma “mancha negra” provocada pela “indiferença de alguns de seus associados que não compreendiam infelizmente a sublimidade de seu ideal”, mas não avança em detalhes: “Não nos demorem na relação [sic] deste fato lutuoso; pois, para honra e glória de nossa classe, a Perseverança ressurgiu de suas próprias cinzas, com mais brilho e vida, como nova fênix”.¹⁶¹

Parece-nos que a reorganização da entidade esteve relacionada, também, ao surgimento da República, ao sopro tímido, porém efetivo, de renovação política que empolgou a sociedade brasileira à época, num contexto em que há pouco acabara a escravidão e os espíritos esclarecidos estavam férteis de ideias e de esperança.

A sociedade ressurgiu numa solenidade pública realizada em 7 de maio de 1891, a partir do empenho e da articulação de um novo grupo de caixeiros. Pelos nomes que se apresentam, uma nova geração, distinta daquela que fundou a entidade (porém contando ainda com o envolvimento de sócios mais experientes). Dentre os nomes, destacam-se alguns mais experientes, como Dias de Moura, Fausto de Almeida, Torquato Cabral, e novos militantes, como Adolfo Figueiredo, Alfredo Cavalcanti Lima, Paulino Santiago, Salvador

¹⁶¹ SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897[memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, 4. Félix Lima Júnior, provavelmente apoiado nele, porém sem citar a fonte, possui a mesma opinião. Para Lima Júnior, a *Perseverança* “viveu um período de crepúsculo” e saiu dele tendo a frente sócios como Torquato Cabral, Dias de Moura, Fausto de Almeida. Mais adiante chegam novos militantes, como Adolfo Figueiredo, Alfredo Cavalcanti Lima, Paulino Santiago, José Avelino Cabral, Salvador Costa e Pedro Cotrim, entre outros. Cf. LIMA JR., Félix. **Maceió de outrora** – vol. 2 (org. e apresent. por Rachel Rocha). Maceió: Edufal, 2001, pp. 169/70.

Costa e Pedro Cotrim, entre outros.¹⁶² Esta geração colherá algumas das melhores conquistas e viverá dramas e vicissitudes na condução da *Perseverança* até 1911-3 pelo menos. Revigorada e esperançosa como o novo regime que fora proclamado há pouco, a mutual caixeiral, contudo, ainda está sujeita as diversas intempéries que acometem este tipo de iniciativa, mormente entre uma classe com longa jornada de trabalho e recursos relativamente limitados. Espelho disso é que as duas primeiras diretorias eleitas, uma em maio de 1891 e outra em abril do ano seguinte, serão recompostas até a sua posse, revelando-se por certo a falta de um grupo dirigente coeso e hegemônico, mas também as condições de trabalho, de vida e de amealhar recursos da base social que lhe dava sustentação. No caso da primeira destas recomposições, inclusive, por se considerar que foi feita a partir de uma eleição ilegal, toda a diretoria é questionada e destituída, sobrevivendo a entidade em sua rearticulação, pela abnegação de uma comissão conscienciosa de sua necessidade. Parece-nos que, nesta rearticulação, já começam a existir fricções entre grupos, disputas por espaços mais amplos da condução da entidade. É preciso considerar, também, que esta instabilidade talvez reflita uma piora nas condições de trabalho e vida de muitos dos caixeiros sócios da *Perseverança*. A instabilidade da vida profissional termina refletindo-se na instabilidade das diretorias e, conseqüentemente, nos rumos da sociedade, que passa a se ver embaraçada com mais este tipo de entrave e desafio. De qualquer modo, neste ressurgimento, com o início da República, há um evidente aumento da discussão em torno da cultura cívica, das políticas públicas em sentido mais genérico, e dos rumos que o novo regime vai tomando. Neste novo contexto, a *Perseverança* é pensada como um sujeito coletivo privilegiado na consolidação de um novo perfil do caixeiro como cidadão, que deve expandir-se e atuar em diversas áreas e esferas.

Dentre os principais focos de atuação da *Perseverança e Auxílio* nesta sua nova fase, o primeiro que se destaca é o da ampliação do número de associados, garantindo receitas mínimas para as despesas correntes e eventuais da entidade, para a consecução dos auxílios e socorros. Nesse período parece haver uma campanha de filiação em que cada sócio deve ter como alvo associar mais dois outros indivíduos da classe. Tal campanha fortaleceria os quadros e propiciaria três objetivos mais específicos: a construção de um prédio social, a criação do montepio comercial e a instalação de um museu permanente.¹⁶³ Essas propostas

¹⁶² LIMA JR., Félix. **Maceió de outrora**- vol 2 (org. e apresent. Por Rachel Rocha). Maceió: Edufal, 2001, pp. 169/70.

¹⁶³ FIGUEIREDO, A. C. *Perseverança e Auxílio*, In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 10/1.

ocorriam junto com o retorno das aulas noturnas e uma melhor estruturação da biblioteca da entidade, já bastante crescida. Junto a esses objetivos, há um processo de mobilização mais ativa da categoria, reivindicando a redução da jornada de trabalho, como veremos no último capítulo desta pesquisa.

Ainda como parte desta conjuntura de renovação, a *Perseverança* pretende ter um papel mais incisivo nas questões que afetem diretamente a classe caixeiral. Em 1892, quando um sócio efetivo, Lima Duarte, é preso de modo ilegal e arbitrário, a entidade reage publicamente. Pela intervenção da *Perseverança*, ele é solto algumas horas depois. Não obstante, a entidade providencia um protesto contra tal ato, denunciando-o não só entre as várias sociedades maceioenses, angariando apoio muitas vezes ao sabor da política oligárquica, mas também na imprensa de outros estados. Concomitantemente, seus diretores providenciam um manifesto dirigido ao Congresso Nacional no sentido de dispensar a classe caixeiral do serviço na Guarda Nacional.¹⁶⁴

Na presidência de Maciel Pinheiro, que abarca pelo menos o primeiro semestre de 1892, após serem organizados um regimento interno para a sociedade e outro para as aulas noturnas, passa a ser discutida a criação de uma Caixa Econômica. Esta Caixa serviria para “salvaguarda no nosso futuro”, tanto dos sócios como “daqueles que nos são caros”, os familiares. A proposta é aprovada, e é escolhida uma comissão para construir um regulamento, que termina sendo aprovado em 27 de setembro de 1894. Apesar desses preparativos, a empreitada não chega a funcionar.¹⁶⁵

Em 1905 essa proposta será retomada, agora sob a formatação de um *Monte-Pio dos Empregados do Comércio*. Para sua elaboração fica encarregada uma comissão de caixeiros e guarda-livros, composta dos srs. Silva Costa, Salvador Costa, Torquato Cabral, José Avelino, Luiz Silveira e Arthur Victal. A comissão reúne-se regularmente, após o horário de trabalho, entre 7 e 9 da noite, para elaboração das bases e do regulamento do *Monte-pio*. Aparentemente, a proposta teve discussão mais ampla, inclusive ouvindo-se eventuais beneficiários que tivessem contribuição a dar ou queixas de como melhor proceder na

¹⁶⁴ SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897[memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, 5. Não conseguimos saber até que ponto a reivindicação foi atendida.

¹⁶⁵ SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897[memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, 6.

elaboração do regulamento.¹⁶⁶ A 25 de março de 1905 chegou a ser realizada uma assembleia extraordinária para apresentação e discussão da proposta. Até onde pudemos averiguar, no entanto, o *Monte-Pio* não vingou.¹⁶⁷ A discussão relativa à Caixa Comercial e, posteriormente, ao *Monte-pio dos Empregados do Comércio* reflete o baixo nível de auxílios e socorros prestados pela *Perseverança*, fruto dos poucos recursos que entram em seus cofres.

Junto com a biblioteca, há algum tempo a *Perseverança* vinha coligindo material de interesse em seus salões para a criação futura de seu museu. Em 16 de setembro de 1897, data de comemoração da emancipação política da então comarca de Alagoas em relação a Pernambuco, lugar de memória na construção de uma identidade alagoana que será reforçada particularmente com a República, ocorre a inauguração do Museu Comercial da *Perseverança*. O museu é fruto de um trabalho coletivo e reflete um pouco da inserção que a entidade passa a ter na sociedade maceioense. Contém diversos itens e materiais, indo dos utensílios de cerâmica às armas mais diversas, passando por adornos e objetos da cultura material indígena, por produtos industrializados e beneficiados em fábricas locais. Além de abrigar uma valiosa coleção numismática, dentre outros objetos, o museu tornou-se um “precioso relicário” que expõe tanto as “belezas de nossa natureza” como o “adiantamento de nossas indústrias”.¹⁶⁸ Alguns anos depois, por volta de 1920, Octavio Brandão doa ao Museu da *Perseverança* diversas espécies de pedras e minerais de valor “mineralógicos, geológicos, históricos, antropológicos e folclóricos”, que compõem a *Coleção Alfredo Brandão*, além de 7 arcos e 18 flechas dos índios Timbira do Maranhão.¹⁶⁹ Parece-nos que, com este museu, a *Perseverança* expõe mais claramente a sua nova inflexão, passando a travar contatos mais diretos com setores médios da sociedade maceioense e membros dos grupos dominantes em nível regional. Em 1906, o museu chega a receber a visita do presidente eleito, Afonso Pena, em comitiva capitaneada pelo governador Euclides Malta.¹⁷⁰

Aos poucos, a entidade passa a se dividir entre atividades de congregação e auxílio de seus associados, de acordo com os estatutos, e a instrução e a benemerência. Enquanto as discussões do monte-pio refletiam o cuidado necessário à sua base social, ao corpo de

¹⁶⁶ *Perseverança e Auxílio*. Gutenber, ano XXIV, nº 53, 15 de março de 1905, p. 1.

¹⁶⁷ LIMA JR., Félix. **Maceió de outrora**. Op. cit., p. 171.

¹⁶⁸ SILVA, José Avelino. Salve! In: 30 de Março – Homenagem ao 19º aniversário da Sociedade *Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió*. Maceió, 30 de março de 1898, p1/2; LIMA JR., Félix. Op. cit., pp. 170/1.

¹⁶⁹ BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas** – memórias (vol. 1). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978, pp. 107. Nos anos 1960, quando volta a Alagoas, o comunista lamenta que o museu não exista mais e que a entidade não tenha sabido preservar o valioso bem que lhe foi confiado, cf. p. 119.

¹⁷⁰ LIMA JR, Félix. Op. cit., p. 171.

associados, o museu, junto com a biblioteca e as aulas noturnas, indicava o veio da promoção sociocultural de seus sócios, porém não somente deles, mas também de outros grupos e extratos da sociedade. Como parte do ideal de ascensão social e inclusão na *boa sociedade* local, os caixeiros da *Perseverança* viam-se abandonando um projeto identitário de categoria que comungasse prioritariamente das formas que vinham sendo refletidas em outros setores,¹⁷¹ passando a se confraternizar, cada vez mais organicamente, com a cultura urbana e de matriz europeia hegemônica na capital alagoana sem cariz mais diretamente vinculado à caixeiragem.

É isso o que explica o fato de, apesar de suas dificuldades financeiras, a diretoria aprovar uma subscrição mensal para ser enviada ao artista Rosalvo Ribeiro, talento da pintura alagoana que terá algum destaque nacional, e que neste período estuda belas-artes durante alguns anos na Europa.¹⁷² A subscrição estava sendo realizada por intermédio do periódico *Correio Mercantil* e inseria-se no caldo da cultura letrada provinciana, de uma *belle époque* deslocada, porém cheia de significados que reforçavam o adiantamento da civilização humana, e que todos haviam de se inserir nesta modernidade. Entre 1897/8, como apêndice desta nova direção, é criada a Banda Musical Carlos Gomes, que servia não somente para ofertar educação musical aos sócios e filhos de sócios, mas também para, aos poucos, criar um corpo de músicos e uma banda que pudesse abrilhantar as programações festivas da entidade. Na realidade, a escola musical constituía-se praticamente em outra sociedade, existindo até uma diretoria própria para administrá-la,¹⁷³ que se mantém pelo menos até 1917.¹⁷⁴

¹⁷¹ Veja-se o caso dos tipógrafos, do mesmo período, In: MACIEL, Osvaldo. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**. Op. cit, especialmente o terceiro capítulo.

¹⁷² SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897 [memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, 7

¹⁷³ SILVA, José Avelino. Salve! In: 30 de Março – Homenagem ao 19º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió, 30 de março de 1898, p1/2; Vinte de Julho, ano V, nº 1, 20 de julho de 1897, p. 4. A diretoria era assim composta: Diretor: Antonio Murta; Secretário: Abilio Barreto; Tesoureiro: José Marcílio.

¹⁷⁴ Um dado curioso e fortuito que pode significar uma tendência mais forte da mutual ao conservadorismo era que o professor responsável pela Escola, Narciso Maia, pertencia à *Sociedade Filarmônica Minerva*. Nas notas explicativas anexas à narrativa romanceada de *Traços e troças*, de Pedro Nolasco Maciel, Félix Lima Júnior caracteriza a *Filarmônica Minerva* como sendo uma banda de “música fidalga”, de tendências monarquistas e conservadoras (“ex-imperial”), cultivando o preconceito de cor, pois não deixava que músicos exímios, como o “grande clarinetista” João Minas, participasse de seu corpo por ser preto, p. 39, nota 8. Havia uma rivalidade da *Minerva* com a *Sociedade Filarmônica Artistas*. Parece-nos que esta, sob o comando do professor Valério Pinheiro, era progressista, de tendências republicanas, e abolicionista. Cf. MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças** (crônica vermelha – leitura quente). 2 ed. anotada e comentada por Félix Lima Júnior. Maceió: DEC, 1964, [1 ed- 1899], p. 42. Vide também a nota 21 desta mesma página). Não obstante, pelo perfil ideológico

Ampliando seus raios de atuação no período, passará a realizar ações filantrópicas e de caridade. No Natal de 1905, é organizada uma grande festividade para 257 crianças pobres ou órfãs da cidade, contando com uma série de atividades que começam às 10h da manhã e vão até as 8 horas da noite. Para o evento, fora providenciada uma árvore trazida da Europa para aproximar o clima.¹⁷⁵ No ano seguinte, ocorrerá a Exposição Alagoana de Trabalhos Manuais, atividade organizada pela *Perseverança* para recolher produtos de prendas domésticas variadas feitas por damas da sociedade, “para aliviar tantas dores e mitigar a fome de tantas criancinhas desprezadas da sorte propícia.” A sessão solene de entrega dos prêmios é uma grande cerimônia festiva, envolvendo um vasto programa musical, que contava até mesmo com uma valsa intitulada *Perseverança*, composta pelo músico João Ulisses.¹⁷⁶

Desde inícios do novo século, todavia, a postura da *Perseverança* reveste-se de alguma ambiguidade na aproximação com as classes dominantes e os grupos políticos locais. Do mesmo modo, ela sempre continua abrindo suas portas e estreitando laços de proximidade, tanto aos republicanos mais críticos dos caminhos tomados pelo novo regime, como aos próprios operários e a alguns socialistas, como nos casos do *Club Republicano Radical*, do *Centro Proletário Alagoano* (1902?/3?) e da *União Operária Alagoana* (1904? – 1910?).

Apesar de relações como essas, é nítido o encaminhamento cada vez maior da mutual dos caixeiros em direção aos grupos políticos tradicionais. Mesmo considerando um traço marcante das mutuals não se envolverem diretamente com questões de natureza político-partidária em sentido estrito,¹⁷⁷ é preciso considerar que a todo tempo elas estão realizando algum tipo de participação política, mesmo que seja a partir de uma “economia do favor”, como indica Marcelo Mac Cord.¹⁷⁸ Não obstante, gradativamente, a caixeiragem organizada de Maceió se aproximará das disputas políticas oligárquicas locais. A pesquisa de Aldrin

republicano que encontramos na entidade (como analisado no quarto capítulo), esta opção artístico-musical seria meramente um traço de tendência conservadora e não necessariamente monarquista.

¹⁷⁵ LIMA JR, Félix. Op. cit., pp. 171/2.

¹⁷⁶ A Perseverança na Fênix. O Evolucionista. 11 de junho de 1906, ano V, nº 134, p. 3.

¹⁷⁷ Veja-se VISCARDI, Cláudia. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social.** Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 2006 (pp. 305/22), p. 308.

¹⁷⁸ MAC CORD, Marcelo. **Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma Associação de artífices no Recife, 1836-1880.** Campinas, SP: Unicamp, 2009 (Tese de doutorado em História), pp. 10; 301.

Castellucci comprova como os trabalhadores organizados em Centros e Uniões possuíam uma longa tradição de participação político-eleitoral desde o Império. Para ele, este traço é reforçado com a República.¹⁷⁹

Esta inflexão dá-se entre finais de 1911 e se consolidará ao longo dos dois anos seguintes. De um lado, a *Perseverança* fundará a *Liga Caixeiral Pró-Clodoaldo-e-Fernandes*, como uma espécie de braço político da mutual, que se articula, através da liderança oposicionista de Fernandes Lima, contra a já citada oligarquia de Euclides Malta. Desta aliança, ocorrerá a presença de caixeiros na perseguição aos terreiros de xangô em fevereiro de 1912; a derrubada da oligarquia de Euclides Malta, no contexto da política das Salvações de 1912, articulada por Hermes da Fonseca; e a eleição de Francisco Avelino Cabral¹⁸⁰ para deputado estadual, como representante dos caixeiros no novo governo oligárquico (1913/5).¹⁸¹

Após o envolvimento da *Perseverança e Auxílio* na crise política oligárquica de 1912, as coisas não serão mais as mesmas na mutual caixeiral. O primeiro sinal desses novos tempos ocorre justamente nas semanas de maior tormenta desse evento, em fevereiro de 1912, e referem-se à eleição de uma nova diretoria. Trocas de cartas públicas entre José Avelino da Silva e Francisco Avelino Cabral, dois dos mais destacados diretores da entidade dos últimos tempos, porém com personalidades e estilos muito distintos, ajudam a entender o momento. As cartas giram em torno da nomeação de um ou outro para encabeçar a nova diretoria da *Perseverança*, e em ambas, cada um deles declina do convite e indica o consórcio da mutual e colega de profissão como melhor nome para assumir o cargo. Parece que os conflitos internos à entidade, no calor dos acontecimentos, estão latentes, e as coisas não se resolvem internamente, o que termina fazendo com que apareçam em público. Nas

¹⁷⁹ CASTELLUCCI, Aldrin. **Trabalhadores, máquinas políticas e eleições na Primeira República**. Salvador, BA, UFBA, 2008 (Tese de doutorado em História). É preciso lembrar, também, a dimensão política que possuem muitas das manifestações culturais e artísticas realizadas pelas mutuais no Brasil do período. Segundo Angela Alonso, a imprensa independente, os *meetings*, as conferências, as solenidades festivas, as efemérides culturais em geral “geraram um espaço público que extrapola as dimensões da sociedade política da elite imperial”, formando-se um “*lócus* independente do Estado e das instituições saquarema”. Em que pese a especificidade destas manifestações no contexto da pesquisa realizada pela autora, acerca da geração de 1870, poderíamos atentar para esta dimensão também nas sociedades de auxílio-mútuo. Cf. ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp. 275/301. Para a citação, p. 283.

¹⁸⁰ Francisco Avelino Cabral, em algumas fontes, é referenciado como Francisco Avelino Silva. Neste estudo, ele será denominado apenas pela primeira forma para evitar confusão com José Avelino Silva.

¹⁸¹ Este processo de colaboração e clientelismo político entre a *Perseverança* e um grupo oligárquico tradicional de Alagoas será trabalhado de maneira mais detalhada, junto com as formulações ideológicas que justificaram este engajamento caixeiral, no próximo capítulo.

cartas públicas, Francisco Avelino indica claramente sua articulação com o grupo de oposição aos Maltas e que em breve assumiria o Poder Executivo do estado. Francisco já figurava, inclusive, como chefe do Partido Progressista, agremiação recentemente criada e pertencente ao grupo do Partido Democrático. Sinalizava-se, ainda, que ele próprio, concorreria às eleições para deputado estadual daquele ano, como de fato ocorreu, saindo-se vencedor. Por sua vez, José Avelino Silva agradecia o convite, porém recusava-o em nome de diversos afazeres e ocupações pessoais, mas também pelo fato de que as novas tarefas exigidas pela *Perseverança* estariam além de suas forças, particularmente relevando a necessidade de se construir a sede própria da entidade, como veremos adiante.¹⁸² Em outras palavras, enquanto o primeiro dos Avelinos, o Francisco, empolgado e com sofreguidão, apoiava e participava da nova postura da entidade, recusando a possibilidade de ser seu presidente, para alçar voos maiores, o segundo deles, o José, explicitava um recuo típico de sua personalidade, recolhendo-se ao seu mundo ordeiro de guarda-livros e à sua família, longe da algaravia político-eleitoral e apoiando as ações dos bastidores.

2.5 - A construção da sede definitiva – uma alegoria da trajetória da *Perseverança*

Durante seus primeiros anos, a *Perseverança* abriga-se em diversas sedes, todas provisórias e alugadas. Em 1879, ela surge numa “modesta casa na rua do Comércio”, passa uma temporada na rua do Livramento, nº 81, em 1880/1, para em seguida alojar-se na rua Boa Vista. Todas estas localizações iniciais situam-se no então chamado bairro de Maceió, e um dos dois principais núcleos de povoamento da cidade. Daí, por fim, passa para a rua Conselheiro Lourenço de Albuquerque, nº 101, no bairro portuário de Jaraguá. Em fins dos anos 1890, voltando ao bairro anterior e já em sua segunda fase, muda-se para um velho sobrado da praça D. Pedro II nos fundos do palácio velho, em fins de 1890.¹⁸³ Nesta época já

¹⁸² SILVA, José Avelino. S. Perseverança e Auxílio [carta pública]. *Jornal de Alagoas*, ano V, nº 24, 4 de fevereiro de 1912, p. 1; SILVA, José Avelino. SILVA, José Avelino. S. Perseverança e Auxílio. *Jornal de Alagoas*, ano V, nº 29, 10 de fevereiro de 1912, p. 1; CABRAL, Francisco Avelino. Carta. *Jornal de Alagoas*, ano V, nº 30, 11 de fevereiro de 1912, p. 1.

¹⁸³ LIMA JR, Félix. Op. cit., pp. 169/73.

possui uma biblioteca robusta. Permanece lá até a construção de sua sede definitiva, em 1917.

Após sua reorganização, a ampliação do acervo bibliográfico e a inauguração do Museu, o espaço do prédio em que se localizava não comportava mais as reuniões administrativas, as diversas atividades abertas ao público e aos demais sócios. Na negativa para assumir a presidência da *Perseverança* em 1912, José Avelino ressalta que com o fortalecimento advindo da reorganização entre finais do século XIX e inícios do XX, a entidade não pode mais adiar a construção de seu prédio social. Tarefa difícil de ser concretizada, porém que deve ser iniciada e demandará esforços coletivos, particularmente da diretoria.

Para ele, ao longo de seus primeiros trinta anos, pelo menos, a *Perseverança* viveu sob “o receio de futura remoção”, por não ter sede própria. O prédio onde está instalada não comporta mais a sua biblioteca, seu museu e seu arquivo: “Em solenidades, os salões são insuficientíssimos [sic] para conter os que a visitam. Sente-se imediatamente que falta espaço, a fim de que as seções fiquem devidamente dispostas – satisfazendo as exigências de ar e de luz”. Por tudo isso, uma sede própria não é “questão de luxo”, porém uma “urgente necessidade social”.¹⁸⁴

Desde pelo menos 1906 estavam sendo realizadas negociações para compra do terreno para a construção da sede, o que se efetiva em 1909. Após algumas negociações que envolveram trocas entre terrenos e de construções já iniciadas entre particulares, foi comprado o terreno da então rua 15 de Novembro (rua rua do Sol/rua João Pessoa) para a sede definitiva.¹⁸⁵

A intervenção do estado foi importante neste processo, tanto pela mediação nas trocas/compra, como na isenção de impostos. Sancionado pelo governo estadual em 11 de abril de 1913, o decreto nº 652 concede a dispensa, por parte da *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados do Comércio de Maceió*, do imposto de transmissão de imóveis, no qual será construída sua sede. O terreno estava situado à rua 15 de Novembro, uma das mais bem localizadas da cidade. O valor do imposto era de 1:050\$000 (um conto e cinquenta mil réis). Para tal dispensa, o governo considerava que o poder público devia favorecer “iniciativas que dizem respeito ao progresso moral e material do povo” e que, pelo fato de ao longo de vários anos a *Perseverança* ser dedicada à instrução, ao trabalho e ao

¹⁸⁴ SILVA, José Avelino. S. Perseverança e Auxílio [carta pública]. *Jornal de Alagoas*, ano V, nº 24, 4 de fevereiro de 1912, p. 1.

¹⁸⁵ SILVA, José Avelino. IDEM; LIMA JR, Félix. Op. cit., p. 173.

“altruísmo”, mantendo um conjunto de serviços prestados à sociedade, tal dispensa era justa na medida em que a construção da sede ampliaria a oferta desses serviços.¹⁸⁶ Obviamente, contou aqui tanto a participação dos caixeiros nos episódios de 1912 como a pressão do agora deputado Francisco Avelino. Apenas entre 1913 e 1917 é que aparecem as condições para a construção do prédio.

Aliás, nesse período a entidade encontra-se financeiramente muito bem, mantendo o Museu Comercial, a Biblioteca e a Hemeroteca em funcionamento regular, além de criar um serviço médico para os associados e seus familiares. Cogita-se, mesmo, na construção de uma enfermaria. Por fim, com veremos no quarto capítulo, é nesse período que as aulas noturnas passaram por uma reestruturação, criando-se a Academia de Ciências Comerciais. É nesta situação extremamente propícia que os caixeiros da *Perseverança* projetam a sua sede própria.¹⁸⁷ O seu projeto será elaborado pelo prestigioso arquiteto italiano radicado em Alagoas, Luiz Lucarini (1842-?), que já houvera projetado o prestigioso Teatro Deodoro, símbolo da melhor arquitetura da cidade e emblema de nobreza que a *Perseverança* perseguia já há algum tempo. Até sua conclusão, a construção passará por dificuldades. Após uma paralisação por falta de recursos, várias firmas e Cias. da praça e de outros estados (Leão & Cia., Loureiro, Barbosa & Cia., Lima Silva & Cia., Duque de Amorim & Cia., Cia. União Mercantil, Souto Mayor etc.) colaboram para a sua conclusão. O prédio é concluído e inaugurado em 15 de novembro de 1917, não por acaso na data de comemoração da Proclamação da República. Félix Lima Júnior calcula que foram gastos 70 contos na obra.¹⁸⁸

¹⁸⁶ Collecção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1913. Maceió: Typ. Casa Ramalho, 1919, p. 273.

¹⁸⁷ A Perseverança e Auxílio. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 68, 30 de março de 1913, p. 1; O governo do estado e a Perseverança. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 81, 15 de abril de 1913, p. 1.

¹⁸⁸ LIMA JR, Félix. Op. cit., pp. 173/5. A construção do palacete da Phenix Caixeiral, de Fortaleza, iniciada em 1913, é concluída e inaugurada em 1915, e de alguma forma aproxima-se do que está ocorrendo com a coirmão de Maceió. Cf. OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. Os caixeiros no Ceará: trabalho e educação na revista Phenix (1891-1916). Dissertação de mestrado, PPGH/UFCE, 2005, p. 46.



Sede da *Perseverança e Auxílio*, inaugurada em 1917 [s/id. autor e data. Acervo Apa].

Como se vê, a antiga mutual dos caixeiros, surgida nos embates relativos à instrução, ao amparo e à construção de uma identidade para os trabalhadores do comércio, em meio a uma sociedade escravista e senhorial, em algum momento em inícios do século XX realiza uma opção de ordem política que afeta não só seus princípios como também seus objetivos centrais. Desde então, em busca de uma inserção maior no conjunto das camadas médias urbanas de Maceió, aproximando-se das elites política e de seus porta-vozes intelectuais, viu deslocar-se gradativamente sua esfera de atuação para o âmbito de um assistencialismo tênue, com a oferta de uma formação técnica de mão de obra para o pequeno mercado de trabalho local,¹⁸⁹ o culto de um beletismo empolado, com tintas conservadoras.

2.6 - As diretorias da *Perseverança* – limites da democracia num mundo oligárquico

Como já vimos, um encaminhamento muito comum nos estatutos das mutuais pesquisadas por Adhemar Lourenço da Silva Jr. era o de transformar o que aparentemente

¹⁸⁹ Como veremos no quarto capítulo.

deveria ser um direito do sócio em um dever expresso. Assim, “semelhante ao exercício de cargos na diretoria, o comparecimento às assembleias gerais não é definido como um direito do associado, mas como um dever”.¹⁹⁰ Numa sociedade de baixa participação política formal, de uma educação cidadã que era tolhida cotidianamente em diversas situações, não é de se estranhar isso. Ademais, levando-se em conta que estamos falando de trabalhadores, ocupados em sua labuta pela sobrevivência, os empecilhos para ocuparem cargos em diretorias ou mesmo frequentarem com assiduidade as assembleias e reuniões da entidade não era algo incomum. Por certo, no caso dos trabalhadores do comércio, que possuíam uma jornada de trabalho das mais extensas, chegando por vezes a mais de 12 horas de trabalho diárias, estas tornavam quase que impeditivas a dinâmica da vida associativa destes indivíduos, sendo certamente um dos fatores que contribuíram para a dificuldade de manutenção das atividades administrativas e burocráticas da entidade em alguns momentos.

A partir dessas considerações, fica mais fácil entender alguns dos deveres impostos aos sócios da *Perseverança*. Segundo seus estatutos, os sócios efetivos são obrigados a “Comparecer às sessões da assembleia geral, aceitar e exercer com o maior zelo e dedicação qualquer cargo para que for eleito ou nomeado”. Apenas em casos, onde sobrevenha “um impedimento grave e justificável” pode o caixeiro escusar-se do mandato.¹⁹¹

Pelo que conseguimos verificar, tanto no caso da *Instrução e Amparo*, analisado no começo deste capítulo, como no da *Perseverança e Auxílio*, há uma baixa frequência às assembleias, sendo comum muitas delas nem se realizarem por falta de quórum. Mesmo entre a diretoria, este padrão absentéista muitas vezes é recorrente.¹⁹² Os cargos nem sempre trazem prestígio ou benefícios, e impõem tarefas e responsabilidades; por isso “é previsível que haja uma baixa renovação nos quadros de dirigentes”.¹⁹³ Um dos diretores mais assíduos da *Perseverança* nas duas primeiras décadas do século XX, José Avelino Silva, sugere que, muitas vezes, o trabalho dos diretores/presidentes desta mutual é pouco convidativo, burocrático, e os indivíduos que os ocupam não possuem muito tempo disponível, vivendo

¹⁹⁰ SILVA JR., Adhemar Lourenço. *As Sociedades de Socorros Mútuos: estratégias privadas e públicas*. (estudo centrado no Rio Grande do Sul, Brasil, 1854-1940). Op. cit., p. 269.

¹⁹¹ Artigo 9, parágrafo 3, dos Estatutos *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió* [1883]. In: Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa). (1869 – 1887). L 94, E. 20, [Apa].

¹⁹² Veja-se, também, SILVA JR., Adhemar. Op. cit., pp. 276/7. Como já visto acima, encontramos casos da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió em que alguns membros da diretoria denunciam que outros diretores não participam das reuniões e das atividades.

¹⁹³ SILVA JR., Adhemar. Op. cit., p. 264.

de comparecer às reuniões e “exarar os sacramentais ‘arquite-se’ e ‘oficie-se’ nos documentos lidos em expedientes”, em uma ou duas horas num encontro semanal.¹⁹⁴

Não podem ser subestimados, todavia, os aportes de convivência democrática instaurados nos ambientes das mutuais. Por exemplo: para os sócios efetivos encontram-se, além dos direitos de “votar e ser votado”, o de “representar contra qualquer ato ofensivo aos seus direitos”.¹⁹⁵ Isto não pode ser menosprezado numa sociedade escravista, de forte hierarquização social, de perfil elitista e de baixa representatividade formal das camadas populares nas poucas instâncias organizativas da sociedade civil. Tal participação era, não obstante este avanço relativo, restritiva e servia como um preparo para o convívio cidadão, como uma pedagogia silenciosa que contribuiu na formulação e consolidação de demandas da sociedade civil junto ao Estado de Direito republicano. Assim, pairava a ameaça de eliminação de sócios efetivos dos quadros da entidade, caso estes “depuserem publicamente em reuniões ou por escritos públicos contra a honra e dignidade da sociedade ou de seus empregados” ou os que “procurarem a ruína da sociedade ou plantarem a discordia entre seus membros, uma vez que disso possa resultar em dissolução.”¹⁹⁶ Os limites do dissenso estavam estabelecidos.

Encontramos uma única ata da *Perseverança* com dados relativos à eleições, no caso, para a que ocorreu em 15 de fevereiro de 1883. Nela, o vice-presidente, Azevedo da Silva, ocupando o cargo de presidente da sessão, inicia os trabalhos da eleição afirmando que os sócios em atraso não votariam nem poderiam ser votados, e que esta se daria por “escrutínio secreto”. Os sócios Raymundo Viana, Lima Buarque e Ferreira Guimarães reclamaram. A matéria é colocada em discussão e votação, e decide-se que os sócios em atraso também poderiam votar. Talvez aqui possa ser verificado algum nível de contestação na condução da entidade. Haveria uma cisão interna? Provavelmente não. Todos os eleitos, para cada um dos cargos, receberam votação praticamente fechada, que girava em torno de 12 a 16 votos de um total de 18 sócios votantes apenas. E, apesar de nenhum dos sócios que questionou os critérios de exclusão de votantes conseguir ser eleito para cargo algum, percebe-se que eles não realizaram um movimento combinado de votarem todos os três entre si, para demonstrar a insatisfação.¹⁹⁷

¹⁹⁴ SILVA, José Avelino. S. *Perseverança e Auxílio* [carta pública]. *Jornal de Alagoas*, ano V, nº 24, 4 de fevereiro de 1912, p. 1.

¹⁹⁵ Artigo 10, parágrafos 3º e 4º, dos referidos Estatutos Sociedade *Perseverança e Auxílio*.

¹⁹⁶ Artigo 35, parágrafos 3º e 4º, dos referidos Estatutos.

¹⁹⁷ Ata da Sessão da Assembleia Geral da Sociedade *Perseverança e Auxílio*, em Maceió, aos 15 de fevereiro de 1883. IN: *A União*, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, pp. 3/4.

Em inícios do período republicano, a *Perseverança e Auxílio* passou por alguns problemas na composição, eleição e posse de diretorias. As duas primeiras chapas foram eleitas e não tomaram posse. Ocorria também que, em outras conjunturas, alguns dos representantes eleitos – apesar das disposições estatutárias que obrigavam o aceite – não assumiam o cargo de fato, e por vezes era nomeado o segundo mais votado para o referido cargo. São comuns, ainda, os casos de sócios empossados que não terminam o mandato e a diretoria tem de ser recomposta às pressas, em um, dois ou, às vezes, mais cargos, constantemente. Talvez isso reflita questões relacionadas as condições de trabalho e vida de muitos dos caixeiros sócios da *Perseverança* em conjunturas de crise, como já assinalado.

Todavia, em boa medida, esta instabilidade era reflexo da instabilidade maior da política estadual nos primeiros anos de implantação da República.¹⁹⁸ Não deve ser difícil avaliar que, com as notórias e recorrentes estratégias clientelísticas e paternalísticas assumidas pelas diretorias da entidade, revelam-se dificuldades em se chegar a uma diretoria de consenso, pois não havia ainda um bloco que hegemonizasse a condução da política em nível mais amplo. Esta sugestão, para o período, não é de todo descabida, pois reproduzia-se aqui um padrão que vinha do Império: era o chefe do Poder Executivo que confirmava e efetivamente nomeava a diretoria das mutuais.¹⁹⁹

A partir da montagem do quadro geral de diretorias da mutual caixeiral podemos chegar a algumas conclusões parciais e conjecturas.²⁰⁰ Havia uma rotatividade relativamente alta tanto entre os nomes que compunham as diretorias, como principalmente entre os cargos. Especialmente em seus inícios, percebemos um nível de rotatividade acentuado, fruto talvez da precária articulação inicial, das disputas com a sociedade *Instrução e Amparo*, e dos percalços enfrentados. Gabriel Jatobá, que participa da *Perseverança* desde 1879, ocupando cargos na diretoria e sendo até eleito para a comissão fiscalizadora em outubro de 1881, em inícios do ano seguinte estará participando da articulação da *Instrução e Amparo*, como discutido no início do capítulo.

Obviamente, isso não significa negar que em alguns períodos não haja indivíduos que parecem exercer uma liderança em conjunturas ou fases da vida associativa da entidade. Antonio Teixeira de Castro, além de principal articulador da criação da entidade em 1879,

¹⁹⁸ TENÓRIO, Douglas Apratto. A metamorfose das oligarquias. Maceió: HDLivros, 1997, pp. 62/84.

¹⁹⁹ Para tanto, veja-se o caso do decreto de 27 de janeiro de 1893, em que Gabino Besouro confirma eleição do novo presidente da *Perseverança*, Cypriano de Barros. In: SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897[memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade *Perseverança e Auxílio* dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, 6.

²⁰⁰ Veja-se o anexo II. É importante notar a ausência da figura do orador para esta entidade, fato incomum nas diretorias das mutuais no período.

ocupa cargos na diretoria até 1883, sendo seu presidente em 1879 e em 1881. Entre 1883 e 85, fim da primeira fase, José Alexandrino Dias de Moura é a principal liderança, sendo seu presidente no período. Na rearticulação promovida em inícios da República, Antonio Carlos Maciel Pinheiro é um nome que aglutinava, porém algum tempo depois este nome passa a ser Joaquim da Silva Costa, de quem falaremos adiante.

Alguns nomes chegam a ter presença constante em diretorias, porém sem maiores destaques ou indícios de que acumularam poder, em fases distintas da entidade, perfazendo um trajeto de longa contribuição, como são os casos de José Alcântara Lima Buarque, que aparece como membro da diretoria –embora sem continuidade – ao longo de 10 anos a partir de 1881, e de Antonio José Teixeira Pinto (desde outubro de 1881 até meados de 1892, pelo menos), chegando inclusive a ocupar o cargo de presidente, em 1883.

Os casos de maior longevidade enquanto membro da diretoria, pelo que averiguamos, são os de Adolpho Figueiredo (1895/920), Antonio Martins Murta, Joaquim da Silva Costa e José Avelino da Silva. Estes nomes parecem compor uma geração de caixeiros que conduziu os destinos da entidade nesta fase. O primeiro deles sempre ocupou cargos menos importantes entre 1895 e 1920. Mesmo que seja sem constância, o último destes sujeitos estará presente em diretorias da entidade desde abril de 1895 até 1916, pelo menos. Em inícios do século XX, Martins Murta comporá, como vice-presidente, a diretoria do *Monte-Pio dos Artistas Alagoanos*, e chega a ser nomeado comissário de polícia de Maceió em 1903.²⁰¹ Joaquim da Silva Costa, por sua vez, participa de diretorias da entidade desde 1895 até 1920, chegando a ser presidente entre 1895/8 e entre 1918/20. Aliás, é interessante notar como possível índice de abertura política a novas lideranças, sem haver uma oligarquização dos cargos e do comando, que ele assume seu primeiro cargo na diretoria já como presidente, sem haver passado por outras instâncias anteriores. De qualquer forma, nesse momento ele já parece se tornar uma figura poderosa no conjunto dos sócios da mutual, pois em inícios do século XX receberá privilégios do governo estadual.²⁰²

²⁰¹ Sem título. Aurora Social. Recife, 19 de setembro de 1903, p. 4.

²⁰² Na condição de negociante, nos primeiros anos do século XX, Joaquim da Silva Costa receberá isenções do governo estadual (então Euclides Malta) para fundar um banco (1902) e uma fábrica de bebidas e perfumes (1906). Não sabemos até que ponto estas firmas foram abertas. Talvez fosse o caso de analisar até que ponto a relação de clientelagem ou de controle entre a *Perseverança* e o governo estadual, em vez de se dar diretamente com subsídios à entidade, tem sido filtrada por figuras centrais do quadro de sócios ou da diretoria. Infelizmente não obtivemos mais dados acerca do ponto em questão. Para as isenções, consultar: Lei nº 313, de 10 de junho de 1901, Concede isenção de direitos estaduais e municipais ao Banco de Alagoas que pretende fundar no Estado o negociante Joaquim da Silva Costa. In: ESTADO DE ALAGOAS. Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1901. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1902, pp. 26/7; e Decreto nº 368, de 9 de março de 1906, concede isenção de direitos estaduais ao cidadão Joaquim da Silva Costa ou firma que organizar no Estado para estabelecer uma fábrica de bebidas finas e artigos de perfumaria.



Diretor da *Perseverança* e negociante, Joaquim da Silva Costa chega a receber isenções fiscais do governo do estado para instalação de seus negócios. FONTE: O Caduceu, Ano III, nº 2. Maceió, 11 de agosto de 1918, p. 1.

José Avelino da Silva, uma figura que vive na retaguarda da diretoria entre 1896 e 1920, ocupa particularmente cargos de secretaria, o que não era comum, pelo menos na *Perseverança*. Diferentemente das diretorias de outras mutuais, como avaliamos no primeiro capítulo, não havia uma continuidade significativa de um mesmo diretor ocupando apenas um cargo, tornando-o sua trincheira de batalha. No mutualismo caixeiral maceioense, a rotatividade de diretores que encontramos ocorria também em relação aos cargos ocupados, reforçamos. Em apenas dois casos percebemos uma certa “especialização” na secretaria. Neste de José Avelino e no de Fausto de Almeida, entre 1893 e 1898.

Talvez os índices de alternância dos membros da diretoria, tanto no cargo principal de presidente, como entre os cargos, não reflitam necessariamente um grau de democracia apurada na entidade, com legitimidade e representatividade significativas. Muito provavelmente contribuem para essa característica de mudanças nestas diretorias as longas horas de trabalho no comércio, em acúmulo com os inevitáveis afazeres particulares e

In: ESTADO DE ALAGOAS. Coleção de leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1906. Maceió: Typ. A vapor da Livr. Commercial, 1913, pp. 81/2. É bom atentar, de qualquer forma, para o fato de que recursos estatais chegaram à *Perseverança* através de loterias, como já indicado anteriormente no **quadro V**. Os 1:000\$000 réis recebidos pela *Perseverança* em 1902 foram “retirados dos dinheiros de loteria”. In: MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Euclides Vieira Malta, governador do estado por ocasião da instalação da 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura, em 20 de abril de 1902. Maceió: Typ. Oriental, 1902, p 23.

familiares, o que termina dificultando uma militância mais presente por muito tempo, uma disponibilidade para encabeçar diretorias numa constante jornada dupla de ocupações. De qualquer modo, é notável perceber que não há um indivíduo que lidere incontestemente a sociedade em determinadas fases, numa sociedade alagoana acostumada à reiteração dos mesmos grupos e nomes.

Como já indicado no primeiro capítulo, as mutuais de trabalhadores de Maceió, participam do concerto político-eleitoral do período, não sendo esta uma característica regional, porém algo que ocorre em diversos outros lugares do país.

Para o caso da *Perseverança e Auxílio*, Francisco Avelino Cabral é o primeiro sujeito diretamente envolvido com ela que assume cargo legislativo estadual entre 1913/4, fruto do contexto da participação da *Liga Caixeiral* na crise oligárquica de 1912. Na legislatura seguinte já não vemos mais seu nome; talvez nem tenha sido candidato. Apenas nas legislaturas de 1919/20 e 1921/2 é que encontramos um diretor ativo da *Perseverança* ocupando cargos legislativos, no caso, José Avelino Silva, como deputado estadual.²⁰³ Assim como Francisco Avelino, ele também fizera parte da *Liga Caixeiral*, mas, ao que parece, o contexto é outro, muito provavelmente sendo uma candidatura mais orgânica da *Perseverança*, embora envolva ainda a vinculação ao grupo de Fernandes Lima. Um dado curioso e que reflete não só a personalidade de José Avelino da Silva como também a importância relativa que o cargo possuía, é o fato de ele ter passado todo o primeiro ano do mandato (1919) sem ocupar o cargo, simplesmente por questões que estavam relacionadas às ocupações que exercia na firma de Bento Coelho. Só a partir do ano seguinte José Avelino ocupa seu posto, após a *Perseverança* solicitar sua licença ao seu patrão.²⁰⁴

No período dos mandatos de Avelino havia uma relação de muito proximidade entre a família Silveira Magalhães e a sociedade caixeiral. Ao que parece, esta relação começa em 1895, quando o Major Bonifácio Magalhães da Silveira, já deputado desde 1893, compõe a comissão de sindicância da diretoria da *Perseverança* para aquele ano. O major é deputado entre 1893 e 1898, voltando a sê-lo novamente entre 1907 e 1910. A economia do favor deve ter continuado a existir entre Bonifácio e os caixeiros, porém sem ligações diretas

²⁰³ Relação completa dos membros dos dois primeiros Conselhos Gerais da Província de Alagoas (de 1827 a 1833); dos deputados às Assembleias Provinciais, a partir de 1835 até a proclamação da República (1889); dos membros do Congresso Constituinte (1891) e das Legislaturas ordinárias (depois deste), até 1922. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**, vol. XII, 1927, pp. 80/124.

²⁰⁴ GUSMÃO, Carlos. Discurso de... ao ser recebido como sócio efetivo do Instituto, realizado em 1 de setembro de 1928. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**, vol XIV, ano 1930, pp. 174/90, p. 186.

rastreadas desde então.²⁰⁵ A família Magalhães da Silveira, todavia, continua mantendo esta rede clientelar com a *Perseverança* ainda durante um bom tempo. Entre 1919/20, vimos Carlyle Magalhães da Silveira na diretoria da entidade, ocupando o cargo de 2º secretário. Nesta conjuntura, Bonifácio não é mais a liderança de proa da família. Quem a comanda, agora, é Luiz Magalhães da Silveira, homem bastante influente na vida intelectual do período, proprietário do *Jornal de Alagoas*, deputado estadual na legislatura de 1917/8, e em seguida deputado federal, nas legislaturas de 1918/20 e 1921/3. Clemente Magalhães da Silveira será a outra liderança familiar, ocupando o cargo de senador na legislatura de 1919/20; 1921/2.²⁰⁶

Como se vê, encontram-se relações diretas entre sócios e membros da *Perseverança* e a política partidária e eleitoral do período republicano. Apesar de não receber, até onde pudemos averiguar, subsídios dos governos provincial ou estadual, havia uma relação constante entre as diretorias da *Perseverança e Auxílio*, a classe patronal e as autoridades políticas de Maceió e de Alagoas. É preciso pensar o uso que se faz das mutuais como parte das redes de clientelas políticas locais. Como Rafaela Leuchetenberg aponta em seu estudo sobre as mutuais de Florianópolis, havia fortes relações entre membros das diretorias e representantes da elite local, pois muitos políticos, empresários e membros de famílias influentes participavam ativamente dessas sociedades.²⁰⁷ Isto, em parte, era bom para ambos os lados, pois garantia um maior arco de apoio às vicissitudes materiais das mutuais e, de outro lado, possibilitava aos membros mais bem-posicionados na sociedade angariar simpatias, votos, apoios eleitorais etc. Todavia, como vimos abordando, a partir de um determinado momento destas relações, no caso da *Perseverança e Auxílio*, os possíveis benefícios orgânicos para o conjunto dos seus associados deixa de existir em favor das benesses que chegam apenas para membros de sua diretoria.

No Rio de Janeiro, em razão de um mercado de trabalho extremamente complexo e diversificado para o setor comerciário, o que gerava níveis razoáveis de segmentação interna, havia uma distinção clara entre sociedades caixeirais de cunho mais elitista e enobrecidas, e outras que aglutinavam o conjunto mais amplo da categoria, parte dos

²⁰⁵ Relação completa dos membros dos dois primeiros Conselhos Gerais da Província de Alagoas (de 1827 a 1833); dos deputados às Assembleias Provinciais, a partir de 1835 até a proclamação da República (1889); dos membros do Congresso Constituinte (1891) e das Legislaturas ordinárias (depois deste), até 1922, Op. cit.

²⁰⁶ IBIDEM.

²⁰⁷ LEUCHTENBERG, Rafaela. “O lábaro protetor da classe operária”: as Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). Campinas, SP: Unicamp, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).

guarda-livros, caixeiros de estabelecimentos comerciais médios e pequenos.²⁰⁸ Tal divisão não ocorre em Maceió, pelos constrangimentos de ordem estrutural. Quando, na construção inicial do mutualismo na cidade, houve um certo princípio de diferenciação entre uma mutual caixeiral mais enobrecida (a *Instrução e Amparo*) e outra de caracterização mais comum aos caixeiros medianos da cidade (a *Perseverança e Auxílio*), isso não chega a se concretizar pela própria limitação imposta pelo número em potencial de sócios que tiravam seu sustento na dura vida do comércio maceioense. A partir da consolidação de seu projeto e da vida administrativa da entidade, em inícios do período republicano, gradativamente a *Perseverança* foi optando pelo caminho do enobrecimento, da ilustração e da ascensão socioprofissional, abandonando um projeto inicial que se caracterizava mais diretamente pela construção de uma subjetividade caixeiral mais vinculada ao mundo da labuta e do trabalho de seus sócios.

Para concluir o capítulo, retomamos as palavras de sua epígrafe. Seu autor, anônimo, porém certamente conhecedor e simpatizante da *Perseverança*, percebe com lucidez a oscilante trajetória da entidade. Repetindo-o: “Neste ciclo existencial, quantos fenômenos contraditórios no ambiente que envolve a digna corporação alagoana, e na trama da sua estrutura íntima?”²⁰⁹ Dos embates iniciais com a *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió*, das próprias dificuldades em manter de pé a sociedade ao final do Império, passando pelo denodado empenho e desenvolvimento conseguido nos anos que atravessaram o século XX, e desaguando numa melancólica postura de subordinação aos interesses de grupos oligárquicos locais – que deslegitimou sua posição de defensora incontestada da categoria –, vimos um percurso de “fenômenos contraditórios” em sua “estrutura íntima”.

²⁰⁸ POPINIGIS, Fabiane. Op. cit.

²⁰⁹ A Perseverança e Auxílio. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 68, 30 de março de 1913, p. 1.

CAPÍTULO 3 – A FORMULAÇÃO IDEOLÓGICA DO MUTUALISMO CAIXEIRAL

Antes de começarmos o capítulo é preciso indicar que não estamos tentando encontrar as bases de justificação ideológica do mutualismo, muito menos do mutualismo caixeiral em Alagoas, formuladas de maneira articulada em um conjunto de princípios. Sobre esta questão, de qualquer modo, cabe apontar rapidamente que o mutualismo entre os trabalhadores tem encontrado seus pressupostos nos últimos escritos de Proudhon. Em função do registro da presença e circulação de seu pensamento na vizinha província de Pernambuco em meados do século XIX,²¹⁰ não é descabido pensar que esta chegada remota de vertentes do socialismo conhecido como utópico em praias recifenses parece fazer parte de uma cultura atlântica bastante rica e multiforme, que incluía elementos de radicalidade.²¹¹

Neste capítulo, mais detidamente, exploraremos algumas das manifestações ideológicas²¹² mais claras expressas pelos trabalhadores organizados no mutualismo caixeiral maceioense, ora através de textos publicados na imprensa pelos seus porta-vozes e lideranças, ora através de atitudes, engajamentos em movimentos sociais e posturas políticas efetivadas em determinadas conjunturas. Cabe ressaltar aqui, que muitas vezes as idéias divulgadas em órgãos das mutuais pelas suas lideranças e porta vozes, popularizam-se e viram senso comum, porém não necessariamente isto ocorre.

²¹⁰ BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo**. Campinas, vol. 6, nº 10/11, 1999. PP. 41-66, p. 53; MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. In: REIS FILHO, Daniel et alli. **História do marxismo no Brasil I: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 15/45.

²¹¹ Até que ponto este ambiente fértil de ideias e posturas político-ideológicas espraia-se para Alagoas, não sabemos, ficando aqui apenas o registro desta proximidade. Cabe salientar, todavia, que na transição entre o século XIX e XX, mapeamos os intensos contatos entre socialistas e militantes do movimento operário entre os dois estados. MACIEL, Osvaldo. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**. Op. cit., especialmente os capítulos II e III.

²¹² Por ideologia, aqui, entendemos as idéias que ganham força e função social em uma dada sociedade, grupo ou classe social, e terminam servindo a concretização de determinadas práticas e projetos sociais. Dentre outros, conferir: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano – São Paulo: Boitempo, 2007.

3.1 - Revolucionários do progresso, arautos da civilização

Não foi sem contradição que os caixeiros adotaram para si os princípios da era das luzes, era do canto do progresso civilizacional, da força tida como inexorável que o capitalismo eurocêntrico impregnava os demais continentes em suas esfera de influência. Num artigo em que apresenta as diferenças entre as revoluções do passado e as do presente, a redação do órgão da *Perseverança e Auxílio* expõe um pouco de sua visão sobre este processo de longa data. O texto começa com uma epígrafe de Lamartine, que dá “Glória à revolução” e pede “piedade para os homens”.²¹³ E vai se encaminhando para, ao final, exortar os caixeiros: “Avante, revolucionários do progresso”.²¹⁴ Esta expressão, por si, já é paradoxal na medida em que o progresso como era entendido então deve ser *evolucionário* e não revolucionário, deve dar-se pelo simples desimpedir das forças de contenção, enquanto a revolução seria uma espécie de retorno ao passado, uma violência a um curso natural, inescapável trilhado pela humanidade.²¹⁵ Como, então, os caixeiros associariam a revolução a um caminhar lento, progressivo e linear rumo ao progresso?

Inicialmente, distinguem as revoluções dos séculos XVII e XVIII, ocorridas na Europa, particularmente as da Inglaterra e a da França, como sendo muito distintas da grande revolução do século XIX, “a revolução das ideias”. As primeiras revoluções, lideradas por Cromwel [sic] e Robispierre [sic], ocorreriam a partir de uma manipulação das bases, em que estes líderes, junto com outros, “sacrificam o povo para levantarem sobre os cadáveres das vítimas o edifício sangrento de suas execrandas ambições, mergulhando [a todos] num mar de sangue”. Para os porta-vozes da classe caixeiral,

Os antigos revolucionários nas praças públicas atiravam a espada ao povo exclamando: ‘eis a única arma com que hás de fazer valer os teus direitos; aprende a esgrimi-la para derribares [sic] os tiranos que te oprimem; sacrifica tua esposa, abandona teus filhos, despreza tua mãe, deixa que o pranto fira teu pai; incendeia cidades, vilas e aldeãs; faze-te homicida e serás o Lusbel [sic] das revoluções’

²¹³ A Revolução do século. In: O Caixeiro – Periódico noticioso, comercial e literário – órgão da Classe Caixeiral das Alagoas, Maceió, ano I, nº 14, 19 de junho de 1880, p. 1.

²¹⁴ IBIDEM.

²¹⁵ MACIEL, Osvaldo. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**. Op. cit., particularmente o quarto capítulo.

Algo diferente ocorreria no século em que viviam. A revolução deste novo período, liderada por figuras como Gladstone, Marinho, Gambetta e Castellar, seria um verdadeiro “banho de luz”. Ao contrário do que propugnavam os ultrapassados e obscurantistas líderes de revoluções pregressas, os “modernos revolucionários” se utilizariam da tribuna e da imprensa para “circular seus pensamentos” e proclamar à multidão:

o livro – eis o gládio digno de um povo que quer pugnar pelos seus direitos e fazer respeitar as suas crenças; aprende a manejá-lo para suplantares o déspota que ousa subjugar-te; ama a tua esposa, educa teus filhos, abraça teus irmãos, venera tua mãe, idolatra teu pai; funda cidades, constrói estradas e pontes; faze-te bom pai, bom marido, bom irmão, bom filho, bom cidadão e patriota e serás o Jehovah das liberdades [sic]

Desta forma e com esta leitura, encaminham uma impactante comparação entre Bertoldo Scharts, inventor da pólvora, o “novo elemento da morte”, contra Guttemberg, inventor da imprensa, o “novo elemento de vida”.²¹⁶

Como se vê, os caixeiros estavam muito conscientes dos princípios que deveriam nortear sua conduta enquanto categoria organizada: o debate na imprensa para a conquista da opinião pública, através de propagação das luzes da civilização e da defesa das ideias ilustradas. Contra a espada, o livro; contra o sangue, o banho de luz; contra a divisão, a união – em suma, contra o conflito aberto, a propaganda da persuasão. Em certa medida, esta leitura sugere que não seria necessário realizarem-se rupturas drásticas na evolução da sociedade brasileira, porém incorporar os avanços científicos e civilizacionais da sociedade europeia.

Numa primeira etapa desta formulação, alguns artigos produzidos pelos caixeiros ainda em 1880 parecem indicar que o grau de conhecimento das novas conquistas, a aquisição das novas atitudes e habilidades, possibilitariam por si sós o avanço social do grupo contra seus inimigos, a Igreja junto com os barões (símbolo do obscurantismo do antigo regime), e os bodegueiros (ou seja, os pequenos comerciantes, que seriam os maiores exploradores dos trabalhadores do comércio). Num texto onde afirma que “a moralidade aniquilará as maquinações secretas da reação religiosa”, alguém que se denomina

²¹⁶ A Revolução do século. In: O Caixeiro – Periódico noticioso, comercial e literário – órgão da Classe Caixeiral das Alagoas, Maceió, ano I, nº 14, 19 de junho de 1880, p. 1.

Columbino radicaliza o discurso de *emancipação* do povo sob o jugo dos poderosos, certamente evocando traços de crítica à sociedade escravista em declínio:

Quando a ilustração esclarecer completamente o espírito do povo, ele conhecerá a tutela infame que lhe impõe essa praga insofrível de moderníssimos barões, bodegueiros agaloados, imbecis, e ambiciosos por condição, e perversos por índole.

[...] Cidadãos, da igualdade nascerá a fraternidade e da fraternidade a força. Quando o povo conseguir isto, conseguiu e alcançou sua independência. Os aniquiladores – barões, e os agaloados – bodegueiros – essa aristocracia asquerosa do dinheiro, deixará de existir para sempre.

O povo emancipado já, restar-lhe-á apenas tomar posse dos seus bens e administrá-los.²¹⁷

Essa, no entanto, será uma voz isolada no conjunto das contribuições de publicistas e jornalistas que conseguimos encontrar tanto nos órgãos vinculados à *Perseverança e Auxílio* e à *Instrução e Amparo*, como na imprensa em geral. Aliás, talvez, o primeiro número de *O Caixeiro* (de 19 de junho de 1880) junto com o primeiro exemplar que compulsamos d’*A União*, datado de 30 de abril de 1883, revelem um primeiro contato do pensamento caixeiral com um grau de maturidade, de percepção de sua condição, de formulação de um ideal – mesmo que vago e impreciso como eram dados nos termos de uma ilustração –, de um acesso à civilização das luzes, e mesmo de uma cidadania de direito liberal e democrática. Em certa medida, mesmo na identificação de seus opositores (os “bodegueiros”, os latifundiários escravistas ou o clero) encontra-se uma expectativa de formulação de uma identidade de categoria que, mais cedo ou mais tarde, com o andar da carruagem do préstito final do escravismo brasileiro e a colocação ampliada desta identidade por grupos mais amplos de trabalhadores, congregar-se-ia com as demais categorias de artistas, artesãos, trabalhadores urbanos assalariados naquilo que se autodefinia como filhos do trabalho. Efetivamente, no entanto, este processo não amadurece, apesar de ter sido colocada como uma opção (entre outras) no processo de construção identitária da categoria. Talvez, com a exposição clara, em um discurso articulado, dos *interesses* caixeirais; com a mostra dos objetivos que, condizentemente com a leitura da realidade que realizavam, convinhassem à associação dos caixeiros enquanto projeto social para a sua categoria, talvez em função desta pequena amostra, apareça de imediato uma reação patronal. Esta reação, de pronto, inibiu a

²¹⁷ Columbino. A liberdade. In: *O Caixeiro* – Periódico noticioso, comercial e literário – órgão da Classe Caixeiral das Alagoas, Maceió, ano I, nº 14, 19 de junho de 1880, pp. 1/3.

fertilização desta semente pelos diversos amparos e anteparos que uniam os dois polos do setor do comércio – caixeiros e negociantes –, pela cotidiana relação baseada em um acordo tácito, não prescrito, de margens relativamente fluidas, porém perceptíveis para quem a vivia. Não é difícil imaginar que os pequenos comerciantes que sobrecarregavam os seus empregados, junto com padres e senhores de escravos, deixaram muito claro que a margem fluida da reivindicação caixeiral havia sido ultrapassada. E não mais veremos a acidez dessas palavras no mutualismo caixeiral.²¹⁸

Ou por uma opção aberta ou por uma imposição explícita, o discurso dos comerciários seguirá a partir de então uma tendência consensual, de propagação de ideais sem contestação explícita às condições objetivas de trabalho ou denúncias da ordem vigente.²¹⁹ Há uma reinserção do discurso e dos veículos de propagação dos princípios do mutualismo caixeiral aos limites da ordem progressista vigente: o liberalismo de tendências republicanas e abolicionistas moderadas, reformistas.

²¹⁸ Um caso semelhante ocorre com os caixeiros de Pilar, cidade vizinha a Maceió. Há um lampejo de identificação caixeiral às demais categorias de trabalhadores, porém é algo ocasional, conjuntural, que logo depois arrefece diante da diversidade de expectativas projetadas. Assim, no primeiro número do seu órgão, publicado por ocasião da rearticulação da *Sociedade Fraternidade e Instrução dos Caixeiros de Pilar*, vimos uma fala que exemplifica o que afirmamos. Denominando-se “operários da letras”, a “mocidade laboriosa dedicada ao comércio” fala da *fraternidade* como sinônimo de “amor à classe”: “esse sentimento íntimo que faz congregar de envolta ao mesmo *laborum* os filhos do trabalho, os obreiros do futuro, os arautos do progresso” In: Vinte de Julho. Pilar, Ano I, nº 1, 22 de setembro de 1892, p. 1). Ao que parece, esta identificação mais ampla deve-se ao conagraçamento inicial de uma rearticulação da entidade, possivelmente significando uma certa flexibilização nas regras de admissão de indivíduos aos seus quadros sociais, porém sendo algo que não perdura.

²¹⁹ Obviamente, isto não quer dizer que os conflitos não existiam. Um dos principais, senão o principal, mote de conflituosidade da caixeiragem no período estudado é o antilusitanismo. Este tema tem sido explorado para várias regiões do Brasil, como são os casos do Rio de Janeiro e de Pernambuco. Cf. RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos**: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990 e CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil imperial**: o caso dos caixeiros do comércio na época da Insurreição Praieira. Recife/PE, UFPE, 2005 (Dissertação de Mestrado em História). Foge ao escopo de nossa pesquisa adentrar nesta temática, inclusive pela inexistência de estudo específico sobre o tema para Maceió ou Alagoas. Todavia, cabe assinalar que havia uma forte presença lusitana no comércio local que era geradora de conflitos. Entre 1842 e 1855 imigraram para Maceió pelo menos 291 portugueses, dos quais apenas 40 não se identificaram como negociantes ou caixeiros. Matrículas da Associação Comercial de Maceió para o ano de 1876 aponta que, de um total de 24 comerciantes, 50% dos matriculados eram portugueses; além das disputas ocasionadas entre o caixeiro de origem inglesa Liberato Mitchell, seu ex-patrão, Salvador Leite Vidigal, e “galegos” do bairro portuário de Jaraguá. A imigração portuguesa para Alagoas tem sido objeto de um levantamento ainda inconcluso por parte das pesquisas de Ann Marie Buyers. Cf. levantamento inconcluso de imigração portuguesa para Maceió realizado por Ann Marie Buyers a partir dos registros de imigração contidos no acervo do Apa; Ofício nº 1235, da Associação Comercial de Maceió, dirigido ao desembargador Caetano Estellita Cavalcante Pessoa, Presidente da Província, Maceió, 30 de setembro de 1876. In: Associações 1856-1877, M13, E02 [Apa]; Diário das Alagoas, nº 178, de 16 de agosto de 1881; MITCHELL, Liberato. Publicação a pedido. O Liberal, ano XIII, nº 185, 18 de agosto de 1881, p. 3. Agradecemos a pesquisadora o acesso ao referido levantamento.

A partir desta compreensão ficam mais claras as bases de entendimento dos princípios liberais propugnadas pelos porta-vozes dos caixeiros organizados. Ao longo das páginas de *A União*, percebemos que a sua redação está ciente do que é o liberalismo, a necessidade de se fortalecer a “religião do Estado” e de cultivo da ascensão social. Mesmo que haja, eventualmente, uma crítica à velha sociedade, percebe-se que ela é feita em nome do progresso, da ilustração, da civilização, como se sinalizasse para o inexorável avanço liberal-capitalista, e como se houvesse uma luta contra o arcaísmo do antigo regime, das trevas da ignorância, com sua hierarquia consolidada, sem possibilidade de mobilidade social. Como já frisado, afinal, estaríamos no “século das conquistas liberais”²²⁰, e apenas a partir das disputas legitimadas pelo Estado e não nos conflitos abertos entre as classes, deveriam ser travados os projetos políticos. Não seria mais “a bandeira da rebelião que arvoramos contra nossos superiores no comércio”, porém “a bandeira branca dos princípios deste século, é este vexillo [sic] dos evangelhos modernos que hasteamos com orgulho”. O grande combate deve ser travado contra as “velhas crenças”, pois, reconhecem, estamos em “tempos de guerra”, porém não entre os grupos sociais da sociedade atual, mas sim numa “guerra das velhas crenças contra os modernos princípios, guerra dos preconceitos contra as novas verdades, contra os legionários do bem”.²²¹

3.2 - Ideologia da ascensão social

Ao ser abandonada a arena dos conflitos abertos, ganha solo, então, a ideologia da ascensão social. Em um editorial intitulado *O nosso objetivo*, a *Perseverança e Auxílio* afirma que a categoria, em nosso meio, estaria “abatida, enfraquecida, sem prestígio científico”. Seria preciso, desde então, revigorá-la e enobrecê-la, tornando-a *poderosa* “pelo trabalho e pela ciência.” Para a redação do jornal, que exprimia o pensamento da *Perseverança* – ou pelo menos de sua diretoria – temos que:

²²⁰ O nosso objetivo [editorial]. *A União*, ano I, nº 3, 30 de junho de 1883, p. 1.

²²¹ IBIDEM.

O caixeiro é um obreiro, é um fator comercial, é um colaborador da riqueza particular e nacional.

Operário da grandeza da pátria, tem direito a representar no grêmio social uma função superior, e não está incompatibilizado para galgar as altas posições que aos homens de saber e virtude é dado ocupar.²²²

Num pensamento correlato ao das elites brasileiras – que projetavam que, inserindo-se na senda do progresso capitalista, estariam ascendendo ao grau de civilização das principais potências econômicas do período –, os caixeiros assimilam a ideia de que a inserção e a ascensão social devem ser um norte projetado em suas carreiras, para alcançarem tanto melhores condições de vida, como de nobilitação.

Esta ideologia de ascensão social entre os caixeiros possuía uma longa história de formação, que remonta ao período colonial, e pode ser verificada, entre outras modalidades, nas formas de inserção na sociedade enobrecida da capitania de Pernambuco, por parte de comerciantes portugueses.²²³

Fabiane Popinigis discute a ideologia da ascensão social em seu trabalho sobre os caixeiros do Rio de Janeiro. Para ela, durante algum tempo, uma trajetória comum de ascensão profissional de trabalhadores do comércio galgaria os seguintes passos: caixeiro – guarda-livros – interessado – negociante. Durante algum tempo esse projeto de ascensão foi possível, porém na virada do século XIX para o XX houve um “declínio das possibilidades de ascensão na hierarquia do trabalho no comércio”, fazendo com que a caixeiragem deixasse de ser “um fenômeno transitório da vida do negociante”.²²⁴

Esta ideologia da ascensão social está bem representada na novela *Zefinha*, de Luiz Lavenère, a partir da trajetória de Dornellas. Caixeiro de poucos recursos, e mau administrador de suas posses, aos poucos, por força da articulação de um amigo, aproximase do grupo oligárquico que ocupava o poder executivo. Dornellas, então, é indicado para o cargo vago de Provedor do Hospital de Caridade, realizando uma série de falcatruas e malversação do dinheiro público, que o habilita, posteriormente, tanto a ser diretor do órgão

²²² IBIDEM.

²²³ CABRAL DE SOUZA, George F. De caixeiro a repúblico: estratégias de inserção social e política dos comerciantes portugueses em Pernambuco (séculos XVII e XVIII). In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins e GRILLO, Maria Ângela de Faria (orgs.). **Cultura, cidadania e violência** (VII Encontro Estadual de História da Anpuh de Pernambuco). Recife: Edufpe, 2009, (pp. 259/277).

²²⁴ A Vanguarda, Rio de Janeiro, 8 de julho de 1911, apud POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casacas**. Op. cit., pp. 61/2.

oficial impresso do governo – mesmo sem possuir habilidade alguma na área –, como a ser deputado estadual.²²⁵

Exemplos de ascensão social de caixeiros de origem humilde que chegaram a ocupar cargos importantes na esfera pública ou privada são encontrados. O caixeiro de origem inglesa, Liberato Mitchel, que chegara a Maceió provavelmente na década de 1870, no início do século XX já é corretor-geral e intérprete juramentado, chegando a ocupar cargos legislativos.²²⁶ Um outro exemplo a ser dado é o de Luiz Silveira, que iniciou sua vida profissional como auxiliar do comércio. Em seguida, colaborou no *Correio Mercantil*, que então era um dos órgãos da imprensa caixeiral. Na segunda década do século XX, já é jornalista e deputado federal. Numa matéria sobre ele, saída n’*O Caduceu*, a redação conclui que sua trajetória é modelar para a categoria: “Podemos, pois, com ufania, chamá-lo – um dos nossos..., porque, identificado com os nossos ideais cívicos e educativos, também participou outr’ora das agruras e alegrias das nossas lutas e dos nosso triunfos.”²²⁷ Temos, inclusive, o caso de Costa Rego. Filho do caixeiro Pedro Manoel da Costa Rego, que ascendeu profissionalmente, Pedro da Costa Rego firmou carreira no jornalismo carioca e alagoano, ocupando diversos cargos públicos, inclusive mandatos de deputado federal, senador e governador do Estado de Alagoas, este entre 1924/1928.²²⁸

Tais exemplos são exceções, e pouquíssimos eram os casos em que essa expectativa se efetivava. De algum modo, contudo, a possibilidade de ascensão social serviu de “antolho” para que os caixeiros suportassem a longa jornada de trabalho e as precárias condições de vida que levavam. Galvanizando seus projetos de vida durante a parte mais vigorosa de sua atuação profissional, a ideologia de ascensão social emprestava um cunho de natureza respeitosa à estrutura hierarquizada da sociedade, o que por sua vez contribuía para consolidar uma postura conformada à realidade social existente, e de inserção na sociedade maceioense do período.

²²⁵ LAVENÈRE, Luiz. **Zéfinha** – scenas da Vida Alagoana. Maceió (Jaraguá): Livraria Machado, 1921.passim, 109/10; 146/7). Como argumentamos em outro texto, possivelmente Lavenère esteja refletindo sobre sua experiência com os caixeiros à época: MACIEL, Osvaldo. **Literatura e caixeiragem em Maceió (1880-1920)** – explorações teórico-metodológicas para o uso de fontes literárias na pesquisa em história. (Comunicação apresentada no) II Encontro Estadual de História – Anpuh/AL, Ufal, Maceió, de 22 a 25 de setembro de 2010 (digitado).

²²⁶ Liberato Mitchel. *O Luzeiro*, ano I, nº 2, 3 de maio de 1903, p. 4.

²²⁷ Visita. *O Caduceu*, Ano III, nº 4. Maceió, 25 de agosto de 1918, p. 3.

²²⁸ Pedro da Costa Rego (verbete). In: AMORIM DE BARROS, Francisco Reinaldo. ABC das Alagoas. Dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. Tomo I, A-F. Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

Encontramos ainda casos em que os caixeiros passam a negociantes estabelecidos, estes mais numerosos, porém significando pouca mudança qualitativa em suas vidas. Ou seja, muitas vezes a ascensão de caixeiros a comerciante não quer dizer necessariamente vida mais fácil. Um exemplo é o do caixeiro Santos. Ex-empregado da Padaria Capricho e da Livraria Francino, consegue montar sua própria livraria. Apesar de “probo, trabalhador e criterioso”, e de viver “modestamente”, morre pobre em 1937, após mais de 40 anos de luta cotidiana no comércio.²²⁹

De um modo ou de outro, a expectativa real ou imaginária de ascensão social era um mote bastante forte para a padronização das condutas dos caixeiros, muito especialmente daqueles caixeiros sócios de mutuais.

3.3 - Guido Duarte – positivismo e evolucionismo numa liderança caixeiral

Passamos a abordar, a partir de agora, como Guido Duarte, presidente da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió, a partir de suas intervenções na imprensa alagoana, contribuiu para o debate político-ideológico, particularmente a partir da leitura e disseminação do positivismo/evolucionismo.

Guido Martins Duarte nasceu na província em Alagoas em 1842, tendo falecido em 11 de outubro de 1893. Sua biografia reflete a aspiração mais comum entre os empregados do comércio, a de ascender socialmente, ora se estabelecendo com negócio próprio, ora exercendo cargos de natureza administrativa ou burocrática e, se possível, tornando-se um intelectual ou jornalista de prestígio na sociedade. Após uma fase de estudos contínuos, quando já acalentava o gosto pelas letras, aos 24 anos ingressa na carreira de auxiliar do comércio como guarda-livros da Companhia União Mercantil de Fernão Velho. Percebe-se que já começa sua carreira profissional num posto elevado dentre as diversas ocupações dos auxiliares do comércio, chegando a alcançar o posto de secretário da Associação Comercial

²²⁹ LIMA JÚNIOR, Félix. Tipos Populares de Alagoas, Comissão Catarinense de Folclore, Florianópolis, 1958, pp. 12/3.

de Maceió em 1890. Entre 1877 e o final da vida colaborou assiduamente em diversos jornais e órgãos periódicos de Maceió e, possivelmente, de outras províncias/estados. Em alguns casos chegou mesmo a ser redator ou dirigir algumas folhas, passando por vezes ao ramo do jornalismo. Dentre os periódicos onde atuou, poderíamos citar *O Século* (?-1877), *A Estréia*, *Gazeta de Notícias*, *O Orbe* (1879/82), *José de Alencar* (órgão do *club* Literário José de Alencar, 1882-?), o *Guttemberg* (1882-?, órgão inicialmente da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos) e *A Nova Crença* (1884). Neste último jornal, órgão da *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió*, foi seu diretor e principal redator. Sua trajetória literária foi coroada com a entrada no quadro de sócios do *Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas* em 1884. Foi presidente e principal articulador da *Sociedade Instrução e Amparo* ao longo de toda sua existência (1882-4?), além de ter participado da diretoria da *Sociedade Libertadora Alagoana* (1884-?). Foi abolicionista, como já se depreende de informações indicadas acima, mas também republicano e um dos principais divulgadores do positivismo e do evolucionismo em Alagoas.²³⁰

Através desse breve bosquejo biográfico percebe-se que Guido Duarte possui um padrão incomum de inserção na classe caixeiral, porém não pode deixar de ser entendido como um legítimo representante da categoria, muito embora o seja a partir de um certo estrato mais bem-posicionado na hierarquia destas, não se configurando como o caso dos caixeiros dos pequenos e médios estabelecimentos, que era o tipo o mais comum da época.²³¹

Na longa colaboração de Guido Duarte inserida na imprensa maceioense vimos o caixeiro/jornalista tratar tanto de questões pessoais, como de temas mais gerais do debate filosófico, realizando a crítica de obras da literatura local e mundial e passando

²³⁰ Guido Duarte (verbete). In: AMORIM DE BARROS, Francisco Reinaldo. **ABC das Alagoas**. Op. cit., p. 440; SANT'ANNA, Moacir. **Positivismo e Republicanismo em Alagoas**. Maceió: sem/ind/editora, 1989, pp.43/6; p. 60; diversas notas de jornais.

²³¹ Em termos gramscianos, poderíamos identificá-lo como um intelectual orgânico da classe caixeiral. Segundo Eagleton, interpretando Gramsci, o intelectual orgânico não é tanto um “pensador contemplativo”, porém um “organizador, construtor, ‘persuasor permanente’, que participa ativamente da vida social e ajuda a trazer para a articulação teórica correntes políticas positivas já contidas nela.” Este intelectual, distante da atitude contemplativa da *intelligentsia*, “não aquiesce sentimentalmente ao estado corrente de consciência das massas nem lhes traz ‘de cima’ alguma verdade alheia”. Muito pelo contrário, o intelectual orgânico “forja os vínculos entre ‘teoria’ e ‘ideologia’, criando uma passagem em ambas as direções entre a análise política e a experiência popular.” Cf. EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Op. cit., pp. 110/1. Sob tais condições de entedimento, não nos resta dúvida que Guido Duarte exerce este tipo de função no seio da classe dos empregados auxiliares do comércio de Maceió, mesmo quando contribui para forjar uma certa divisão na categoria, a partir do momento em que realiza forte crítica à *Sociedade Perseverança e Auxílio* em meados de 1883, aparentemente motivado pelos interesses em garantir um certo monopólio da entidade que então comandava no mutualismo caixeiral maceioense, como visto no segundo capítulo.

também pelo inescapável tema da reforma dos costumes. Vejamos alguns exemplos de sua intervenção no debate da imprensa do período.

Em julho de 1883 Guido Duarte faz uma despreziosa crítica literária do livro *Linha Recta*, de Mathias Carvalho, “um ilustrado amigo”. Tratando da versificação, mas também dos temas e abordagens que lhe são dadas, em uma determinada altura da crítica traça uma quadro mais amplo do estágio de desenvolvimento da literatura brasileira no período e da forma como ela refletia a complexidade social em que vivíamos. Para Duarte, exprimindo a opinião comum,

a literatura brasileira não pode dar ainda frutos sazonados e perfeitos porque [...] o meio social em que vivemos, sem estímulos outros que não sejam as exuberâncias de uma corrupção precoce, repugnante, opõe-se a que manifestem desassombadamente os nossos talentos toda a sua virilidade, toda a seiva de inspiração que lhes doa a contemplação das maravilhas do Universo.²³²

A partir dessa avaliação, afirma que uma das tarefas da literatura, amparada nas conquistas científicas do período, seria “derrubar os ídolos antigos e substituí-los pelos resultados práticos, utilíssimos, das concepções humanas subordinadas às leis da evolução natural.” Com tais intuitos, a análise do livro revela em Mathias Carvalho a “impavidez heróica do poeta” que “do alto de sua consciência de trabalhador honrado” fulmina “a vilania e a miséria do povo.”²³³ A um só tempo, percebemos tanto a avaliação da imaturidade literária nacional, corrompida pelo *meio social* em que vivíamos, como o seu evolucionismo, expresso numa concepção utilitarista da poesia e da ficção como meios que contribuíssem para que se regenerasse a sociedade. O norte desta regeneração seria uma civilização do trabalho e da honra.

Em um outro artigo, em que Guido Duarte se encontra envolvido numa querela com a redação do periódico *O Orbe*, o presidente da *Instrução e Amparo* coloca como sendo uma das causas de tal polêmica a miséria dos costumes e da moralidade da imprensa local. Para ele, este tipo de jornalismo “não merece as bênçãos dos romeiros da civilização”. Os argumentos que levanta para explicar tal pobreza lançam pistas para entendermos o modo como Duarte entende a circulação de ideias e sua influência no Brasil:

²³² DUARTE, Guido. Estudos Literários. Guttemberg, ano II, nº 21, 31 de julho de 1883, pp. 2/3.

²³³ DUARTE, Guido. Estudos Literários. Guttemberg, ano II, nº 21, 31 de julho de 1883, pp. 2/3.

a corrupção de costumes, a degradação moral que, infiltrada desde muito no seio de nossa população, resiste tenazmente às influências benfazejas que porventura vêm de fora reagir contra a tendência corrosiva de um vírus, que adquirido por herança, tem sido perpetuado por aqueles que só podem medrar sobre os destroços do caráter de um povo.

[...]Em toda parte o senso moral, capaz de dirigir o homem nas lutas da vida, supre a falta de habilitações mais elevadas; aqui, porém, a ignorância concorre com a falta de critério, porquanto, desde que falha a moralidade de uma educação, baseada em verdadeiros princípios sociais, a consequência não pode ser diferente da que vemos.²³⁴

Para o guarda-livros, o vírus adquirido pela herança, ou seja, pela tradição corrosiva dos costumes antigos, desmorona as salutares *influências benfazejas* que poderíamos conseguir com as ideias alevantadas do mundo avançado. Por si só, o *senso moral* poderia ser um bem, contribuindo na superação da falta da técnica, alavancando o progresso, porém a falta de um concorre para os problemas do outro pela *corrupção dos costumes*.

Em um outro momento vemos Guido Duarte articular o pensamento típico de reprovação e de mal-estar em relação à sociedade em que se vivia, com o papel que a caixeiragem engajada no mutualismo possui na superação destes males. Para ele, Maceió seria um “solo levedado pelo fermento da corrupção e do indiferentismo”, porém os sócios da mutual caixeiral seriam os “romeiros da instrução e da mutualidade”, devendo “compenetrar-se do elevado papel que lhes cabe na evolução da humanidade.”²³⁵

Seguindo algumas das linhas hegemônicas do pensamento científico, literário e social do período, os caixeiros organizados irão dialogar de maneira profunda com o positivismo e com o evolucionismo. Em boa medida, além de fazer parte do ideal de ilustração e de ascensão social, o conhecimento e – se possível – a fluência em torno de ideias e de pensadores que estavam em voga no cenário nacional, contribuía para a inserção social desses trabalhadores nos ambientes e espaços nobres de difusão da cultura letrada.

Para o caso dessas duas correntes de pensamento que se aproximam muito no período, temos um bom material a partir da contribuição publicada por Guido Duarte na imprensa local. A partir deste material, que se constitui basicamente de transcrições de conferências, artigos de opinião, crítica literária e teatral, além de traduções, parece-nos que ele se configura como um pensador que, em termos ideológicos, posiciona-se a meio caminho

²³⁴ DUARTE, Guido. A missão do jornalismo em Maceió. Guttemberg, ano II, nº 3[?rasurado], 18 de agosto de 1883, pp. 2/3.

²³⁵ DUARTE, Guido. Alocução na reunião festiva ... [do] 1º aniversário desta instituição. Guttemberg, ano II, nº 42, 4 de setembro de 1883, pp. 2/3.

entre o positivismo e o evolucionismo.²³⁶ Acerca de seu positivismo, o estudo do Moacir Sant’ana sobre esta corrente evidencia tal interpretação e nos coloca uma série de informações relativas a este movimento na província. Inicialmente, segundo Moacir Sant’ana, pelo menos desde junho de 1875 já possuímos notícias sobre a circulação de ideias positivistas em Alagoas, através de referências como Littré, Comte e Spencer.²³⁷ No estudo, Sant’ana está mais preocupado em identificar as relações que os positivistas alagoanos possuem com o republicanismo. Não obstante, ficamos sabendo de diversos publicistas, jornalistas e profissionais liberais que ou são adeptos declarados ou simpatizantes do positivismo, como é o caso de José de Barros, João Gomes Ribeiro, João Francisco Dias Cabral, Pedro Costa Rego e, obviamente, Guido Duarte. Para Sant’ana, constata-se que mesmo antes da fundação “da nossa primeira sociedade positivista” no Rio de Janeiro em abril de 1876, “já existiam em Alagoas adeptos da doutrina de Comte”. Para o autor, neste quadro de surgimento do positivismo em Alagoas, Duarte seria um “republicano histórico” que divulgava o positivismo no *Club José de Alencar*, do qual fazia parte, e classificava Comte como “um dos mais ilustres talentos do século presente”.²³⁸

Ao advogar a prioridade positivista no pensamento de Guido Duarte, Sant’Ana não percebe de maneira clara a forte vinculação deste às ideias de Spencer e ao evolucionismo. De todo modo, ele admite que, de acordo com Littré, “a lei da evolução constitui o próprio alicerce da filosofia positivista”, deixando-se entrever uma fresta por onde dialoguem o positivismo e o evolucionismo.²³⁹

No surgimento do periódico *A Nova Crença*, servindo como uma espécie de carta-programa para a opinião pública mais ampla do que seria a filosofia da *Sociedade Instrução e amparo dos Caixeiros de Maceió*, seu presidente expõe no editorial de primeira página do órgão da entidade que “...o reconhecimento da evolução natural, como suprema lei da

²³⁶ É bom considerar aqui a proximidade e os contatos contínuos da capital alagoana com a pernambucana. Mesmo levando em conta a interpretação acertada de Angela Alonso de que a “Escola do Recife” não se resume apenas à divulgação de ideias evolucionistas, esta é uma corrente privilegiada da circulação de ideias promovida por aquele grupo. Influenciada por esta “escola”, formou-se a Sociedade Positivista do Recife em inícios dos anos 1880. A autora destaca também, no conjunto geral das correntes necessárias para se entender a geração de 1870, uma vertente *positivista* do abolicionismo, que é forte na capital pernambucana. Esta corrente teria como um de seus pontos estruturantes a condenação moral do escravismo. Como se vê, havia um forte caldo de pensamento filosófico e cultural que associava evolucionismo e positivismo no Recife que pode ter influenciado um pouco da recepção destas ideias em Alagoas. ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, passim, especialmente pp. 133/42; 205/22.

²³⁷ SANT’ANA, Moacir Medeiros. **Positivismo e republicanismo em Alagoas**. Op. cit., p. 37.

²³⁸ IDEM, pp. 39/40; 43.

²³⁹ IDEM, p. 46.

sociologia moderna, vai dia por dia, ganhando prosélitos e se impõe no caráter de uma força a todas as manifestações da atividade humana”.²⁴⁰

Em outros momentos da curta vida deste órgão dos caixeiros, vemos outras manifestações claras das matrizes de referências do pensamento de Guido Duarte. Em abril daquele ano, atacando a ideia divina do surgimento do homem, ele advoga “inseparáveis elos” entre os homens e os animais, observando “uma pronunciada analogia, uma evidente semelhança de funções orgânicas” entre as duas espécies. Mais adiante, afirma que a razão é o “caráter único” que distingue os homens dos demais animais.²⁴¹ Em clave nitidamente evolucionista, sem contudo citar o termo nem o nome de Charles Darwin, vai se utilizando de diversas categorias e expressões do vocabulário evolucionista, como *adaptação*, *aperfeiçoamento dos órgãos*, *luta pela existência da vida*, num texto que, imaginamos, teve forte repercussão no cenário provinciano e profundamente católico de Maceió à época.²⁴² Para completar a forte impressão de heresia que deve ter acometido os leitores deste artigo, Guido Duarte, identificando-se com um “pensador livre”, expressa ainda uma forte crítica ao dogmatismo religioso, particularmente o de matriz cristã, que vem impedindo a população de aceitar os avanços da Ciência, esta “inimiga irreconciliável do erro e da superstição.” Para ele, lembrando a alegoria da caverna platônica, “Os olhos habituados por longo tempo às trevas, não podem suportar sem assombro, sem dor, os penetrantes clarões da verdade.”²⁴³

Como se percebe, o evolucionismo é patente em Duarte, e ele utiliza, entre outros periódicos da época, o órgão da sociedade de mútuo-socorro dos caixeiros que presidía para divulgação das suas ideias. Este gesto potencializa a inserção de tais ideias no conjunto da classe caixeiral, e muito particularmente entre os associados da entidade.

Podemos reforçar um pouco mais esta leitura evolucionista da realidade, como propugnada por Guido Duarte, a partir da tradução de um trecho da obra de Spencer que ele realiza para jornal local. Publicado ao longo do mês de agosto de 1883 no *Guttemberg*, então órgão da *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos*, o material servirá para compreendermos um pouco do pensamento pedagógico de Guido Duarte, o que contribuirá para entendermos a experiência do ensino noturno ofertado por aquela entidade.

²⁴⁰ DUARTE, Guido. A nossa missão [editorial]. A Nova Crença, Ano I, nº 1, 6 de janeiro de 1884, p1. Apud SANT’ANA, Moacir. **Positivismo e republicanismo em Alagoas**. Op. cit., p. 44.

²⁴¹ DUARTE, Guido. A Nova Crença. In: A Nova Crença. Ano I, nº 10, 27 de abril de 1884, p. 1.

²⁴² IBIDEM.

²⁴³ IBIDEM.

O material traduzido de Spencer refere-se a uma parte do primeiro capítulo de um texto mais longo do filósofo, intitulado *Sobre a Educação*. A parte transcrita refere-se mais diretamente ao item “Que conhecimento tem mais valia?”²⁴⁴

A série de artigos começa argumentando, a partir da pura e simples dedução, que os ornatos e os enfeites precedem o vestuário, como se percebe pelas opções e hábitos de vestimentas indígenas e de outros povos “primitivos”. Para Spencer, o que sabemos destes povos indica que “o vestuário deriva do uso dos ornatos” e que tal ideia não deve ser estranha porque, mesmo entre nós, “muitas pessoas se preocupam mais do luxo do que do necessário, mais da elegância que da comodidade, mais do tom que lhes [...rasurado] vestidos que dos serviços [...rasurado] que eles lhes prestam.” Em seguida, o pensador inglês realiza uma analogia deste argumento para a “esfera intelectual”: “Tanto para o espírito como para o corpo, o útil cede o passo ao que orna”; deste modo existiria, tanto nas universidades como nas escolas, “a mesma antítese”: “Os homens ajeitam o espírito de seus filhos da mesma forma porque lhes vestem o corpo, isto é, segundo a moda que impera.” Esta tendência seria mais acentuada nas mulheres, tanto no que se refere à moda, quanto no que se refere à educação.

Sempre segundo Spencer, resulta que escolhemos o que estudamos pela rotina e pelo preconceito e não pelo entendimento refletido, pois não pensamos “de um modo racional” quais seriam “as coisas que merecem realmente ser aprendidas” ou porque escolhemos este ou aquele “ramo de instrução”, gastando um determinado tempo “exigido para adquiri-lo?”. No fluxo desses argumentos, arremata: “A questão importante não é, em nosso parecer, saber se tal ou tal gênero de conhecimento tem algum valor, mas qual o seu valor *relativo*”, pois deve-se sempre perguntar-se “se estas vantagens são proporcionais ao trabalho que custaram para serem adquiridas.” Efetivamente, está convencido Spencer, tudo de que o homem possa se interessar possui alguma utilidade. A questão porém é saber o valor relativo

²⁴⁴ Cf. SPENCER, Herbert. *Sobre a educação – Capítulo I* [Tradução de Guido Duarte]. Guttemberg. 7 de agosto de 1883, p. 1; IDEM; 12 de agosto de 1883, p3; 16 de agosto de 1883, p. 3; 25 de agosto de 1883, p. 1; 30 de agosto de 1883, p. 3). Ao que parece, a tradução não foi publicada na íntegra, tendo em vista indicação de continuação saída no quinto artigo da série, porém não ocorrendo a sequência nos números posteriores do periódico. Aparentemente a tradução, que lhe consumia tempo demasiado, foi abandonada pela disputa que Guido Duarte começa a travar, nas páginas do jornal, com a *Perseverança e Auxílio*, como já visto em capítulo anterior. É preciso considerar, ainda, que o exercício da tradução, que reflete o bom grau de educação formal que possuía, já vinha sendo praticado por Duarte desde o começo do primeiro semestre. Por sua iniciativa, o Gutenberg publicou alguns textos mais aprofundados discutindo questões relevantes a partir do olhar de autoridades intelectuais nos assuntos, muitas vezes pensadores e divulgadores de ideias franceses. Os textos, além de traduzidos, eram escolhidos pelo próprio Guido Duarte e versavam sobre diversos temas, como “Estudos sobre a criminalidade” de R. Minzloff, ou “Algumas páginas do Dr. Carlos Letourneau sobre a Biologia”. Para facilitar a leitura do resumo das principais ideias contidas nos trechos publicados por Duarte, o material que segue está redigido sem referências específicas a cada uma das passagens e notas.

e a prioridade que se deve dar a isto ou aquilo: “Se não nos faltasse o tempo para apossarmos-nos de todas as ciências, então sim, ser-nos-ia permitido não escolher; mas, nós, cuja vida é apenas um momento, não poderemos esquecer de que mui pouco tempo temos para instruímo-nos [...] Logo, devemos procurar empregá-lo da maneira mais vantajosa.” Assim, é preciso saber como se deve viver. Quais decisões tomar ao longo da vida. Percebe-se, aqui, claramente, uma das preocupações que será a tônica do ensino mútuo no Brasil, que se refere a uma otimização dos esforços, do tempo e dos resultados obtidos com a instrução popular. Apesar de configurar uma nova leitura pedagógica para se pensar a instrução no Império, percebe-se que havia um solo de confluência com algumas questões que já vinham sendo debatidas e enfrentadas em outros projetos e propostas educacionais.

Sigamos um pouco mais o pensamento pedagógico de Spencer. Para ele, segundo a tradução de Duarte, o objetivo central da educação é preparar o indivíduo “para a vida completa”. Para tanto, a melhor forma de avaliar de “maneira racional” um sistema educativo é tomar como critério “saber até que grau preenche ele tal objetivo.” Nesses termos é necessário classificar, hierarquizando, “os principais gêneros de atividade que constituem a vida humana”, quais sejam:

- 1 – que objetiva de forma direta a “conservação do indivíduo”;
- 2 – que contribua indiretamente para tal conservação;
- 3 – que sustente e eduque a família;
- 4 – que assegure a ordem social e política;
- 5 – que, preenchendo as horas vagas, satisfaça os desejos e sentimentos.

Com a palavra, Spencer, traduzido pelo nosso auxiliar do comércio: “Eis portanto, repetimos, o que se pode chamar a ordem racional desta hierarquia: a educação que tem em vista a conservação direta do indivíduo, a que lhe ensina a prover o seu mantimento, a que lhe ensina a criar a família, a que forma o bom cidadão, e finalmente a que permite gozar de todos os cômodos da vida.” O pensador adverte, contudo, que esta divisão não é estanque entre cada uma das hierarquias, e que internamente a cada uma existem gradações de interesses e utilidades etc. Apesar disso, as grandes divisões devem subordinar-se umas às outras.

Justificando a classificação que elaborou, deve ser dado destaque particularmente à precedência do indivíduo em relação à família e desta em relação ao Estado. A necessidade de prover a sua própria sustentação precede à da família por motivos óbvios, pois sem o indivíduo esta não existiria. Com relação à segunda precedência, ele afirma que “no

desenvolvimento sucessivo da sociedade, a família precedeu ao Estado; por isso que foram criados filhos sem dependência da existência deste”.²⁴⁵ Disto segue-se que “tem os deveres do pai de família uma importância superior aos do cidadão”. Em outras palavras, a propriedade privada seria mais importante que o bem comum geral:

Já que o valor e a força de uma sociedade dependem, em última análise, do caráter dos cidadãos que a formam, e já que a educação é o meio mais certo de influir sobre o caráter deles, naturalmente resulta que é fundada sobre a da família a prosperidade da sociedade, e que a ciência que mais diretamente concorre para o desenvolvimento daquela [ou seja, da prosperidade da família], deve colocar-se à frente da que assegura a existência desta [a prosperidade do Estado].

O mesmo princípio valeria para a relação entre a educação para a cidadania e a educação literária e artística. Assim, teríamos que a educação deve ser útil, fisiologicamente responsável, garantindo a sobrevivência individual, para em seguida cultivar o zelo pela família. Só então ela pode se dedicar ao civismo, preparando o indivíduo para viver como cidadão. Em uma última ordem de preocupações estaria o estudo das humanidades e a erudição literária. Ressalva, contudo, ao final desta exposição:

Naturalmente seria o ideal da educação obter uma preparação completa em todas essas divisões. Não permitindo ainda o estado de nossa civilização atingir este ideal, cumpre nos contentemos com uma justa proporção entre os diferentes graus de preparo para cada uma das divisões da atividade humana.

O comentário a respeito desta série de artigos escritos por Spencer, para efeito do que vimos desenvolvendo aqui, serve duplamente. Por um lado, ajuda a entender um pouco do que seria a perspectiva da pedagogia evolucionista e positivista, corrente que gradativamente foi amalhando adeptos no Brasil do Segundo Reinado, obtendo penetração a partir de propaganda de publicistas, políticos e pedagogos. Por outro lado, visa esclarecer uma importante referência de Guido Duarte não só em termos de princípios pedagógicos que lhe informavam as bases do projeto e da prática que vai exercer nas aulas e conferências que ministrava na *Instrução e Amparo*, mas também serve para caracterizar melhor a ideologia política mais ampla desta liderança da classe caixeiral maceioense do último quartel do século XIX. No próximo capítulo apresentaremos na prática como se efetiva a postura de Guido Duarte e da sociedade de socorros-mútuos que liderava, no que se refere à instrução e à educação formal dos trabalhadores em geral (artistas, artesãos, operários) e dos caixeiros

²⁴⁵ Grifo nosso.

em particular. Por agora, caracterizemos um pouco mais o pensamento pedagógico positivista e, em particular, de Spencer.²⁴⁶

O positivismo, enquanto corrente pedagógica, articula-se em consonância com o método científico, sob o primado da indução, a observação orgânica, a argumentação dedutiva e a coerência sistemática. Este quadro cientificista, no entanto, era ainda muito incipiente particularmente no que toca à produção de conhecimento e reflexões em torno das diversas demandas oriundas de um novo princípio educativo que ainda quer se impor à sociedade. Junto a este quadro oriundo das hostes científicas, temos um princípio valorativo amplo de que a educação é um “dever” do estado moderno e um “direito” do cidadão, sem disfarçar sua adesão à ordem social vigente, que deveria apenas ser melhorada a partir de sua evolução natural.²⁴⁷

Apesar de ser associada mais diretamente ao evolucionismo, a obra de Herbert Spencer (1820-1903) é caracterizada também pelo positivismo e, junto com ele, pelo cientificismo e pela crença no progresso da humanidade. Para o que se propunha, sua obra *Educação* obteve uma aceitação bastante ampla. O trecho que Guido Duarte traduziu faz parte de sua obra-prima *Educação intelectual, moral e física*, editada em 1861 e que obteve ampla divulgação para os padrões deste tipo de publicação. O livro seria uma espécie de “manifesto do positivismo pedagógico” que principalmente comportava uma crítica da educação tradicional, antiutilitarista e decorativa. Para Franco Cambi “O princípio que governa a educação spenceriana durante todo o curso da idade evolutiva é o da ‘utilidade’, que corresponde exatamente ao tipo de educação solicitada pela sociedade atual, dinâmica e industrial, científica e comercial.”²⁴⁸ Tal postura deveria ser conseguida através da formação do “espírito científico” nos alunos. Nestes termos, Spencer entendia que a física, a química e a biologia eram as ciências/disciplinas mais importantes. Em boa medida, sua pedagogia retoma, a partir de uma articulação entre positivismo e evolucionismo, a tradição empírica inglesa, acentuando um tratamento naturalístico-metafísico.²⁴⁹ No âmbito das políticas públicas para a educação, além de lutar por um ensino em que as ciências aparecessem com

²⁴⁶ Os caixeiros de Fortaleza também dialogam com as referências evolucionistas, de progresso e da redenção social, de Spencer e Haeckel, pelo menos um pouco mais tarde, em 1914. Cf. OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. Os caixeiros no Ceará. Op. cit., p. 59.

²⁴⁷ CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini – São Paulo: Edunesp, 1999, pp. 467/72.

²⁴⁸ IDEM, p. 471.

²⁴⁹ IDEM, pp. 439/40.

uma força que até então era nula ou quase nula, objetivava uma educação leiga e gratuita, ofertada pelo Estado.²⁵⁰

Ao longo do século XIX, particularmente na segunda metade, a longa tradição humanista, literária e retórica oriunda das instituições pedagógicas de origem religiosa passa genericamente a ser criticada em nome de um ensino prático, de características laica e técnica mais acentuadas. É neste quadro mais amplo de desenvolvimento das ideias pedagógicas que surge o debate acerca do positivismo na educação brasileira. Em certa medida poderíamos dizer que a partir de um determinado momento, na oposição entre a velha forma de ensino e a novidade que surgia, oriunda das transformações pelas quais passava a sociedade, ocorre uma espécie de divisão social do trabalho educacional: enquanto as instituições religiosas continuavam a oferecer uma educação com características humanísticas exacerbadas, a tendência dos estabelecimentos educacionais sob orientação positivista era a implantação de “um ensino de caráter mais *técnico*.”²⁵¹ Não obstante, no questionamento dos princípios assentados na tradição católica de ensinar, começa a surgir aos poucos uma cisão interna entre os que criticavam a velha postura jesuítica: de um lado, estão os princípios liberais e, de outro, o positivismo com sua inclinação técnica. As críticas de natureza estritamente liberal, ao que parece, possuíam um nível de aceitação razoável, apesar de realizar (ou justamente por causa disso mesmo) mudanças muito tímidas no arcabouço geral da instrução pública brasileira. Por sua vez, as críticas e proposituras de matriz positivista não eram tão bem valorizadas.

Considerando-se com Gramsci que na América Latina “inexiste uma ampla categoria de intelectuais tradicionais”, em razão de que nesta área tais funções seriam cumpridas pelo clero e pela casta militar, “duas categorias de intelectuais tradicionais fossilizadas na forma da metrópole européia”. Neste quadro, teríamos que a maioria destes intelectuais são de origem rural, ligados ao clero e ao latifúndio. Nesses termos, há ainda uma baixa oposição a esta tradição, fazendo com que Gramsci chame a atenção para a importância da Maçonaria e de organizações culturais como a Igreja Positivista enquanto oposição ao *jesuitismo*.²⁵² As

²⁵⁰ ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996, p. 156. Em que pese nos posicionarmos do lado desta interpretação, cabe assinalar que existe uma opinião oposta, neste ponto, por parte de Anaete Schelbauer. Para ela, neste período, há um intenso debate em torno da intervenção ou não do Estado na educação pública. Nestes embates, “os positivistas são os mais ardentes opositores à intervenção do Estado na educação”. Cf. SCHELBAUER, Anaete Regina. **Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914**. Maringá, PR: Editora da UEM, 1998, p. 59.

²⁵¹ STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol II: século XIX. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, (pp. 166/78), p. 170.

²⁵² GRAMSCI, Antonio. CADERNO 12 (1932) – Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: **Cadernos do cárcere**, vol 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho – 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, (pp. 13/53), p. 30/1.

verberações da Igreja do apostolado positivista de João Lemos no Brasil chegavam a Alagoas a partir da mediação da liderança de uma sociedade mutualista de Maceió, e isto não parece ser fortuito, porquanto o mutualismo, como já visto, é um dos poucos ambientes em que se percebe algum fortalecimento da sociedade civil, mesmo considerando-se as suas limitações evidentes.²⁵³

Em que pese a constância de suas ponderações, a coerência de seus propósitos, Guido Duarte não está sozinho no processo de propagação da instrução e da educação formal como instrumental necessário para levantamento das categorias sociais mais baixas, para a ascensão social dos caixeiros em particular. Esta é uma tônica geral do pensamento ilustrado do período, *do século das luzes e das ciências*, como já salientado. Vejamos uma defesa bem clara da necessidade de ilustração por parte dos auxiliares do comércio, num artigo que de certo modo reflete as questões que já vêm sendo tratadas ao longo deste capítulo, como o próprio ideal da ilustração, mas também a possibilidade de ascensão social e o evolucionismo.

No século presente, quando pessoas de todas as classes, idades e sexos, procuram com sublime afã aquecer-se e alumiar-se ao esplendido sol da instrução, poderíamos nós, **hoje simples caixeiros, mas amanhã os futuros representantes talvez do comércio** de nossa pátria, ficar parados, quando todos marcham?

Poderíamos contentar-nos com as trevas da ignorância, quando de todos os lados irradia a luz da ciência?

-Não, senhores, mil vezes não!

Já lá se foram, felizmente, os tempos em que se dizia que para o comércio era dispensável a instrução. Terrível blasfêmia hoje, para não dizer estulta extravagância mental, que nem se quer merece as honras de uma positiva contestação, como se não fosse o comércio instruído o propagador da civilização dos povos, o pregoeiro da riqueza e da prosperidade dos países!

[...]

nós que somos moços [...] não podemos considerar o ouro como a última razão de todas as nossas louváveis aspirações, porque nos domina a sede da instrução, fim certamente mais belo, mais nobre, mais elevado.²⁵⁴

No parágrafo seguinte ao trecho citado acima, Almeida considera que o ouro [ou seja, o estabelecimento enquanto negociante e o enriquecimento] é apenas um meio para se conseguir o “glorioso pomo” da instrução.

²⁵³ VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.). **As esquerdas no Brasil** (vol. 1) – A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (pp. 21/51).

²⁵⁴ ALMEIDA, João Luiz H. de. Alocuções na reunião festiva ... [do] 1º aniversário desta instituição. Guttemberg, ano II, nº 4?, 7 de setembro de 1883, p. 3, grifos nossos.

3.4 - Os caixeiros e os movimentos sociais: abolicionismo e republicanismo

As manifestações ideológicas que analisamos neste capítulo, como demonstra a citação utilizada acima, não podem ser separadas na experiência real de sua concretização. Elas terminam, muitas vezes, enfeixando-se em um prisma ideológico com muitas tendências confluentes, projetando uma linha de força de ação, porém com algumas vertentes que colidem ou em que alguns de seus aspectos não são congruentes. Tentaremos, a partir de agora, articular algumas das dimensões do pensamento caixeiral que se amalgamam de maneira mais efetiva e contribuem para o posicionamento político (em sentido estrito) dos caixeiros que se organizam na *Perseverança*.

Antes, cabe destacar – ainda que brevemente –, as relações que a caixeiragem estabelece com diversos movimentos, revoltas e manifestações populares do período, ocorridos em Maceió. Apesar da típica caracterização de retidão, de temperança, de ordem, que são justamente associadas ao conjunto mais amplo da categoria, registramos a associação ou presença de caixeiros em diversas algazarras, mobilizações populares, folias políticas e revoltas.

Num divertimento ou brincadeira denominada “cobra”, realizada após a passagem do ano de 1875, gritaram-se *vivas aos quebra-quilos e à República*. Os gritos parecem ter sido dados de maneira ocasional, por um ou dois dos participantes, devido à empolgação festiva, à música de flauta e violão e ao vinho, porém o governo aproveitou a ocasião para perseguir adversários políticos, associando-os ao republicanismo, a crimes de desordens e à sedição do quebra-quilos que naquele período se alastrava pela zona da mata alagoana. O ocorrido é nomeado de “folgança licenciosa” e de “patuscada” pelo Jornal *O Liberal*, órgão do Partido Liberal das Alagoas e de oposição ao governo. Para a oposição, tais licenciosidades devem ser repreendidas de acordo com a lei e nunca com os excessos de arbitrariedade que o poder vem devotando ao tema, com a prisão de vários indivíduos, alguns deles incapazes fisicamente de ter participado do ato.²⁵⁵ Além de várias prisões, ocorre uma pequena devassa, e a fuga ou esconderijo temporário de alguns dos envolvidos (ou supostamente envolvidos).

²⁵⁵ Folgança licenciosa. *O Liberal*, ano VII, nº 2, 5 de janeiro de 1875, p. 1.

Esse acontecimento terminou gerando um intenso debate local e, parece-nos, participa do clima de descontentamento generalizado que, aquele momento, existia contra o governo conservador. Todavia, para o que nos interessa aqui, das 16 profissões identificadas para os que se viram envolvidos na patuscada, sobressaíam profissionais dos setores comerciário, tipográfico e de artistas no geral. Entre os primeiros, encontramos três negociantes, um vendedor de bilhetes e cinco caixeiros.²⁵⁶ Além desse fato, a narrativa que Pedro Nolasco Maciel realiza sobre o episódio em seu livro *Traços e troças* associa um caixeiro ao movimento.

De acordo com a memória ficcionalizada de Pedro Nolasco Maciel, escrita quase 25 anos depois deste evento, Juquinha, um dos caixeiros envolvidos no enredo central, toma parte na manifestação e, por isto, tivera de esconder-se por cerca de três meses da autoridade policial. Na caracterização póstera que realiza daqueles acontecimentos, Maciel constrói uma imagem de inocência do caixeiro, pois este “nem se lembrava, ao ensejo da patuscada, de quilos, nem de metros, nem de côvados, nem de varas”.²⁵⁷

Como parte de seus procedimentos para a construção do personagem caixeiro, Nolasco não deixa de associar a Juquinha, além de seus quilos e metros, os demais apetrechos do trabalho caixeiral, como citados acima, os côvados e as varas. Curioso e, para o que nos interessa, frutífero, é perceber a reiterada presença de Juquinha em diversas outras manifestações populares do período, ora como instigador, ora como principal agente da revolta, numa caracterização idêntica ao caixeiro patusco investigado por Fabiane Popinigis.²⁵⁸ Para tanto, basta observá-lo instigando José Félix Valois, Peroba e Jose Justino (escrivão), todos personagens retirados da realidade, a realizar a *revolta da rasoura*, “o ato

²⁵⁶ Vários interrogatórios foram realizados entre 2 e 12 de janeiro de 1875, todos sob o comando do Dr. Guedes Correia Gondim, Chefe da Polícia de Maceió, como os que seguem listados: Interrogatório feito a Augusto Pacheco Aragão; Interrogatório feito a Otávio Ferreira Nobre; Interrogatório feito a Antônio Pita Barcelos; Interrogatório feito a Antônio Marinho de Mello Rocha; Interrogatório feito a Leôncio Novais de Castro 12/jan; Interrogatório feito a Isaac Balsanufu dos Santos; Interrogatório feito a José Mariano de Brito; Interrogatório feito a José Ferino de Luna Junior; Interrogatório feito a Francisco de Paula Bezerra Guedes. In: Autos policiais e administrativos (1875-1887), maço 02, estante 02 [Apa]. O número não é preciso, pois, em alguns casos, é imputada mais de uma profissão ao interrogado, mas é significativa a presença de quase um terço de caixeiros neste grupo.

²⁵⁷ MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças**. Op. cit. p. 133. É bom lembrar que, em sua escrita, ora realista, ora impressionista, Maciel nunca deixa de alternar, na sucessão de acontecimentos, eventos e histórias reais com ações fictícias. Para a caracterização dos personagens centrais de suas histórias, porém, a tendência é obedecer aos procedimentos mais claros do realismo-naturalismo do período e, então, temos traços tipológicos nitidamente mais definidos, em certa medida gerando uma caricatura. Como o que acontece com o advogado sem escrúpulos de seu outro livro, *A filha do barão*, um outro momento em que a sua escrita também se aproxima da realidade social do período. Cf. MACIEL, Pedro Nolasco. **A filha do barão**. Maceió: DAC/SENEC-AL; DAC/MEC, 1976 [1886].

²⁵⁸ Ver seu já mencionado livro, **Proletários de casacas**. Op. cit.

mais enérgico que o povo já praticou nos últimos tempos”.²⁵⁹ A revolta, resumidamente, foi a seguinte: em uma determinada altura do final do século XIX, a Câmara Municipal de Maceió determinou que a venda da farinha e dos demais cereais no Mercado Público fosse realizada com o auxílio de “rasouras” para se obter uma melhor padronização das quantidades a serem vendidas, facilitando ainda a fiscalização. A Câmara Municipal se encarregaria de fornecer as réguas para tal serviço. Liderada pelos três amigos – que por sua vez foram insuflados e influenciados por Juquinha –, a “massa anônima” foi às ruas, “dando vivas e morras”, quebrando os instrumentos de medição que encontraram no mercado e terminando por chegar até o palácio Floriano Peixoto, sede do poder estadual. De lá, saíram “em procissão já aumentada consideravelmente”, contando agora com o auxílio de uma banda que “percorreu a cidade”, dissolvendo-se apenas à noite. Nesse momento, já a mobilização terminava “na maior calma e paz possíveis.”, com o poder público voltando atrás em sua decisão.²⁶⁰

O caixeiro Juquinha, “endiabrado”, também se envolve em outros tumultos públicos, como na ocasião em que um ministro evangélico pregou sua crença em Maceió. Mesmo sendo na residência de um particular, na casa do Sarmento, lá estava ele a dar vaias e atirar pedras contra a assistência, “quebrando varandas e vidraças”. Não satisfeito, desafiou a autoridade militar montada a cavalo, que tentava manter a ordem ao culto, desmoralizando-a junto com os mais exaltados.²⁶¹

Quando ocorre o desmoronamento do açude do riacho Luiz da Silva, em Bebedouro, eis Ricardo Brenand, caixeiro, republicano e abolicionista, liderando a multidão, “em atitude de herói”, contra as autoridades. O açude, que se localizava num arrabalde não muito central da cidade, abastecia-a de água potável e era administrado pela Companhia das Águas de Maceió, firma nascida do consórcio de dois conhecidos comerciantes locais: Jacinto J. Nunes Leite e Manoel José de Pinho. O acidente e seus danos ocorrem ao longo do segundo semestre de 1883, e terminam encarecendo o valor do balde d’água, prejudicando a vida da população vizinha e estragando os trilhos da Alagoas Railway.²⁶²

Na manifestação da população contra os problemas causados pelo desmoronamento do açude, de acordo com a narrativa de Pedro Nolasco Maciel, Ricardo Brenand lidera mais de

²⁵⁹ MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças**, Op. cit., p. 137.

²⁶⁰ IBIDEM.

²⁶¹ IDEM, p. 136.

²⁶² IDEM, pp. 189/90; Protesto ao Juiz Municipal da *Hugh Wilson e Son* contra Jacinto José Nunes Leite e Manoel José de Pinho. Maceió, 30 de outubro de 1883, cx. 2, doc. 41 [Ajal].

2.000 pessoas, a maioria, a “célebre canalha esfarrapada”, gritando palavras de ordem e perguntando:

–Povo! Vós o que quereis?!

E o povo respondia agitando chapéus, bengalas, lenços, cacetes e guarda-chuvas, num prolongado berreiro:

–Água!!²⁶³

Entre pândegos, bestializados e patuscos, vimos caixeiros e populaça em movimento na obra de Pedro Nolasco Maciel. Entre a ficção e a realidade, entre a norma da conduta benquista e o não conformismo, o caixeiro é pintado em tintas que não parecem estar muito distantes da experiência realizada pela categoria ao longo daqueles anos animosos, complexa e contraditória em seus próprios termos. Como veremos no capítulo sobre o fechamento de portas, a atitude ordeira das diversas campanhas realizadas pela classe caixeiral também possibilitava pequenas frestas de indignação e vigor, como na participação destes no quebra dos terreiros de cultos de origem africana em Maceió, agora em um contexto de discórdia em relação às classes marginalizadas.

Por ora, retomemos o intento deste tópico, discutindo as relações entre abolicionismo, republicanismo e florianismo. Para tanto, iniciemos com o discurso que Francisco Avelino Cabral realiza, em 1913, numa sessão solene em comemoração ao 13 de maio. Ocorrida na sede da *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió*, a sessão acontece alguns dias após a entrada em vigor da lei do fechamento de portas (1º de maio de 1913). Junto com outras lideranças dos caixeiros, Francisco Avelino será um dos principais negociadores/articuladores da nova lei de regulamentação do trabalho no comércio, como veremos no próximo capítulo. Então, ele já ocupava o cargo de deputado estadual, como

²⁶³ MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças**, pp. 189/90. Segundo as anotações de Félix Lima Júnior para a edição de Nolasco aqui utilizada, Brennand foi “dos poucos republicanos históricos que fizeram profissão de fé antes de 15 de novembro de 1889”, chegando a ocupar provisoriamente cargos de importância com a proclamação do novo regime. Cf. LIMA JR., Félix. IN: MACIEL, Pedro Nolasco. Op. cit., p. 40, nota 12. Como se vê, existem pontos de confluência que articulam os movimentos populares, o abolicionismo e o republicanismo, contando com a presença de caixeiros que viviam de maneira intensa a cultura associativa das mutuais e dos *clubs* do período. Segundo Alfredo Bosi, estes pontos construiriam “uma estreita faixa de intersecção ideológica”, aproximando “os novos liberais” do período pós-1868 com “alguns líderes repúblicos *radicais* como Silva Jardim, Luis Gama e Raul Pompéia”; BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, capítulo: “A escravidão entre dois liberalismos”, p. 236.

parlamentar aliado do novo grupo oligárquico que chegara ao poder no ano anterior, como veremos abaixo.

Em seu discurso, o deputado Avelino Cabral apresenta-se como “humilde representante da classe caixeiral deste estado”, porém trata a si próprio como sendo “filho da instrução” e identifica-se tal qual “a liberdade” através de uma figura de linguagem retoricamente forte e situada, levando-se em conta a predisposição da plateia assistente em relacionar os dois eventos comemorativos, a lei do fechamento de portas e a abolição da escravatura no Brasil.²⁶⁴ Na ilustrada sede da entidade, o deputado-caixeiro utiliza-se de uma fala inflamada, recorrendo a diversos eventos da História Universal para destacar a luta da liberdade contra a escravidão. Citando Bacon e Alexis Tocqueville em seu eloquente discurso, brada em determinado momento: “a escravidão desonra o trabalho, introduz o ócio na sociedade e, com ele, a ignorância e o orgulho, a pobreza e o luxo.//Enfraquece as forças da inteligência e entorpece a atividade humana.”²⁶⁵ A associação entre escravidão e negatividade remete a diversos elementos comuns agenciados naquele momento, após mais de 350 anos de trabalho compulsório da maior formação social escravista do período moderno. Adiante, continua, ampliando as conquistas da liberdade contra a escravidão, num cariz revolucionário liberal e nacionalista:

Quando os povos doutras paragens se viram assoberbados pela escravidão, gritaram por mim e eu corri por todos os ângulos do universo. Impérios colossais se tem levantado debaixo de minha [ou seja, da liberdade] influência salutar.

Corri em favor da França, e ela proclamou os Direitos do homem; em favor de Washington, e ele fundou a América livre, e em favor de Bolívar, e ele fundou 5 repúblicas na América do Sul!

Não duvido que, agora, suado, o caixeiro-deputado já possui o auditório em suas mãos. Apenas então, sua peça discursiva relaxa e diz ao que veio, com uma sinceridade desconcertante – e contraditória com o que vinha anunciando até então:

²⁶⁴ Para a identificação da retórica como um discurso necessariamente situado, ver GINZBURG, Carlo. **Relações de força – História, retórica, prova**. Tradução de Jônatas Batista Neto – São Paulo: Cia.das Letras, 2002. O livro inteiro trata a retórica a partir desta perspectiva, porém um dos artigos mais incisivos a tratar do tema é “Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez” (pp. 47/63).

²⁶⁵ Discurso pronunciado pelo Sr. Deputado Francisco Avelino Cabral, na sessão solene de 13 de maio, no salão nobre da S. ‘Perseverança e Auxílio’. In: *Jornal de Alagoas*, Maceió, ano VI, nº 104, 15 de maio de 1913, p. 1.

No governo atual os fiz conseguir a lei do fechamento de portas a preciosa conquista que só deve gozar os povos livres e instruídos.

Vós, moços do comércio, deveis mais, ao governo livre de hoje, ao Conselho Municipal e a generosa Imprensa desta terra que esposaram a vossa causa, porque ela é santa dentre as mais santas.

Aqui, num ambíguo deslocamento da metáfora da liberdade, continua falando ainda em primeira pessoa, só que as referências não são mais às grandiosas lutas de gregos contra a opressão, por exemplo, porém os eventos próximos no tempo e no espaço (o fechamento das portas e o óbvio concurso de Avelino Cabral na criação da referida lei). Destarte, da liberdade decantada vimos surgir um significado do comprometimento da categoria e, por consequência, da *Sociedade Perseverança e Auxílio*, com o novo grupo político que comanda o poder, um atrelamento político típico da ideologia do favor escravista²⁶⁶ aos interesses de uma nova oligarquia. Concluindo sua peça oratória – imagino-o já cansado e a plateia atenta à inflexão ocasionada neste ponto –, Avelino Cabral afasta-se novamente do cotidiano mais imediato da caixeiragem e retorna a uma distância prudente, para terminar bem seu discurso: “A vitória de hoje é a vitória do Direito, da Justiça e da Razão”. Aplaudido, deveras, ao final, fica no ar a pergunta: a qual “hoje” está se referindo o deputado? Ao 13 de maio de 1888? Ou à *abolição da escravidão caixeiral* com a lei de regulamentação do trabalho no comércio, efetivada em 1º de maio de 1913? Parece-nos que o deputado quer referir-se aos dois eventos, mimetizando-os numa fórmula ambígua que capitalize em torno de sua imagem e do apoio que presta à nova oligarquia à qual está aliado.

Como tentarei argumentar, este discurso (e a aliança com o grupo de Clodoaldo da Fonseca e Fernandes Lima) se explica – não apenas por isto mas também – a partir da leitura entrecruzada pela qual os caixeiros entendem o abolicionismo e o republicanismo de base florianista, matrizes ideológicas que dialogam vivamente com a tradição positivista já apresentada aqui.

Este discurso revela-nos, ainda, um outro reflexo da experiência associativa da *Perseverança* e do modo como os caixeiros se encaravam no tímido mercado de trabalho local saído de um cenário escravista há apenas uma geração: a longa experiência laborativa dos empregados do comércio em condições que se assemelharam ao longo de muitos anos à

²⁶⁶ Cf. SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5 ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2000. Várias passagens discutem este ponto. Ver, por exemplo, as páginas 15/7.

escravidão. Revela-se aqui, ainda, que havia uma profunda falta de autonomia aos trabalhadores do setor, com longas jornadas de trabalho, impossibilidade quase certa de constituição de família etc., que se metaforizava na conquista de liberdade, na *vitória do Direito, da Justiça e da Razão*.

O discurso realizado por Francisco Avelino dialoga fortemente com o uso retórico da imagem da escravidão para denunciar aspectos negativos vividos no mundo do trabalho. Mas ele deve ser entendido não somente como uma peça retórica. Como acontece para muitas outras categorias de trabalhadores ao longo da Primeira República,²⁶⁷ é preciso pensar na proximidade existente entre as experiências da escravidão e da caixeiragem no período de nosso estudo, ou seja, antes e depois de 1888. No que se refere à escravidão doméstica, estas semelhanças só aumentam: maus-tratos como cascudos e safanões; jornadas de trabalho estendidas ao limite de um dia (há casos de 12 a 14 horas de trabalho diário, muitas vezes sem descanso nos finais de semana); muitas vezes sem salário, que eram acumulados sob o poder do patrão que, só com o tempo e a depender do caso, devolvia-lhes como que gerando sua independência e por vezes a montagem de um pequeno negócio, configurando-se quase como uma espécie de pecúlio que sobrevive até as primeiras décadas do século XX; a impossibilidade ou dificuldade em constituir família etc. Esses, dentre outros aspectos, podem servir para ilustrar semelhanças entre a condição escrava e a condição do trabalho no comércio, pelo menos para os menos graduados destes trabalhadores.²⁶⁸

Acerca das lutas e campanhas abolicionistas em Maceió já existem alguns estudos que apontam para o protagonismo da *Sociedade Libertadora Alagoana*. De fato, as atividades desenvolvidas pela *Libertadora Alagoana*, a articulação que realiza junto a diversas outras entidades libertadoras (das senhoras, dos estudantes, dos artistas etc.), *clubs* e mutuais; a pressão da opinião pública através da tribuna, reuniões solenes e pela imprensa, notadamente no órgão *O Lincoln*, fazem desta entidade um importante ator social neste

²⁶⁷ BATALHA, Claudio. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República. In: LIBBY, Douglas C. e FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). **Trabalho livre, trabalho escravo** – Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX. São Paulo: Anablume, 2006, pp. 97/110.

²⁶⁸ José Avelino Silva pergunta, num tom bastante convincente: “Antes da fundação do nosso Grêmio, o que era entre nós o Caixeiro? Não erraremos, se respondermos: um escravo, salvo raras exceções.//Sim; o caixeiro era outr’ora um escravo porque, como este, ele não tinha outra vontade senão a de seu patrão; porque não conhecia os prazeres inocentes que, no lar, nos dá a família” In: SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897 [memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, p. 1.

processo.²⁶⁹ O próprio José Avelino destaca a importância da *Libertadora*, ressaltando que suas três principais linhas de ação da sociedade abolicionista foram a criação de fundos para a manumissão de escravos; a propaganda (através da imprensa e da tribuna); e a assistência pós-emancipação a tais indivíduos.²⁷⁰

No conjunto do amplo movimento que empolgou a sociedade brasileira principalmente na década de 1880, é preciso perceber a presença ativa das camadas médias urbanas, compostas de bacharéis e liberais, mas também das classes subalternas, que estavam “desvinculadas da cadeia produtiva”, além dos próprios escravos e seus descendentes.²⁷¹ Este clima era compartilhado por diversas mutuais alagoanas, em que muitos de seus sócios e diretores participavam da *Libertadora Alagoana*, como Dias Cabral e Pedro Nolasco Maciel. Entre os caixeiros organizados houve também não só afinidades como ativa participação no movimento abolicionista, contando com nomes como os de Guido Duarte e vários outros. O já citado Ricardo Brenand Monteiro, de origem caixeiral, que ascende socialmente, foi um dos mais destacados abolicionistas. O lado de vários outros, “promovia a libertação de escravos que fugiam dos engenhos e fazendas do interior do Estado [sic].”²⁷² A par desses exemplos, obviamente, encontramos também a própria *Perseverança* ofertando seu concurso, batendo-se pela campanha da abolição da escravatura.²⁷³ Em seu estatuto de outubro de 1883, já analisado em capítulo anterior, a *Perseverança* inclusive proíbe-se, nas disposições gerais, de não adquirir escravos como bem imóvel [sic], “aceitando-os todavia, se lhes forem legados, para dar-lhes a liberdade.”²⁷⁴

Este abolicionismo caixeiral deve ser entendido junto do contexto mais amplo do abolicionismo moderado que hegemoniza este período em Alagoas. No máximo, o que propunham era uma assistência difusa e uma solidariedade moral aos emancipados, sem maiores implicações no que se refere à ampliação dos espaços de cidadania ou do acesso à

²⁶⁹ LIMA JR., Félix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: DAC, 1975.

²⁷⁰ SILVA, José Avelino. O abolicionismo em Alagoas (individualidades e fatos de um período áureo da nossa história). In: Revista do Instituto Histórico de Alagoas. Maceió: Imprensa Oficial, 1936/7 [1915] (pp. 61/70), p. 62.

²⁷¹ CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**. Op. cit.; ROSEMBERG, André. **Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos**. São Paulo: Alameda, 2006, p. 179.

²⁷² MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças**, Op. cit., p. 40; Provavelmente seu filho, um homônimo Ricardo Brenand participa da diretoria do Club Abolicionista Estudantesco em 1885, revelando ser o abolicionismo uma tradição familiar. In: Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província das Alagoas para 1886. Editor Proprietário Amintas de Mendonça. Ano XV. Maceió: Typographia de Amintas de Mendonça, 1885, p. 148.

²⁷³ LIMA JR., Félix. **Maceió de outrora**, (vol. 2). Op. cit., p. 170.

²⁷⁴ Artigo 44 dos Estatutos *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió* [1883]. In: Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa). (1869 – 1887). L 94, E. 20, [Apa].

terra para os egressos do escravismo. São poucas as vozes que irão denunciar o continuísmo e reformismo desta tendência, liderada pela *Libertadora Alagoana*, como vemos na série de críticas que lhes serão endereçadas no órgão da classe tipográfica ao longo do ano de 1883.²⁷⁵ Apesar de perceber sua importância relativa, então, é necessário destacar a “apologia da moderação” que circunscrevia os limites de sua propositura.²⁷⁶

Um diálogo crítico estabelecido entre a *Perseverança* e o *Grêmio Abolicionista Alagoano da Corte* (1884), sociedade articulada na capital do Império por alagoanos emigrados, demonstra isto de modo mais claro. Segundo o posicionamento público da sociedade de socorro mútuo caixeiral, ela defende os princípios humanitários de abolição da escravatura, porém não concorda com a censura realizada pelo Grêmio para com a “posição moderada” da imprensa alagoana na questão, visto que “todos os órgãos da imprensa desta capital” têm apoiado a ideia, contribuindo vivamente para acabar com a “negra e aviltante nódoa”, e não se nega a apoiar a “extirpação imediata dessas raízes” escravagistas. Efetivamente, ao listar os órgãos que têm pugnado em favor da causa abolicionista, iguala a atuação de todos os principais títulos, defendendo até mesmo o próprio *Diário das Alagoas*, sabidamente escravagista.²⁷⁷

Um tema central de todo este debate historiográfico acerca da moderação ou não das propostas abolicionistas, o ponto que toca acerca dos limites opostos do direito à liberdade por parte do escravo, e do direito à propriedade por parte dos escravagistas, foi analisado como o “dilema da peteca” por Sidney Chalhoub.²⁷⁸ Mesmo que numa narrativa regressiva, José Avelino Silva chega a apontar timidamente para a questão ao afirmar, em 1915, que a *Sociedade Libertadora Alagoana* teve a “incumbência nobilitante, mas temerária, de criar e manter uma Sociedade que trabalhava francamente para a radical extinção de uma ‘propriedade’ que, a modo de todas as outras, era tida como ‘sagrada’”.²⁷⁹ Ora, se como todas as outras, esta era uma propriedade “sagrada” e, como terminou por ocorrer, fora violada, atingida, por leis, sugere-se que fora posta em xeque a sacralidade da propriedade no país. Tal sugestão, efetivamente, no entanto, não foi desenvolvida nem por Avelino em seu texto de 1915, nem por qualquer outra voz de projeção no movimento abolicionista alagoano.

²⁷⁵ Conferir a coleção de 1883 do periódico Guttenberg [IHGA].

²⁷⁶ ROSEMBERG, André. *Ordem e bula*. Op. cit., pp. 183/4.

²⁷⁷ O Grêmio Abolicionista Alagoano da Corte. A União, ano II, nº 10, 30 de junho de 1884, p. 3. LIMA JÚNIOR, Félix. *Escravidão em Alagoas*. Op. cit.

²⁷⁸ CHALHOUB, Sidney. *Visões de liberdade*. Op. cit., especialmente o segundo capítulo.

²⁷⁹ SILVA, José Avelino. *O abolicionismo em Alagoas*. Op. cit. p. 66.

Já está mais do que na hora de falarmos um pouco sobre José Avelino Silva, que aqui e ali vem sendo citado neste estudo. Nascido em Maceió no ano de 1877, consegue realizar estudos preliminares através da ajuda de um protetor, o que lhe permite, após algum tempo, trabalhar no comércio, chegando logo ao posto de guarda-livros e não ascendendo mais até o fim de sua vida. Apesar da disciplina espartana do trabalho, nunca abandonou “o trato das letras”, chegando inclusive a escrever alguns trabalhos de maior fôlego, dentre os quais *Religião e Ciência* (opúsculo que reúne trabalhos de uma polêmica com Dr. José Oiticica); *Conferência sobre Rui Barbosa e Seu método de trabalho no Bloco Alagoano*; e sobre a *Abolição*; realiza biografias de D^a. Laura da Fonseca e Silva, Carlos Leão Xavier da Costa e Benedito Silva, além de produzir um bom trabalho sobre Gonçalves Dias nas Artes Plásticas Brasileiras. Avelino ainda rascunha alguns textos de natureza historiográfica, sendo incumbido de um relativamente longo texto sobre a história da *Perseverança*, e mesmo abordando aspectos da *Sociedade Libertadora Alagoana*, como já visto. Esta produção faz com que participe da Academia Alagoana de Letras e do Instituto Histórico local. Como vimos, José Avelino chega a ocupar cargos legislativos, conseguindo forte apoio da classe caixeiral, e vem a falecer em finais de 1923.²⁸⁰

Apesar de sempre ter sido caracterizado como altruísta, pacato, cordato e avesso a críticas e polêmicas, sempre soube se posicionar nos debates públicos, com firmeza, porém com trato. Assim, no citado folheto sobre *Religião e Ciência*, exprime-se a polêmica estabelecida nas páginas do *Gutenberg* a partir de um artigo de Oiticica intitulado O século XIX. Neste material, Avelino é identificado como fervoroso crente, católico, defensor da alma, sincero e puro, enquanto José Oiticica, culto, advoga ideias materialistas, “sustentando friamente a solidez de suas posições”.²⁸¹ Ao lado deste teor católico, segundo as memórias de Octavio Brandão, que fora amigo pessoal dele, José Avelino é um dos que se posicionam a favor de que a arte espelhe a realidade local, solicitando que os intelectuais do estado “cantassem os heróis, canoieiros e jangadeiros em luta no oceano, rios e lagoas”, dando uma cor local à história e à análise da sociedade. Isto muito impressionara Brandão.²⁸²

José Avelino não foi abolicionista no sentido estrito do termo, pois era muito jovem para ter podido participar do movimento ativamente. O assunto, todavia, sempre foi

²⁸⁰ GUSMÃO, Carlos. Discurso... ao ser recebido como sócio efetivo do Instituto, realizado em 1 de setembro de 1928. In: *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*, vol XIV, ano 1930. (pp. 174/90), p. 185.

²⁸¹ IDEM, p. 188.

²⁸² BRANDÃO, Octavio. *Combates e batalhas*. Op. cit., p. 95.

tematizado em suas intervenções públicas, tanto pela forma como julgava a importância do desenrolar daquele processo para toda a sociedade brasileira, como pelo arrebatamento das festividades decorrentes do 13 de maio, a que assistira quando jovem, e que lhe ficaram gravadas na memória.²⁸³ Ao abordar este assunto, por exemplo, no já citado artigo escrito em 1915, estará não apenas dando uma versão ao processo, como refletindo sobre a realidade contemporânea que vivia em meados da segunda década do século XX.

Comparando as concretizações da *Sociedade Libertadora* com as da *Nova República* das salvaçãoes, José Avelino termina realizando uma “ligeira crítica do que há ocorrido, nesses últimos anos de governo republicano” em que não se consegue eliminar “certos abusos políticos” que continuam ocorrendo mesmo sendo abusos que não possuem tão “profundas raízes, como tinha a instituição da escravatura negra”.²⁸⁴ Ora, se a escravatura fora combatida pela *Perseverança* e, junto com várias outras sociedades, conseguiram destruí-la, por que será que agora a mesma entidade não teria forças para combater o despotismo que advinha do novo grupo oligárquico que se assentava no Poder do Executivo estadual, conseguido justamente com o apoio da *Liga Caixeiral* e da *Perseverança*?²⁸⁵ Nesse sentido, em termos sutis e genéricos, nosso guarda-livros realiza uma crítica ao republicanismo dominante da conjuntura de 1912/5. Mesmo tendo participado daquele processo e tendo contribuído para a chegada de Clodoaldo da Fonseca ao poder, Avelino mantém a autonomia necessária para apontar a necessidade de que haja um governo mais forte, enérgico, que coíba determinados abusos para com a coisa pública. Parte desses abusos são, provavelmente, as práticas coronelistas e o uso do poder para fins oligárquicos, que foram tão criticados durante os conflitos de 1911/2.

Para explicar essas críticas que nosso guarda-livros realiza em 1915, a pretexto de falar do abolicionismo, devemos entender que tipo de republicanismo era cultivado no interior da *Perseverança*. Um republicanismo que amalgamava, por vezes numa mixórdia confusa, florianismo e positivismo, militarismo e civilismo.²⁸⁶

²⁸³ “Das muitas recordações de mocidade jamais se extinguirão aquelas que tenho das grandes festas que, em maio de 1888, vi nesta capital pela abolição expressa na lei áurea” [SILVA, José Avelino. Palavras pronunciadas deante do túmulo do maestro alagoano Benedito Raymundo da Silva, em 15 de maio de 1921 por... (recorte de jornal sem identificação), cx. 28, pac. 02, doc. 02 [IHGA].

²⁸⁴ SILVA, José Avelino. O abolicionismo em Alagoas. Op. cit., pp. 66/7.

²⁸⁵ Este processo é apresentado em tópico mais adiante, neste capítulo.

²⁸⁶ Adiante voltaremos a este artigo para identificarmos um certo distanciamento de Avelino em relação ao grupo de Clodoaldo da Fonseca.

De maneira similar ao que acontece em relação ao abolicionismo, a análise realizada sobre o surgimento da República em Alagoas destaca comumente sua timidez, a baixa densidade do republicanismo aqui existente, o que causaria um adesismo maciço de monarquistas logo após o 15 de novembro, republicanos de véspera.²⁸⁷ Em que pese dar conta do posicionamento da grande maioria das autoridades públicas e entidades organizadas, esta interpretação obscurece alguns grupos e setores minoritários ou marginalizados que, nas disputas internas entre as poucas figuras genuinamente republicanas locais, não obtiveram êxito em seus projetos. Aqui, haveria espaço não só para republicanos históricos (Pedro Nolasco Maciel, Manoel Menezes, dentre outros) como para articulações e contatos com a ala mais radical do republicanismo brasileiro, identificada com Silva Jardim.²⁸⁸ Do mesmo modo, é preciso ressaltar que com a República há um evidente aumento da discussão em torno da cultura cívica, das políticas públicas em sentido mais genérico, e dos rumos que o novo regime vai tomando. Neste novo contexto, a *Perseverança e Auxílio* é pensada como um sujeito coletivo privilegiado na consolidação de um novo perfil do cidadão.

Seguindo Douglas Apratto Tenório, *grosso modo*, poderíamos dizer que no âmbito regional alagoano reproduziam-se – com a instalação do novo regime – governos de transição que não seriam ocupados por representantes diretos da classe social latifundiária. Assim, se os primeiros governos do Estado de Alagoas (Pedro Paulino e Gabino Besouro, por exemplo) possuíam vínculos militares com Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, respectivamente, com Manoel José Duarte teríamos um representante direto da oligarquia açucareira, que se consolida no poder com a posterior ascensão da oligarquia dos Maltas. Para Tenório, o período que marcaria a passagem dos dois primeiros governadores para os seguintes seria de

transição para uma nova variante republicana, deixando o militarismo em segundo plano para a emergência dos setores oligárquicos civis [...] Contra a corrente florianista que advogava um nacionalismo difuso e o auxílio do Estado à

²⁸⁷ SANT'ANA, Moacir. **Positivismo e republicanismo em Alagoas**. Op. cit.; e TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das oligarquias**. Op. cit.

²⁸⁸ Vejam-se as disputas internas ocasionadas no *Monte-Pio dos Artistas Alagoanos*, envolvendo as articulações da entidade com as principais lideranças locais na criação do Partido Republicano. Maciel, Osvaldo. **Pedro Nolasco Maciel** – abolicionismo, republicanismo e socialismo em Alagoas. Op. cit. Quando Silva Jardim visita Alagoas, ainda em fins do Império, hospeda-se na casa de Ricardo Brennand Monteiro In: LIMA JR., Félix apud MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças**. Op. cit., nota 15, p. 41. Do mesmo modo, talvez haja uma relação mais antiga e profunda de Fernandes Lima, liderança política oligárquica dos eventos de 1912, com Silva Jardim, como demonstra correspondência pessoal entre ambos, datada de maio de 1890 (cx 14, doc. 0108-14-01-01) [IHGA].

industrialização, agora predomina a corrente ligada ao comércio internacional e aos produtores tradicionais de exportação: no sul, o café; em Alagoas, o açúcar.²⁸⁹

Um outro aspecto marcante do debate em torno do surgimento da República em Alagoas foi a sua característica inicial de ditadura, de governo autocrático, característica que necessariamente deveria existir durante um certo período para a consolidação do regime. Não obstante, o povo deveria sentir o ar da democracia a partir de um determinado momento, caso contrário, haveria uma degenerescência do regime.²⁹⁰ É seguindo esta esteira de análise que entendemos não ser sem sentido a leitura que muitos populares em geral, mas também artistas, caixeiros, profissionais liberais e membros das classes conservadoras faziam do florianismo como uma corrente forte, autoritária, porém necessária num momento em que o regime ameaça se deteriorar nas mãos da oligarquia do Sudeste cafeicultor. Nestes vetores estão dadas as bases para entendermos o republicanismo de matriz florianista e positivista dos caixeiros da *Perseverança*.

3.5 - A caixeiragem no movimento das ideias: o florianismo

Um extenso inventário pode ser elencado para rastreamos os difíceis meandros da construção do discurso e do imaginário florianista em Alagoas.²⁹¹ Um constante relembrar e

²⁸⁹ TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das oligarquias**. Op. cit., pp. 80/1. De qualquer modo, é necessário ponderar que esta análise de Tenório não explica a contento a origem sertaneja de Euclides Malta bem como alguns dos laços políticos estabelecidos por ele. A história econômica de Alagoas para este período ainda necessita de mais pesquisas para averiguarmos com mais justeza as linhas de força existentes.

²⁹⁰ SANT'ANA, Moacir. **Positivismo e republicanismo em Alagoas**. Op. cit., passim.

²⁹¹ É bom lembrar que este não é um fenômeno localizado em Alagoas apenas, mas sim algo que perpassa o país inteiro. Para citar um estudo mais recente que incorpora o florianismo em sua discussão, recorreremos mais uma vez a Angela Alonso. Na interpretação que realiza acerca dos destinos da geração de 1870, geração que para ela abandona o palco da luta abertamente política e de contestação do “*status quo*”, reforça aspectos do florianismo que aparecerá algum tempo depois, mesmo que argumente em chave analítica distinta da que realizamos aqui. Como veremos, se para ela o florianismo fora uma corrente abandonada da qual não quiseram participar os aliados do poder, para nós esta vertente serviu para que os sócios da *Perseverança e Auxílio* se encontrem um campo de intervenção nas questões políticas locais. ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**. Op. cit., pp. 323/30; ALONSO, Angela. Apropriação de idéias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila e

pipocar de homenagens surge a cada aniversário da morte de Floriano na imprensa local. Obviamente, tão cioso de sua tarefa, o Instituto Histórico e Geográfico Alagoano participa desta construção, inclusive com ares cientificistas de uma neutralidade positivista que mal se esconde nas páginas de sua revista e em seu acervo. Pelo menos duas polianteias saíram (1899 e 1907) em homenagem a Floriano, uma delas contendo generosas 79 páginas, contando com a colaboração de diversos intelectuais e *cidadãos ilustres*.

Começamos pela construção da memória do herói nacional e do novo regime, em articulação com o patriotismo alagoano.²⁹² Este discurso revela um viés militarista para o florianismo. É bom entender que o militarismo do qual falamos, que se instaura na política, “advém não precisamente dos quartéis, mas sobretudo das raízes autoritárias da estrutura social, do isolamento dos agentes produtivos e da atomização das classes sociais”.²⁹³ Em artigo de meados do ano de 1895, ao lembrar a morte recente do marechal, o então principal jornal diário de Alagoas, *Gutenberg*, ressoa em sua primeira página:

é necessário igualmente que estas manifestações de pesar pela morte do invicto alagoano sejam perpetuadas de modo indestrutível e que nem mesmo o tempo desfaça esta dor tremenda que acabrunha os seios da terra de Alagoas.²⁹⁴

Seguindo no tom grandiloquente comum em notas deste tipo na imprensa da época, o jornal propõe que seja erguido

ao menos um busto de mármore, que, colocado sobre uma coluna de granito alagoano, à entrada da cidade, represente o guarda de nossa autonomia, exprima o exemplo a seguir ante as dificuldades que nos sobrepujarem; que seja, enfim, o oráculo ante o qual nos prostemos para nos inspirar no amor da terra de nosso berço ao dever do patriota, a resistência quanto ao abuso e desrespeito aos direitos dos povos, à verdade dos dogmas da República.²⁹⁵

SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial** (volume III, 1870-1889). Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2009, pp. 83/118, p. 115.

²⁹² A noção de pátria aqui refere-se à da terra natal, no caso, Alagoas, e não à de nação.

²⁹³ FLORES, Élio Chaves. *A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso*. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil republicano** – o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, (pp. 45/88), p. 56.

²⁹⁴ Marechal Floriano – uma idéia. *Gutenberg*, 5 de julho de 1895. Apud. VILELA, H. 1979. *A estátua de Floriano Peixoto em Maceió* (notas históricas). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**, volume XXXV, Maceió (pp. 21/41).

²⁹⁵ IDEM, pp. 21/2.

A justificativa implícita à construção do busto está relacionada à construção de uma memória positiva da guerra contra o Paraguai, por exemplo, na *resistência quanto ao abuso e desrespeito aos direitos dos povos*, bem como no acerto que foi a Proclamação da República. Para o primeiro caso, é bom ressaltar que a promoção dos dois marechais alagoanos a heróis de guerra “foi posterior a sua participação na proclamação da República” e que tal procedimento “já era parte do processo de mitificação de suas figuras”.²⁹⁶ Com relação ao segundo ponto, atentemos para um outro artigo assinado por Aristobulo (pseudônimo do agrimensor Juvenal Costa), extraído do jornal *A Tribuna*, de 19 de abril de 1903, que sob o pretexto de falar de dois moços (os secretários Octavio Rocha de Lemos e Francisco Pontes de Miranda), faz uma breve narrativa sobre os principais vultos da Proclamação da República. Nesta narrativa, o cronista destaca as figuras do republicano radical Silva Jardim, “o grande romeiro do progresso, o valente propagandista de uma santa revolução”; do liberal histórico Quintino Bocaiúva, do positivista Benjamin Constant, “o mestre dos moços, o laureado pelas ciências”, além de Rui Barbosa e do “velho soldado” Deodoro. Em seguida, aludindo às revoltas reprimidas por Floriano em 1893, afirma que

pouco a pouco surgiam estranhos embaraços à superfície desse Oceano [sic] de efetivas grandezas, como para lhe tolher o cristalino das águas [...] É que as bases do novo edifício, recentemente levantado pelo patriotismo dos verdadeiros brasileiros, estremeciam ao embate da inveja, da calúnia e da ambição.

Súbito fez-se ouvir na praça, por entre o povo amotinado, em aclamações do mais intenso júbilo, este grito de indignação: - *À bala!*//Floriano Peixoto, o caboclo das Alagoas, bravo, altivo e denodado, a confiar desconfiando, enfrentando risonho os perigos para consolidar a República, tendo ao seu lado a mocidade.

E é à mocidade que se deve a República...²⁹⁷

Agora, quem estava sendo erguida era a memória do herói *consolidador da República*, que deslizaria adiante para a do *marechal de ferro*. Junto com a memória escrita, instauradora de um discurso que ressoa ao longo de todo o século XX, temos a arquitetura dos símbolos no formato de estátua.²⁹⁸

²⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Cia das Letras, 1990, p. 57.

²⁹⁷ *A Tribuna*, 19 de abril de 1903, p. 1.

²⁹⁸ Lembramos aqui que, apesar de o signo verbal ser o mais apropriado para os embates ideológicos, uma diversidade de signos e discursos também entram na arena ideológica do cotidiano, inclusive os monumentos, estátuas, nomes de ruas – discursos que se inscrevem no espaço urbano da cidade, fazendo confluência com o imaginário.

Em 2 de fevereiro de 1905, numa articulação do jornalista, escritor (e, à época deputado estadual) Goulart de Andrade, é realizada uma reunião na sede da *Sociedade Perseverança e Auxílio*, no intuito de se deliberar sobre o erguimento de uma estátua em homenagem a Floriano Peixoto. De lá, sai-se com a criação do *Centro Cívico Floriano Peixoto*, cujo “fim exclusivo” seria erigir “um monumento ao grande alagoano, marechal Floriano Peixoto”.²⁹⁹ O Centro ficaria sob a presidência do oficial da armada, capitão-tenente Henrique Sadock de Sá, e dentre os presentes estavam pelo menos dois guardalivros, Salvador Costa e Alfredo Wucherer. A partir de então, após uma série de desdobramentos e negociações com o governo do Estado, do recolhimento de diversas contribuições, a estátua é erguida em junho de 1908, sob projeto do modelador Angeli Angioli, que vivia em São Paulo.³⁰⁰

Esta estátua, aliás, completava um conjunto de homenagens realizadas para preservar a memória e exaltar a figura do militar alagoano nascido em Ipioca, antiga freguesia de Maceió. A primeira e uma das mais marcantes dessas homenagens dá-se em 16 de setembro de 1902, data em que se comemorava a emancipação política de Alagoas da então capitania de Pernambuco, com a inauguração do Palácio do Governo sob o mandato de Euclides Malta, que passou a denominar-se Palácio Floriano Peixoto.

Claro se vê que o florianismo que vai tomando forma entre os alagoanos e as lideranças da *Perseverança e Auxílio* possui um acentuado tom militarista, destacando-se a figura do “marechal”, do militar brioso, de ferro, vigilante do novo regime que se construía.

Com os desgastes e o final do governo de Floriano Peixoto e a ascensão de Prudente de Moraes, os ânimos dos florianistas mais exaltados recrudescem. Em Alagoas, no contexto deste governo, o presidente da *Perseverança*, Joaquim da Silva Costa, realiza uma crítica aos rumos que estão sendo tomados pela República, sugerindo um descaso com as questões de natureza pública e acrescentando que a *Perseverança* e outras mutuais têm contribuído, mesmo que de maneira tímida (em razão das forças de seus cofres), porém com convicção,

²⁹⁹ Conforme o primeiro artigo do Estatutos do Centro Cívico Floriano Peixoto reproduzido In: VILELA, Humberto. A estátua de Floriano Peixoto em Maceió (notas históricas). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió/AL, vol. XXXV, 1979, pp. 21/41.

³⁰⁰ IDEM. Não foi possível verificar se Henrique Sadock de Sá possuía algum grau de consangüinidade com Francisco Juvêncio Sadock de Sá, torneiro mecânico e armeiro que liderava o Círculo dos Operários da União, criado em 1909. In: BATALHA, Claudio (org.). **Dicionário do movimento operário** (Rio de Janeiro, do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009, pp. 143.

para diminuir o descaso e resolver alguns destes impasses através da oferta de serviços públicos, como as aulas noturnas que a entidade vem oferecendo.³⁰¹

É nesta conjuntura, como vimos no segundo capítulo, que a *Perseverança* dá uma guinada, passando a adotar novos e a ampliar velhos serviços para um público maior que o de seus associados, como a abertura de seus salões, museu e bibliotecas para a sociedade em geral. Ou seja, em substituição a um estado republicano ineficiente, além de lhe realizar as críticas, realiza ações, preenchendo de modo ambíguo algumas de suas funções.³⁰² Refletindo sobre esta posição, José Avelino advoga que a *Perseverança* não seria mais útil e digna apenas para sua “classe”, porém para toda a sociedade alagoana, pelos cometimentos que vem produzindo ao longo do tempo e que se revelam como parte de uma marcha mais longa rumo ao progresso social e à evolução moral de toda a sociedade.³⁰³

As críticas que a entidade de socorros-mútuos caixeiral realiza ao governo republicano, não obstante, possuem limites. É o que vemos quando, em 5 de novembro de 1897, ocorre o atentado ao Presidente Prudente de Moraes, que termina por matar o ministro da guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt. Este atentado, levado adiante por Marcelino Bispo de Mello, oriundo da zona da mata alagoana e emigrado à capital federal, termina sendo censurado pela *Perseverança* em nota pública. Numa decisão emblemática de sua postura, o Conselho Administrativo da *Perseverança* decide cancelar “as festas que estava [sic] promovendo para comemorar o 9º aniversário da Proclamação da República”; segundo a nota, não haveria motivos, “presentemente, para expansões ruidosas e sinceras de alegria”. O que haveria seria apenas uma “simples manifestação de etiqueta.”³⁰⁴ Alguns dias após, a entidade manda ofício ao presidente da República “saudando-o por ter saído ileso do atentado de que ia sendo vítima e ao mesmo tempo apresentando sinceras condolências pelo bárbaro assassinato do exmo. Marechal ministro da guerra, vítima gloriosa do cumprimento do dever”.³⁰⁵ Numa programação em que haveria discursos em homenagem à República, mas muito provavelmente também críticas ao desvirtuamento do regime por parte de grupos oligárquicos do sul do país, a *Perseverança* prefere solidarizar-se com um sentimento de repúdio à violência cometida. O florianismo cultivado na sociedade alagoana e comungado

³⁰¹ COSTA, Joaquim da Silva. Aos colegas. In: 30 de Março – Homenagem ao 19º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió, 30 de março de 1898, p. 1.

³⁰² Como já visto, é controvertida a forma como os positivistas avaliam a presença do Estado na educação.

³⁰³ SILVA, José Avelino. Salve! In: 30 de Março – Homenagem ao 19º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió, 30 de março de 1898, pp. 1/2.

³⁰⁴ S. PERSEVERANÇA E AUXÍLIO. Gutenberg, 14 de novembro de 1897.

³⁰⁵ S/título. Gutenberg, 19 de novembro de 1897, p. 2

pelos sócios da *Perseverança e Auxílio*, apesar de possuir um teor autocrático e defender a mão forte de um governo na execução de políticas públicas, não comungava com atos de terrorismo ou atentados.

A admiração que a *Perseverança* (ou, pelo menos, suas diretorias) demonstrou em relação a Floriano pode ser testemunhada de diversas formas. Este florianismo latente, por exemplo, manifesta-se por vezes de maneira muito espontânea, como no caso do então jovem Carlos de Gusmão que, aos 16 anos, envia um retrato de Floriano para a sociedade, sabedor de como ela prezava pelo militar já morto.³⁰⁶ Em formas mais organizadas, de aparição pública, também ocorriam demonstrações desta ligação, como nos desfiles em comemoração à Proclamação da República, quando tradicionalmente a *Perseverança* se responsabilizava pelo carro que carregaria homenagens a Floriano.³⁰⁷

³⁰⁶ GUSMÃO, Carlos. Discurso... ao ser recebido como sócio efetivo do Instituto, realizado em 1 de setembro de 1928. Op. cit. pp. 183/4; veja-se, também, ofício da *Perseverança* acusando recebimento e agradecendo, datado de 21 de dezembro de 1901 (cx 27, doc. 02175-27-01-01) [IHGA].

³⁰⁷ De acordo com a comissão que organiza o desfile do 15 de novembro de 1904, presidida pelo já citado comandante Sadock de Sá, define-se quais serão as charolas que participarão do préstito pelas ruas da capital alagoana. Compondo uma espécie de panteão republicano, desfilaram sete carros enfeitados pelas seguintes sociedades responsáveis: 1ª charola: Tiradentes, sob os cuidados da Escola de Aprendizes Marinheiros; 2ª Charola: José Bonifácio, pela *Sociedade Gladiantes*; 3ª charola: Benjamin Constant, pela *Sociedade Paladinos*; 4ª Charola: Deodoro, pelo Batalhão Policial; 5ª charola: Floriano, sob responsabilidade da *Perseverança*; 6ª charola: Silva Jardim, pelo *Monte-Pio dos Artistas Alagoanos*, e, por último, a 7ª charola: Saldanha Marinho, sob os auspícios das Lojas Maçônicas de Maceió. In: 15 de novembro. A Tribuna, ano IX, nº 2276, 8 de novembro de 1904, p. 1. Este desfile é emblemático do direcionamento político-ideológico ostentado por algumas das sociedades mutuais e congêneres do período. Tirando o caso da *Sociedade Gladiantes*, que aparentemente sempre possuiu um fervor em suas ações que não condiz diretamente com o perfil de seu homenageado, José Bonifácio, a *Perseverança e Auxílio* está em perfeita sintonia com o imaginário florianista, como vimos trabalhando aqui. Por sua vez, a representação de um Benjamin Constant positivista porém ordeiro, ansioso pelo progresso sem perder as estribelhas da condução, casa com a caracterização da *Sociedade Paladinos*. Nada mais natural, por fim – apesar dos embates acontecidos nos inícios da República (ou talvez por causa deles), como vimos – que a charola de Silva Jardim fosse conduzida pelos membros do *Monte-pio dos Artistas Alagoanos*.



Réplica em madeira do Monumento Guarda à bandeira, leitura positivista do florianismo, ainda existente na antiga sede Perseverança, atual sede do Sindicato dos Comerciários. FONTE: Acervo pessoal de Osvaldo Maciel. Foto do autor, 2006.

Um outro exemplo do republicanismo florianista, este agora de vertente positivista, pode ser buscado no salão principal de entrada da sede da *Perseverança* construída em 1917. Lá existia (e ainda existe) uma réplica de madeira do monumento *Guarda à bandeira*. Este monumento, realizado em homenagem a Floriano Peixoto, está erguido na Cinelândia, no Rio de Janeiro. Projetado por Eduardo Sá, e realizado entre 1908 e 1910, é uma leitura positivista de florianismo e causou controvérsia tendo em vista as sabidas reservas de Floriano aos ideais de Augusto Comte.³⁰⁸ Não obstante, percebe-se aqui uma apropriação e uma disputa simbólica internas ao discurso florianista. Nos termos de Mikhail Bakhtin, como já frisado, teríamos uma ideologia do cotidiano de nível superior apropriando-se de aspectos de uma ideologia oficial (o positivismo) para remodelar aspectos de outro discurso ideológico oficial nascente, o florianismo militarista. O já citado Valdemir Miotello fala em “grupos organizados” como produtores de discurso. Estes grupos realizariam

³⁰⁸ CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. Op. cit., pp. 42/8; VILELA, Humberto. *A estátua de Floriano em Maceió*, Op. cit., p. 26.

interações já mais definidas e estáveis, e com condições de estabelecer padrões mínimos de estabilidade nos sentidos postos em circulação. [...] desse nível é que a ideologia [do cotidiano...] propicia sua relação mais efetiva com esse nível oficial da ideologia, infiltrando-se progressivamente nas instituições ideológicas (imprensa, literatura, ciência, leis, religião), e as renovando, ao mesmo tempo em que é renovada por elas.³⁰⁹

Assim, com um leque de ações, apoio e participação em propostas coletivas de monumentalização da figura do Marechal de Ferro, articuladas com a projeção de imagens e aparições públicas associadas a eles, e por fim a confecção de um grande monumento que certamente custara suados réis aos cofres da entidade, vemos a *Perseverança* estabelecer um posicionamento político-ideológico republicano e florianista, numa vertente forte, porém cívica, para o novo regime. Como vimos argumentando, esta é uma ideologia que se vai elaborando a partir de uma longa tradição cultivada dentro da *Perseverança* que remete aos primeiros anos da entidade, na participação na campanha abolicionista. Ao mesmo tempo, esta ideologia articula-se com o imaginário e com outras formas discursivas emblemáticas. Nestes termos, parece que podemos pensar que na construção ideológica do florianismo caixeiral existem elementos que não estão claramente significados, na medida em que o processo de efetivação de sentidos não pode ser totalmente controlado por quem quer que seja, existindo sempre uma possibilidade de descolamento, de ressignificação, que foge ao controle.

Provavelmente a face mais trágica do florianismo caixeiral em Alagoas esteja no fato de que ele fornece um substrato ideológico para justificativa da participação no quebra dos terreiros de xangô em Maceió, como aqui interpretamos. Concorre junto a este substrato, contraditoriamente, uma forma de sociabilidade pautada no regramento dos costumes, na racionalização da vida e do tempo, no disciplinamento do lazer e da presença caixeiral no espaço urbano de Maceió.

Mas, afinal, como se deu a participação da *Perseverança* na criação da *Liga Caixeiral*, nos eventos relativos à perseguição dos terreiros de xangô e no apoio e participação política junto ao grupo oligárquico de Fernandes Lima e Clodoaldo da Fonseca?

³⁰⁹ MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin: conceitos-chaves**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2005 (pp. 167/76), p. 173.

Para efeitos do capítulo que vimos desenvolvendo, e da inflexão causada pela *Perseverança e Auxílio* a partir da criação da *Liga Caixeiral Pró-Clodoaldo-Fernandes*, é preciso entender alguns elementos da conjuntura de 1911/2 em nível político estadual. Clodoaldo Fonseca e Fernandes Lima, nomes a que se refere a denominação da Liga, são os chefes da oposição à oligarquia liderada por Euclides Malta. Este grupo maltista, de maneira análoga ao que ocorria em vários outros estados do Brasil, mantém-se no Poder Executivo do estado desde 1900. Apesar de sofrer oposição ferrenha em algumas conjunturas, como em 1905/6, a oligarquia maltista, sob o amparo de Pinheiro Machado, permanece no poder até 1912, quando, no contexto da Política das Salvações, um novo grupo oligárquico ascende ao poder, encabeçado por Clodoaldo da Fonseca, porém liderado efetivamente por José Fernandes de Barros Lima (1868-1938), figura que num primeiro momento ficará nos bastidores. Clodoaldo, assim, assume a chefia do Poder Executivo estadual entre 1912 e 1915. Fernandes Lima governa em dois mandatos, 1818/21; 1921/4. Esta transição entre os grupos oligárquicos ocorre no contexto de forte perseguição aos cultos e atividades religiosas afrodescendentes. Em que pesem vários elementos que se articulam entre a perseguição aos terreiros e a “metamorfose” dos grupos políticos adversários em 1912, deve-se encontrar a sua irredutibilidade entre tais fenômenos (tarefa que pode ser visualizada, em parte, na tese de Ulisses Rafael).³¹⁰

Junto a líderes antimaltistas tradicionais, o salvacionismo em Alagoas vai agregar à oposição, num frágil equilíbrio, figuras de relevo do mundo caixeiral, como os jornalistas Luiz da Silveira e Costa Rego. O primeiro, membro da tradicional família Silveira que, inclusive, possuíra durante algum tempo representante na diretoria da *Perseverança* (como visto no capítulo anterior); o segundo, já citado, filho de ex-caixeiro, que ascende a

³¹⁰ RAFAEL, Ulisses. **Xangô rezado baixo**: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912. Rio de Janeiro, UFRJ, 2004 (Tese de doutorado em Antropologia). Sobre o período, ver ainda, TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das oligarquias**. Op. cit. Autores clássicos já manifestaram, em suas análises, que a transição entre oligarquias no período das salvações não significou muito em termos de mudança de postura ou rupturas com a tradição oligárquica e coronelística, ideias que comungamos (“objetivamente, as ‘salvações’ procederam a um mero remanejamento das oligarquias regionais, à substituição de algumas facções oligárquicas por outras.” SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República brasileira** (1889-1930). Petrópolis, RJ: Vozes, 1975, p. 98; e: “a deposição das oligarquias teve como alvo e consequência colocar outros tantos grupos semelhantes nos Estados. Representavam antes um revezamento no poder de duas alas, com as mesmas características sócio-econômicas que não encontravam possibilidades de compartilhar a dominação política.” In: CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 9 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977, pp. 162/226, citação na p. 223.

governador. É interessante perceber que essas lideranças também participam inicialmente da campanha civilista de Ruy Barbosa.³¹¹

Para analisarmos a aproximação entre os caixeiros da *Perseverança*, partimos do pressuposto da identificação de parte significativa dos caixeiros com a política republicana de matriz florianista, não obstante o caráter ordeiro e pacato comumente emprestado aos empregados do comércio.³¹² Em Maceió, este viés – muito embora de modo ambíguo – tornar-se-á hegemônico no conjunto do quadro de sócios da *Perseverança e Auxílio* e se efetivará na *Liga Caixeiral Pró- Clodoaldo-Fernandes*.

Um dos vetores que nos ajudam a entender a criação da *Liga Caixeiral* é a oposição realizada de fora do estado, no Rio de Janeiro, pelo *Centro Alagoano da Capital*. Em uma circular enviada a vários cidadãos, sociedades literárias, científicas, beneméritas, o Centro conclamava a todos para combater a oligarquia maltina, que manchava a imagem do estado perante a nação e vinha promovendo a perseguição à oposição, o endividamento crônico do estado e a miséria em geral da população. Em resposta ao chamamento do *Centro Alagoano da Capital Federal* para combater a oligarquia maltina, a recém-criada *Liga Caixeiral pró- Clodoaldo-Fernandes* envia-lhe uma mensagem aberta através do *Jornal de Alagoas*, órgão oposicionista que vinha realizando forte campanha contra os Maltas. Na mensagem, a *Liga Caixeiral* elogia o empenho antioligárquico do Centro, seu patriotismo “cristalino” e sua ausência de interesses pessoais. Em seguida, ressalta seu “intuito patriótico” na “libertação cívica de Alagoas”, na necessidade de emancipar a pátria alagoana do “cativeiro de uma oligarquia aviltante”, começando “um regime de normalidade, impulsionado por um governo que respeite as leis e cuide dos elementos fecundos de vitalidade de nosso Estado.” A perspectiva da mensagem caminha no sentido de analisar os sucessivos governos sob a liderança maltina como sendo um período de exceção, e que era preciso a “reimplantação” da Justiça, da Ordem e da Liberdade. Em seguida, como uma espécie de justificativa para a criação da *Liga Caixeiral*, informa, primeiramente, que os empregados do comércio de Maceió “sempre se abstiveram de co-participar das lutas dos partidos existentes”, fazendo constar esta postura e decisão nos Estatutos da *Perseverança*, proibindo “positivamente qualquer manifestação político-partidária.” Tal posição devia-se, em boa medida, à “decadência do que chamavam política”, o que gerava uma “repugnância” dos caixeiros em

³¹¹ TENÓRIO, Douglas Apratto. Op. cit. pp. 108/13.

³¹² Como já indicado, Fabiane Popinigris identifica esta faceta republicana para o Rio de Janeiro. POPINIGRIS, Fabiane. **Proletários de casaca**. Op. cit., pp. 27 e 146.

aproximarem-se dela. Apesar disso, a classe caixeiral alimentava a esperança de que surgisse “um raio de luz favorável à vida cívica” no Estado: “Somos humildes de condição e de inteligência, porém o nosso espírito sempre propende para o que educa, ilumina e edifica.”. Nesses termos, com a formação de um novo bloco de oposição liderado por Fernandes Lima e Clodoaldo da Fonseca, “resolvemos agir com o povo, e constituímos, confraternizados em nosso espírito e coração, a nossa Liga patriótica”. Desde então, os caixeiros que se engajaram na *Liga* dedicam-se “a tudo o que se refere às candidaturas ‘Clodoaldo-Fernandes’ ”.³¹³

Percebe-se, aqui, uma defesa da soberania e do fortalecimento de um estado democrático, pelo menos no nível retórico. Na prática, muitas vezes, tal postura revestiu-se de uma assente tonalidade autocrática, florianista, positivista. Abandonando o frágil equilíbrio de posicionamentos individuais que a diretoria da *Perseverança* vinha praticando com relação aos grupos políticos desde sua fundação, aflora aqui, com nitidez, uma das facetas do movimento que vem surgindo na entidade desde inícios do século XX.

Na forma como estamos abordando, é preciso entender que a *Liga dos Republicanos Combatentes em Homenagem a Miguel Omena*, a *Liga-Caixaerial Pró Clodoaldo-Fernandes* e a *Sociedade Gladiantes* constituem parte de uma tradição política subterrânea aos embates oligárquicos – por um lado – e ao movimento operário no sentido clássico – por outro. Para o que nos interessa aqui, parece-nos que a *Liga Caixaerial* estará estreitamente associada à *Liga dos Republicanos Combatentes em Homenagem a Miguel Omena* (1911-193...?),³¹⁴ inclusive a denominação de Liga espelha tanto essa relação como a proximidade com a tradição operária de organização de *Ligas* àquele período. Assim, a despeito da violência do Quebra, há uma parcela significativa das classes subalternas que apoiou a ação, que estavam na base da Liga dos Republicanos Combatentes.³¹⁵

³¹³ Mensagem da Liga Caixaerial Pró-Clodoaldo-Fernandes ao Centro Alagoano. *Jornal de Alagoas*, ano V, nº 36, 18 de fevereiro de 1912, p. 1.

³¹⁴ Doravante Liga dos Republicanos Combatentes. Como ver-se-á adiante, Miguel Omena é uma figura bastante controvertida na história alagoana no período, em função de suas posições políticas anti-maltistas, e de sua aproximação junto à parcela das classes subalternas. Junto deste espectro soma-se a relação que estabelece com os caixeiros.

³¹⁵ Aqui, temos de perceber não só a diversidade que se esconde sob o conceito de popular, como também a forma como estes conflitos intragrupos subalternos dificultam uma percepção mais clara de sua subalternidade em relação aos grupos e classes dominantes. Vejam-se as pertinentes reflexões realizadas por Chalhoub acerca da relação entre paternalismo, controle social, fraturas identitárias entre frações de grupos populares e consciência de subordinação em relação às classes dominantes. In: CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. 2 ed. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2001, pp.148/152.

A *Liga Caixeiral* estará envolvida em dois episódios centrais da crise política de 1912. Num deles, um dos estopins da revolta, o assassinato do tribuno de oposição, Braulio Cavalcante, em 10 de março de 1912, ocorre justamente num comício promovido pela *Liga Caixeiral* em meio a um cenário de mobilização anti-maltista generalizada por toda a capital alagoana.³¹⁶ O outro refere-se a sua participação na perseguição aos terreiros de xangô em Maceió em inícios de 1912. Este episódio, mais conhecido como o *Quebra dos terreiros*, é normalmente analisado como parte da orquestração de derrota política da oligarquia maltista e teve como principal articulador a *Liga dos Republicanos Combatentes*.

Esta *Liga* deve ser analisada não simplesmente como uma sociedade carbonária e como exceção esporádica ocorrida no período, como vem sendo feito por diversos analistas.³¹⁷ Uma maneira mais rica de capturar sua complexidade está em concebê-la como uma entidade próxima aos padrões organizativos de diversas sociedades e associações que surgiam à época, estando representada por membros relativamente bem posicionados da sociedade alagoana e maceioense de então.³¹⁸ Como já salientado, há uma forte relação entre seu homenageado, o polêmico Miguel Omena, os caixeiros e a própria *Perseverança*, o que sugere um pouco de sua inserção e representatividade. Deste modo, em que pese entendê-la como partidária dos Democratas e opositora do *Partido Republicano Conservador*, como já salientado,³¹⁹ creio não ser de todo descabido entendê-la, também, como grupo de pressão popular e canal de comunicação entre parte dos interesses de clientelas marginalizadas e assalariadas, e a oligarquia *democrata* (ou seja, de Fernandes Lima e Clodoaldo da Fonseca), levando em conta este caráter de alguma penetração que ela possuía em diversos setores da sociedade alagoana, particularmente de classes subalternas.

A partir da proximidade entre a *Liga dos Republicanos Combatentes* e a *Liga Caixeiral*, estamos próximos de entender aspectos da participação dos caixeiros na perseguição aos cultos afrodescendentes. Ulisses Rafael chega a afirmar que o Quebra dos terreiros foi iniciado por um “grupo de rapazes, na sua grande maioria empregados do comércio”.³²⁰ Em tom grandiloquente, Douglas Apratto Tenório narra a participação popular tanto no quebra de terreiros como na derrubada da velha oligarquia como sendo uma

³¹⁶ Conferir o despacho de Fausto Almeida enviado à Liga Caixeiral. In: Dr. Braulio Cavalcante. *Jornal de Alagoas*, ano V, nº 54, 16 de março de 1912, p. 1.

³¹⁷ LIMA JR., Félix. *Maceió de outrora*, vol. 2. Op. cit.

³¹⁸ Esta característica já foi observada por RAFAEL, Ulisses. Op. cit., p. 233.

³¹⁹ LIMA JR., Félix. Op. cit., p154

³²⁰ RAFAEL. Op. cit., p. 24.

“cruzada antimaltina”, um “auto-de-fé” que ocorrera “nos moldes da inquisição medieval”, adotando-se “táticas de guerrilha urbana” em tumultos e campanhas que *galvanizaram* a população em uma adesão crescente. Este “estalido social”, a “ira da turba”, elevou-se a um “verdadeiro estado de sublevação popular”.³²¹ Certamente encontramos aqui algum exagero, porém vale notar que o mesmo autor anota a presença de “comerciários” e “caixeiros” nestas mobilizações, que contou ainda com a presença de trabalhadores de bairros populares, canoeiros, pescadores, operários, ferroviários, estivadores, bancários e estudantes.³²²

Apesar de ser um ponto que, pelo estado da pesquisa, apresenta resultados parciais, algumas conclusões provisórias podem ser indicadas aqui. O Quebra é um motim urbano contra os terreiros de cultos afro-brasileiros em Maceió, articulado pela *Liga dos Republicanos Combatentes*. Trabalhadores do comércio participaram desta perseguição aos terreiros de xangô em Maceió, sob o comando da *Liga Caixeiral*. Esta participação caixeiral é explicada ora pensando-a como parte de um projeto mais amplo de mudança oligárquica, ora como puro preconceito estereotipado aos cultos afrodescendentes advindo dos reflexos ideológicos e da tradição cultural cultivada pela classe caixeiral. No primeiro caso da motivação, que está mais bem documentado, pode-se colocar como hipótese que a participação dos caixeiros deve-se à possibilidade de ampliação de direitos e garantias para melhorar as suas condições de trabalho, inclusive pela esperança remota de que uma eventual mudança de governo também significasse mudança na condução da política econômica estadual. Parece-nos – como vimos discutindo aqui – que a tendência florianista cultivada pelos caixeiros via no aparelho estatal uma ferramenta para ampliação e consolidação da cidadania. Do mesmo modo, esta participação articula-se com a campanha pelo fechamento de portas de 1911/3, ou pelo menos dá ensejo a ela, como veremos no último capítulo de nosso trabalho.

No que diz respeito diretamente à repressão aos terreiros de xangô, até mesmo pelo menor número de indícios e evidências, as conclusões são um tanto vagas. Apenas podemos adiantar que há participação de caixeiros na perseguição, mas não podemos dimensionar o tamanho de tal participação. A visão ilustrada, moderna e racionalizada cultivada pelos caixeiros pode ter induzido integrantes destas categorias a encarar com preconceito as formas de manifestação cultural e religiosa de matriz africana, e esta visão certamente levou também a uma disciplinarização da conduta geral destes indivíduos diante da sociabilidade

³²¹ TENÓRIO, Douglas Apratto. Op. cit., pp. 114/27.

³²² IDEM, pp. 119; 125.

capitalista, potencializando o conflito com a barulhenta manifestação religiosa de matriz africana, como é relatado por memorialistas, particularmente nas noites de sábado.³²³

Como os porta-vozes e as principais lideranças da *Perseverança* justificavam a aproximação em relação ao grupo oligárquico oposicionista que sai vitorioso nos embates de finais de 1911 e 1912? Como a entidade refletia acerca dos eventos ocorridos naqueles tempestuosos dias? Foram poucos os dados obtidos a partir da consulta à documentação utilizada nesta pesquisa. Encontramos um silêncio significativo da ruptura que foi 1912, pelo menos do ponto de vista político-administrativo.³²⁴ Vejamos, todavia, as manifestações.

³²³ LIMA JR., Félix. Op. cit.

³²⁴ O jornal *Gutenberg* deixa de funcionar, empastelado, neste período. A partir de então, a principal fonte jornalística periódica passa a ser o *Jornal de Alagoas*, vinculado ao grupo de Fernandes Lima e Clodoaldo da Fonseca, deixando um olhar extremamente tendencioso sobre aqueles acontecimentos. Quanto à documentação manuscrita e administrativa, consultamos, no acervo do Arquivo Público de Alagoas, o seguinte material. Autoridades Policiais (1912/1913) [M19, E01]; Autoridades Judiciárias (1911/1913) [M14, E01]; Batalhão de polícia – Ofícios expedidos (1909/1913) [M43-E03], com documentação relativa ao ano apenas a partir de agosto de 1912; Batalhão polícia – Ofícios recebidos (1912) [M20, E03], com documentação existente apenas a partir de julho de 1912; Chefe de polícia – correspondência recebida (1908/1918) [M21, E02]; Comissário e subcomissário – polícia (1912) [M33, E 02], com documentos produzidos apenas a partir de maio de 1912; e Autos policiais e administrativos (1912/1913) [M06, E 02], cuja documentação só passou a ser produzida em outubro daquele ano. Nada encontramos de significativo nesse material em relação ao tópico que nos interessava, ou seja, a presença de caixeiros nos eventos do quebra dos terreiros de fevereiro de 1912. Revela-se, claramente, que com a ruptura entre as administrações, houve uma lacuna na execução de serviços públicos, na produção de documentação administrativa e em seu posterior recolhimento aos arquivos. De qualquer modo, no entanto, cabe considerar que, com novas pesquisas na área e o provável aprofundamento do conhecimento sobre o evento, um retorno a esse material, com novas indagações, na busca de informações mais precisas ou detalhes que por ora nos escaparam, possam revelar aspectos e nuances que passaram despercebidos pelas nossas buscas. Entre as questões que ainda precisam ser mapeadas estão a necessidade de se dimensionar a perseguição e a violência aos terreiros: quantos foram atingidos? Como se deu efetivamente esta repressão? Qual a matriz da tradição religiosa atingida? Qual a matriz étnica que dava embasamento à comunidade alagoana? Havia de fato um envolvimento de Euclides Malta com os terreiros ou este foi um discurso montado pela oposição, e que fazia parte de um leque mais amplo de argumentos elencados para colocar a opinião pública contra o desgastado governo? Em termos quantitativos, qual a presença efetiva dos caixeiros e da *Perseverança* nesses eventos? Ocuparam cargos de liderança no evento, ou subordinados? Apesar da contribuição realizada por Ulisses Rafael, como já salientado, ainda há muito por ser pesquisado. Daí a pertinência de nossas indagações. Inclusive pelo fato de que os despojos desta “operação” foram depositados no já abordado Museu da Perseverança e Auxílio. Em meados do século XX, este acervo foi recolhido ao Museu do IHGA e, hoje, constitui a Coleção Perseverança. DUARTE, Abelardo. **Catálogo ilustrado da Coleção Perseverança**. Maceió: DAC/SENEC, 1974. Nossa questão, acerca de como se articula a relação entre construção dos espaços de cidadania e uso da violência para sua consecução, filia-se à problemática inaugural de Walter Benjamin, para quem “Nunca há um documento da cultura que não seja, ao mesmo tempo, um documento da barbárie. E, assim como ele não está livre da barbárie, também não o está o processo de sua transmissão”. Cf. LÖWY, Michael. **Walter Benjamin**: aviso de incêndio. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant – São Paulo: Boitempo, 2005. Nesta edição, as “teses” recebem uma nova tradução para o português, realizada por Jeanne Marie Gagnebin. Para a citação de trecho da *tese VII*, ver p. 70.

Entre 11 e 16 de junho de 1912, portanto alguns meses depois do ataque aos terreiros de xangô e da derrubada do Euclides Malta, e alguns dias após a eleição de Clodoaldo da Fonseca para governador do estado, ocorre uma série de atividades festivas para marcar o início de uma nova fase na vida de Alagoas. As manifestações servem não apenas para entronizar o novo governante e seu grupo, como também para demarcar uma memória sobre o passado recente da sociedade alagoana. A *Perseverança* e a *Liga Caixeiral*, como era de se esperar, participam ativamente destas solenidades, préstitos e comícios públicos. Destacamos aqui dois momentos que nos ajudam a entender a forma como os caixeiros representam/refletem este período e seu envolvimento no processo.

Num desfile cívico pelas principais ruas da capital, em que várias comitivas participam com blocos, estandartes e charolas, a *Liga Caixeiral* apresenta um carro alegórico ricamente enfeitado, que simboliza os principais acontecimentos que marcaram a transição oligárquica. Pelo sabor da vívida descrição que é feita do carro em notícia de jornal, transcrevemos todo o conteúdo da matéria através de recorte de jornal:

CARRO ALEGÓRIO DA CLASSE CAIXEIRAL

O carro representava a entrada de Maceió, vista do mar. O morro do Farol tendo ao sopé uma parte plana demonstrando a parte baixa da cidade.

No cimo do morro estava a interessante criança Alayde Lobo trajando túnica branca, faixa azul claro, bonete [sic] frígio e uma lança, representando a Liberdade.

Inclinada assentava um joelho numa grande hidra e ao mesmo tempo cravava a lança na mesma hidra que, com suas sete cabeças, procurava, com uma atacar a sua agressora, com três ao espaço, e com as restantes, abocanhava o retrato de Bráulio Cavalcante, uma de suas vítimas.

As duas patas também abraçavam o todo do quadro e este, um pouco inclinado, demonstrava a queda de Bráulio. A Hidra trazia sobre o lombo a palavra *oligarquia*.

Mas abaixo, descendo o morro e em posições paralelas, se achavam as mimosas crianças: Maria Candida de Almeida, trajando túnica branca, faixa encarnada e barrete destas duas cores e empunhando uma bandeira branca e encarnada, cores do Estado, representando Alagoas; e Maria Amália de Souza, vestindo túnica branca, faixa encarnada, barrete fringio [sic] e empunhando o pavilhão brasileiro, representava a República. Sobre o sopé do morro e pela frente do local da República se achava o retrato do Cel. Clodoaldo e paralelamente do lado de Alagoas o retrato do Dr. F. Lima.

Em várias direções e partindo das locas das pedras do morro, surgiam várias trepadeiras enfloradas que cobriam, ora, trechos do morro ora os retratos de Bráulio, Dr. F. de Lima e do Cel. Clodoaldo. Entre os dois retratos últimos se

achava o interessante Joãosinho trajando roupa de meia, chapéu com duas asas, caduceu na mão direita e faixa encarnada na cintura, representando Mercúrio. Ao redor deste último, que demonstrava estar na parte plana da cidade, via-se a grama verdeja espriar-se em várias direções.

Na frente do carro, em cima da base, iam nas duas quinas, dois escudos com as armas da República e de Alagoas.

Atrás, nas mesmas condições que os referidos acima, dois outros, um, com as Armas dos Empregados no Comércio de Alagoas, e o outro viam-se [sic] com a seguinte dedicatória:

Dos Empregados no Comércio de Alagoas aos Eleitos do Povo.

Da base para baixo notava-se quatro barras elegantes tendo na da frente um elegante escudo contendo a seguinte inscrição:

Liga Caixeiral.

Na de detrás via-se um triângulo tendo em forma triangular as palavras:

Trabalho

Justiça

E Liberdade

E no centro das três palavras o emblema do trabalho.

Na parte lateral direita, dentro dum escudo, lia-se:

Salve a memória de Braulio Cavalcante.

Na lateral esquerda tinha escrito as palavras:

Salve a memória de Libanio e Messias.

O carro foi feito sob a direção do Cel. Pedro Cavalcante, irmão do inditoso Braulio. Trabalharam no serviço de armação, pintura e decoração o Cel. Pedro, Arthur Silva, mecânico e electricista, Manoel Esteves, Osee [sic] Gomes e José Venancio de Messias. Estes últimos, empregados no Comercio e pintores. O carro estava expressivo e podemos dizer: foi uma das notas das festas.³²⁵

Por si sós, as imagens presentes neste *enredo político* explicam a versão caixeiral para os episódios do período. De qualquer modo, cabem alguns comentários tópicos em torno de símbolos que precisam ser contextualizados para um melhor entendimento da leitura que então era feita desta “transição” oligárquica.

O barrete frígio utilizado pelas crianças, bem como a lança da “Liberdade” de uma delas eram símbolos que estavam ligados tanto à própria ideia de Liberdade (e, conseqüentemente, de um certo liberalismo) como à da República. A lança normalmente está relacionada a batalhas, tomadas violentas do poder. Cabe atentar que esses símbolos

³²⁵ Carro alegórico da classe caixeira. Recorte de jornal s/id, junho de 1912 [?] Fundo Braulio Cavalcante [Apa].

estavam associados e em direta oposição à hidra oligárquica, símbolo da opressão e da violência maltina. Há uma tensão latente no uso que se faz desses dois símbolos. De um lado, o uso do barrete frígio na França, desde meados do século XIX, passa a ser símbolo de uma República radical, socialista até.³²⁶ Se bem que, no Brasil, este símbolo fosse usado sem tal conotação, a relativa falta de conhecimento sobre o emblema (note-se que, nas duas menções ao barrete, ele é grafado com erros) não deixa claro se seu uso quer denotar um radicalismo republicano (pouco provável) ou simplesmente que a liberdade republicana finalmente chegara a Alagoas. Já a lança, claramente simboliza a violência dos confrontos recentes,³²⁷ porém o simples fato de que esteja empunhada por uma criança reitera tanto o fato de que a república alagoana é recém-nascida, como o caráter alegórico desta violência.

É sintomático que Clodoaldo da Fonseca, que assumia como governador, esteja postado ao lado da República (pois ele representava efetivamente o dedo do governo federal na política das salvaçãoes empreendidas em vários estados da federação à época),³²⁸ e que Fernandes Lima esteja disposto ao lado do símbolo de Alagoas. Este, efetivamente, era o grande articulador e líder do novo grupo que chegava ao poder, eminência parda e efetivo negociador de bastidores da inauguração desta nova fase política de Alagoas.

Por fim, cabe destacar o indefectível lema triangular e civilizatório: Trabalho/Justiça/Liberdade, ao lado dos símbolos e emblemas da classe caixeiral (as “Armas dos Empregados no Comércio”, o caduceu e Mercúrio). O caduceu é o símbolo moderno da contabilidade, e Mercúrio (ou Hermes) seria o portador mitológico deste bastão entrelaçado de duas serpentes.³²⁹ Como será apresentado no capítulo seguinte, *O Caduceu* será também o nome do órgão da *Perseverança* nos anos 1916/8. Cabe aqui notar o desejo muito comum de ascensão social, já trabalhado enquanto ideologia. No caso específico, a expectativa de ascensão dos empregados do comércio simbolizava a conquista da posição profissional de contabilista.

No mesmo dia do desfile, em um outro evento que compunha as comemorações da vitória da chapa democrática, José Avelino pronunciou um discurso em homenagem ao dr.

³²⁶ CARVALHO, José Murilo de. A República-Mulher: entre Maria e Marianne. In: **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1990 (pp. 75/96).

³²⁷ IBIDEM.

³²⁸ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**, livro 1 – O tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, (pp. 89/120); TENÓRIO, Douglas Apratto. Op. cit.

³²⁹ Cf. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Caduceu>, acessado em 12 de setembro de 2009.

Manoel Clementino do Monte. Clementino era um alagoano emigrado para a capital da República, que concorreu ao senado em 1912, na chapa do Partido Democrático, mesmo sem vivenciar de perto os problemas do estado, fato bastante comum à época. As eleições definem a vitória de Clodoaldo da Fonseca, mas decretam a derrota de Clementino (algo inesperado, diga-se de passagem, e que reflete a forte presença que a antiga oligarquia defenestrada do poder ainda possuía). O discurso pronunciado por Avelino, na condição de orador da *Liga Caixeiral*, foi então uma forma de protesto público pela derrota nas urnas de um candidato daquela envergadura, além de um afago no ego do derrotado. Para o que nos interessa aqui, no entanto, serve principalmente para percebermos aspectos da crítica que a *Liga* realiza ao antigo governo dos Malta, na forma como ela se representa aos olhos dos seus e do público mais amplo, como que justificando seus últimos posicionamentos.³³⁰

Para o orador da *Liga*, o grupo de Euclides Malta fora derrotado pelas forças democráticas e populares em decorrência da “tenebrosidade” de sua oligarquia e por praticarem uma “politicagem vilíssima [que] ocultou no céu do nosso civismo as lucilações da dignidade, do trabalho, da instrução, da arte e do progresso”, tornando-se um obstáculo ao pleno desenvolvimento da sociedade alagoana. Já sobre a *Liga*, ele afirma que é uma entidade que seguia as “tradições cívicas dos seus maiores, que fundaram a ‘Sociedade Perseverança e Auxílio’ e coparticiparam das lutas, das glórias e conquistas contra a escravidão em nosso País”. Além do mais, a *Liga* “teve a glória de dar sua modesta e sincera contribuição para libertação da nossa Alagoas das pavorosas garras de um oligarquista atrofiador.”³³¹

É interessante reforçar aqui a filiação direta que ele confirma entre a *Perseverança e Auxílio* e a *Liga Caixeiral*, o que deixa clara a estratégia da *Perseverança* em articular um organismo de participação na política em sentido estrito. Ainda nesta linha, ele articula tal relação baseado em uma tradição progressista, liberal, civilista, que é imputada ao mutualismo caixeiral. Como articular esta tradição evolucionista e linear com os assaltos e a perseguição aos cultos de matriz africana existentes em Maceió? Até que ponto esta ambiguidade pode ser explicada?

³³⁰ SILVA, José Avelino. Discurso pronunciado pelo orador oficial da Liga Caixeiral, na manifestação por ela feita ao nosso eminente amigo dr. Manoel Clementino do Monte (Maceió, 16 de junho de 1912). Recorte de jornal S/id, porém com discurso datado de 16 de junho de 1912, Fundo Braulio Cavalcante [Apa]. Com a derrota do candidato a senador, percebe-se que, apesar de vitoriosa, a situação não estava totalmente dominada pela nova oligarquia e que a oligarquia maltista ainda estava viva e reagindo.

³³¹ IBIDEM.

A resposta a essa questão não pode ser dada de maneira unívoca, devendo-se levar em conta diversos aspectos que tocam toda a conjuntura de 1911/3. No plano ideológico que estamos analisando, o orador da *Liga Caixeiral*, José Avelino, parece tentar articular uma coerência entre os princípios mais amplos em que acredita (avanço progressivo das liberdades democráticas e civilistas, boa margem de autonomia para as associações e entidades organizativas da sociedade em relação ao poder estatal, dentre outros pontos) e uma conjuntura em que se impõem limites para a consecução desses princípios. As ambiguidades que ressaltam de seu discurso na verdade espelham os conflitos internos vividos pela própria *Perseverança* (junto à *Liga Caixeiral*).³³² Elas refletem inicialmente uma leitura consolidada que o orador possuía da postura tradicional da *Perseverança*, de ampliação dos espaços de cidadania ativa, de engajamento em lutas progressistas, porém que não implicassem rupturas bruscas. Não obstante todo esse histórico, de um momento para outro, motivado pelas articulações que são feitas (e que demandam novos posicionamentos e níveis maiores de comprometimento), vê-se a diretoria e uma parcela dos sócios da entidade envolvidos numa perseguição aparentemente irracional a estratos marginalizados, que gerou cenas de violência inaudita até então em Maceió. É preciso, então, destacar o caráter violento, atrofiador e dominador da velha oligarquia, que oprimia o povo alagoano. O concurso da *Liga Caixeiral* (e, portanto, da *Perseverança*) nesta derrocada maltista é entendida como parte de uma luta pela liberdade que retomaria a longa tradição da mutual dos caixeiros.

Por ocasião da assinatura da lei que regulamentava a jornada de trabalho no comércio, na sessão ordinária de 15 de abril de 1913, a diretoria da *Perseverança e Auxílio* aprovou um voto de gratidão ao governador Clodoaldo da Fonseca. Na noite de 21 seguinte, uma comissão da entidade, composta pelo negociante Silva Costa e pelos caixeiros Arthur Carvalho, Francisco Avelino Cabral, Bento Valença, José Avelino Silva e Anthenor Reis, visitou o governador no palácio do governo. Lá, tomando a frente, o presidente do Conselho Supremo da *Perseverança*, Silva Costa, realiza um discurso enaltecendo o governador e reforçando suas características patrióticas e cívicas. Em resposta, o governador afirma que

³³² Cabe aqui uma observação de Terry Eagleton, para quem “Na esfera da ideologia, o particular concreto e a verdade universal deslizam sem parar para dentro e para fora um do outro, evitando a mediação da análise racional.” EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Op. cit., p. 31.

“era um **soldado da República, destituído de ambições**”, principalmente na situação em que ocupava o posto de governador, indicado pelos bons alagoanos.³³³

Francisco Avelino Cabral será um dos principais articuladores junto aos poderes executivos municipal e estadual para a consecução deste pleito, tanto que isso o habilitará a ser eleito para deputado estadual nas eleições de 1913. Em tom similar ao utilizado pela *Perseverança*, Francisco Avelino, falando na condição de “delegado especial” da *Liga Caixeiral*, envia ao governador Clodoaldo da Fonseca um telegrama de agradecimento pela promulgação da referida Lei nº 4, de 4 de abril de 1913. No telegrama, afirma que Clodoaldo é uma “encarnação das virtudes cívicas antepassadas”. Complementa que a *Liga Caixeiral* era uma agremiação “sem cor política, que fundou-se para a campanha de regeneração da pátria alagoana”, terminando o telegrama com uma exortação: “**À miséria política que vem profanando ideal republicano [sic] e que ameaça abater brio, honra, pátria marechais**, respondamos, se preciso, pelos **ensinamentos de Floriano... à bala!**”. O deputado, caixeiro de origem, termina com a seguinte exortação: “Sejamos uns loucos, dessa loucura da dignidade que não deixa confundir-nos com os miseráveis!”³³⁴

Essa fala de um dos principais porta-vozes da classe caixeiral reforça a interpretação que vimos dando à postura da *Perseverança*: ao referir-se à mão forte do já mítico Floriano Peixoto, remete à leitura corrente de que a República se consolidou pelo brio do marechal alagoano e que, após sua saída do poder, terminou por se degenerar. Continuando, Francisco Avelino Cabral não identifica na *Liga* uma entidade *partidária*, da simples política eleitoreira, porém uma agremiação que pretende, como no exemplo imputado à Floriano, *regenerar a pátria alagoana*, se preciso a partir de seu exemplo, com o concurso da força (*à bala*), deixando a razão de lado e utilizando-se da *loucura da dignidade*. Toda essa ação deve ser levada em conta sem que se confunda tal atuação política em sentido forte com a dos defensores do oligarquismo (os *miseráveis*), termo que obviamente remete à parte da canalha e dos grupos populares que se posiciona do lado maltista.

A política de alianças ao grupo opositor, levada adiante pela caixeiragem, deve ser entendida como a busca de uma alternativa a um governo desgastado que vinha sendo criticado por amplos setores, inclusive pela própria *Perseverança*. Com a chegada do grupo político que gira em torno do *Partido Democrático* ao poder, há um momento inicial de

³³³ A Sociedade Perseverança e Auxílio e o Governo do Estado. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 87, 23 de abril de 1913, p. 1, grifos nossos.

³³⁴ Telegramas patrióticos. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 85, 19 de abril de 1913, p. 1. Grifo nosso.

confraternização, de conquistas importantes para a caixeiragem. Com o tempo e com a reiteração de diversas práticas que serviram de mote para criticar o longo período de hegemonia maltina, José Avelino e outras lideranças passam a se afastar do governo de Clodoaldo e a criticá-lo, sem porém romper totalmente com ele. A ruptura não se dá, inclusive, pelas articulações que, dos bastidores, são realizadas por Fernandes Lima, a principal liderança deste novo bloco de poder. Tanto que, quando este chega ao Poder Executivo, com a eleição de 1918, há uma reaproximação da *Perseverança*, levando o próprio José Avelino a assumir cargos no Legislativo estadual, como já visto.

A partir da argumentação que realizamos neste capítulo, a base ideológica que sustentava sua atuação contribuiu para fazer com que a *Perseverança e Auxílio* participasse, através da *Liga Caixeiral Pró Clodoaldo-Fernandes*, dos eventos traumáticos de 1912, que se inseriu no conjunto maior das relações e negociações que vinham sendo entabuladas entre as lideranças da mutual e o grupo oligárquico oposicionista. Esta aliança, o evento traumático e a posterior chegada ao poder deste novo grupo, com o apoio e a participação ativa da caixeiragem, foi o cume de um processo que surgiu nos últimos anos do século XIX. Neste processo, a *Perseverança* vai ampliando seus objetivos, suas linhas de ação e seus serviços para a classe média e setores urbanos letrados, com uma ligação cada vez mais próxima com representantes das elites comercial e política.

Parece-nos que, no contexto da transição entre oligarquias, as lideranças da *Perseverança* recorrem a um florianismo que percebia o Estado como principal instrumento de consolidação dos espaços de cidadania. Do mesmo modo, este complexo ideológico facetado ajuda a entender o tratamento que foi dispensado a uma parcela dos marginalizados, no caso, os cultos afrodescendentes. A partir da experiência quando do governo de Clodoaldo da Fonseca, numa postura clássica de colaboração de classes, a *Perseverança* consegue promulgar uma nova lei que regula a jornada de trabalho no comércio, conquista uma sede suntuosa, cria um curso comercial com foros de curso superior, porém vai perdendo a relação orgânica que possuía junto ao amplo número de sócios efetivos e empregados do comércio.

CAPÍTULO 4 – ILUSTRAÇÃO, INSTRUÇÃO E CULTURA LETRADA NO MUTUALISMO CAIXEIRAL

Numa anedota curiosa que envolve o discurso de um popular sob a bênção da sociedade de auxílio-mútuo que estamos pesquisando, o memorialista Felix Lima Júnior relata a aventura letrada de um africano, possivelmente ex-escravo, contínuo da *Perseverança*. Numa manifestação pública que desfilava por várias ruas da capital contra os excessivos gastos com a obra do porto em inícios do século XX, aos manifestantes ocorreu de pararem diante da sede da *Perseverança*, como era de tradição em préstitos cívicos e passeatas. Após vivas e aclamações à sociedade caixeiral por parte dos manifestantes, ninguém assoma à porta da entidade, pois não havia nenhum de seus diretores no local. Jacinto Correia de Almeida, o referido contínuo, homem de poucas letras, era o único que ali estava, cumprindo suas tarefas ordinárias de asseio e manutenção da sede. Não se contendo em si e precisando honrar a tradição oratória da mutual caixeiral, aproximou-se da janela, tomou coragem e “fez um discurso, não sei como nem de que modo, mas, vibrante, sincero”, num confuso “português de negra [sic] da costa”.³³⁵ Este será um registro único, e muito dificilmente ocasiões como essas ocorriam tanto na *Perseverança* como em qualquer outra sociedade mutualista, visto que a oratória, bem como o cultivo do beletrismo na imprensa, será um dos principais emblemas de nobilitação empunhados pelas sociedades populares para diferenciarem-se do conjunto mais amplo das classes subalternas, dos excluídos e marginalizados, e inserirem-se nas camadas médias da sociedade. Visamos, neste capítulo, discutir a experiência do mutualismo caixeiral no que se refere à educação de seus associados. Para tanto, começemos discutindo o modo como os caixeiros entendiam o acesso as primeiras letras e a formação profissional.

4.1 - Caixeiros, trabalhadores e o acesso a educação formal

³³⁵ LIMA JR., Félix. *Maceió de outrora* (vol. 2), Op. cit., p. 176.

Um dos principais objetivos perseguidos pelos caixeiros organizados era o acesso à educação formal, principalmente às primeiras letras, as noções básicas da aritmética, para em seguida buscarem uma formação “técnica” na área comercial. Concomitantemente, nesta etapa, almejava-se a cultura letrada na forma como era cultivada na imprensa, na literatura, no púlpito, adquirindo-se por fim acesso às luzes e à ilustração do tempo.

Nessa gradação ascensional educativa, percebe-se uma relação direta entre, de um lado, instrução/educação formal e moralidade, e de outro, instrução e progresso/civilização. Por assim dizer, como correlata da conhecida gradação: trabalho – ociosidade – vício – marginalidade,³³⁶ poderíamos encontrar a seguinte gradação paralela: intelectual/beletrista – letrado – alfabetizado – analfabeto – imoral.

Por meio do editorial do primeiro número de seu periódico, podemos ilustrar o modo como a *Perseverança* entendia esse conjunto de questões. No editorial, percebe-se com clareza uma retórica da humildade que será característica de diversas categorias de trabalhadores, como que desculpando a estulta pretensão de adentrar num recinto para poucos.

assim como a mesma seiva alimenta os altos cedros e os mais rasteiros arbustos [...] assim também a imprensa, onde fulguram os príncipes da palavra, não pode negar guarida aos humildes que têm por mérito único a perseverança no estudo.³³⁷

Mesmo falando em ser “pobre de flores e de atavios da retórica”,³³⁸ compõe-se aos poucos um discurso de enobrecimento dos caixeiros, que agora, a par dos metros, quilos e litros, desejam por suas mãos em livros e jornais. É por isso que o órgão pretende concorrer com a “metamorfose da brilhante crisálida da civilização”, metamorfose que não se pode deixar de lado porque “sente borbulharem-lhe no cérebro as idéias grandiosas do século das luzes.” Para a *Perseverança*, então, é um justo e natural desejo que, hoje, quando a civilização tem estendido “seu manto cintilante” às mais “desprotegidas das classes”, “às mãos calosas do rude soldado” (que junto ao sabre, empunha o livro), e até mesmo

³³⁶ CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da *belle époque*. 2 ed. Campinas, SP: Edunicamp, 2001, particularmente as páginas pp. 64/89.

³³⁷ A União [editorial]. A União, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, pp. 1/2. Em outra passagem, o periódico identifica-se como “viandante móvel e inexperiente na escabrosa vereda das letras”. Cf. A União [editorial]. A União, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, pp. 1/2. Para exemplificar a recorrência desta postura em outras categorias de trabalhadores, veja-se a fala do tipógrafo João Ferro de Oliveira apud MACIEL, Osvaldo. *Trabalhadores, identidade de classe e socialismo*. Op. cit. p. 185; em 1912, vemos o caixeiro José Avelino Silva com praticamente as mesmas palavras, como já assinalado neste texto.

³³⁸ C/título. A União, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, pp. 2/3.

alcançando o ambiente das “trevas horrorosas da senzala”, é “vergonhoso, incrível mesmo” que caixeiros “vegetem ainda, envoltos no manto da ignorância”³³⁹. Nesse período, contra este estado de ignorância debate-se a *Perseverança e Auxílio* e a *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió*, como veremos adiante.

TABELA I - ÍNDICES DE ANALFABETISMO EM ALAGOAS (1872 –1920)

ANO	ALFABETIZADOS	ANALFABETOS	% de analfabetismo na população total
1872	41.913	306.096	88,0
1890	70.115	441.325	86,5
1900	129.563	519.710	80,0
1920	144.535	834.213	85,2

FONTE: MACIEL, Osvaldo. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**. Op. cit., p. 57.

De fato, os números disponíveis para o conjunto da população no que se refere à alfabetização preocupavam pelo pequeno número dos alfabetizados, com uma média histórica que girava em torno de 15% da população, como visto na tabela acima. Com esses números em mãos, o governo comenta o acréscimo absoluto e percentual de analfabetos entre 1900 e 1920. Para ele, estes números “são deprimentes e se não nos envergonham nos devem entristecer, custando acreditar-se que o analfabetismo tem aumentado neste Estado depois da proclamada a República [sic]”.³⁴⁰ Com tais números, entende-se por que João Francisco Dias Cabral, um dos articuladores da *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos* e então próximo da Sociedade Perseverança e Auxílio, propaga que as duas grandes virtudes de nosso tempo são instruir e amparar, como já assinalado no capítulo anterior.³⁴¹

Para os trabalhadores de maneira geral e para determinadas categorias, como os tipógrafos, alfaiates, carpinteiros e os artesãos em geral, junto com caixeiros e guarda-livros, em particular, a educação formal significava positivamente o trabalho e o ideário do progresso, e era atravessada pela dimensão do pragmatismo e do utilitarismo. Na luta por se distanciarem social, intelectual e imagetivamente dos demais grupos subalternos, os caixeiros aproximam-se dos valores da sociedade burguesa e ilustrada que hegemonizavam

³³⁹ A União [editorial]. A União, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, pp. 1/2.

³⁴⁰ MENSAGEM do Governador do Estado de Alagoas ao Congresso Legislativo desse estado, ao ser instalada a segunda sessão ordinária da 15ª legislatura, em abril de 1920. Maceió: s/id/ed, 1920, pp. 26/7.

³⁴¹ DIAS CABRAL, J. F. A União. A União, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, p. 2.

o debate das ideias em Maceió. Este era o caso também da experiência educativa caixeiral em Fortaleza, onde a instrução era entoada como “hino de emancipação da inteligência”. Segundo Francisco de Assis Oliveira, o conhecimento e domínio do mundo letrado, da literatura em particular, fornecia “meios de pertencimento” a grêmios literários e círculos ilustrados, que eram espaços comuns de convívio com comerciantes, profissionais liberais, bacharéis etc. Esta porta de entrada a tal mundo derrubava “a barreira de classe que a cultura, quase sempre, reforçava”. Assim, “no esforço de integração dos trabalhadores, a cultura e a educação apareciam como mecanismos privilegiados de ascensão social”.³⁴² Curiosamente, de qualquer forma, o autor indica que é através de textos literários que surge um discurso de reivindicação e uma certa crítica social.³⁴³ De forma correlata, percebe-se isso em Maceió, pois efetivamente é através da imprensa enquanto porta-voz que constatamos reclamações e denúncias de maus-tratos e reivindicações ancoradas em críticas que são realizadas pelos caixeiros.

No mesmo editorial citado acima, a classe caixeiral reclama tanto do poder público como de seus patrões. Para ela, o “poder público” olha com *desfavor* “os filhos deste país que se dedicam à importante vida comercial”. Por isso, a associação dos caixeiros – junto com a associação de outras categorias de trabalhadores – constitui-se em método importante “a fim de melhorarem a sua condição com a criação de escolas, onde vão beber a instrução, tão útil a todos os cometimentos sociais.”³⁴⁴ Dando continuidade às suas críticas, neste mesmo editorial, avalia negativamente a postura dos comerciantes que dificultam a frequência às aulas e os estudos por parte de seus empregados. Esta situação ganhava outros contornos por conta da lei de 1881, que eliminava o primeiro turno das eleições, abolindo-se a figura do votante e deixando apenas a do eleitor. Como se sabe, com esta lei houve uma diminuição expressiva no número destes que, de cerca de um milhão em 1872, reduziu-se a pouco mais de 100 mil. O principal fator para esta redução foi a exigência da alfabetização para ser cadastrado eleitor, o que eliminava de pronto 80% da população masculina, única apta a votar segundo a lei.³⁴⁵

É no conjunto de críticas e ataques à promulgação e divulgação dessa lei, que mais um argumento será colocado nas discussões públicas realizadas pelos caixeiros. Agora, o fato de

³⁴² OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. Os caixeiros no Ceará. Op. cit., pp. 60/9.

³⁴³ IBIDEM. pp. 114/9. Perceba-se a inserção e ascensão social deste processo.

³⁴⁴ A União [editorial]. A União, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, pp. 1/2.

³⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2008, pp. 38/45.

muitos comerciantes e de o próprio poder público dificultar o acesso à instrução e à educação formal aos caixeiros significava, também, um obstáculo à plena cidadania desta categoria. Como denuncia *A União*, esta “nobre classe”, que é “vítima da opressão selvagem de muitos patrões”, sofre uma “bárbaro jugo, que, sobre roubar-lhe as garantias de cidadão, tira-lhe até o tempo preciso para adquirir os conhecimentos mais necessários.”³⁴⁶ Assim, o periódico da *Perseverança* insere os obstáculos criados por seus patrões ao acesso à educação formal como injunção do poder privado na construção de uma cidadania mais ativa pela categoria.³⁴⁷

Este conflito de interesses entre negociante e empregados será associado por José Avelino Silva, algum tempo depois, à escravidão. Segundo ele, a ignorância seria “o mais tirânico dos senhores”, uma outra espécie de escravidão a que estava sujeito o caixeiro. E acrescenta:

Para a permanência desta dolorosa escravidão – sejamos francos – influam muitos patrões que pensavam que, só procedendo assim, os seus vis interesses seriam mais amplamente satisfeitos. Espírito afeitos às trevas, enzinavrados pelo contar quotidiano de vinténs e tostões, em sebento balcão, eles temiam que os nossos colegas de então se banhassem com a luz pura que brota da instrução.³⁴⁸

A fala, talvez por uma estratégia política, remete o conflito ao passado escravista, sugerindo ainda que nos últimos anos não haveria mais patrões renitentes e que havia um bom senso no sentido de facilitar o acesso à educação aos caixeiros.

³⁴⁶ A União [editorial]. *A União*, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, p1/2. Veja-se que esta é a primeira publicação periódica da *Perseverança*, que surge com um grau de denúncia e agressividade que poucas vezes se verá no mutualismo caixeiral.

³⁴⁷ Francisco de Assis Santos Oliveira também identifica uma disputa em torno da função da leitura e da instrução entre os caixeiros e patrões. Enquanto estes afirmam que a leitura e a instrução não são apropriadas aos seus empregados, pois lhes roubam a atenção aos fregueses e o cuidado com as prateleiras e balcão, aqueles indicam que é preciso educar-se, pois a instrução é a grande promotora do progresso comercial, e da ascensão social e reconhecimento da categoria. Um caixeiro demitido denuncia que há patrões que desejam que seus empregados não se instrua, como se instrução e comércio fossem “forças diametralmente opostas”. Um outro conflito relativo à questão estava no término da jornada de trabalho diária. Com carga horária média de 12 horas, um caixeiro denuncia em periódico de 1909 cearense que “muitos dos nossos colegas que freqüentam as aulas da Phenix foram obrigados a abandoná-las”, pois não chegavam a tempo para assistir às aulas. In: OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. Op. cit., pp. 43; 66/71. Para as citações aspeadas, ver, respectivamente, pp. 69 e 43.

³⁴⁸ SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897 [memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, p. 1.

Em outra passagem do já citado editorial d'A *União*, reforça-se este ponto conflituoso da relação dono do estabelecimento/empregado, quando fala na “inércia e [n]o desânimo de muitos membros da classe caixeiral desta cidade”, ressaltando “a opressão” que muitos patrões exercem sobre ela, muitas vezes opondo-se “ao cultivo da inteligência”. O argumento, no entanto, não fica aí e desdobra-se em uma consideração sobre as possibilidades de ascensão social, tópico desenvolvido no capítulo anterior. Perguntando-se acerca da razão desse tipo de tratamento, responde que o profissional do comércio precisa de instrução, quando menos porque pertence ao “gênero humano”, mas também porque a ciência e a luz não permitem a “infelicidade completa”. Para além disso, dá uma outra boa razão, não só recorrendo mais uma vez ao ideal de ascensão social, mas à vantagem que é deixar espaço para os caixeiros instruírem-se: “O caixeiro de hoje é o negociante de amanhã, que terá talvez de representar a sua província e a sua classe, que terá talvez de ocupar lugar distinto na sociedade. E como bem desempenhar essas missões, se só aprenderem a medir pano aos metros e a pesar gêneros?”³⁴⁹

Reivindicando o direito à educação formal, misturam-se aqui as especificidades das primeiras letras, da instrução (ensino técnico) e da ilustração. Não é fácil, todavia, delimitar a esfera onde uma acaba e a outra começa. A aquisição da alfabetização gramatical e aritmética básica, com os rudimentos do letramento e das quatro operações, era condição para o trabalho no balcão, no atendimento ao público, o que já poderia significar algum grau de ascensão funcional interna para o caso do caixeiro-vassoura, por exemplo, responsável pela organização das prateleiras, limpeza e asseio do estabelecimento comercial. Este tipo de educação era reivindicada também, pelos caixeiros, para seus filhos e irmãos mais novos. Já a “instrução” serviria na prática à aquisição de novos conhecimentos, habilidades e instrumental para um melhor exercício de sua função na loja, gerando a possibilidade de uma nova ascensão funcional, para guarda-livros, por exemplo. Regra geral, ambas as vertentes de aquisição de saber formalizado a partir de estudos, tendencialmente gerava uma predisposição aos caixeiros a serem disciplinados, contornando os conflitos, internalizando normas de valor e conduta submissa, reta. A inserção em círculos mais vistosos, socialmente valorizados, era o passo necessário para a ascensão social. A “ilustração”, ou seja, o domínio ou conhecimento de alguns dos principais temas, autores, assuntos, livros e obras de arte, discutidos na imprensa, nos salões culturais e *soirés*, a na cultura da *belle-epoque* brasileira

³⁴⁹ A União [editorial]. A União, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, pp. 1/2.

da época, serviria como elemento de ascensão e integração social dos caixeiros no conjunto da boa sociedade.³⁵⁰

O papel dessa cultura beletrista merece um comentário, antes de fecharmos este tópico, pois ele pode ajudar a entendermos melhor a inflexão ocasionada na *Perseverança e Auxílio* no começo do período republicano, fazendo com que esta começasse a abandonar a especificidade de ser uma entidade voltada para a classe dos empregados do comércio e ampliasse suas atividades e serviços para atender a outros setores da sociedade maceioense e alagoana, como é o caso da criação do Museu, já destacado no segundo capítulo. Como já citado naquele capítulo, a Diretoria da *Perseverança* aprova uma subscrição mensal para ser enviada ao artista Rosalvo Ribeiro, pintor alagoano de prestígio que estuda Belas-artes na Europa durante um período e que, por intermédio do *Correio Mercantil*, tem recebido contribuições voluntárias à sua permanência no Velho Mundo.³⁵¹ Esta trilha, de busca de respeitabilidade no conjunto mais amplo das elites e da camada letrada local, não será abandonada pela entidade ao longo do período abarcado em nosso estudo. Como exemplo disso temos, no segundo semestre de 1918, a oferta de um curso de pintura particular pela “consócia” D. Anna Sampaio Duarte, provavelmente uma sócia benemérita.³⁵² Segundo Lima Júnior, memorialista já citado aqui, a sede da entidade possuía várias obras de artistas alagoanos, como são exemplo os quadros de Míriam Lima, Carlos Leão, Xavier da Costa, Marina Costa e Virgílio Maurício.³⁵³

A partir do desenvolvimento deste tipo de atividade – qual seja, apoiar as artes plásticas e construir um pequeno acervo de obras de artistas para serem expostas tanto aos sócios como à comunidade em geral –, a *Perseverança* participa ativamente da cultura ilustrada de sua época, galgando espaços de inserção em outras esferas da sociabilidade do período. Ciente disso, a grande imprensa louva as iniciativas e reclama o novo lugar devido à entidade:

A Perseverança, pelo muito que tem feito e que há de fazer ainda, não só pela classe de que é uma digna representação, como também pelos concursos que nos vem prestando ao desenvolvimento da nossa vida mental; já não é mais uma

³⁵⁰ Ver, por exemplo, para o caso de Fortaleza, OLIVEIRA, Francisco de Assis. Op. cit., pp. 71/2.

³⁵¹ SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897[memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, 7

³⁵² Curso de Pintura. O Caduceu, Ano III, nº 2. Maceió, 11 de agosto de 1918, p. 3.

³⁵³ LIMA JR., Félix. Op. cit. p. 176.

*simples sociedade; mas uma instituição digna, enriquecida de elementos capazes de lhe garantir uma existência infinita.*³⁵⁴

Voltemos ao item da ascensão social. Esta verdadeira ideologia, como já palmilhada por Fabiane Popinigris para o caso do Rio de Janeiro e apresentada no capítulo anterior, ideologia que muitas vezes refletia mais uma expectativa do que uma possibilidade de efetivação, galvanizava boa parte dos esforços do mutualismo caixeiral em Maceió.³⁵⁵ A fala de Dias Cabral, citada acima, que elevava o *amparo* e a *instrução* a objetivos centrais da *Perseverança*, expunha a base deste desejo. O amparo, para evitar o descenso social em momentos de intempéries e dificuldades. A instrução, para possibilitar as condições de acesso ao futuro negócio estabelecido e eventualmente ao novo mundo da classe média.

Este ideal será expresso pelo caixeiro Carlos Rodrigues no número três do órgão da *Perseverança*: “E quanto mais passam os dias e aumenta o entusiasmo, maior número de caixeiros se alistam às fileiras sociais, professam as letras e aparecem depois no jornalismo cheios de espírito e de luz.” A empolgação é tanta que ele chega a comentar:

Um dia ver-se-á em cada balcão... recostado... quem? Um homem de letras que representará, já pela imprensa, já pela tribuna, a sua classe.

E no comércio não veremos mais aqueles homens que só sabiam oferecer gêneros baratos aos filhos do centro da província, mas os homens sábios que com sua palavra eloqüente saberão honrar ao mesmo comércio.³⁵⁶

Percebemos que, sob a égide de aquisição da educação formal e de participação na cultura letrada e artística do período, constrói-se uma pedagogia de ascensão social que pode ser definida nos termos da busca de uma moralidade que, numa primeira leitura, estava dissociada do mundo do trabalho caixeiral. Como já frisado por inúmeros analistas, em razão do longo período de escravismo e da degradação da vida associada àqueles que

³⁵⁴ Perseverança e auxílio. A Tribuna, ano XII, nº 2978, 30 de março de 1907, p. 2 – grifos nossos. Esta ampliação dá-se em outras áreas, como no acesso ampliado à biblioteca, à cessão de sua sede para conferências e palestras de diversas naturezas, o cuidado com a educação musical, com a criação da Escola Carlos Gomes, já citada. Na mesma notícia citada acima, que anuncia a programação da comemoração do vigésimo oitavo ano da entidade, serão executados vários trechos de óperas italianas, bem ao gosto do período, e composições próprias do maestro João Ulysses Moreira, que dirige a Escola. De acordo com a programação divulgada, destas últimas serão tocadas a valsa *Trinta de março*, em homenagem à data; a marzuka *Eunice*; o ordinário *Perseverante*; e a melodia sentimental *Jonas Montenegro*, em homenagem ao sócio homônimo benfeitor da sociedade. Cf. Perseverança e auxílio. A Tribuna, ano XII, nº 2978, 30 de março de 1907, p. 2.

³⁵⁵ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**. Op. cit.

³⁵⁶ RODRIGUES, Carlos. Literatura. Prosseguir! A União, ano I, nº 3, 30 de junho de 1883, pp. 2/3.

necessitavam conseguir seu sustento com suas próprias mãos, um longo, intenso e complexo processo de positivação do trabalho foi encetado. Neste processo, o trabalho era reconfigurado como elemento de civilização, como forma de legitimação e ascensão social. A educação participou de maneira ativa desse processo. Todavia, este processo também servia para disciplinar e harmonizar parte da classe trabalhadora brasileira à nova realidade do trabalho juridicamente livre. Por fim, numa faceta não menos importante desta pedagogia da moralidade, como já discutido no capítulo anterior, estava a noção de progresso permeando todas as esferas de atuação humana.

Alguns dos principais porta-vozes da *Perseverança e Auxílio* irão contribuir com este cenário. Ao longo de vários textos da edição comemorativa do 30 de março de 1897, educação formal é entendida, *grosso modo*, como forma de elevação moral. Analfabetos seriam indivíduos mais suscetíveis à corrupção e à marginalidade, às seduções da barbárie, ao fanatismo e à perversão, em detrimento do progresso da civilização. Em alguns momentos, são nominados fenômenos e lideranças entendidos como sendo desta linhagem, como no caso das adesões populares ao Conselheiro e ao Padre Cícero, recentemente ocorridas em outras áreas do Nordeste. Não obstante esta identificação dos inimigos da civilização em espaços longínquos, mesmo os meios civilizados produzem a corrupção, a indisciplina, os escândalos, o roubo, como Joaquim Costa perceberá em seu artigo alusivo à data. Sem encontrar respostas adequadas a este tipo de problema, o então presidente da *Perseverança* associa tais fenômenos, de maneira um tanto vacilante, às “leis do atavismo” e às misérias que a escravidão “injetou-nos nas veias”.³⁵⁷ Era preciso avançar e resolver esses problemas o mais rápido possível.

Nesta toada, Joaquim da Silva Costa realiza uma forte crítica aos poderes públicos, à forma como as autoridades administram as políticas públicas em geral e, muito em particular, a educação. Segundo ele, não interessaria às elites um povo bem educado, pois isso dificultaria a sua subjugação. Por isso a instrução popular é deliberadamente malcuidada, com professores sem habilitação e conhecimentos específicos, exercendo cargos por apadrinhamentos políticos etc. Ao terminar seu discurso, o Presidente da *Perseverança e Auxílio* denuncia a formação dos quadros técnicos que ocupam cargos tanto na esfera pública como na privada, numa pesada crítica tanto à velha formação clerical e militar, como à formação atualmente existente nas academias superiores. Para ele, seria

³⁵⁷ COSTA, Joaquim da Silva. Caminho do futuro, In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 8/9.

preciso tanto uma educação voltada mais diretamente à prática profissional da sua área/setor de atuação, como uma pedagogia que moralizasse os indivíduos. Pela inadequação de ambas (má formação moral e intelectual) em nossos quadros profissionais, vê-se a “mostruosidade” do corpo clerical e militar ocupar cargos públicos. Junto com estes, estão os indivíduos oriundos das camadas médias que se formam em médicos e bacharéis em direito, porém, “quando não têm a coragem de alguns, que se fazem agricultores, caixeiros viajantes etc.”, mesmo estes profissionais com habilitações raras no mercado brasileiro terminam agarrando-se “aos reles empregos públicos”; vê-se, ainda, boticário atacando de guarda-livros e vice-versa: guarda-livros que, em vez de “partidas dobradas” formula “receitas de pílulas”.³⁵⁸

O cerne da crítica realizada por Costa será, portanto, a inadequação entre a formação recebida pelo indivíduo e a ocupação que assumirá ao longo de sua vida. Silva enfatiza claramente os desajustes na formação técnica dos profissionais brasileiros em sua efetiva atuação no mercado de trabalho. Ou seja, o presidente da *Perseverança* revela em sua crítica a preocupação central com a formação técnica no Brasil.

Essa mesma tecla é tocada por M. Vieira, só que aqui com um grau de direcionamento mais estrito ainda ao ensino de natureza profissionalizante. Para ele, os caixeiros são arrancados da instrução “logo aos primeiros passos de sua infância”, daí a importância do projeto educacional da *Perseverança*, de oferta de aulas no período noturno, como veremos abaixo. Para ele, estas aulas contribuem no sentido de “nobilitá-lo [ao caixeiro], identificá-lo à vida e apresentá-lo provector negociante.” Associando desenvolvimento científico a desenvolvimento industrial, Vieira afirma que um está na razão direta do outro, e exemplifica tal assertiva com o caso que, segundo sua ótica, aparecia mais apropriado ao setor comerciário:

Os que investigam o mercado financeiro, que discutem as probabilidades da colheita dos principais produtos, que estudam as pautas e tarifas aduaneiras, preços correntes, etc., e baseiam suas transações sobre tais dados, o fazem com a precisa ciência, sendo os lucros ou perdas adotados à razão inversa do *stock* [sic] entre a procura e a oferta e da boa ou má fatura dos cálculos. [...] Assim o possuir conhecimentos científicos mais ou menos latos, é da maior apreciação, interesse e valor.³⁵⁹

³⁵⁸ IBIDEM.

³⁵⁹ VIEIRA, M. 30 de Março. In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 8/9.

A edição do *30 de Março*, comemorativa dos dezenove anos da *Perseverança*, lançada no ano posterior, é aberta com um longo texto produzido pelo seu ainda presidente, Joaquim da Silva Costa. Com a feição mais próxima de um artigo de opinião, Costa toca em dois pontos importantes do debate que ocorria no cenário alagoano à época. Os rumos que estavam sendo tomados pelo regime republicano em nível federal, com o desvirtuamento dos princípios que possibilitaram sua instalação, e a valorização da educação como construtora de uma cultura cívica necessária ao novo momento vivido pelo Brasil. Seu pensamento revela-se, como no ano anterior, francamente crítico dos favores que o poder público tem prestado à educação no país e no estado. Ao mesmo tempo, revela-se confiante no papel que as sociedades mutualistas possuem tanto na educação formal como no fortalecimento da sociedade civil. Nesses termos, critica fortemente ao governo pelo tipo de educação que realiza, investindo no bacharelismo com baixo nível técnico. Já em relação “ao preparo” de artistas, agricultores e comerciantes, as iniciativas são esporádicas, anexas aos liceus e ginásios, onde se “recebem umas lições todas teóricas”. Seguindo o rumo da argumentação, conclui que “Tem havido uma verdadeira incongruência em matéria pedagógica” e isto é um “perigo iminente” às “instituições democráticas do país”. Em um sentido mais imediato, parece-nos, há aqui uma crítica ao *Liceu de Artes e Ofícios*, instituição sobre a qual falaremos abaixo, e ao financiamento estatal dado a este. O caráter mais amplo dessa crítica, no entanto, refere-se à ineficiência deste modelo educacional. Para ele, a política que o governo destina às escolas é errada, pois as transforma em “meio de emprego para os lentes amigos”, limitando-se ao tratamento burocrático da instituição e à assinatura de “diplomas de falso brilho”.³⁶⁰

Ele advoga pelo contrário, pensando que “a função educativa é a mais sagrada e a mais potente das funções sociais”, e que projetos educacionais desenvolvidos em sociedades de “benemerência mútua” como o *Montepio dos Artistas* e a *Perseverança* são vitais para se regenerar o regime republicano. Estes núcleos sociais

são impulsionados pela iniciativa particular e reclamadas pelas necessidades das classes que representam.

³⁶⁰ COSTA, Joaquim da Silva. Aos colegas. In: *30 de Março – Homenagem ao 19º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió*. Maceió, 30 de março de 1898, p. 1.

Há nesses pequenos núcleos o trabalho da evolução: neles se acumulam ações modificadoras, eles constituem a embriogênese dum novo organismo social e político, que há de resplandecer um dia sob o céu da pátria.³⁶¹

Daí que o autor *ousa* afirmar que a “iniciativa individual” [sic] no que se refere à instrução, como as levadas adiante pelo *Monte-Pio* e pela *Perseverança*, são dignas de louvor mesmo na modéstia de seus recursos e resultados.

Por fim, Joaquim Costa pondera sobre a necessidade de não se confundir civismo com política, não se devendo enaltecer méritos individuais e sim coletivos. Ao realizar a crítica ao regime republicano, à baixa consciência que ele tem fomentado na sociedade civil, joga na educação a tarefa de produzir o novo cidadão exigido pelos novos tempos. Como os governos são ineptos para promover este intento, as sociedades existentes sem vínculos estatais e governamentais seriam as únicas aptas a fazê-lo. Deste modo, exorta o povo a trabalhar em prol da manutenção e desenvolvimento das “agremiações mútuas de instrução e de proteção”, tanto no que se refere “aos conhecimentos necessários ao seu progresso”, como na “educação cívica dos seus associados em proveito da comunhão”. O Presidente da *Perseverança e Auxílio* conclui, arrematando com o patriotismo: “É preciso aprender a ser bom comerciante, bom artista, bom agricultor, mas antes de tudo é preciso aprender a ser bom cidadão e a derramar o sangue pela pátria, quando for preciso”.³⁶²

Realizada esta vista geral sobre o modo como lideranças caixeiras encaravam o problema da educação formal, para chegarmos à experiência educacional do mutualismo da categoria em Maceió, parece-nos importante refletir um pouco sobre o modo como aparecem as primeiras propostas de educação voltada para os trabalhadores e as classes populares como um todo. Afinal, é no conjunto desses empreendimentos que se inserem as aulas noturnas da *Instrução e Amparo* e da *Perseverança e Auxílio*. Então, a primeira questão a ser pontuada será o caráter noturno destas aulas. Em 1872 havia apenas uma escola pública funcionando em Maceió no período noturno, com 43 alunos matriculados e média de 25 frequentes. Através da lei nº 627, de 16 de março de 1872, foram criadas mais 8 escolas noturnas, perfazendo um total de 9 escolas que funcionaram no ano seguinte. Nelas foram matriculados 238 alunos do sexo masculino, tanto adultos como menores, tendo sido

³⁶¹ IBIDEM.

³⁶² IBIDEM.

frequentes 171. Esta experiência, todavia, não parece ter durado muito, pois em 1878 só há uma escola noturna na Província, em Maceió, com 16 alunos.³⁶³

No início da década de 1880, ocorre um intenso debate em torno da necessidade da oferta de ensino para adultos, que habilitasse tecnicamente para o exercício de diversas profissões. Este debate gira em torno da criação do Liceu de Artes e Ofícios. Num primeiro plano, a discussão sobre o Liceu trata da legalidade e da viabilidade da proposta. Os adversários da proposta alegavam que sua criação por parte do governo da província era inconstitucional, na medida em que só cabia ao governo provincial legislar sobre a instrução primária, não possuindo poderes para arbitrar sobre o ensino profissionalizante. Apontavam também para a utilização ilegal do prédio da Escola Normal. Por fim, terminavam argumentando que no final das contas este empreendimento estava fadado ao fracasso, porquanto o desenvolvimento industrial da província era muito pequeno, não carecendo de escolas que se preocupassem com a formação de artesãos e proletários para preencherem vagas no mercado de trabalho local. Além do mais, insistiam, os próprios artistas não se interessariam pelo ensino ofertado na instituição.³⁶⁴

Em relação a questões de ordem mais pontual, concomitantemente à criação do *Liceu de Artes e Ofícios* – como veremos abaixo – ocorre a oferta de aulas noturnas pela *Sociedade Instrução e Amparo* aos sócios e demais caixeiros. Este foi um dos elementos que pesaram nas críticas realizadas por Guido Duarte ao projeto provincial do Liceu. Afinal, do total de 776 matrículas ocorridas no início de suas atividades (ver quadro abaixo), apenas 83 são de artistas, sendo as demais realizadas por empregados públicos, negociantes e caixeiros, dentre outras categorias profissionais.³⁶⁵ Em 1895 é elaborado um novo regulamento para a

³⁶³ Anexo D – Relatório da Diretoria-Geral da Instrução Pública da Província das Alagoas. In: RELATÓRIO com que o Ilm^o. e Exm^o. Snr. Dr. Luiz Romulo Perez de Moreno, presidente da Província das Alagoas Instalou a 1^a sessão da 20^a Legislatura da Assembléa Provincial no dia 15 de março de 1874. Maceió: Typographia [rasurado], 1874, p. 3; FALLA com que Cincinnato Pinto da Silva Presidente da Província instalou a 2^a sessão ordinária da 22^a Legislatura Provincial das Alagoas em 30 [?] de abril de 1879. Maceió: [RASURADO, rasurado], p. 23.

³⁶⁴ Folhetim [seção]. Diário das Alagoas, 28 de janeiro de 1884, p. 2; 31 de janeiro de 1884; 4 de fevereiro de 1884, p. 1; Liceu de Artes e Ofícios [editorial]. Diário das Alagoas, 31 de janeiro de 1884, p. 1; O “Gutenberg” e o Liceu de Artes e Ofícios I [editorial]. Diário das Alagoas, 5 de fevereiro de 1884, p. 1; O “Gutenberg” e o Liceu de Artes e Ofícios II [editorial]. Diário das Alagoas, 6 de fevereiro de 1884, p. 1. Uma das vozes de crítica ao Liceu que mais se destacavam era a de Guido Duarte, nosso caixeiro positivista. Possivelmente as críticas endereçadas por ele envolvem tanto questões de fundo mais amplo, como conjunturais. Em relação aos princípios que norteavam a prática educativa de Duarte, como apresentados no capítulo anterior, a corrente pedagógica evolucionista/positivista sempre foi contra a presença e a subvenção da instrução pelo Estado.

³⁶⁵ FALLA com que o Exm. Snr. Presidente Dr. Antonio Tiburcio Figueira abriu a 2^a sessão da 25^a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial das Alagoas em 16 de abril de 1885. Maceió: Typographia do Diario da Manha, 1885, p. 11. Alguns anos depois foi publicado o decreto n^o 186, de 8 de junho de 1900, que aprova o

o ensino público do estado de Alagoas, ocorrendo uma certa indistinção entre ensino de natureza técnica e de outras. Neste novo regulamento, prevê-se que o *Liceu Alagoano* ofertará três cursos: Ciências e Letras, Normal e Comercial (artigo 3º). Entre as disciplinas técnicas ligadas ao curso comercial estariam as de Escrituração e contabilidade mercantil, prática comercial com aplicação ao direito comercial (artigo 4º). No capítulo XV é apresentada a distribuição das disciplinas do Curso Comercial, que conterà as disciplinas de Português, Francês, Inglês, Alemão, Aritmética e Álgebra. Geografia Geral e Cosmografia, Escrituração e contabilidade mercantil, prática comercial com aplicação ao direito comercial [uma disciplina só], História e corografia do Brasil “especialmente de Alagoas”, Geometria prática, desenho e caligrafia.³⁶⁶ Como se vê, a proposta governamental atingia parte do público potencial das aulas da *Instrução e Amparo*. Entre os professores que deram aula no Liceu (cadeiras de contabilidade e escrituração mercantil) estava Luiz Monteiro da Silva, guarda-livros.³⁶⁷ É em razão da presença de empregados do comércio nas matrículas do Liceu que iremos nos deter com um pouco mais de detalhes neste órgão.

Já os defensores do Liceu argumentavam que tal iniciativa era devida à *Sociedade Protetora da Instrução Popular* e, se o governo decidira apoiar a causa, tanto melhor, pois concorria para a redução da “escuridade das classes operárias”. Aduziam ainda que o atraso e a falta de progresso da província, bem como a miséria dos trabalhadores, advinha justamente da falta de instrução, o que visavam combater. Argumentavam, enfim, que estava previsto inicialmente o curso de primeiras letras e que outros cursos (Ciências, Artes e Línguas) e disciplinas mais práticas iriam surgindo de acordo com a procura por parte dos interessados.³⁶⁸

Ao longo da discussão revelam-se latentes os conflitos existentes entre a situação liberal e a oposição conservadora. Também vimos um ideal, subjacente a todas as falas, de ascensão social pela aquisição da educação formal, mesmo do ponto de vista conservador.

Regimento Interno do Lyceu de Artes e Offícios. IN: ESTADO DE ALAGOAS. Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1900. Maceió: Empresa d’A Tribuna, 1900. Neste regimento, indica-se a existência da matéria de Escrituração Mercantil como sendo uma das vinte disciplinas ofertadas no estabelecimento de ensino, p. 54.

³⁶⁶ COLEÇÃO de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1895. Maceió: Typographia da Empresa Gutenberg, 1896, Decreto nº 103, de 20 de dezembro de 1895 (dá novo regulamento à Instrução Pública), artigos 3º e 4º.

³⁶⁷ Curso Comercial [anúncio]. In: Diário Popular, ano I, nº 45, 3 de dezembro de 1908, p. 3.

³⁶⁸ Liceu de Artes e Offícios [editorial]. Gutenberg, 12 de fevereiro de 1884, p. 1; MACIEL, Pedro Nolasco. Liceu de Artes e Offícios I. Gutenberg, 16 de janeiro de 1884, p. 1; IDEM. Liceu de Artes e Offícios II. Gutenberg, 19 de janeiro de 1884, p. 1; IDEM. Liceu de Artes e Offícios III. Gutenberg, 22 de janeiro de 1884, p. 1; Zumbido Junior [pseudônimo]. Seção livre. Gutenberg, 22 de janeiro de 1884, p. 1; DIÉGUES JÚNIOR. Comunicado. In: Gutenberg, 31 de janeiro de 1884, p. 2.

Neste sentido, é interessante perceber que a grande crítica do *Diário das Alagoas*, jornal oposicionista, ao projeto do Liceu de Artes e Ofícios é direcionada ao caráter superior da educação que se revela no projeto, deixando-se efetivamente os artistas abandonados: “o presidente quis engodar os artistas criando curso de instrução superior para os grandes que se habilitam aos altos cargos, e não para instruir artistas, para os quais por escárnio do esquecimento nem uma oficina ao menos se lembrou.”³⁶⁹

Na esteira desse debate, surge a *Sociedade Protetora da Instrução Popular*, que servirá de braço executivo do governo provincial na oferta do ensino para este público, a possibilitar tanto alguma formação técnica como uma moralidade condizente com os rumos do “progresso” e da “civilização” que se almejavam. Neste contexto, vieram a Escola de Aprendizes Marinheiros e a Escola Central da *Sociedade Libertadora*. A primeira delas foi instalada através de decreto de 2 de janeiro de 1873. Sua capacidade previa um total de atendimento a 70 aprendizes, porém em 1882 possuía apenas 44. Já a Escola Central da *Sociedade Libertadora* foi criada por lei em 1886, sendo inaugurada em 22 de abril do ano seguinte. Compunha-se de internato e externato “para instrução e educação grátis de ingênuos e menores desvalidos.”³⁷⁰

O Liceu de Artes e Ofícios foi instalado em 3 de fevereiro de 1883, sob os auspícios da *Sociedade Protetora da Instrução Popular*, funcionando no período noturno no prédio do Lyceu Provincial. Em apenas dois meses de existência já possuía 320 alunos matriculados, com uma frequência média de 180 por noite.³⁷¹ Sua trajetória, no entanto, será acidentada. Surgindo em meio a um ruidoso debate que envolvia o governo e a oposição, ele será extinto

³⁶⁹ Ver referências indicadas a cinco notas atrás.

³⁷⁰ RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial das Alagoas na Primeira Sessão ordinária da vigésima quarta legislatura no dia 16 de abril de 1882 pelo exm. Snr. Presidente Dr. José Barbosa Torres. Maceió: Typographia do Diário da Manhã, 1882, p. 25; FALLA com que o exm. Snr. Dr. José Gesario de Miranda Monteiro de Barros abriu a 1ª sessão da 27ª legislatura da Assembléia Provincial das Alagoas em 6 de outubro de 1888. Maceió: Typographia do cônego Antonio José da Costa, 1888, pp. 11/3.

³⁷¹ FALLA com que o exm. Snr. Presidente Dr. Henrique de Magalhães Salles abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial das Alagoas em 17 de abril de 1884. Maceió: Typographia do diário da Manhã, 1884, p 19/20. Como se vê, entre meados da década de 1870 e meados da seguinte há um intenso movimento em torno da articulação e efetivação de projetos voltados à instrução popular, envolvendo ex-escravos e seus descendentes, pobres e excluídos do mercado de trabalho, ou trabalhadores sem qualificação alguma ou com pouca qualificação. Este parece ser um fenômeno nacional, que se insere nas inflexões causadas após a conjuntura de 1870/1. Para o caso do Recife, Marcelo Mac Cord mapeia este processo, com forte presença dos artistas da rebatizada Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos, apontando a primeira metade dos anos 1870 como definidora do rumo que a questão iria tomar. Cf. MAC CORD, Marcelo. **Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma Associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Campinas, SP: Unicamp, 2009 (tese de doutorado em História), pp. 267/301.

em 1894, junto com a Escola Central, para que fosse criado um “Núcleo Agrícola para o ensino profissional de meninos desvalidos”, só voltando à atuação em 1900.³⁷²

Apenas em 1903, em sua nova fase, o Liceu de Artes e Ofícios consegue abrigar-se em um novo prédio “grande e espaçoso”. Desde 1886 já existiam as oficinas de tipografia e encadernação, porém poucos progressos em relação às oficinas de marcenaria e alfaiataria foram conquistados, ao que parece. Apenas em 1908 são instalados os gabinetes de Química e Física. Porém, desde 1909 pelo menos, passa a dividir o prédio com o Poder Judiciário.³⁷³

Para efeito do que interessa mais diretamente à discussão que realizamos neste capítulo, salientemos rapidamente as questões relativas ao ensino noturno e ao problema da receptividade junto à população pobre de Maceió, através de um breve levantamento das matrículas e frequências dos alunos às aulas e por meio das intervenções ocorridas no debate de 1883/4. Por fim, aprofundemos um pouco a análise em torno da própria natureza do ensino que deveria ser ofertado no Liceu.

TABELA II - LICEU DE ARTES E OFÍCIOS – NÚMERO DE MATRÍCULAS E FREQUÊNCIA MÉDIA (1884-1912)

ANO	MATRICULADOS	FREQUÊNCIA MÉDIA	% DE FREQUÊNCIA
1884	776	368	47,42
1886	676	462	68,34
1887	637		
1889	141		
1890	180		
1900*	141		
1901	236		
1903	292	178	60,96
1904	215	89	41,40
1906		323	

³⁷² MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Dr. Gabino Besouro, governador do Estado por ocasião de abrir-se a a^a sessão ordinária da 2^a legislatura em 15 de abril de 1894. Maceió: Typ. da Empresa Gutenberg, 1894., p. 4; MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Exm. Coronel Francisco Manoel dos Santos Pacheco, vice-governador por ocasião de instalar-se a 2^a sessão ordinária da 5^a legislatura em 19 de abril de 1900. Maceió: Empresa da Tribuna, 1900, pp. 6/7; MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Euclides Vieira Malta governador do estado por ocasião da instalação da 1^a sessão ordinária da 6^a legislatura em 15 de abril de 1901. Maceió: Empresa d’A Tribuna, 1901, pp. 10/1.

³⁷³ Diversos relatórios tratam da questão. Para alguns, consultar: MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Euclides Vieira Malta, governador do estado por ocasião da instalação da 2^a sessão ordinária da 6^a legislatura em 20 de abril de 1902. Maceió: Typ. Oriental, 1902; ESTADO DE ALAGOAS. Mensagem dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Euclides Vieira Malta, Governador do Estado, por ocasião da abertura da 1^a sessão da 10^a legislatura, em 30 de abril de 1908. Maceió: Lithographia Trigueiros, 1908; ESTADO DE ALAGOAS. Mensagem dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Euclides Vieira Malta, Governador do Estado, por ocasião da abertura da 2^a sessão da 10^a legislatura, em 18 de abril de 1910. Maceió: Typographia e Papelaria de Tavares Irmão & Ca., 1910.

1907	398	201	50,50
1908	355	177	49,86
1912		312	

FONTE: Relatórios e Fallas de presidentes de Província e governadores de Estado, vários anos; A Tribuna, várias edições; *Relativos a pouco mais de três meses apenas, desde a sua reabertura, em setembro, até perto do final do ano.

Os números que conseguimos apurar em relação a matrículas e frequências, embora incompletos, fornecem alguns dados para pensarmos a importância da experiência. Cabe salientar, todavia, que tais números não se referem necessariamente a artistas, operários e trabalhadores em geral que se predisõem a instruir-se. Neles incluem-se todas as matrículas relativas às disciplinas ofertadas, desde as elementares até as cadeiras superiores. Se nos três primeiros anos notamos um número de matriculados auspicioso, girando na casa das 650 matrículas, a partir de então acontece uma diminuição que pode ter sido fruto das dificuldades que foram aparecendo para a consolidação do Liceu de Artes e Ofícios. Apenas em sua nova fase, pós-1900, veremos uma retomada do crescimento de matrícula, porém jamais chegando aos números empolgantes do início das atividades. Salientamos, todavia, que o número total de matrículas, não se refere ao número de alunos matriculados, já que tal número diz respeito ao número de matrículas realizadas em cada cadeira ofertada, havendo alunos que se matriculam em mais de uma cadeira. Numa fase mais modesta de suas atividades, quando o ímpeto da novidade fora arrefecido pelas dificuldades enfrentadas, vimos nada menos que 16 disciplinas sendo ofertadas.³⁷⁴ Com esse parâmetro, podemos considerar que cerca de 20 disciplinas/cadeiras distintas sendo ofertadas concomitantemente é um número prudente para a primeira fase (1884/7). A partir desse dado, percebemos que haveria uma média de mais de 30 alunos por cadeira, um feito notável para o ensino noturno à época.

Em relação à frequência, a partir dos dados que puderam ser encontrados, havia um índice que girava entre 40% e 60%, chegando a mais de 68% em 1886. Estes índices, se

³⁷⁴ ESTADO DE ALAGOAS. Mensagem dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Euclides Vieira Malta, Governador do Estado, por ocasião da abertura da 1ª sessão da 10ª legislatura, em 30 de abril de 1908. Maceió: Lithographia Trigueiros, 1908, p. 14 – As disciplinas ofertadas eram: Primeiras Letras, Português, Francês e Inglês, Aritmética, Geometria, Geografia e História [estas duas contavam como uma apenas], Física, Química, Escrituração Mercantil, Desenho de figuras e Caligrafia, Desenho de Ornatos, Piano, Música vocal e instrumental.

considerarmos a média de frequência do período para a educação formal e a própria experiência das aulas noturnas da *Instrução e Amparo*, como veremos abaixo, são mais do que satisfatórios.

A hora noturna, teoricamente tempo de descanso e lazer, para recompor o corpo da labuta diária, com péssimas condições de iluminação, passa a ser pouco convidativa para a aquisição das primeiras letras, instrução dos corpos ou ilustração do espírito. Junte-se a isso a quase que natural indisposição de trabalhadores que labutam o dia inteiro em postarem-se diante de alguém que lhes irá ministrar conhecimentos. Na série de artigos escrita por Pedro Nolasco Maciel e já citadas acima, o tipógrafo e jornalista parte em defesa do Liceu, porém deixa clara a sua preocupação em torno da necessidade de que as classes artística e operária respondam positivamente a este projeto. Lembrando o caso das aulas sustentadas pela fábrica de Fernão Velho, que foi extinta “por falta de alunos”, explicita seu entendimento sobre o baixo interesse da classe trabalhadora em instruir-se.³⁷⁵ Como uma das causas para o baixo comprometimento popular, Nolasco indica, de maneira preconceituosa, a “preguiça”. Uma outra seria o fato de que os artistas “ainda não estão convictos dos benefícios da instrução”, portanto “é preciso que se lhes incitem e estimulem, a fim de aceitarem como verdadeira a pregação dos apóstolos da luz.”³⁷⁶

Cabe, agora, discutir um pouco as características do ensino ministrado na instituição. Segundo Mônica Santos e Rosilda Silva, como já salientado nas críticas de seus adversários, apontam para o caráter acentuadamente teórico da formação empregada no Liceu em detrimento da “formação técnica”, o que terminou fazendo com que a instituição se tornasse um “curso de humanidades noturno”. Efetivamente, em alguns períodos, chegaram a ser ofertadas 21 cadeiras de “humanidades” contra apenas 3 de “artes e ofícios”.³⁷⁷ Esta, inclusive, é a avaliação que o presidente da província realiza um pouco após a abolição da escravidão. Para ele o Liceu havia quase se “convertido” em “curso noturno de humanidades”, visto que em relação à “aplicação especial ao ensino técnico, só tem as aulas

³⁷⁵ Fernão Velho constituía-se, à época, como principal núcleo fabril de Alagoas, a partir da instalação da fábrica de tecidos da Cia. União Mercantil, em 1865.

³⁷⁶ MACIEL, Pedro Nolasco. Liceu de Artes e Ofícios I. Gutenberg, 16 de janeiro de 1884, p. 1; IDEM. Liceu de Artes e Ofícios II. Gutenberg, 19 de janeiro de 1884, p. 1; IDEM. Liceu de Artes e Ofícios III. Gutenberg, 22 de janeiro de 1884, p. 1.

³⁷⁷ SANTOS, Mônica Louise e SILVA, Rosilda Germano. O ensino de ofícios em duas instituições do século XIX em Alagoas. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.). **Intelectuais e processos formativos em Alagoas** (séculos XIX – XX). Maceió: Edufal, 2008 (pp. 89/106), pp. 100/4.

de desenho, a oficina tipográfica e a de encadernação.”³⁷⁸ Com uma tonalidade menos acentuada, em seu relatório de 1904, o governo reconhece o desvirtuamento da característica fundamental do ensino numa instituição como esta, porém produz um julgamento sobre a questão que nos interessa aqui. Apesar de o Liceu de Artes e Ofícios não ser bem aparelhado, tanto para as aulas propriamente de artes como em termos de oficinas, “a instrução que ali *recebem* os alunos” não só é “necessária para que possam sair do círculo da ignorância”, como também “é suficiente para lhes dar boa orientação e não deixá-los cair na rotina tão comum à maioria das referidas classes no nosso meio.”³⁷⁹

Está montado o cenário para a efetivação de uma *pedagogia da moralidade*³⁸⁰ que esteja voltada particularmente às classes populares e trabalhadores. Junto com a educação formal, digamos assim, havia diversos outros espaços para disseminação desta pedagogia com claras tonalidades políticas e pedagógicas. As mutuais contribuíram para esta reforma dos costumes com as romarias cívicas, os préstitos fúnebres, as comemorações, espaços de divulgação de condutas, fortalecimento de atitudes, conagração de sócios efetivos e beneméritos, circulação de símbolos. Como afirma Francisco de Assis Oliveira para o caso de Fortaleza, tudo virava um “amplo painel de pedagogia, e de modelagem dos espíritos”.³⁸¹

4.2 - A *Sociedade Instrução e Amparo* e a oferta de aulas noturnas

³⁷⁸ FALLA com que o exm. Snr. Dr. José Gesario de Miranda Monteiro de Barros abriu a 1ª sessão da 27ª legislatura da Assembléia Provincial das Alagoas em 6 de outubro de 1888. Maceió: Typographia do cônego Antonio José da Costa, 1888, p. 11.

³⁷⁹ MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Joaquim Paula V. Malta, governador do estado por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura em 17 de abril de 1904. Maceió: Oficinas Fonseca, 1905, p. 20). Tocamos aqui, novamente, no caráter pedagógico deste tipo de instrução, como já discutido em termos teóricos no início do capítulo.

³⁸⁰ Cf. CASTANHA, André Paulo. A organização da instrução pública na província de Mato-Grosso (1834-1873). In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth M. e REIS, Rosinete Maria dos. **Instantes e memória na História da Educação**. Brasília, DF/ Cuiabá, MT: INEP/EDUFMT, 2006. pp. 37/62.

³⁸¹ OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os caixeiros no Ceará**. Op. cit., p. 88. Neste trabalho, ficamos sabendo que a Sociedade Phenix Caixeiral, entidade mutual de Fortaleza, oferece aulas noturnas a partir de 1891, prevendo uma frequência de 200 alunos. Não sabemos até que ponto esta expectativa se concretiza. Destas experiências iniciais, surge a Escola de Comércio como “escola útil para o trabalho”. A pesquisa sugere alta taxa de frequência às aulas, pelo menos durante um certo período. IBIDEM, pp. 24; 44; 73.

Além das instituições comentadas acima, algumas outras sociedades oferecem aulas noturnas, principalmente de primeiras letras.³⁸² Pelo que temos verificado – e o caso bem documentado da *Sociedade Instrução e Amparo* é prova cabal disto, como veremos –, parece-nos improvável que estas diversas aulas pulverizadas possuam número avultado de alunos matriculados e/ou assíduos. Assim, cabe aqui levantar algumas questões: estas aulas não são gratuitas, de maneira geral, pois ou se cobra alguma taxa de inscrição e/ou matrícula, ou esta já vem embutida nas mensalidades que os sócios pagam às respectivas entidades; poucas devem ser as aulas ofertadas gratuitamente pelos professores, e o pagamento dos serviços normalmente onera parte significativa das forças de seus cofres; apesar destes indícios levantados, parece-nos, não se encontra nenhum movimento no sentido de aglutinar esforços ou mesmo de seccionar a oferta de aulas por região da cidade e/ou tipo de ensino ofertado. Assim, está claro que a instrução é um valor em si, merecendo os esforços que cada uma destas sociedades realiza para alfabetizar, letrar e ilustrar seus sócios (e filhos destes). Por outro lado, revela-se que existe uma dificuldade de empreitadas efetivamente em comum destas sociedades. Muitas abraçam causas conjuntamente, e até apoiam umas as iniciativas das outras, porém deixando claro que tais iniciativas são responsabilidade e mérito exclusivo desta ou daquela entidade. Talvez a única exceção que encontramos para o período estudado seja a da Abolição da escravatura, não só em razão dos esforços particulares que diversas associações realizam pela causa, mas muito especificamente pelo exemplar caso de congregação, em torno da *Sociedade Libertadora Alagoana*, de diversas outras congêneres que muitas vezes parecem afiliadas desta (como é o caso das Libertadoras feminina, dos artistas, e dos estudantes, dentre outras).

As aulas noturnas da *Instrução e Amparo*, ocorrendo entre as 6 e as 9 da noite, começam a funcionar em 23 de outubro de 1882, na casa 71, rua Boa Vista, tendo sido preparado um salão “com todos os utensílios necessários”, com as cadeiras de Português (tendo como professor o sócio José Gomes Pereira), Aritmética e Escrituração Mercantil “além de outras matérias”. Com número reduzido de matrículas, frequência mediana e aproveitamento baixo, as aulas encerram-se neste primeiro ano em 20 de dezembro.³⁸³ Talvez haja aqui uma avaliação muito otimista da diretoria no sentido de achar que em

³⁸² Como nota Aldrin Castellucci, “os investimentos em educação de seus sócios parecia ser também um meio de garantir qualificação profissional aos filiados com vistas ao controle do mercado de trabalho nos moldes do que era feito pelas corporações de ofício antes de serem proibidas pela Constituição Imperial de 1824”. CASTELLUCCI, Aldrin. **A luta contra a adversidade**: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). Op. cit., pp. 57/8.

³⁸³ Cf. várias notas esparsas nas atas da Sociedade Instrução e Amparo trabalhadas no segundo capítulo. Seção Livre. Diário da Manhã, ano I, nº 284, 30 de dezembro de 1883, pp. 2/3.

apenas 2 meses de aulas haveria mobilização suficiente para que se justificasse iniciar as aulas já próximo do final do ano. Na proposta original, foram planejadas aulas de inglês para as quintas-feiras, porém, como não houve matriculados, decidiu-se por bem ofertar Português nesse dia, para adiantar os estudos da matéria.³⁸⁴

**QUADRO VII - DISTRIBUIÇÃO DAS CADEIRAS E PROFESSORES DAS AULAS
DA INSTRUÇÃO E AMPARO**

DIA	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
Cadeira	Português	Aritmética	Francês	Português	Escrituração mercantil	Português
Professor	José Gomes Pereira		Guido Duarte			José Gomes Pereira

As aulas de Língua Portuguesa, Aritmética e Escrituração Mercantil, pelas habilidades exigidas no tirocínio comercial, são expectativas naturais para um curso de preparatórios ofertado por uma sociedade caixeiral. De praxe, eram exigidos os rudimentos das primeiras letras e das operações básicas da matemática, ofertadas pelas duas primeiras disciplinas. Já a Escrituração Mercantil significava a possibilidade de aquisição de um saber mais aprofundado na matemática e que fosse aplicado às técnicas comerciais mais comumente exigidas em atividades de balanço, conferência de estoques, vendas a prazo, cálculos de juros nas amortizações de dívidas etc., atividades corriqueiras para os que galgassem um posto mais alto na carreira de empregado do comércio. Nesses termos, em certa medida, percebe-se que há alguma confluência entre os princípios pedagógicos defendidos por Guido Duarte e as cadeiras analisadas até aqui. Porém, algo se complica na explicação de uma cadeira como Francês, inserida nestas aulas noturnas. Podemos avançar um pouco em sua análise, sem contudo sermos conclusivos, no sentido de entender que tal escolha era extremamente comum já que, na aquisição de uma segunda língua, o Francês possuía prestígio social e cultural suficiente para justificar esta língua em detrimento do Inglês que, nas práticas comerciais de uma cidade portuária como Maceió, possuía cada vez mais proeminência em relação a outras línguas estrangeiras. Ademais, com o domínio do Francês, ainda existiam ótimas oportunidades de se estabelecer parcerias comerciais e financeiras com firmas e representantes franceses instalados no porto de Jaraguá. Uma outra explicação para tal escolha pode ser o simples fato de que a *Instrução e Amparo* teria em sua principal

³⁸⁴ Ata da Sexta Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano I, nº 259, 28 de novembro de 1882, p. 2.

liderança tal professor, faltando o profissional para o Inglês. Não sabemos ao certo o móvel de tal escolha. De todo modo, começamos a perceber uma leve fricção entre os princípios pedagógicos de Duarte, sua declarada opção positivista e evolucionista, e a opção de oferta do Francês, língua muito concorrida à época, porém muito ligada ao ensino das humanidades, ao beletismo desinteressado e nada utilitário de uma certa aristocracia agrária que estava sempre capturada pelas malhas dos financistas. Ou então, podemos pensar que tal escolha se devia pura e simplesmente ao fato de que, como a aspiração a ascender socialmente, tornar-se publicista, jornalista ou negociante estabelecido deve vir acompanhado da aquisição do tesouro da melhor cultura oferecida pelo mercado mundial das Belas-artes.

Na sessão de 3 de dezembro de 1882, Benedicto de Andrade, que termina sendo um dos diretores mais preocupados com os rumos das aulas ofertadas, reclama da falta de assiduidade dos alunos do curso. Na sessão seguinte, realizada em 10 de dezembro, propõe o trancamento das matrículas aos membros do Conselho Diretor, pois afazeres inerentes ao cargo que ocupam na entidade não lhes permitem que frequentem as aulas noturnas. A proposta é discutida e, mesmo acarretando uma sanção que afetaria diretamente os presentes, é aprovada por unanimidade.³⁸⁵ Aqui, parece-nos ficar claro que, por trabalharem o dia inteiro, resta apenas os períodos noturnos aos sócios-diretores para darem conta de seus afazeres na diretoria e estudarem. Como, aparentemente, a demanda dos cargos em que estão investidos lhe ocupa este “horário vago”, terminam sendo impedidos de frequentar as aulas noturnas, para adquirir a instrução pela qual lutam como objetivo principal da entidade e dos demais sócios. Além de ser mais um exemplo da extensa jornada de trabalho, revela-se aqui um pouco da abnegação e empenho de que se imbuem os homens que se engajam na organização de entidades mútuas como estas. Particularmente no caso dos caixeiros, esta opção é mais difícil ainda em razão das poucas horas de descanso que possuem.³⁸⁶

A abertura das aulas noturnas no ano seguinte (1883) deveria ocorrer em 8 de janeiro, porém foi adiada, por algum motivo que não pudemos apurar, para 21 de janeiro.³⁸⁷ Em reunião ocorrida em finais de janeiro, em razão da baixíssima frequência dos alunos às aulas, era preciso tomar medidas para salvaguardar os interesses da Associação, porém “sem deixar ao mesmo tempo de manter o curso de preparatórios para aquele [sic] dos associados

³⁸⁵ CF. Atas das 10 e 11ª Sessões Ordinárias do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo, já citadas.

³⁸⁶ Ata da 11ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 336, 4 de março de 1883, pp. 2/3.

³⁸⁷ Notícias do dia. Diário da Manhã. Ano II, nº 303, 24 de janeiro de 1883, p1/2; ata da 12ª Sessão Ordinária da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros, que encerra o ano de 1882, p. 1.

que, ao contrário dos outros, quisesse aproveitar-se de tão importante vantagem”. A medida proposta e aceita foi a de cancelar o aluguel do imóvel nº 71 da rua Boa Vista e de sua mobília e, por conseguinte, dispensar o encarregado da limpeza, que ao todo custam “vinte e tantos mil réis mensais” aos cofres da entidade. De 1º de março em diante, as aulas, reuniões e assembleias ocorreriam na casa nº 58, residência do presidente Guido Duarte.³⁸⁸

Os problemas relativos às faltas dos alunos, que eram tão comuns ao ponto de muitas vezes não ocorrerem aulas, terminavam por desestimular a assiduidade dos próprios professores, ocorrendo eventualmente a falta destes. Em decorrência de um problema de tal ordem, em março o presidente Guido Duarte comunica que pelas reiteradas faltas do professor da cadeira de Português, Jose Gomes Pereira – ora por diversos afazeres, ora por moléstia –, o que prejudicava “ao bom andamento do curso de preparatórios”, resolveu assumir a regência desta cadeira.³⁸⁹

Algumas semanas depois, por ocasião da avaliação em reunião da reiterada ausência dos alunos matriculados às suas cadeiras, Guido Duarte avalia a conveniência de serem excluídos das matrículas os alunos que desde janeiro até abril não compareceram às aulas, “para evitar assim o trabalho de estarem os professores a escrever-lhes os nomes nas cadernetas e anotar-lhes as faltas interruptas”, sem expectativa de que algum dia tais alunos venham a frequentar tais aulas. É curioso o motivo alegado para a exclusão dos alunos – o trabalho extra de escrever os nomes destes nas listas e apontar suas faltas –, mas ele pode significar que os professores ministram suas aulas gratuitamente, alguns talvez sendo sócios benemerentes. Por ocasião dessa discussão, deliberou-se favoravelmente a essa decisão, o que acarretou a eliminação de seis alunos/sócios: Pedro de Almeida, Antonio Carlos Maciel, Antonio Pedro de Andrade Silva, João Francisco de Andrade, Manoel Carneiro de Almeida, José Mauricio de Lima Filho.³⁹⁰

Com a listagem desses nomes, e levando-se em conta as frequências médias anotadas das cadeiras (como segue abaixo), além de um ou outro nome de alunos que são citados nas atas, temos certamente menos de 15 alunos matriculados até finais de abril de 1883 nas aulas da Instrução e Amparo. Talvez esse número não passe de uma dezena. Num universo de 53 sócios que encontramos para a entidade (entre honorários, correspondentes e instaladores e/ou efetivos), levando-se em conta que alguns são letrados, é um número razoável de

³⁸⁸ Ata da 14ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 348, 18 de março de 1883, p. 3.

³⁸⁹ Ata da 17ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 392, 12 de abril de 1883, p. 2.

³⁹⁰ Ata da 18ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 395, 16 de maio de 1883, p. 3.

matriculados (cerca de 20%), mas pequeníssimo em relação ao dispêndio e esforços empregados ou em relação ao contingente geral de trabalhadores no comércio que deseja instruir-se. Deve-se levar em consideração que a jornada de trabalho é um dos pontos que termina dificultando a frequência às aulas, havendo muitos dos empregados que se matriculam na expectativa de serem liberados mais cedo de suas lojas, o que não ocorre por diversos motivos. Muitos deles só são liberados após as 9 da noite, tornando inviável o estudo. Este, inclusive, será um dos argumentos utilizados na sensibilização da opinião pública por ocasião das campanhas de fechamento de portas, como veremos no próximo capítulo.

Após ser sabedor desta decisão do Conselho Diretor da Instrução e Amparo, o sócio João Francisco de Andrade solicita sua eliminação do grêmio, justificando tal pedido com o fato de “não poder, por motivos estranhos à sua vontade, frequentar as aulas do curso”. Seu pedido foi aceito por unanimidade pelo Conselho Diretor e, sobre ele, cabe uma breve conjectura.³⁹¹ Pensemos um pouco no caso: ele era um sócio que vinha mantendo com regularidade seus pagamentos (informa-se que estava “quite com a associação”) e que, ao que parece, pela sua justificativa, associara-se na expectativa de ter acesso a algum grau de instrução formal com as aulas que seriam ofertadas na entidade em período noturno. Pode-se imaginar a seguinte situação: João Francisco calculava o quanto estava gastando de seu parco salário (não ficamos sabendo onde trabalhava, nem quanto recebia, porém não é plausível, pelo já apresentado neste trabalho, que ganhasse um bom ordenado) e até que ponto valia o pagamento de sua mensalidade. Obviamente, como não estava frequentando as aulas, o resultado de seus “investimentos” resultava negativo: em vez de saldo, estava com um *déficit*, e suas expectativas vinham-se frustrando a cada semana e mês daquele semestre. Mas não era apenas deste modo que ele raciocinava, pois apostava num futuro melhor e esperava que, a partir de algum momento, nas tênues negociações com seu patrão, pudesse ser liberado mais cedo para adquirir as *primeiras letras*, quem sabe consolidar os conhecimentos de aritmética nas aulas de escrituração mercantil e almejar posto mais alto na hierarquia da carreira no comércio, que lhe possibilitasse melhores salários e uma jornada de trabalho menos intensa, como era o caso dos guarda-livros. Com a exposição de seu nome em reunião e Ata do Conselho Diretor da entidade, em 29 de abril daquele ano, decidira cancelar seu vínculo com a mutual dos caixeiros, ora porque não havia mais jeito para alcançar seu objetivo de estudar – já que tivera a matrícula eliminada –, ora porque possuía

³⁹¹ Ata da 19ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 406, 30 de maio de 1883, p. 2.

dignidade e não gostara de ver seu nome sendo tratado daquela forma pela associação na qual confiara. Seu intento fora inútil: seu desejo não foi atendido pelo seu patrão, nem entendido pelos seus colegas de profissão.

Após um semestre inteiro de pouquíssimos alunos frequentando as aulas da casa 58 na rua Boa Vista, Guido Duarte, na condição de “professor geral do curso de preparatórios”, achou necessário estipular um prazo de inscrição de alunos nas aulas, bem como autorizar o Conselho a eliminar matriculados “que seguidamente e sem justificação tenham faltado por um mês”. Aceitas ambas as medidas, estipulou-se para a primeira delas o período de matrícula como sendo de 7 de janeiro a 7 de fevereiro de cada ano. Qualquer sócio que viesse a assistir às aulas desde então seria considerado ouvinte.³⁹² Como se percebe, era uma assembleia geral, soberana em relação aos demais papéis e decisões da diretoria e, na prática, Duarte se aproveita dessa assembleia convocada por um dado motivo (o número insuficiente de sócios) e muda itens do estatuto da entidade.

Mas quem e quantos se matricularam nessas disciplinas? Como eram ministradas as aulas? Qual a frequência e aproveitamento obtidos nelas? Qual o proveito tirado, após tantos esforços e gastos dos cofres sociais, em torno da instrução oferecida pela sociedade a seus sócios e familiares? Vamos, então, aos números.

QUADRO VIII - MATRÍCULAS, FREQUÊNCIAS E APROVEITAMENTOS NAS CADEIRAS OFERTADAS PELA INSTRUÇÃO E AMPARO (OUT/DEZ DE 1882)

CADEIRAS		Português	Francês	Aritmética	Escrituração Mercantil
MATRÍCULAS		1 ^a = 12 2 ^a = 13 3 ^a /6 ^a = 16	1 ^a = 1 2 ^a = 2 3 ^a /6 ^a = 4	16	1 ^a = ? 2 ^a = 13 3 ^a /6 ^a = 14
FRE- QUÊN- CIA	1 ^a semana	6 (média)	1	12	11
	2 ^a semana	5 (média)	0	5	5
	3 ^a , 4 e 5 ^a semanas	4 (média)	1 (média)	2 (média)	4 (média)
	6 ^a semana	5 (média)	1	1	1
APROVEI- TAMENTO	bom	4		1	2
	sofrível	7	1		1

FONTE: Atas da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió (1882)

³⁹² Ata da 1^a Sessão da Assembléia Geral Extraordinária da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, n° 442, 12 de julho de 1883, p. 2.

QUADRO IX - MATRÍCULAS, FREQUÊNCIAS E APROVEITAMENTOS NA CADEIRA DE PORTUGUÊS DA INSTRUÇÃO E AMPARO – janeiro a julho de 1883

SEMANA	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	APROVEITAMENTO	
			bom	sofrível
22/jan a 11/fev	8	1		
19 a 24/fev	8	1 (apenas 2 dias)		
26/fev a 18/mar	8	1 (apenas 3 dias)	1	
25 a 31/mar	8	1 (apenas 2 dias)	1	
2 a 14/abril	8	2 (em 3 dias)*	1	1
16 a 28/abril	10	3 (média)	2	1
30/abril a 12/maio	4	2 (média)	2	1
14 a 19/maio	4	3	1	
21 a 26/maio	4	2	2	2
28/mai a 2/jun	4	2	1	
6 a 9/jun	4	2 (média)	1	1 (“má”)
11 a 30/jun	4	2(média)		
2 a7/jul	3	1		1
9 a 21/jul	3	2 (média)	1	

FONTE: Atas da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió (1883); *Guido Duarte assume a cadeira, que vinha sofrendo faltas do professor titular, José Gomes Pereira. Ao que parece, a frequência melhora.

QUADRO X - MATRÍCULAS, FREQUÊNCIAS E APROVEITAMENTOS NA CADEIRA DE ARITMÉTICA DA INSTRUÇÃO E AMPARO – janeiro a julho de 1883

SEMANA	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	APROVEITAMENTO
			BOA
22/jan a 11/fev	4	0	
19 a 24/fev	4	0	
26/fev a 18/mar	4	0	
25 a 31/mar	4	0	
2 a 14/abril	5	1 (dois dias)	1
16 a 28/abril	6	1	1
30/abril a 12/maio	2	1	1
14 a 19/maio	2	1	
21 a 26/maio	2	0	
28/mai a 2/jun	2	0	

6 a 9/jun	2	2	
11 a 30/jun	2	0	
2 a 7/jul	2	0	
9 a 21/jul	2	0	

FONTE: Atas da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió (1883)

QUADRO XI - MATRÍCULAS, FREQUÊNCIAS E APROVEITAMENTOS NA CADEIRA DE ESCRITURAÇÃO MERCANTIL DA INSTRUÇÃO E AMPARO – janeiro a julho de 1883

SEMANA	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	APROVEITAMENTO	
			BOA	SOFRÍVEL
22/jan a 11/fev	4	1 aluno, em dois dias apenas	1	
19 a 24/fev	4	1 aluno, em dois dias apenas (João Luiz Honorato de Almeida)	1	
26/fev a 18/mar	4	1 aluno, em três dias apenas (João Luiz Honorato de Almeida)	2[?]	
25 a 31/mar	4	1	1	

2 a 14/abril	5	2 (dois dias)		2
16 a 28/abril	5	2		1
30/abril a 12/maio	2	2		1
14 a 19/maio	2	1		
21 a 26/maio	2	1	1	
28/mai a 2/jun	2	1		
6 a 9/jun	2	1		
11 a 30/jun	1	0		
2 a 7/jul	1	0		
9 a 21/jul	1	0		

FONTE: Atas da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió (1883)

QUADRO XII - MATRÍCULAS, FREQUÊNCIAS E APROVEITAMENTOS NA CADEIRA DE FRANCÊS DA INSTRUÇÃO E AMPARO – janeiro a julho de 1883

SEMANA	MATRÍCULA	FREQUÊNCIA	APROVEITAMENTO
22/jan a 11/fev	1 (Antonio Pedro de Andrade)	0	
19 a 24/fev	1	0	

26/fev a 18/mar	1	0	
25 a 31/mar	1	0	
2 a 14/abril	1	0	
16 a 28/abril	1	0	
30/abril a 12/maio	*s/informação – não há matriculados, com a eliminação de Antonio Pedro de Andrade – a cadeira está suspensa?		

FONTE: Atas da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió (1883); *A partir dessa data as atas não fazem mais referências à cadeira. Com a eliminação de Antonio Pedro de Andrade, não há matriculados e a cadeira está suspensa.

A partir do levantamento exposto acima, destacamos inicialmente que a cadeira de Português possuiu mais matriculados e frequência que as de Aritmética e Escrituração Mercantil. Estas duas últimas cadeiras, após a primeira aula, apresentaram índices baixíssimos de alunos frequentes. Talvez, levando-se em conta o baixo aproveitamento, deva-se a rejeição a tais aulas pela dificuldade de abstração formal exigida nos conteúdos ministrados, ou mesmo pelo método de ensino. Apesar dessas ponderações, surpreende num curso destinado a caixeiros esta preferência, que chega ao dobro, em média. Isto pode significar, de um lado, a forte tradição literária presente na educação formal brasileira, mas por outro não se pode descuidar da importância da redação comercial, habilidade não muito fácil de se adquirir, e que era valorizada num contexto como aquele. É preciso notar, todavia, que há uma inclinação maior para a Escrituração Mercantil que para a Aritmética básica, e uma provável explicação para isto pode ser o fato de que, efetivamente, eram ensinadas aqui apenas as 4 operações básicas e que elas, *grosso modo*, já eram dominadas pelos empregados do comércio. A Escrituração Mercantil possibilitava o acesso a um conhecimento que, bem manejado, poderia propiciar ascensão na hierarquia do trabalho comerciário.

A eliminação dos alunos matriculados que não chegaram a frequentar um único dia de aula nos primeiros quatro meses do ano de 1883, ocorrida a partir do final de abril, resultou na redução de mais de 50% dos inscritos. De um total de 22 matrículas existentes, sobraram apenas 8, acarretando inclusive o fechamento da cadeira de Francês, que efetivamente não teve a frequência de um único aluno em 1883! Quadro parecido, para a cadeira de

Aritmética não se pode dizer que houve algum aluno que haja aproveitado as aulas, à exceção de um breve período entre abril e meados de maio. Cabe aqui uma breve conjectura, visto que esta tendência de aumento da frequência neste período também ocorre nas demais disciplinas. Teria isto a ver com o fato de que Guido Duarte assumira praticamente todas as aulas, e que havia uma empatia mais forte com ele por parte dos demais alunos? Fica a dúvida.

Acerca do aproveitamento da aprendizagem aferida nos levantamentos, cabe uma breve informação. Parece-nos que a partir de um determinado número de aulas, fica claro, para o professor, que um determinado tópico desenvolvido já foi assimilado pelo (s) aluno (s); aquele toma, provavelmente em uma arguição oral, o conteúdo ministrado a título de uma verificação da aprendizagem para passagem a um outro tópico ou unidade, podendo significar, em alguns casos, até em passagem para uma cadeira superior. Vamos aos números! Para os dois meses de 1882, além de um aproveitamento negativo para Francês e um positivo para Aritmética, temos que das três arguições tomadas de Escrituração Mercantil, houve um aproveitamento “bom” em duas delas. Já para Português, com um *notável* número de 11 arguições realizadas em tão pouco tempo, apenas quatro foram positivas, enquanto as demais foram sofríveis. Em 1883, esta disciplina continua sendo a que possui um melhor desempenho pedagógico. Das vinte tomadas de aulas entre os aspirantes das primeiras letras da língua pátria, treze foram boas e sete sofríveis, perfazendo um aproveitamento bom de 65%. Em Escrituração Mercantil, das dez tomadas de aulas, seis foram boas e quatro sofríveis. Em relação à cadeira de Português, revela-se um índice de aproveitamento significativamente menor em termos de arguições realizadas, porém com um aproveitamento quase igual, ficando em 60% bom. Já para Aritmética, temos apenas 3 arguições, todas consideradas boas. Registra-se a ausência de qualquer avaliação em Francês.

Pelo que podemos depreender do que foi exposto e analisado até agora a partir das atas, apesar de certamente não corresponder à realidade visto que em alguns casos não são indicados os nomes dos alunos matriculados e/ou frequentes, pode-se dizer que, até inícios de abril de 1883, apenas João Luiz Honorato de Almeida teve algum proveito efetivo nas aulas de Português e de Escrituração Mercantil ministradas pela Instrução e Amparo. É bom notar, de qualquer modo, que nas avaliações que este aluno realiza, suas *notas* são ora *boas*, ora *sofríveis*, havendo uma oscilação na qualidade da aprendizagem. De todo modo, na ata de 20 de maio (21^a Sessão), informa-se que “por seu adiantamento”, ou seja, pela assiduidade nas aulas e aprendizagem, frequenta a partir de agora “a cadeira superior” de

Português. Além de denotar o bom aproveitamento que o aluno vem obtendo na disciplina, deixa-se claro que as aulas são ministradas pelo método individualizado. Esta constatação é natural, sobretudo pela quantidade de matriculados na maioria das disciplinas. De qualquer modo, é preciso perceber que uma coisa são as ideias e os princípios pedagógicos que guiam a prática de Guido Duarte, porém em sua efetivação nas aulas da *Instrução e Amparo*, particularmente no que se refere ao método de ensino, até mesmo pelas condições estruturais de oferta destas aulas, número de alunos envolvidos, etc., como já salientado, há divergências com as bases filosóficas propugnadas pelo seu mentor. Convém notar ainda que, desde abril, um novo aluno começa a frequentar as aulas com alguma assiduidade, Francisco Souto Fontan.

Voltando ao sócio-aluno João Luiz. Pode-se conjecturar que ele já pertence ao mundo letrado, tendo alcançado mais do que os rudimentos nas primeiras letras e já podendo frequentar as aulas superiores. Tanto que ele chega a doar vários livros para a biblioteca da entidade, inclusive *O Guarany*, de José de Alencar, como se percebe da relação que segue abaixo, no tópico em que discutimos as bibliotecas das duas entidades. Este gesto pode indicar que um aluno que frequenta o curso superior da cadeira de Português já possui um nível de letramento considerável, pensando que tal livro fora lido por Honorato antes da doação. Fora lido, não precisava mais dele! As aulas que frequentou fizeram não só que passasse a perflustrar a prosa e a poesia em língua portuguesa, mas que passasse a ser considerado em condições de assumir um cargo de diretor da entidade, coisa que obviamente se devia ao seu nível de letramento, bem como às afinidades construídas no convívio da sala de aula e engajamento que ele vinha adquirindo em relação à *Instrução e Amparo*. Tanto que, na 1ª Sessão da Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade, convocada para recomposição do Conselho Diretor da Entidade, em função da vacância gerada pela saída de alguns membros, ele passa a ser membro do Conselho na condição de procurador. Por ter assumido posto na diretoria, curiosamente, João Luiz Honorato de Almeida é eliminado das cadeiras em que estava matriculado, visto não ter mais, a partir de agora, tempo hábil para se dedicar aos estudos em razão dos encargos que lhe iriam onerar o escasso tempo.³⁹³

A prática pedagógica encetada por Guido Duarte na *Instrução e Amparo* não se restringe apenas às aulas do curso preparatório noturno. Além de toda a pedagogia do ritual, da encenação pública dos atos regimentais, entre outros aspectos educativos e formativos de

³⁹³ Ata da 24ª Sessão Ordinária do Conselho Diretor da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. Seção Livre. Diário da Manhã, ano II, nº 444, 14 de julho de 1883, pp. 2/3.

uma sociedade desta natureza, teríamos ainda, ao menos, duas outras áreas de atuação. As palestras, conferências e discursos proferidos em diversas ocasiões festivas, algumas vezes a convite, com representante da entidade, em ocasiões festivas de outras sociedades eram espaços de disseminação do saber e de construção de visões de mundo.³⁹⁴ De outro lado, havia uma preleção, também possuindo um forte viés formativo e pedagógico, que ocorria a cada reunião do Conselho Diretor da Instrução e Amparo, após o expediente rotineiro. Numa primeira leva de reuniões irá tratar de Noções elementares do Código Comercial. Em seguida começa a dissertar acerca das sociedades mercantis, e assim por diante.

Levando-se em conta os baixos índices de matriculados em geral da população alagoana em idade escolar e os índices menores ainda de frequência às aulas das cadeiras públicas, é possível concluir que algo deu errado no projeto de curso preparatório noturno da Instrução e Amparo? Essa é uma pergunta difícil de ser respondida, pois supõe entre outras questões um critério de análise e parâmetro que, pela escassez de estudos na área da instrução pública em Alagoas, ainda não podem servir de balizas para análise mais concreta. O certo, contudo, seria afirmar que, de alguma forma, as expectativas da diretoria da entidade, e em particular de seu Presidente Guido Duarte, não se concretizaram no número de matrículas e frequências, pois a entidade chegou a alugar prédio e mobília, e a contratar um servente para limpeza, sem muito retorno. Em termos de aproveitamento pelos alunos frequentes, parece-nos que a avaliação caminha no mesmo sentido de que tais resultados não corresponderam aos esforços despendidos. Neste sentido, primeiramente, é preciso levar em consideração as condições de trabalho dos caixeiros, com sua extensa jornada de trabalho que ou lhes impede de frequentar as aulas, ou então os deixam sem condições de concentração adequada após um dia inteiro de labuta. Num segundo momento, devemos levar em consideração a qualificação dos professores para ministrar tais conhecimentos, ponderando que provavelmente o método empregado foi o método individual, o que terminava por deixar o aluno à mercê do *estilo* pedagógico do professor. Por fim, as cláusulas estatutárias que terminaram, em alguns casos, impedindo membros da diretoria de frequentarem tais aulas em razão da necessidade de se dedicarem a outras atividades da própria entidade nos poucos horários vagos.

³⁹⁴ A título de exemplo, veja-se a segunda conferência popular intitulada “O espírito e a matéria”. In: Avisos. Diário da Manhã, ano I, nº 240, 5 de novembro de 1882, p. 2.

4.3 - A *Perseverança e Auxílio* e as aulas noturnas

O ensino noturno na *Perseverança* é discutido em sessão extraordinária de 23 de outubro de 1882, quando se delibera positivamente, iniciando-se as aulas em 10 de dezembro de 1882.³⁹⁵ Levando-se em conta a proximidade do final do ano, aparentemente, esta é uma decisão tomada a partir do exemplo da Sociedade Instrução e Amparo, que iniciara suas aulas algumas semanas antes, como vimos, despertando a inveja ou o desejo da diretoria da *Perseverança* em efetivar tal intento.

O perfil das aulas era propiciar as chamadas primeiras letras, com rudimentos da Língua Portuguesa e das operações básicas da Matemática. Como se vê no quadro elaborado abaixo, desde o início existiu pelo menos uma cadeira destinada ao preparo para o trabalho de contabilidade comercial, o que habilitava os alunos frequentes a pleitear uma ascensão em sua vida funcional. A tentativa de inserir disciplinas relativas à área da geometria – algo comum em curso destinados a comerciários – não foi bem-sucedida.

QUADRO XIII - OFERTA DE CADEIRAS NAS AULAS NOTURNAS DA PERSEVERANÇA E AUXÍLIO

DISCIPLINA	1883 1º semestre	1883 2º semestre	1897 2º semestre	1912	1913
Português	X	X	X	X	X
Francês	X	X	X	X	X
Inglês	X		X	X	X
Aritmética	X	X	X	X	X
Caligrafia		X			
Desenho		X			
Escrituração Mercantil	X	X	X	X	X
Geografia				X	X

FONTE: Elaboração própria a partir de diversas notas publicadas na imprensa local.

Aparentemente as cadeiras mais freqüentadas eram, como nas aulas noturnas da *Instrução e Amparo*, as de Português e Escrituração Mercantil.³⁹⁶ Ao longo da primeira

³⁹⁵ LIMA JR., Félix. *Maceió de outrora*, vol. 2. Op. cit. p.169; SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897, [memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897, pp. 1/8, passim.

³⁹⁶ A União, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, p. 4.

década do século XX, começa a ser maturado um Curso Comercial destinado de maneira mais específica ao “preparo técnico profissional” dos seus associados e filhos.³⁹⁷ Estas aulas serão o embrião do futuro curso superior, como veremos adiante. Em um anúncio de matrículas nas aulas para o segundo semestre de 1897, a *Perseverança* solicita que os “srs. Diretores dos estabelecimentos comerciais” façam constar aos seus empregados acerca destas aulas, para que haja um maior número de matriculados.³⁹⁸ Sugere-se, aqui, que há uma tentativa de sensibilização dos donos dos estabelecimentos no sentido de perceber os ganhos que uma melhor qualificação de seus caixeiros pode propiciar aos negócios. Não conseguimos encontrar, todavia, dados acerca do número de matriculados e de seus aproveitamentos. Apenas sabemos que o curso contava com 55 alunos em 1911 e 75 em 1913.³⁹⁹

Segundo as disposições dos estatutos da *Perseverança* em sua versão de 1883, o professor que lecionar gratuita e assiduamente por um ano nas aulas noturnas da sociedade será sócio benemérito. Para tanto, deveria, ainda mostrar “perfeito aproveitamento da parte de seus alunos”.⁴⁰⁰ Conseguimos identificar alguns destes professores que, por motivos os mais diversos, inclusive em função de redes clientelares que serão estabelecidas ao longo da trajetória da *Perseverança*, deram aulas gratuitas. Alguns deles se destacaram no magistério alagoano, como Moreno Brandão, João Agnelo Barbosa, Dr. Sidrônio Augusto Santa Maria e Aurino Maciel. Além deste quadro de professores que atuavam no magistério, havia também empregados e ex-empregados do comércio que ensinavam pelo saber prático adquirido no ramo, alguns deles membros ou ex-membros da sociedade, como José Avelino da Silva, Joaquim da Silva Costa e José Alcides Moraes.⁴⁰¹ No entanto, mesmo com as disposições dos estatutos, conseguimos encontrar apenas um nome, Manoel Vieira, lente de Escrituração Mercantil, que recebe o título de sócio honorário em 18 de dezembro de 1893 pelos serviços que vem prestando à entidade.⁴⁰²

³⁹⁷ Curso Comercial da S. B. Perseverança e Auxílio dos Empregados do Comercio de Maceió. Jornal de Alagoas, ano V, nº136, 10 de julho de 1912, p. 3.

³⁹⁸ Gutenberg, 14 de julho de 1897, p. 2.

³⁹⁹ Curso Comercial da S. B. Perseverança e Auxílio dos Empregados do Comercio de Maceió. Jornal de Alagoas, ano V, nº136, 10 de julho de 1912, p. 3; LIMA JR., Félix. Op. cit., p. 178.

⁴⁰⁰ Artigo 7º, parágrafo 2º, dos Estatutos da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. In: Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa). (1869 – 1887). L 94, E. 20. [Apa].

⁴⁰¹ LIMA JR., Félix. Op. cit., p. 178.

⁴⁰² SILVA, José Avelino. 30 de março de 1897 [memória histórica] In: 30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897 (pp. 1/8), p. 6.

Entre uma educação muito próxima da formalmente existente nos liceus públicos e escolas particulares do período, e um esforço de aprendizagem mais técnica e prática, as aulas noturnas da *Perseverança* contribuíram tanto para formar mão de obra básica para o comércio local, como na disseminação de uma cultura letrada e beletrista entre sócios e filhos de sócios.⁴⁰³

Um pouco mais raros, se bem que existentes, são os casos de professores particulares nas técnicas comerciais ou de aulas destinadas aos comerciários. Em 1911, Walter Allnut oferta um curso de Inglês Prático no período noturno, “tornando-o acessível aos empregados do comércio”. Luiz Monteiro da Silva, por sua vez, com experiência de ensino no Liceu de Artes e Ofícios, como já indicado acima, coloca anúncio nos classificados de que possui “algumas horas disponíveis” no período noturno, para ofertar as disciplinas de Contabilidade Comercial, Escrituração Mercantil, Português elementar e Francês “prático”.⁴⁰⁴

4.4 - A criação da Academia de Ciências Comerciais

Havia algum tempo que representantes do Poder Executivo fomentavam a ideia de um curso superior em ciências comerciais. Numa das mais ilustradas *Fallas* realizadas pelos presidentes de província de Alagoas, Joaquim Mello, por exemplo, advoga a ideia de escolas superiores que instruísem na “vida comercial e industrial” para que a província saísse do atraso em que estava.⁴⁰⁵ O lento porém constante desenvolvimento do comércio maceioense e alagoano no período estudado, a consolidação do porto de Jaraguá como referência no comércio regional, nacional e internacional, além do aumento de grandes casas comerciais e representações de firmas estrangeiras, demandavam também uma mão de obra mais

⁴⁰³ Lembramos que, entre o final do século XIX e durante praticamente as duas primeiras décadas do século XX, existirão aulas de música, com a criação da Escola Carlos Gomes. Seu coordenador e professor é Narciso Maia, maestro da Filarmônica Minerva. Na prática, a escola é praticamente uma outra sociedade, existindo até uma diretoria própria para administrá-la: Diretor: Antonio Murta; Secretário: Abilio Barreto; Tesoureiro: José Marcílio. In: Vinte de Julho, ano V, nº 1, 20 de julho de 1897, p. 4.

⁴⁰⁴ Inglês prático. A Tribuna, ano XVI, nº 4278, 11 de outubro de 1911, p. 3; Curso Comercial [anuncio]. IN: Diário Popular, ano I, nº 45, 3 de dezembro de 1908, p. 3.

⁴⁰⁵ FALA com que o Exm. Snr., Presidente Dr. Joaquim Tavares de Mello abriu a 2ª sessão da 24ª legislatura Assembléia Legislativa Provincial das Alagoas em 13 de abril de 1883. Maceió: s/id/ed, 1883, p. 11.

qualificada, que precisava ser suprida por um conjunto de habilidades adquiridas na conjugação do espaço da experiência cotidiana no local de trabalho, associada a um certo tratamento metódico adquirido em cursos de formação técnica. Já vimos que vinha se ensaiando um curso comercial em sentido mais restrito. A aproximação das diretorias da *Perseverança* com o grupo que ocupava o Poder Executivo estadual a partir de 1912 fortalece as pretensões da entidade, possibilitando a criação da Academia de Ciências Comerciais em 1916.

Como já salientado, um protótipo desta Academia foi o Curso Comercial. Nele, todavia, não vemos uma maior diferenciação das aulas que vinham regularmente sendo ofertadas pela *Perseverança*. Apenas denota-se uma ênfase maior no caráter prático de algumas matérias, como se percebe no quadro abaixo.

**QUADRO XIV - DISTRIBUIÇÃO DE DISCIPLINAS,
PROFESSORES E MÉTODOS DE TRABALHO NO CURSO
COMERCIAL DA PERSEVERANÇA E AUXÍLIO (1912)**

Dia (das 8h30 às 10h da noite)	Matéria	Professor	Método/Livro de referência para curso
Segunda-feira	Escrituração Mercantil	Alfredo C. Lima (guarda-livros)	Veridiano de Carvalho
Terça-feira	Português	Sidronio Santa	João Ribeiro.

		Maria	Gramática do 2º ano
Quarta-feira	Aritmética	Luiz Cerqueira (Dir. do Instituto Benj. Constant)	A. Trajano. Curso superior
Quinta-Feira	Inglês (teórico e prático)	W. Allnutt	Ahn
Sexta-Feira	Francês (teórico e prático)	Sidronio Santa Maria	Pereira
Sábado	Geografia	Francisco Avelino Cabral	H. Scrosoppi

FONTE: Curso Comercial da S. B. Perseverança e Auxílio dos Empregados do Comércio de Maceió. Jornal de Alagoas, ano V, nº136, 10 de julho de 1912, p. 3.

Mesmo na esfera do Governo Federal, não havia iniciativas de cursos técnico ou superior em Ciências Comerciais. De qualquer modo, as iniciativas particulares existentes foram objeto de normas e fiscalização bem minuciosas, particularmente nos anos de 1905, 1923 e 1926.⁴⁰⁶ Estas fiscalizações recaiam, à falta de instituições públicas, nas iniciativas levadas adiante, de modo geral, pelas sociedades que congregavam os trabalhadores do comércio, as chamadas “escolas de comércio”, que existiam em diversas capitais do país, como Rio de Janeiro, São Paulo e Recife.

Todavia, é apenas em 1916 que é fundada a Academia de Ciências Comerciais de Alagoas.⁴⁰⁷ Mantida pela *Perseverança*, é considerada de utilidade pública pelo Governo Federal em 10 de janeiro de 1917, através do decreto nº 3.239. A partir de sua regularização os cursistas que concluíssem os estudos estariam habilitados formalmente em dois cursos de níveis distintos. No Curso Geral habilitavam-se para as funções de guarda-livros, empregados de fazenda e peritos judiciais. Já no Curso Superior, os formados saíam com o título de Bacharel em Ciências Comerciais e estavam habilitados a exercer os cargos de

⁴⁰⁶ NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/FNME, 1974, pp. 176/81.

⁴⁰⁷ Há uma polêmica historiográfica relativa ao assunto. Enquanto Moacir Sant’Ana defende que a Academia de Ciências Comerciais de Alagoas foi a primeira experiência de ensino superior existente no estado, Elcio Verçosa defende que o Seminário Diocesano, surgido em 1902, seria a primeira instituição de educação com “características pós-secundário”. Cf. VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **História do Ensino Superior em Alagoas – verso e reverso**. Maceió: Edufal, 1997, pp. 23/4. A Opinião de Moacir Sant’ana, Moacir foi retirada deste trecho. De qualquer modo, Verçosa indica que a Academia de Ciências Comerciais, que surge em 1916 sob os auspícios da *Perseverança e Auxílio*, pode ser considerada a primeira no que se refere ao “saber laico, teoricamente dedicada a conhecimentos de natureza científica”. IBIDEM, pp. 26/7.

agentes consulares, funcionários do Ministério das Relações Exteriores, atuários de companhias de seguros e chefes de contabilidade de estabelecimentos bancários e grandes empresas comerciais.⁴⁰⁸

Em seus estatutos, a Academia era caracterizada como “um estabelecimento de ensino técnico e profissional”/ “escola superior de comércio” que ministrava “instrução às pessoas que se destinarem à carreira comercial, empregos de fazenda, administração, diplomacia e empresas”.⁴⁰⁹ Para melhor receber seus alunos, manterá um curso preparatório.⁴¹⁰ O curso superior é de 3 anos. Os dois primeiros habilitam para guarda-livros e perito judicial, e o terceiro habilita para atuário, agente consular, contador, empregados da Fazenda e do Ministério das Relações Exteriores.⁴¹¹

Desta forma, as disciplinas são distribuídas da forma que segue, no quadro abaixo.⁴¹²

QUADRO XV - DISCIPLINAS OFERTADAS PELA ACADEMIA DE CIÊNCIAS COMERCIAIS

(com carga horária semanal em horas)

DISCIPLINAS	1º ANO	2º ANO
Português	2	

⁴⁰⁸ O Caduceu, ano II, nº 14, 1 de abril de 1917, p. 3.

⁴⁰⁹ Artigo 1º, dos Estatutos da Academia de Ciências Commerciais de Alagoas, fundada em 23 de abril de 1916 e mantida pela Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados do Commercio. Jaraguá, Maceió, Typographia Oriental, 1916.

⁴¹⁰ Artigo 2º, dos referidos estatutos.

⁴¹¹ IBIDEM.

⁴¹² Esta distribuição possui uma leve discrepância em relação às disciplinas previstas nos Estatutos. Optamos por seguir a referência acima porque ela reflete de maneira mais realista o que ocorria na atividade pedagógica desenvolvida. Segundo os estatutos, no capítulo 1, artigo 2 (pp. 4/5), no terceiro ano são ofertadas as disciplinas de Direito Comercial (segunda parte), Banco Modelo (contabilidade bancária e cálculo mercantil), Direito Civil e Direito Público, Direito Internacional e Diplomacia, Economia Política, Finanças e Estatística. Ao término bem-sucedido deste ano, o aluno terá direito ao diploma de Bacharel em Ciências Comerciais (Estatutos da Academia de Ciências Commerciais, art. 59).

Francês	2	
Inglês		2
Caligrafia e Desenho	2	
Geometria*		1 ½
Aritmética	3	
Álgebra	3	
Escrituração Mercantil	2	2
Trigonometria*		½
Estenografia		2
Mecanografia		2
História Natural		2
História Geral		2
Geografia	2	

FONTE: O Caduceu, Ano III, nº 3. Maceió, 18 de agosto de 1918, p. 4.

* Em uma dos dois encontros semanais correspondente a uma hora, a disciplina de Geometria aparece associada à de Trigonometria

Pela distribuição acima, analisando única e exclusivamente a carga horária das disciplinas, haveria uma carga de trabalho mais densa em disciplinas de natureza técnica, mesmo que algumas não estivessem relacionadas diretamente à atuação no setor comercial. Nas disciplinas de língua estrangeira, nota-se uma sobrevalência inicial do Francês em relação ao Inglês, tendo em vista que a primeira é ofertada no primeiro ano, o que sugere tanto uma maior familiaridade com esta como uma necessidade mais premente do mercado de trabalho ou do acesso à língua padrão.⁴¹³ Numa comparação estabelecida entre o primeiro e o segundo anos, temos que enquanto naquele são reforçados os fundamentos da língua portuguesa, da aritmética e da álgebra, no ano seguinte há uma concentração maior de esforços em disciplinas técnicas e de conhecimento geral, como as histórias “natural” e

⁴¹³ É preciso lembrar que alguns dos títulos técnicos encontrados nas bibliotecas da *Instrução e Amparo* e da *Perseverança e Auxílio* estavam escritos em francês.

“geral”. Como se percebe, a estrutura do curso ofertado segue os moldes da prestigiosa Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Este curso, junto com a Escola de Comércio de São Paulo, terminava servindo como modelo para os demais estados do país, assemelhando-se em muitos aspectos, em destaque as línguas vivas e as cadeiras aplicadas mais diretamente às atividades comerciais.⁴¹⁴

Ao que parece, os métodos de trabalho didático e pedagógico da Academia estão inspirados na proposta de um ensino prático e de experimentação, porém nem sempre o resultado é satisfatório. Apenas “quando possível” as aulas serão práticas, “de modo a favorecer uma educação sólida de efetiva utilidade aos estudantes”.⁴¹⁵ Esta tendência levou um analista a avaliar que a academia estava mais impregnada de “valores próprios das oligarquias” e menos dos “valores peculiares de uma ocupação urbana como o comércio”. Para Verçosa, o perfil do ensino ministrado era de “uma forte carga ornamental e de forma nenhuma utilitarista”.⁴¹⁶

O público-alvo destas aulas eram os sócios e filhos de sócios que estivessem quites com todas as suas obrigações. Neste caso, pagavam-se apenas as taxas de matrícula e de inscrições para os exames. Pessoas estranhas podiam se matricular, desde que pagassem mensalidades correspondentes ora como alunos regulares ora como ouvintes.⁴¹⁷ O ano letivo funcionava entre 1º de março e 31 de outubro, havendo oportunidades de exames em duas épocas: na primeira quinzena de novembro e na segunda quinzena de fevereiro.⁴¹⁸

4.5 - O mutualismo impresso dos caixeiros

⁴¹⁴ NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/FNME, 1974, pp. 176/81.

⁴¹⁵ Artigo 5º dos Estatutos da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas, fundada em 23 de abril de 1916 e mantida pela Sociedade Perseverança e Auxílio dos Empregados do Commercio. Jaraguá, Maceió, Typographia Oriental, 1916.

⁴¹⁶ VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **História do Ensino superior em Alagoas – verso e reverso**. Maceió: Edufal, 1997, p. 28.

⁴¹⁷ Artigos 8º e 11 dos referidos Estatutos.

⁴¹⁸ Artigos 14, 20 e 21 dos referidos Estatutos.

A importância dos órgãos de divulgação das entidades mutualistas residia em três aspectos básicos, ao que parece. Inicialmente, surgem com o objetivo central de divulgação da entidade, de sua rotina administrativa, de suas ideias e princípios, servindo para fazer circular no âmbito mais amplo da sociedade, os valores que permeiam as iniciativas da entidade. Um segundo objetivo desses periódicos está relacionado ao fortalecimento de suas biblioteca ou hemeroteca, já que uma das práticas mais comuns estabelecidas entre as redações dos jornais era a de permutarem entre si edições e exemplares de seus jornais. Além de fortalecerem as bases do associativismo mutual, tal prática ampliava o número de títulos de jornais e exemplares existentes nas salas de leituras e salões das associações, o que terminava por servir como um chamariz extra aos novos associados.⁴¹⁹ Em terceiro lugar, se consegue se firmar na base de seus associados, ou se expande seu conteúdo para os interesses gerais da sociedade, pode ser uma fonte de renda, não só possuindo autonomia financeira, como servindo para fortalecer os cofres das sociedades mutuais. Pelas experiências que temos visto em Maceió, nem sempre este objetivo é conseguido. Muitas vezes, são editados alguns poucos números, e raros são os casos, como o do *Gutenberg* - órgão originário da *Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos* - que consegue emplacar um jornal que não só sobrevive, como passa a ser um dos principais órgãos diários de notícias locais, sendo cooptado pelas elites mais progressistas em finais do Império.

Em sua curta existência, a *Sociedade Instrução e Amparo* consegue ter um órgão denominado *A Nova Crença* - folha semanal sob os auspícios da *Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió*, que chegará a publicar ao menos dez números. O jornal possui como diretor e principal redator o próprio Guido Duarte.⁴²⁰ Para o caso da *Perseverança*, um leque bem maior de órgãos será criado ao longo de sua existência.

Félix Lima Júnior sugere que *A União* é o primeiro órgão da *Perseverança*.⁴²¹ Encontramos um exemplar de um periódico denominado *O Caixeiro* (19 de junho de 1880), que se adjetivava “noticioso, comercial e literário - órgão da Classe Caixeiral das Alagoas”, porém não indicava ser órgão direto da mutual, podendo talvez ter sido uma experiência individual de alguns membros da categoria, surgida no embalo de articulação da entidade. Dele foram editados pelo menos 14 números, e em seu conteúdo encontramos indícios muito

⁴¹⁹ Cf. o segundo capítulo do nosso livro: MACIEL, Osvaldo. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo**. Op. cit. Dentre outros, o jornal da *Phenix Caixeiral* do Ceará, entidade já citada aqui, circula entre as mutuais de caixeiros em Alagoas. Cf. Vinte de Julho, Pilar. Ano III, nº 37, 31 de dezembro de 1895, p. 3. Certamente, este é um dos casos de permuta que possibilitam tal intercâmbio.

⁴²⁰ *A Nova Crença*. Ano I, nº 10, 27 de abril de 1884.

⁴²¹ LIMA JR., Félix. Op. cit., p. 169.

claros de que era escrito por pessoas envolvidas diretamente com a comunidade caixeiral de Maceió.⁴²²

Todavia, é com *A União* que vimos surgir com evidências mais precisas o primeiro órgão da *Perseverança e Auxílio*. A proposta de criação da revista mensal é feita em 20 de abril de 1883 pelo sócio Manoel Antunes. Aparentemente já estava tudo orquestrado, pois a proposta não só é aceita, como seu primeiro número sai no dia 30 daquele mês. Sobrevive pelo menos durante 13 edições, até setembro de 1884. Nesse período, começa sendo impresso na tipografia T. de Menezes, passando pela Tipografia Mercantil, e terminando por ser composto na Tipografia de Mello Rocha. Este périplo revela um pouco das dificuldades em manter o órgão. Entre os seus principais redatores estavam Teixeira Pinto, Carvalho Peixoto, Amorim Lima, Silveira Mendonça e Carlos Rodrigues, basicamente do núcleo da diretoria da entidade (junho/1883). Nesta primeira experiência imprensa, a redação do órgão da *Perseverança* está ciente do que são os princípios do liberalismo, da necessidade de se fortalecer a “religião do Estado” e do fomento do cultivo da ascensão social. Mesmo que haja, eventualmente, uma crítica à velha sociedade monárquica e escravista, percebe-se que ela é feita em nome do progresso, da ilustração, da civilização, como se sinalizasse para o inexorável avanço liberal-capitalista, e como se houvesse uma luta contra o arcaísmo do antigo regime, das trevas da ignorância, com sua hierarquia consolidada, sem possibilidade de mobilidade social. Em certo sentido, realiza uma crítica sutil aos limites de cidadania impostos aos caixeiros, parece-nos que no bojo das discussões relativas à reforma eleitoral de 1881.

Em seu primeiro editorial, *A União* afirma que pretende concorrer “para a metamorfose da brilhante crisálida da civilização [...] a que se não pode furtar quem sente borbulharem-lhe no cérebro as idéias grandiosas do século das luzes.” Termina seu cartão de visitas ao mundo as letras com claros ecos da maçonaria, demonstrando aspectos desta imbricação entre mutualismo, progresso, liberalismo e maçonaria: “Avante! Progredir é a lei da criação, marchar o verbo sublime com que o Supremo Arquiteto estigmatizou a fronte da natureza”.⁴²³

⁴²² Este jornal parece estar próximo daquilo que Adhemar analisou como “jornais estreitamente vinculados a mutuais”, porém que “não são institucionalmente a elas ligados”. SILVA JR., Adhemar. **As Sociedades de Socorros Mútuos**: estratégias privadas e públicas. Op. cit., p. 280.

⁴²³ *A União* [editorial]. *A União*, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, pp. 1/2.

Esta experiência de publicação inicial de *A União*, juntamente com o exemplar de *O Caixeiro*⁴²⁴ revelam um primeiro contato do pensamento caixeiral com um grau de maturidade, de percepção de sua condição, de formulação de um ideal, mesmo que vago e impreciso como eram dados nos termos de uma ilustração, de um acesso à civilização das luzes e com um senso relativamente aguçado de uma cidadania de direito liberal e democrática. Em certa medida, mesmo na identificação de seus opositores (ou os “bodegueiros” ou o clero, por exemplo) encontra-se uma expectativa de formulação de uma identidade de categoria que, mais cedo ou mais tarde, com o andar da carruagem do préstito final do escravismo brasileiro e a colocação ampliada desta identidade por grupos mais amplos de trabalhadores, congregar-se-ia com as demais categorias de artistas, artesãos, trabalhadores urbanos assalariados naqueles que se autodefiniam como filhos do trabalho. Efetivamente, no entanto, este processo não amadurece, apesar da expectativa ou da possibilidade gerada. Talvez à exposição clara, em um discurso articulado, dos *interesses* caixeirais, com a mostra dos objetivos que convinham a uma associação que congregasse a categoria, apareça de imediato uma reação patronal que, de pronto, inibe a fertilização desta semente. Pelos diversos amparos, escoras e anteparos que uniam os dois polos do setor do comércio – caixeiros e negociantes –, pela cotidiana relação baseada em um acordo tácito, não prescrito, de regras paternalistas de subordinação, o tom ilustrado de crítica social formulada naquelas páginas haja sido abortado.

No início da segunda fase da *Perseverança* vimos surgir, nas datas de aniversário da entidade, alguns números comemorativos, polianteias que surgiam com um capricho e que normalmente eram distribuídas gratuitamente. Invariavelmente, possuíam como título 30 de Março, e contavam com poesias e sonetos, discursos de sintaxe rococó, longos exórdios bastantes comuns à época, formulados por jovens ou consagrados poetas provincianos, oradores e presidentes de outras associações beneficentes, autoridades políticas e respeitáveis negociantes locais. Numa destas polianteias, vimos um longo texto de José Avelino que repassa em um histórico muito bem montado e que serviu de base para a elaboração deste capítulo. Em 1887 surge *O Luctador*, “órgão dos caixeiros”.⁴²⁵ Alguns anos depois, ficamos sabendo da existência do *Correio Mercantil*, também denominado órgão da classe caixeiral. Do mesmo modo, entre julho de 1909 e o ano seguinte, temos notícia da

⁴²⁴ O Caixeiro – Periódico noticioso, comercial e literário – órgão da Classe Caixeiral das Alagoas, Maceió, ano I, nº 14, 19 de junho de 1880.

⁴²⁵ LEONARDI, Victor e HARDMAN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2 ed. São Paulo: Ática, 1982, pp. 233.

existência de um outro órgão da *Perseverança*, com título homônimo, porém não conseguimos compulsar nenhum exemplar destes periódicos. Como de resto, nos demais órgãos de divulgação das sociedades mutualistas, as diversas tentativas de criação e manutenção da imprensa caixeiral não lograram continuidades significativas.

Apenas com *O Caduceu* essa situação se modifica. Fundado em 1º de outubro de 1916, circula até fins de 1918, sob direção variada, que passa pelas mãos de Jaime de Altavilla, Arthur Goulart e J. A. Moraes. Dentre seus redatores destacam-se figuras como Alves Magalhães, Carlos Garrido e Oliveira Rego. Oficialmente, denomina-se órgão dos alunos da Academia de Ciências Comerciais de Alagoas, e realmente boa parte do seu perfil editorial é voltado para a classe *estudantesca* e para a *mocidade* maceioense. Não obstante, além de muitas matérias relativas às aulas ofertadas pela *Perseverança* em seus cursos técnico e comercial, há várias notas, notícias e artigos de opinião relativos aos problemas específicos da sociedade, algumas de suas atividades e comemorações, aspectos de sua rotina burocrática etc. Fica claro, contudo, que o jornal não possui recorte específico voltado à classe caixeiral. Na verdade, é um típico jornal de amenidades, tratando de temas os mais variados: ora do *Club de Regatas Brasil*, ora dos *films* que estão em cartaz na cidade, resenhando partidas de *foot-ball*, noticiando a liga contra os beijos, eventos sociais etc.⁴²⁶ Este perfil editorial, na verdade, condizia com os novos tempos vividos pela *Perseverança*. Talvez já expressasse algo que será cada vez mais premente: gradativamente, a sociedade mutualista passa a viver das rendas conseguidas com a cobrança das aulas dos cursos comerciais. De atividade anexa aos interesses maiores do mutualismo caixeiral, a educação formal e a preparação técnica para o mercado de trabalho passam a ditar os rumos da entidade ou, pelo menos, o perfil de seu órgão de divulgação na segunda metade dos anos 1910. De alguma forma, talvez, isso já estivesse em germe nos estatutos originais da *Perseverança*, aqueles analisados aqui e formulados em 1883, para os quais os objetivos de instrução vinham antes do amparo à classe.

⁴²⁶ O Caduceu, Ano III, nº 2. Maceió, 11 de agosto de 1918; O Caduceu, Ano III, nº 3. Maceió, 18 de agosto de 1918. Em Fortaleza/CE há um empreendimento semelhante ao órgão O Caduceu, denominado de Revista Phenix (1911/1914), já citada. Não obstante intitular-se órgão dos alunos da Escola de Comércio da Sociedade Phenix Caixeiral, o periódico só se mantém por tanto tempo pelo apoio material da própria Sociedade Phenix Caixeiral a através de outras estratégias, como anúncios. Cf. OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. Os caixeiros no Ceará. Op. cit., p. 121.

4.6 - As bibliotecas – salões de sociabilidade letrada

As bibliotecas eram órgãos de muita importância para as sociedades mutualistas que conseguiam se estabelecer, tanto que era extremamente comum encontrarmos mutuais com bibliotecas e com os respectivos cargos de bibliotecários nas diretorias (ou então, com o secretário assumindo também as funções de gerir a biblioteca enquanto os seus serviços não se complexificassem e exigissem um cargo específico para ela). Tal importância devia-se a duas grandes ordens de fatores: a primeira estava relacionada ao fato de que a ampliação dos serviços de uma mutual – incluindo-se aí as bibliotecas – servia como fator positivo nos cálculos realizados pelos sócios em potencial na escolha entre esta ou aquela mutual; o segundo motivo estava relacionado ao fato de que a biblioteca funcionava como espaço de entretenimento e de lazer, e de construção de uma sociabilidade beletrista, a partir do acesso à cultura letrada, à literatura e ao conhecimento científico, bacharelesco e filosófico de expressão mundial (europeia), nacional e local, bem como a notícias recentes através dos jornais e periódicos. Entre as mutuais de caixeiros, tanto pela cultura do convívio com a classe média da sociedade local, como pelo imaginário de ascensão social que durante muitos anos foi cultivado por boa parte dos indivíduos desta categoria, era quase obrigação que possuíssem bibliotecas. Em Alagoas, vemos isto tanto nas duas mutuais de Maceió, como na outra mutual de caixeiros que identificamos, a *Sociedade Fraternidade e Instrução dos Caixeiros de Pilar*, cidade vizinha a Maceió.⁴²⁷

Os acervos destas bibliotecas eram montados principalmente a partir de doações de sócios ou de indivíduos de posse e benfeitores que, muitas vezes, terminavam tornando-se sócios beneméritos ou honorários. A *Instrução e Amparo*, por exemplo, promove uma

⁴²⁷ A biblioteca desta sociedade, apesar de diminuta, fica sob a responsabilidade de uma comissão e já providencia um regimento interno, para segui-lo. In: Vinte de Julho. Pilar, Ano I, nº 1, 22 de setembro de 1892, p. 3. Alguns anos depois, ficamos sabendo que esta abre no período noturno para atender aos sócios e demais leitores. Cada consócio pode pegar até um livro por vez, emprestando-o por no máximo 30 dias. Aviso. In: Vinte de Julho, Pilar, ano 18, nº 1, 4 de outubro de 1908, p. 2. Após um período de enfraquecimento das atividades da entidade e sua rearticulação em meados da década de 1920, uma das providências tomadas pela diretoria é solicitar a devolução de livros a todos os sócios – na verdade, ex-sócios, tendo em vista que a entidade não funcionou durante certo tempo. In: Biblioteca da Fraternidade, 20 de julho, Pilar, ano I [sic], nº 2, 24 de maio de 1925, p. 1. A biblioteca da já mencionada Phenix Caixeiral (Fortaleza) chegou a possuir 3.000 títulos. O órgão de divulgação desta sociedade cearense circula entre as mutuais de caixeiros em Alagoas. In: OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. *Os caixeiros no Ceará*. Op. cit., 68; Vinte de Julho, Pilar. Ano III, nº 37, 31 de dezembro de 1895, p. 3.

campanha sistemática entre seus sócios, com destaque para os diretores, no sentido de doarem obras de toda espécie para construção de acervo bibliográfico. Foram doados no mínimo 41 títulos, alguns compostos de mais de um exemplar, ou como publicação em vários volumes.

A *Perseverança e Auxílio*, por sua vez, em finais de 1883 envia ofício-circular solicitando doação de livros a diversas autoridades, pessoas de destaque e posse, além de sócios. Responderam positivamente doando um volume os senhores João de Brito, Gruber, Manoel Antunes, Laemmert & C., Manoel Moutinho, Teixeira Pinto, Dr. Henrique de Magalhães Sales (presidente de província), José A. Lima Buarque. Outros mais cidadãos enviaram as seguintes quantidades de livros: Machado Filho Fortunato Antunes (8 vols.); Barão de Macahubas [sic] (200 vols.); Sr. Armando Alvim (2 vols.); Sr. Stanislaw Wanderley (1 mapa do Sul do País); Francisco Taboca Filho (8 vols.); Antonio Teixeira de Castro (11 vols.).⁴²⁸ João Craveiro Costa, futuro historiador de renome, ainda muito jovem, passa um tempo como consócio da *Perseverança*. De São Paulo, onde passa uma temporada em inícios da década de 1890, envia para a “modesta biblioteca” da entidade várias obras.⁴²⁹

Uma outra forma de ampliar o acervo bibliográfico das bibliotecas, principalmente em relação a órgãos de divulgação, polianteia e periódicos diários ou semanais (ou seja, no setor de hemeroteca), dava-se a partir da permuta/troca de números/edições entre as redações e diretorias das entidades. Já demonstramos que o acervo do setor de jornais da *Sociedade Instrução e Fraternidade*, de Pilar, teve uma redução sensível na doação regular que recebia de periódicos, quando deixou de publicar e permutar seu órgão de divulgação, o *Vinte de Julho*.⁴³⁰ No caso da *Perseverança*, se bem que de maneira inversa, ocorreu o mesmo, pois antes de surgir seu órgão de divulgação, a mutual recebia uma média de 10 títulos de periódicos mensalmente em sua biblioteca. Após o surgimento do jornal *União*, em abril de 1883, este número aumenta continuamente, chegando a 22 exemplares doados em setembro de 1884, pouco mais de um ano depois. Um aumento proporcional, de modo geral, verifica-

⁴²⁸ Ata da Sessão da Assembleia Geral da Sociedade Perseverança e Auxílio, em Maceió, aos 15 de fevereiro de 1883. In: A União, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, pp. 3/4; Ata da sessão extraordinária de revisão dos Estatutos, aos 25 de fevereiro de 1883. In: A União, ano I, nº 3, 30 de junho de 1883, p1. Pelos 200 volumes de sua doação, o Barão de Macahubas, “imortal educador brasileiro” vira sócio benemérito, em sessão de 22 de julho de 1883.

⁴²⁹ Noticiário – Perseverança e Auxílio. Cruzeiro do Norte. Ano IV, nº 25, 19 de fevereiro de 1893, p. 1. As obras eram: Discurso sobre a CARIDADE [sic] recitado aos 26 de janeiro de 1867 no salão do Theatro Lyrico do Rio de Janeiro pelo dr. Vieira de Castro; Espumas Flutuantes, de Castro Alves; e um opúsculo com vários discursos de Brasília Machado (Centenário de Camões; Homenagem a Carlos Gomes, Monumento do Ypiranga, Homenagem a José Bonifácio, Sessão Cívica de 8 de dezembro de 1880.

⁴³⁰ Cf. MACIEL, Osvaldo. Trabalhadores, identidade de classe e socialismo. Op. cit.

se entre as doações vindas de outras províncias do país, visto que o intercâmbio e a troca de correspondências também se dá neste nível. Esta circulação de jornais, entre outras coisas, possibilitava a troca de notícias e a formação de uma cultura associativa sem precedentes até então, fortalecendo os espaços de experiência mutual, a cultura letrada e a vida cívica urbana do país.⁴³¹

Uma última e possível forma de ampliar o acervo ou de melhor estruturar com móveis e equipamento as bibliotecas e seu salão dava-se através do concurso público. Nas fontes que compulsamos, infelizmente, não encontramos formas de subvenção do poder público a estas bibliotecas, porém localizamos que na noite de 29 de agosto de 1883 o presidente da Província, Henrique Salles, junto com o seu Chefe de Gabinete, Raphael Ascoly, e de um conhecido orador chamado Fontes, visitaram as dependências da biblioteca e das aulas noturnas da *Perseverança*, sem aviso prévio. Talvez, nesse momento, estivessem avaliando a ideia da montagem do Liceu de Artes e Ofícios. Em decorrência da boa impressão causada pelos serviços ali prestados, no dia seguinte foram doados pelo governo vários objetos e material “concernentes à escrita”.⁴³²

Assim como sua entidade, a biblioteca da *Instrução e Amparo* terá vida curta. Dela, conseguimos identificar quarenta e um títulos doados, sendo uma parte composta de periódicos. Desta pequena relação encontramos seis gramáticas e dicionários (alguns sendo exemplares repetidos); dois compêndios de aritmética (um de Ottoni e outro de Avila), além de estatutos de sociedades, obras motivacionais (*Smiles*, o poder da vontade), de legislação ou catálogos. A relação demonstra que há uma preocupação em formar um acervo de natureza mais técnica, constando de cinco títulos ao menos voltados para a área do comércio, que inclui obras como as de Viridiano Carvalho; Manual Mercantil; Bernardino José Borges, *O comerciante*; e folhetos como *O Imposto e o Comércio* ou o Relatório sobre a revisão da tarifa das Alfândegas do Império. Todavia, a maior parte dos títulos do acervo inseria-se no que vimos chamado de cultura beletrista, com quinze obras ao menos de cunho

⁴³¹ No primeiro semestre de 1883, a hemeroteca da *Perseverança* recebe jornais de diversos estados, como Amazonas, Maranhão (2), Piauí, Paraíba do Norte, Pernambuco (3), Alagoas (13), Sergipe (2), Bahia (5), Espírito Santo, Rio de Janeiro (12), São Paulo (2), Paraná (2), e mesmo um de Paris, “Revista de Medicina” [sic]. Cf. Ata da Sessão da Assembleia Geral da Sociedade Perseverança e Auxílio, em Maceió, aos 15 de fevereiro de 1883. In: A União, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, pp. 3/4; Ata da sessão extraordinária de revisão dos Estatutos, aos 25 de fevereiro de 1883. In: A União, ano I, nº 3, 30 de junho de 1883, p1). Em 1913, a presença de periódicos aumenta, inclusive no que se refere a jornais internacionais, constando jornais da França, Itália, Inglaterra e EUA, dentre outros, gerando um “opulento arquivo de jornais”. Cf. A Perseverança e Auxílio. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 68, 30 de março de 1913, p. 1.

⁴³² S/título. A União, ano I, nº 5, 30 de 7 de setembro de 1883, p. 3.

literário (romances e poesias) e de reflexão moral, como *O Espírito e a matéria*, conferência publicada pelo diretor da *Instrução e Amparo*, Guido Duarte, ou autores clássicos e muito em voga à época, como o francês Chateaubriand (*Les Martyrs*) e José de Alencar (*Guarany*).

Por sua vez, a biblioteca da *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió* foi inaugurada em 21 de setembro de 1879, um pouco depois da criação da sociedade. Composta de algumas doações iniciais, realizadas principalmente por membros da diretoria, revela um perfil voltado para o beletismo.⁴³³ De qualquer forma, assim como a própria sociedade, sua biblioteca só terá condições satisfatórias de guarda do acervo e de atendimento ao público com a inauguração da sede definitiva da entidade em fins de 1917. Não obstante esses percalços, ela conseguiu manter uma linha constante de crescimento e ampliação de seus títulos e instalações, bem como uma rotina de atendimento aos sócios e ao público em geral, normalmente no horário noturno.

Provavelmente, a realidade da biblioteca da *Perseverança e Auxílio* era muito acanhada na primeira fase de existência da entidade (entre 1879 e 1885, como vimos). Apenas em inícios da República as coisas parecem se modificar e ganhar um vulto maior em termos de acervo e infraestrutura de atendimento. Sinal disto é que o cargo de bibliotecário só começa a ser registrado na diretoria a partir de 1894, sendo ocupado, respectivamente, por Herculano Rodrigues (1894/1895), Julio Araujo (1895/1896), Adolpho Figueiredo (1896/1897). Até então, os cuidados com este órgão ficavam a cargo da secretaria da entidade. A partir daí, provavelmente significando um aumento nos serviços e atendimento ao público, temos uma subdivisão do cargo em primeiro e segundo bibliotecário: na diretoria com mandato para 1897/1898, encontramos Vicente Cerqueira e Abilio Dantas Barreto como primeiro e segundo bibliotecário, respectivamente substituídos na gestão seguinte por Arthur Carvalho e Manoel Vianna (1898/1899).⁴³⁴ Em 1912, fruto de um trabalho constante e persuasivo das diretorias, destes bibliotecários e dos associados como um todo, encontramos a biblioteca com um acervo vultoso (vide quadro abaixo), contando com 54 seções de “ciências diversas” e um Gabinete de Leituras de Jornais.⁴³⁵

⁴³³ LIMA JR., Félix. Op. cit. p. 169.

⁴³⁴ Conferir o quadro geral das diretorias da *Perseverança e Auxílio* em anexo.

⁴³⁵ Curso Comercial da S. B. Perseverança e Auxílio dos Empregados do Comércio de Maceió. Jornal de Alagoas, ano V, nº 136, 10 de julho de 1912, p. 3.

QUADRO XVI - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LIVROS DA *PERSEVERANÇA E AUXÍLIO* (1879-1918) (VOLUMES)

ANO	Nº VOLUMES
1883	59
1912	5.000 (mais de...)
1913	2.000 (pouco mais de...)
1918	1.125

Fonte: Elaboração própria a partir de notícias saídas na imprensa.

Para montar um perfil da biblioteca e das leituras realizadas pelos sócios da *Perseverança*, possuímos algumas indicações, mesmo que sumárias. Há duas listas parciais de obras existentes naquela biblioteca, somando 130 livros existentes, de um total de pelo menos 1.009 livros, que totalizam 1.125 volumes, num valor estimado de 5:745\$000 rs. Desta listagem de 130 obras, percebe-se que as aquisições foram feitas em sua maioria através de doações de sócios efetivos, beneméritos ou honorários. No caso da *Perseverança* destacam-se os nomes dos seguintes doadores, em quantidade de volumes: Dr. Jonas Montenegro, J. Monteiro, Liberalino Motta, Francisco A. Cabral, José Avelino Cabral. Destes 130 volumes identificados, 39 estão em língua estrangeira (latim, inglês, espanhol, alemão e principalmente francês, que totaliza sozinho 31 obras). A grande maioria dos autores é francesa, muitos deles traduzidos. Há, ainda, um bom número de autores portugueses e nacionais (Almeida Garret, Castro Alves, Coelho Neto, M. Moraes Filho etc.) e alguns poucos alagoanos, como Tavares Bastos, Cirydião Durval, Moreno Brandão. Dentre os autores que mais se destacam estão, em número de obras, Camilo Castelo Branco, Coelho Neto e Artur Azevedo. Entre os estrangeiros, o francês Chateaubriand. Numa caracterização geral, as obras são principalmente literárias (poemas, romances, folhetins), mas também há muitas filosóficas e morais, como livros de Rousseau, Montesquieu e Tolstói. Não obstante, há um número significativo de obras técnicas em diversas áreas como a mecânica e a astronomia, além de várias gramáticas e manuais.⁴³⁶

⁴³⁶ Patrimônio Literário da Sociedade 'Perseverança e Auxílio' dos Empregados do Comércio. O Caduceu, ano II, nº 25, 2 de setembro de 1917, p. 4; Patrimônio Literário da Sociedade 'Perseverança e Auxílio'. O Caduceu, Ano III, nº 2. Maceió, 11 de agosto de 1918, p. 3. Nesta relação, indica-se que alguns exemplares estão perdidos. Como já é notório e sabido, era muito comum e forte a presença da cultura francesa em diversos âmbitos da sociedade brasileira do período, notadamente no que se refere à literatura. Como bem lembra o militante Octavio Brandão em suas memórias, refletindo sobre o cenário alagoano da primeira República, o imperialismo existente em Alagoas era "anglo-francês". BRANDÃO, **Combates e batalhas**. Op. cit., p. 114.

Para um período anterior à relação acima, logo nos inícios da biblioteca, revela-se um perfil semelhante ao indicado há pouco ao acervo, e encontramos alguns dados que, mesmo sendo esparsos, ajudam a entender como se dava a leitura entre os consulentes, em sua maioria caixeiros, obviamente. Entre 15 de janeiro e 29 de abril de 1883 houve 116 consulentes à biblioteca, que funcionava das 7 às 9 da noite.⁴³⁷ Este período equivale a quase quinze semanas; contando-se apenas os dias úteis, são 75 dias úteis, supondo-se ausência de feriados. Isto daria uma média próxima de um e meio consulente por noite, no total de cerca de 60 títulos encadernados disponíveis, fora a hemeroteca, que era composta de um número maior de jornais. No período correspondente aos dois meses seguintes (maio e junho), houve 59 consulentes, o que indica que a média persiste. Para este período temos alguns novos dados, pois as consultas foram contabilizadas através de um critério de classificação por área temáticas e forma da escrita, a saber: Literatura, Poesia, Ciências e História. Deste total, 50 volumes consultados foram de textos literários, supostamente com um predomínio maior da prosa (39 foram classificados em Literatura) e menor da poesia (11 volumes); houve ainda 7 consultas a títulos de “História” e dois volumes de “Ciências”.⁴³⁸

No mês de setembro do ano seguinte, houve 49 visitas em um total aproximado de 20 noites de atendimento, contando-se novamente apenas os dias úteis.⁴³⁹ A biblioteca, certamente, já contaria com um número maior de títulos e volumes, pois as ofertas e doações não paravam de chegar, mesmo que num ritmo lento. Para este aumento deve-se levar em conta que a entidade estaria em um período de publicação contínua de seu órgão, *A União*, correspondente a mais de um ano, com periodicidade mensal. Isto certamente faria com que o setor de jornais e periódicos estivesse sendo fartamente abastecido por títulos de diversos lugares do Brasil, pelo mecanismo da permuta, já indicado. Segundo os dados explicitados aqui, haveria um acréscimo no número de usuários da biblioteca, girando numa média de dois e meio consulentes por noite, o que denota um acréscimo razoável, porém estando num nível de atendimento ainda relativamente baixo, convenhamos. Estas consultas foram assim distribuídas: 34, de volumes literários, sendo 26 volumes em prosa e 8 em poesia, ainda de acordo com os mesmos critérios para a classificação das obras consultadas indicada acima; nove consultas deram-se na área da “Ciência” e outras seis na área de “História”.⁴⁴⁰ Embora rarefeitos, esses dados sugerem que a leitura levada adiante pelos caixeiros e demais

⁴³⁷ *A União*, ano I, nº 1, 30 de abril de 1883, p. 4.

⁴³⁸ *A União*, ano I, nº 3, 30 de junho de 1883, p. 4

⁴³⁹ *A União*, ano II, nº 13, 30 de setembro 1884, p. 3.

⁴⁴⁰ *IBIDEM*.

consulentes da biblioteca da *Perseverança e Auxílio* fosse voltado, principalmente, para obras de caráter literário e humanístico, muito embora haja um certo apreço às leituras de cunho científico. É interessante que não há registro de consultas a obras técnicas. Salientamos, todavia, que essas conclusões são parciais, pois carecemos de dados mais consistentes para tal.

Entre a dificuldade de oferta de aulas noturnas por parte das diretorias e as maiores dificuldades de acesso e permanência nestas aulas por parte dos sócios-alunos, as sociedades de auxílio mútuo de caixeiros de Maceió colocavam no horizonte destes associados condições básicas para adquirirem conhecimentos de primeiras letras e operações aritméticas, que eram importantes para a entrada no mercado de trabalho e/ou para a ascensão profissional na área. Ao mesmo tempo, possibilitava acesso à cultura letrada, servindo como forma de inserção em novos padrões de sociabilidade e ascensão social a estratos superiores urbanos da Maceió da *belle époque*.

CAPÍTULO 5 – CAMPANHAS CAIXEIRAIS PELO FECHAMENTO DE PORTAS EM MACEIÓ – EMBATES E LIMITES DA LUTA DE CLASSES DOS EMPREGADOS DO COMERCIO

Neste capítulo final, apresentamos as principais conjunturas de reivindicação pela regulamentação da jornada de trabalho no comércio que conseguimos identificar, campanhas estas que terminaram ficando mais conhecidas como *fechamento de portas*, empreendidas

pelos caixeiros e capitaneadas pela *Sociedade Auxílio e Perseverança dos Caixeiros de Maceió*. Os períodos mais fortes de mobilização concentram-se no início da República (1891/4), em inícios de 1905 e no período entre de fins de 1911 e meados de 1913, com momentos mais intensos de debates e articulações. Além de relacionar este processo como ocorre em Maceió com outras campanhas já estudadas para outras localidades, privilegiamos o debate público em torno dos argumentos de defesa ou crítica na efetivação desta reivindicação. Particularmente para o período final da campanha apresentada aqui, discutimos o modo como a classe caixeiral entende o papel mediador do Estado (no caso, o governo estadual e a intendência municipal) nas negociações e efetivação deste direito junto aos comerciantes.

Estas campanhas são um dos principais momentos de intervenção pública dos caixeiros no cenário público e urbano brasileiro, constituindo-se nos *períodos fortes* de reivindicação caixeiral pela regulamentação das jornadas de trabalho. Se num primeiro momento, reivindicava-se uma parte do domingo e dias santos para descanso (o dia inteiro; a partir das 12 horas ou mesmo das 14, 15 ou 16 horas em diante), aos poucos foram sendo incorporados os demais dias da semana nas reivindicações (fechamento por volta das 6, 8 ou 9 horas da noite). É sobre este processo de lutas abertas que exporemos algumas considerações, levando em conta que, além da opinião pública, que de alguma forma se reflete através da imprensa, a principal estratégia do movimento caixeiral é sensibilizar as autoridades em torno da justiça de suas reivindicações. A relação entre estas campanhas da categoria e as suas sociedades organizativas não é tão natural como num primeiro momento aparentaria, porém para o caso de Maceió todos os momentos de mobilização são diretamente articulados pela *Perseverança e Auxílio*, como veremos.

5.1 - A jornada de trabalho no comércio

As jornadas de trabalho dos caixeiros em diversas cidades brasileiras têm sido das mais extensas encontradas entre as diversas categorias de trabalhadores brasileiros. Fabiane

Popinigis afirma que alguns caixeiros de armazém e lojas de secos e molhados do Rio de Janeiro trabalham em média 15 a 16 horas diárias, havendo períodos de trabalharem 22 horas quase sem interrupção. Em Juiz de Fora, Luiz Eduardo Oliveira afirma que os caixeiros trabalham muitas vezes 13h30 diárias todos os dias. Para 1903, porém, informa que o trabalho segue invariavelmente das 6 da manhã às 10 da noite, contando-se apenas com o descanso do domingo à tarde.⁴⁴¹ Para Maceió, Félix Lima Júnior indica que a jornada de trabalho destes empregados do comércio vai das 5 da manhã até as 8 da noite, “com ligeiros intervalos para almoço e jantar”.⁴⁴² No calor da campanha de 1911/3, um caixeiro chega a denunciar que, em vários estabelecimentos, havia colegas que trabalhavam desde as 6 da manhã até “às 10, 11 e meia noite! – Dezoito horas de trabalho a que nem uma outra classe se tem sujeitado!”.⁴⁴³ Efetivamente, há uma variação muito grande nas jornadas de trabalho em razão da diversidade e multiplicidade de funções exercidas pelos empregados e auxiliares do comércio, no entanto é fácil identificar como jornada-padrão de trabalho nas lojas comerciais de pequeno e médio porte uma rotina diária de mais de 12 horas de trabalho. Comparando as “longas jornadas” de trabalho encontradas por Claudio Batalha para a Primeira República, que giravam entre 10 ou 12 horas, “chegando em alguns casos a 14 horas diárias de trabalho”, a rotina de trabalho caixeiral era por demais extensa.⁴⁴⁴ Não obstante, é preciso considerar que algumas subcategorias dentre os caixeiros possuem determinadas regalias, como é o caso dos guarda-livros e outros. Inclusive no que se refere aos domingos, o simples fato de ocorrerem desde os anos 1880 reuniões dominicais regulares de algumas sociedades dos caixeiros na cidade indica alguma “flexibilidade” conseguida, mesmo que por um diminuto grupo de caixeiros.

Numa curiosa carta publicada na imprensa e assinada por um “distinto empregado do comércio” debate-se contra a campanha do fechamento de portas empreendida pelos caixeiros em 1905. Para ele, esta seria uma “estulta pretensão que executada redundará em prejuízo para o Comércio”. Não obstante, a argumentação levantada pelo autor da missiva é ironicamente denunciante do grau de exploração laboral a que esta submetida a categoria.

⁴⁴¹ POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca**: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911). Campinas, SP: Edunicamp, 2007, p. 44; OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade**. Op. cit., pp. 213/25; 242.

⁴⁴² LIMA JR., Félix. Op. cit., p. 169.

⁴⁴³ [um caixeiro]. Fechamento de portas. Modos de ver. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 87, 23 de abril de 1913, p. 2.

⁴⁴⁴ BATALHA, Claudio. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República. Op. cit., p. 99.

Vejamos o teor mais significativo da carta para o que nos interessa aqui. O autor fala sobre a “exigüidade do tempo” de que dispõe, o que lhe ordena conservar-se “silencioso ante as questões abrigadas sob o palio da imprensa.” Endereçada a Luiz Lavenère (que será na imprensa o principal opositor do fechamento das portas no período de 1905, porta-voz de comerciantes estrangeiros em particular) e em “aplauzo” à louvável contenda que este vem entretendo n’*O Evolucionista* contra a *Perseverança*, o autor anônimo da missiva vem perder um pouco de seu precioso tempo com a questão, muito em função da “inconveniência da prática dessa desarrazoada idéia, que meia dúzia de colegas meus pretendem levar em efeito”, qual seja o fechamento de portas. Em seguida, lança as causas para sua decisão de não apoiar a campanha:

é geralmente sabido que o tempo compreendido da segunda-feira ao sábado, é demasiado pequeno para o empregado de carteira fazer o serviço a seu cargo, por completo.

É nessa impossibilidade que lançamos mão dos domingos e dias santificados (até meio dia) para conferirmos a passagem da costaneira para o conta-corrente e outros auxiliares, conferir os cálculos das faturas extraídas e outros serviços que só podem ser feitos com a calma domingueira.

Idêntico caso dá-se com o empregado do balcão que ocupado nos dias úteis em aviar pedidos da freguesia falece-lhe o tempo necessário para arrumar as mercadorias em desalinho, limpar e zelar os móveis e os demais serviços em proveito da casa.

O caixeiro anônimo termina sua argumentação condenando os que desejam vedar “esse incontestável direito que nos assiste” de alinhar produtos, contas e serviços no domingo, dia de menor movimento nos negócios externos. Ao mesmo tempo, acaba por se questionar: “como superar depois as dificuldades oriundas dessa lei, que mau grado nosso alguém quer impor-nos?”⁴⁴⁵

O autor escreve na primeira pessoa quando se refere ao trabalho de contabilidade, conferência e balanço interno das lojas do comércio, e tendo sido endereçada do bairro de Jaraguá e assinada por um “distinto empregado do Comércio”, a carta deve provavelmente ter sido escrita por um auxiliar do comércio de mais graduado padrão, quem sabe *empregado interessado* de uma loja de atacado ou de firmas de importação e exportação, exatamente a parte hierarquizada da ampla categoria dos empregados do comércio que

⁴⁴⁵ [carta assinada por um “distinto empregado do Comércio”. Fechamento de Portas, s/id jornal, 27 de fevereiro de 1905. In: Caderno de recortes de Jornais da Intendência [Apa], p. 16.

normalmente não se identificava com a maioria dos seus “colegas”. De qualquer modo – e em contrário ao interesse do seu autor –, parece-nos que o teor da carta, com uma ironia paradoxal de tão clara, exatamente denuncia a superexploração a que é submetida a classe caixeiral, sem tempo hábil para, nos dias úteis (ou seja, de segunda a sábado!), dar conta de todos os afazeres e atividades de que eram encarregados nas firmas e lojas em que eram empregados. Nesses termos, o argumento final é revelador do modo como tal indivíduo já internalizara um conjunto de obrigações e deveres a ponto de não passar pela sua cabeça deixar de cumpri-las, e que a promulgação de uma tal lei só lhe estorvaria (ou a seus colegas de trabalho) o diminuto tempo que possui durante a semana.

Quanto à missiva para o que nos interessa neste momento, ficamos entendendo que, para além da longa jornada de labor diário ocorrida nas lojas e vendas do comércio de Maceió, temos também uma dimensão do grau de funções, atribuições, atividades e compromissos cotidianos ligados diretamente aos negócios externos (atendimento e venda no balcão, diversas transações no atacado com outros negociantes etc.) a serem executados pelos caixeiros, numa situação de ocupação permanente tal que não encontram momentos para resolver atividades internas relativas aos seus afazeres (conferência, balanços, reposição de estoque nas prateleiras etc).

Muito comum numa sociedade escravista, essas práticas de superexploração continuaram se reproduzindo num contexto de lentas transformações para outras formas de relações de trabalho e para um mercado de trabalho exíguo e extremamente seletivo, num setor onde à alta competitividade de estrangeiros, notadamente portugueses, somavam-se regulações paternalistas muito verticalizadas, como seriam os maus-tratos em geral, uma política de domínio patronal muito rígida e incerta. Tendo em vista o argumento mais geral de Fabiane Popinigis para o caso do Rio de Janeiro, parece-nos que ele também cabe para o ambiente maceioense, apesar de suas diversas particularidades. Assim, identificamos uma falta de regulamentação da profissão muito clara: “os caixeiros definiam sua sorte nos acordos diretos com os patrões, e isso era tudo o que tinham para garantir seus dias de doença, desemprego ou velhice.” Nesses termos a pesquisadora fala de um contrato implícito baseado na subjetividade, que “remetia às práticas paternalistas de domínio e controle.” Neste contrato informal, se de um lado o trabalhador se comprometia com fidelidade e trabalho duro, o patrão sinalizava com a possibilidade de ascensão hierárquica e social, constituindo-se em uma frágil “solidariedade vertical” que se configurava como “campo de disputa”. Do mesmo modo, temos que o processo de proletarização dos

trabalhadores no comércio – ou seja, o rebaixamento geral de salários, uma dificuldade cada vez maior de concretização da ascensão social de caixeiros transformarem-se em negociantes etc -, *grosso modo*, ocorre entre fins do Império e inícios do século XX, e isto é motivador de uma conscientização caixeiral, o que levaria também para Maceió as campanhas pelo fechamento de portas nas conjunturas já indicadas acima.⁴⁴⁶

A principal característica das campanhas parece ser seu caráter legalista, já apontado para outros lugares em que pesquisas sobre o tema foram realizadas. Para Fortaleza, por exemplo, estas campanhas possuíam um “caráter de confraternização, mais que de conflito, contribuindo, ao mesmo tempo, para a formação da identidade de grupo entre os caixeiros e para sua integração pacífica às normas sociais vigentes”.⁴⁴⁷ Não nos iludamos, de qualquer forma, acerca da possibilidade de determinados embates e conflitos terminarem por gerar motins, como sugere um caso ocorrido em Maceió na campanha de 1905 e, como veremos, da participação caixeiral em um motim urbano em 1912 que, de acordo com nossa interpretação, faz parte do contexto de reivindicação caixeiral no período.

Fortemente legalista, a estratégia argumentativa dos caixeiros gira em torno de pressão nos poderes Legislativo (Conselho Municipal) e Executivo (particularmente na Intendência, mas também no Governo estadual), confluindo para a ideia de estadania discutida no terceiro capítulo. Outra estratégia seria o convencimento da opinião pública sobre a necessidade de se melhorar as condições de vida e trabalho deste setor a partir de intervenções na imprensa. Argumentam, neste sentido, particularmente contra as jornadas de trabalho “desumanas”, que implicam a falta de tempo para cultivar o espírito (a religião), a educação formal ou a vida familiar etc.

Entre os principais argumentos utilizados pelos comerciantes e seus porta-vozes contra a regulamentação do trabalho no comércio em Maceió – assim como sucede para outros lugares – estão a intromissão do poder público na esfera privada; a dificuldade na definição da categoria e ou dos tipos de estabelecimentos aos quais se aplicariam as leis; o conflito de competências para legislar sobre a questão, tendo em vista que tais assuntos seriam atribuição do governo federal e não de posturas municipais etc. Um jornal de Juiz de Fora chega a indicar que os caixeiros não teriam como aproveitar a metade do domingo livre pelos parques recursos que ganhavam, argumento que é sugerido em alguns momentos para

⁴⁴⁶ POPINIGIS, Fabiane. Op. cit., pp. 79; 81/2; 111.

⁴⁴⁷ OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os caixeiros no Ceará**. Op. cit., p. 71.

Maceió. No debate público surgido em 1905, há uma novidade que é a denúncia explícita de negociantes carrancistas (ou seja, que se opõem à regulamentação e encontram diversos artifícios para burlá-la) de origem italiana.⁴⁴⁸

5.2 - Uma longa demanda com tonalidade legalista

Um traço comum que identificamos nas campanhas pelo fechamento de portas ocorridas no Brasil seria o longo período de disputas, as conquistas pontuais, as burlas patronais corriqueiras etc. Tratando das campanhas e conflitos acerca do fechamento das portas na cidade do Rio de Janeiro, Fabiane Popinigis identifica as seguintes conjunturas de reivindicações e/ou de surgimentos de regulamentação para as jornadas de trabalho no que poderia ser identificado como sua primeira fase: anos de 1852 e 1870; novembro de 1879; janeiro e fevereiro de 1880; outubro de 1890. Assim, percebe-se que uma longa história de embates opunha trabalhadores e negociantes, muitas vezes mediados pelo papel do Estado. Obviamente, não é a República que estancará a luta caixeiral. Para ela, após 1889, o momento mais tenso deste fenômeno no Rio de Janeiro acontece entre junho e agosto de 1906, com diversos motins. Este longo período de demanda por um objetivo específico é prova de como tal conflito não foi resolvido com facilidade. Em Juiz de Fora, por exemplo, encontramos a mesma longevidade. Assim, para a cidade mineira teríamos como principais conjunturas de reivindicações: junho de 1877; os meses de outubro e novembro de 1890; agosto de 1894; janeiro de 1897; julho de 1903; abril de 1904; e fevereiro de 1905. Outras

⁴⁴⁸ Mais uma vez, desconhecemos estudo sobre imigração, em particular a de italianos, para Alagoas. Em geral, como se sabe, a imigração para o Nordeste no período estudado não teve a mesma monta da que ocorreu para o Sudeste e o Sul. Este fato, inclusive, ajuda a entender a quase inexistência de mutuais étnicas em Maceió. Para Alagoas, o censo de 1872 indica haver 48 italianos na província de Alagoas. Já o censo de 1920 indica um total de 134 italianos, 95 deles residindo em Maceió. Uma parte considerável destes italianos lidou com o comércio, ora como ambulantes, alguns caixeiros, ora como negociantes estabelecidos. Cf. BRAZIL. Directoria Geral de Estatística. Recenseamento da população do Imperio do Brazil (vol. Alagôas). Rio de Janeiro, 1873/6, p. 88; BRAZIL. Diretoria geral de Estatística. Recenseamento geral do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920 (Volume IV, 1ª parte: população). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922, pp. 312/3.

pesquisas sugerem a mesma tradição de longas lutas para a conquista de tal direito em outras cidades do país.⁴⁴⁹

Parece-nos que este longo processo, repleto de articulações entre diversos setores e segmentos, expectativas e frustrações vividas, deve-se de um lado à renitência dos negociantes em aliviar a dura jornada de trabalho caixeiral; de outro, ao formato ordeiro normalmente encontrado nos movimentos que genericamente tomaram o nome de *fechamento de (ou das) portas*. Quanto a este ponto, esta é uma característica tanto do movimento caixeiral em Juiz de Fora, sempre ocorrido sem maiores exaltações, como da então capital do país. Popinigis, não obstante afirmar que em alguns momentos as iniciativas “diplomáticas” dos caixeiros podiam descambar em motins, identifica como a principal “marca dos movimentos contestatórios, organizados pelos empregados” no Rio de Janeiro, seu “caráter muitas vezes legalista e reformista”.⁴⁵⁰ De modo geral, é essa a característica do movimento em Maceió. Discrepando disto, como veremos adiante, registre-se apenas um momento de exaltação maior nas reivindicações de 1905, além da articulação entre a perseguição aos cultos afrodescendentes de 1912 e a campanha caixeiral que ocorre nesse período.

Apesar da oposição dos donos de estabelecimentos comerciais em fazer valer tais leis, há sempre um número não pequeno de comerciantes que apoiam a iniciativa, seja por razões humanitárias ou pelo reconhecimento dos esforços de seus trabalhadores, seja pelo fato de que seus estabelecimentos não seriam tão prejudicados com a promulgação de tais leis.

Posto isto, temos, como marca do legalismo que assume estas campanhas, a ênfase inicialmente religiosa para reivindicação do direito de não trabalhar em parte do domingo e *dias santos*. Ao longo do Império, a principal referência argumentativa pela regulamentação teriam sido os “princípios religiosos”, reivindicando-se o domingo para cumprir “deveres espirituais”. Com a República, a tendência é que tal discurso ganhe uma conotação mais laica e cívica, fazendo com que, além de mobilizarem a simbologia republicana em torno de seus objetivos, os caixeiros ampliem a demanda não apenas para os domingos, porém também para a regulamentação diária do comércio.⁴⁵¹ Em Juiz de Fora, os caixeiros não só embasavam sua estratégia em torno da necessidade de ter o catolicismo como alpendre da

⁴⁴⁹ POPINIGIS, Fabiane. Op. cit., passim; e OLIVEIRA, Luís Eduardo. Op. cit., pp. 213/46.

⁴⁵⁰ OLIVEIRA, Luís Eduardo. Op. cit. pp. 213/46; POPINIGIS, Fabiane, pp. 108; 130/1.

⁴⁵¹ POPINIGIS, Fabiane. Op. cit, pp. 111/20.

reivindicação, como se percebe uma filiação deste movimento em suas origens, que remontam a 1877, ao “abolicionismo sensato, evolutivo, e respeitador das leis”.⁴⁵²

Um outro aspecto importante é a relação estreita que tais campanhas terão com a principal sociedade mutualista de congregação dos caixeiros de Maceió. As conjunturas acerca do fechamento de portas que vamos analisar aqui são iluminadas por atitudes da *Sociedade Auxílio e Perseverança* no sentido de fortalecer o seu quadro social, o ambiente de trabalho e discussões internas e a prestação de serviços aos associados e familiares, além da articulação ora com outras agremiações de trabalhadores ora com a oligarquia dominante do contexto. Entendemos que essas atitudes, que caracterizam uma certa *política mutual*, ajudam a explicitar melhor as condições de realização das *campanhas* caixeirais pela regulamentação da jornada de trabalho.

Pelo menos nas duas últimas conjunturas selecionadas aqui, temos também uma forte coincidência temporal com o que está acontecendo no movimento caixeiral em outras cidades brasileiras, como já citados do Rio de Janeiro e Juiz de Fora (neste caso, apenas para 1905). Esta coincidência, obviamente, não é casual e, parece-nos, espelha um pouco o impacto político-ideológico que a circulação de informações através da grande imprensa e/ou da imprensa operária produz em contextos diversos que, não obstante, possuem semelhanças. Parece-nos que quando as notícias de campanhas de fechamento realizadas em cidades simbólicas, como o caso do Rio de Janeiro, chegam a cidades de porte menor, como no caso de Maceió e Juiz de Fora, há uma centelha que – se as condições locais forem favoráveis – possibilita a tomada de atitude e ação. Obviamente este comportamento não se refere exclusivamente a um reflexo ideológico ou efeito causal, mas se insere numa dialética complexa em que as condições mais próximas de mobilização estão dadas e esperam um motivo dinamizador para tal. Para o caso do Rio de Janeiro, por exemplo, Fabiane Popinigis apontou a re-leitura que o movimento caixeiral carioca realiza da conjuntura de embate dos comerciários franceses. Isso também ocorre para o caso de Maceió.⁴⁵³

⁴⁵² OLIVEIRA, Luís Eduardo. Op. cit., p. 214.

⁴⁵³ Invertendo o *slogan* civilizador das elites em imitarem as grandes nações avançadas, os caixeiros cariocas reivindicam uma *belle époque* que os incluísse nos avanços do progresso: “Se a modernidade carioca imitava Paris, então, que as condições sociais e de trabalho seguissem o mesmo caminho.” Assim, há uma leitura dos motins franceses pela regulamentação ocorridos entre fev/1904 e fev/1905, de maneira pertinente para as reivindicações locais. POPINIGIS, Fabiane. Op. cit., pp. 126/36. Para o caso maceioense, um jornal local transcreve artigo enviado por um colaborador, provavelmente de jornal publicado na capital federal, reproduzindo aspectos da discussão levantada por Popinigis. O artigo transcrito afirma que em 1880, em razão do “liberalismo livre-pensador, cego e desumano”, fora abolida na França a lei que, desde 1814, proibia o trabalho dominical. Imbuídos do espírito secular, contra a “lei religiosa”, “a câmara e o senado apressaram-se a

Em profundidade, tais aspectos de articulação das demandas em cidades distintas refletem mais diretamente um conjunto de redes conectadas entre as categorias de trabalhadores urbanos do Brasil para fortalecimento, no âmbito local e regional, das lutas, mobilizações e reivindicações as mais diversas, e para a conscientização de categorias e classes. Para o caso dos caixeiros de Maceió, percebemos uma rica rede de relações que envolvem cidades de diversos estados e muitas sociedades mutualistas de caixeiros através de correspondências, telegramas e notícias de órgãos dessas entidades etc.⁴⁵⁴ Ademais, é preciso deixar claro que há um conjunto de singularidades que não se reduzem à comparação. Veremos isto particularmente para a campanha de 1911/3.

5.3 - Reivindicações caixeiras no início da República

O processo de regulamentação do trabalho no comércio em Maceió é iniciado pelo menos desde 1891, com a promulgação do decreto nº 22, de 13 de novembro de 1891. Este decreto modifica o código de posturas municipais, acrescentando-lhe um artigo aditivo. Curiosamente, a reivindicação é apresentada como tendo surgido a partir de requerimento de “diversos negociantes” e outros representantes da classe comercial. Talvez isto refletisse

suprimir as garantias legais que preservavam os operários contra certos excessos da concorrência e contra a paixão do lucro.” Avaliando a atitude como desastrosa para o conjunto dos trabalhadores, o artigo afirma que o Conselho Superior do Trabalho francês elaborou recentemente um novo projeto de lei que concede descanso semanal de 36 horas, fixando-o aos domingos. Com argumentação e exposição confusas, o articulista tenta retirar-lhe a conotação religiosa/católica na aprovação da lei: “No conselho superior do trabalho [sic] há alguns católicos, mas a maior parte desses sociólogos não professam idéia alguma religiosa, quando não são livre pensadores confessos. Todavia, aprovaram unanimemente a regra do descanso semanal e, deste modo, rendem homenagem ao princípio religioso da semana.” Esta tal proposta de unificação da folga semanal em um mesmo dia era feita, principalmente, para “proteger o espírito da família”, tendo em vista que uma mesma família poderia ter membros que folgassem em dias diversos uns dos outros e isto não seria bom para a “unidade da vida familiar”. In: Fechamento da portas. Jornal de Debates, s/d, Caderno de recortes de Jornais da Intendência [Apa], pp. 5/6. Assim, percebe-se que há uma apropriação do debate francês que contribui na ampliação do apoio dos leitores às demandas caixeiras, particularmente articulando uma leitura de integração e fortalecimento dos laços familiares, porém com manutenção da simbologia cristã.

⁴⁵⁴ Veja-se, por exemplo, o modo como a *Perseverança* conhece os efeitos da aplicação da lei do fechamento das portas em praças de Sergipe, Pará e Amazonas. Cf. *Perseverança e Auxílio – A Lei do fechamento de portas das casas comerciais de Maceió*. Modos de ver. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 89, 25 de abril de 1913, p. 2, ou o telegrama de 2 de maio da Associação dos Empregados do Comércio do Recife felicitando a *Perseverança* pela promulgação da lei em 1913. A lei de Fechamento. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 95, 3 de maio de 1913, p. 1.

interesses em comum de parte dos negociantes e da maioria dos caixeiros, porém certamente é uma demanda desta classe que, aparentemente, foi levada adiante por membros da classe patronal, num momento em que a entidade se reerguia, depois de um lustro de dificuldades em finais da monarquia. Este momento sugere a empolgação ainda recente com os novos ventos da República, como também o fato de ter a *Perseverança* participado vivamente da campanha abolicionista.

Com o decreto, proíbe-se a abertura de estabelecimentos comerciais e industriais aos domingos e “dias santificados”, à exceção das casas que “venderem gêneros alimentícios”, que devem fechar suas portas ao meio-dia nestas ocasiões. Excetuam-se destas disposições as farmácias, hotéis, casas de pasto, bilhares, sorveterias, barbearias e “outras semelhantes” (artigo 1º, parágrafo 2º). Os infratores serão multados em trinta mil réis. Em caso de reincidência, em seu dobro (artigo 1º, parágrafo 3º).⁴⁵⁵

No final do ano de 1894 há uma nova conjuntura de embates caixeirais. Félix Lima Júnior chega a afirmar que a “memorável campanha” desta conjuntura fora vitoriosa, conseguindo-se fechar as portas dos estabelecimentos comerciais a partir das 18h, porém não fica claro se apenas aos domingos ou para todos os demais dias da semana. Nesta conjuntura, uma das principais lideranças políticas que se envolvem com a campanha é Miguel Omena, jornalista e político de verve combativa, um republicano exaltado, sócio do Instituto Histórico local, e que posteriormente liderará a *Sociedade Gladiantes* (1896?-1913?), uma das poucas mutuais que se empenharão em esforços políticos declarados no estado. Com o surgimento e fortalecimento da oligarquia de Euclides Malta (1900-1912), Miguel Omena lhe fará ferrenha oposição. Ligado aos democratas, será lembrado, posteriormente, quando for criada a *Liga Republicana*.⁴⁵⁶ A partir da relação estabelecida entre a classe caixeiral e Miguel Omena, entendemos haver relações de proximidade entre a *Perseverança* e sua campanha pelo fechamento de portas com uma certa tradição republicana autocrática que se configura mais claramente neste momento e na conjuntura de 1911/3, como veremos.

⁴⁵⁵ Decreto nº 22, de 13 de novembro de 1891. Aprova um artigo de postura da intendência da capital. IN: ESTADO DE ALAGOAS. Leis e actos de 1890 e 1891. Maceió: Typ. d’O Nacional, 1893.

⁴⁵⁶ LIMA JR., Félix. Op. cit., pp. 163; 172. Em algumas passagens deste capítulo, por força da opção que realizamos em relação à forma da tese, retomamos alguns dos eventos narrados em capítulos anteriores.

5.4 - A conjuntura de 1905

Nas primeiras semanas de 1905 dá-se a retomada da campanha pela efetiva regulamentação do trabalho no comércio de Maceió. Esta retomada é liderada pelo Conselho da *Sociedade Perseverança e Auxílio* e será apoiada por alguns negociantes. Na mutual dos caixeiros havia novamente um clima de reerguimento e animação, como já trabalhado no segundo capítulo, em que se percebe não só a articulação que a *Perseverança e Auxílio* vinha realizando junto a diversas outras sociedades e *clubs*, bem como na discussão de um monte-pio para seus associados. Esta orientação e esforços refletem uma conjuntura de ânimo propício à realização de uma campanha pelo fechamento de portas.

Basicamente, o que vai exposto acerca da conjuntura de reivindicação caixeiral refere-se à discussão pública ocorrida entre o grupo que apoia a demanda dos caixeiros e um pequeno grupo que se opõe a tal pleito.⁴⁵⁷ Nestas discussões públicas, a defesa e argumentação caixeiral são menos acionadas do que a oposição à referida lei. Assim, temos uma certa dificuldade em construir os argumentos de defesa da campanha caixeiral a partir das fontes consultadas. Isto se deve provavelmente a dois motivos que não se excluem: em função do que provavelmente é uma demanda tão óbvia que não precisaria de argumentação, tendo em vista o que já apresentamos acima sobre as condições de trabalho dos caixeiros e que era visível aos contemporâneos. Por outro lado, podemos pensar que as razões para a aplicação da lei já sancionada há catorze anos são expostas em reuniões fechadas, na articulação estabelecida entre a *Perseverança*, suas lideranças e a Intendência. Isto sinalizaria para a principal estratégia para fazer cumprir-se uma lei que estava em vigor, porém não era obedecida na prática. De todo modo, é preciso aventar uma possibilidade, mesmo que improvável: talvez não houvesse no momento um publicista, empregado do comércio ou não, comprometido com a causa caixeiral e que dispusesse sua pena em favor da justa reivindicação. Espaço na imprensa, pelo que se percebe no endosso da questão pelo

⁴⁵⁷ As duas principais fontes de informação para tal debate são órgãos da imprensa diária. De um lado, temos o jornal do grupo que dá suporte à Intendência, *Gutenberg*. Neste período, inclusive, o jornal publicava a parte oficial do governo municipal. Tomando posição contrária, por motivos político-ideológicos, mas também pessoais, temos *O Evolucionista*, visto que seu proprietário/redator era de família de origem estrangeira envolvida com o comércio à época e, como veremos, este terminará sendo um aspecto importante na arena pública da disputa. Infelizmente, o acesso à coleção deste segundo jornal está quase totalmente restrita no IHGA, devido as suas condições de conservação, enquanto o primeiro possui coleções anuais ou semestrais encadernadas incompletas. A maior parte destas notas foram recolhidas no Caderno de recortes da Intendência Municipal de Maceió, existente no Apa, e aqui já referenciado. Uma consulta aos autos policiais do período não identificou nenhum material de interesse para ampliar o entendimento das mobilizações, das eventuais manifestações de rua e possíveis conflitos mais fortes existentes etc.

Gutenberg, não faltava. Porém, a argumentação racional, a defesa dos pontos que justifiquem a lei, entre outros aspectos, não foi acionada a contento de acordo com as fontes que compulsamos.

Deste modo, destacaremos principalmente os argumentos contrários levantados por ocasião do retorno à arena pública do debate em torno da regulamentação do trabalho no comércio. Inicialmente, levantaremos uma série de argumentos já analisados pela historiografia sobre o tema, para em seguida apresentarmos a defesa do ponto de vista dos comerciantes (ou, pelo menos, de uma fração deles) no periódico *O Evolucionista*.

5.5 - Os argumentos contrários à regulamentação

Apesar de ser uma das categorias de trabalhadores que possui o dia de trabalho mais estendido, como já vimos, há uma forte renitência patronal em conceder breves momentos de descanso e lazer aos seus empregados. Como acontece em outros lugares, temos que o principal argumento patronal contrário à campanha seria a intromissão do poder público na esfera privada: na liberdade de comércio e nas relações de trabalho. Embora um pequeno grupo de negociantes sempre se ache disposto a negociar com seus trabalhadores, a grande maioria tomava uma atitude *carrancista*, de oposição a tais reivindicações. Os patrões reagem, organizam-se em entidades, como a *Sociedade União Varejista de Secos e Molhados*, criada no Rio de Janeiro em inícios dos anos 1880, ou principalmente através da imprensa, tentando influenciar a opinião pública na querela. Em último caso, com leis e posturas sancionadas que terminam vigendo por pouco tempo, encontramos uma série de subterfúgios criados para burlar a legislação. Assim, entre as diversas estratégias e argumentos utilizados por comerciantes para burlar as regulamentações estavam a venda no frege (pelas portas laterais ou dos fundos); o fato de que, fechada a loja, proliferariam os miasmas, acometendo de doenças muitas famílias de negociantes que residiam no local de trabalho; haveria ainda uma considerável diminuição de gasto da iluminação e do gás, o que sugeriria a intervenção das concessionárias de iluminação pública na situação, etc. Além das razões e estratégia de burla elencadas acima, haviam outros argumentos utilizados, dentre os quais destacamos a dificuldade na definição da categoria dos caixeiros, em função de

comportar uma diversidade considerável, como já visto.⁴⁵⁸ Há até um argumento veiculado em jornal de Juiz de Fora de que os caixeiros não teriam como aproveitar a metade do domingo livre, já que isto exigiria gastos supérfluos para uma categoria que mal pode com “magros feijões”.⁴⁵⁹

Especificando o modo como acontece a oposição a esta campanha em Maceió, o jornal *O Evolucionista*, propriedade de Luiz Lavenère, é o mais veemente órgão que sai em defesa de parte do comércio contra a regulamentação do horário de trabalho dos seus empregados. Ao que parece ser a sua primeira intervenção pública sobre o assunto, Lavenère transcreve trechos de uma notícia veiculada no *Gutenberg* e contra-ataca, tentando desfazer as razões de tal reivindicação. Em seu artigo, o *Gutenberg* informara acerca da existência de uma lei municipal promulgada em 1891, que esta lei precisaria ser cumprida, e compara a lei ao parágrafo 24 do artigo 27 da Constituição Federal. Afirma, por fim, que as matérias legisladas na lei e no artigo da Constituição tratavam de coisas diversas, pois uma coisa seria a “garantia do livre exercício da profissão” e outra seria “o direito que tem o poder público de regular o exercício de qualquer profissão.”⁴⁶⁰

Contra-argumentando, *O Evolucionista* indica, primeiramente, que a lei municipal de 1891 manda fechar apenas algumas casas comerciais, deixando outras abertas “até certa hora”, nos domingos e dias santificados. Como inexitem estes dias feriados nas leis do Estado e da República, não se pode obrigar “cidadãos livres a guardá-los”.⁴⁶¹ Num segundo ponto, afirma ele que o parágrafo 24 do artigo 27 da Constituição Federal aplica-se sim ao caso, particularmente no trecho que diz que “todos são iguais perante as leis” e que, restringindo de maneira desigual o exercício da profissão, este preceito estaria sendo atacado. Em terceiro, pondera que “regular o exercício da profissão não é determinar os dias e as horas em que deva ela ser exercida”. Regular tal exercício seria fiscalizar e punir os que a exercem dolosamente; proibir a “venda de artigos nocivos à saúde pública” e “destinados a fins ilícitos e imorais”. Nesses termos, afirma que a lei municipal de 1891 é de uma “inconstitucionalidade manifesta”. Continuando, o diretor d’*O Evolucionista* indica que esta lei é “uma palpável infração do art. 204 do Código Penal que diz ser um crime contra a liberdade de trabalho impedir alguém de exercer sua indústria, comércio ou ofício.” E acusa

⁴⁵⁸ POPINIGIS, Fabiane. Op. cit., pp. 42; 112/9; 132; OLIVEIRA, Luís Eduardo. Op. cit., p. 234.

⁴⁵⁹ apud OLIVEIRA, Luís Eduardo. Op. cit., p. 240.

⁴⁶⁰ Infelizmente não tivemos acesso à matéria original saída no *Gutenberg*. O debate e as transcrições d’*O Evolucionista* sugerem que já havia uma contenda anterior à nota do primeiro jornal.

⁴⁶¹ Sobre este ponto é interessante destacar que a lei promulgada em 1913 fará referência a “feriados federais”, e não mais a “dias santificados” conforme veremos adiante.

de monopólio o fato de que tavernas e bilhares vendam “sem restrições os mesmos artigos que outras casas não podem vender senão em certos dias”. Termina seu raciocínio criticando o fato de que...

...bilhares, hotéis, casas de jogos e de prostituição não são obrigadas a fechar.

Mais felizes do que os indivíduos honestos parecem ser as meretrizes, porque o município não regula a sua miserável profissão, nem lhes limita o tempo de trabalho⁴⁶²

Intervindo em sentido contrário, um artigo do *Gutenberg* expõe o entendimento do dr. Augusto Milton, “ilustrado constitucionalista” comentador da Constituição republicana brasileira, sobre o ponto: apesar de ser alegado que as posturas municipais não podem limitar a liberdade individual, “as municipalidades estão no seu direito legislando para o município sobre todos os assuntos que não lhes forem vedados por lei. Não existe porém lei alguma proibindo-lhes a intervenção no caso a que se refere a dúvida proposta”. Por conseguinte, o artigo conclui dando como certa a vitória da causa caixeiral, ainda mais contando com o apoio da Intendência municipal. Reforçando a defesa de se revigorar a lei de 1891, o texto ressalta que já há uma “lei positiva” que regula a questão e que, “como tal, tem que ser obedecida até que seja revogada ou nulificada pelo poder competente e pelos processos regulares.”⁴⁶³

Por seu turno, *O Evolucionista* acusa o *Gutenberg* de “advogar os interesses da intendência”, já que é seu órgão”, e de não responder às questões levantadas no artigo anterior e se ater na justeza do fechamento das portas, “num sentido geral”. Sugere-se aqui que, menos que a classe caixeiral, esta seria uma demanda da Intendência.

Invertendo a lógica argumentativa e o preceito legal da Constituição federal para ampliar as possibilidades de restrição da liberdade operária de ficar em repouso em determinados dias, o redator d’*O Evolucionista* ironicamente reflete sobre os desdobramentos desta lei:

⁴⁶² Fechamento de portas. *O evolucionista*, s/id data, Caderno de recortes de Jornais da Intendência [Apa] pp. 1/2.

⁴⁶³ Fechamento das portas III. *Gutenberg*, Ano XXIV, nº 3721 de fevereiro de 1905, p. 1.

Se o comerciante pode ser obrigado a não trabalhar aos domingos e dias santificados, a recíproca deve ser verdadeira: o caixeiro e o operário poderão ser intimados pela polícia municipal a trabalhar nos dias úteis em que não quiserem trabalhar!

Se isso é absurdo, é porque decorre de outro absurdo!⁴⁶⁴

Por fim, argumenta de forma cáustica, tocando em um ponto paradoxal da legislação municipal que concerne ao comércio. Faz alusão à criação de novas portarias pela intendência, que aumentam as cargas de impostos para a classe dos comerciantes:

Como é que o poder municipal cria novo imposto para o comércio e limita-lhes o tempo de trabalho?

O comerciante paga imposto para exercer a sua industria e profissão; paga imposto para ter as suas portas abertas e trabalhar publicamente; paga imposto para anunciar os seus artigos; para imposto para que a rua em que trabalha seja asseada pela Intendência; paga imposto para exportar e importar os seus artigos, e além disso pode ser obrigado a deixar de trabalhar quando quiser!

É duma lógica inatacável!⁴⁶⁵

Numa outra inversão de lógica, argumenta que se o poder público quer legislar sobre a liberdade de alguns, que o faça com relação a todos, e que estenda a proibição de trabalho aos domingos às diversas categorias e classes, pois então ela seria menos absurda:

Batemos a idéia de se exigir do poder municipal uma lei iníqua, uma lei que sob o pretexto de dar descanso às classes trabalhadoras, permite que estejam abertas as casas de jogo, e não julga merecedores de descanso os caixeiros de farmácias, bilhares, hotéis e padarias; os condutores e cocheiros e outros operários que não repousam vinte dias em um ano!⁴⁶⁶

Efetivamente, em um plano nacional, o que vimos são as posturas municipais sendo constantemente desrespeitadas e/ou revogadas pela pressão dos proprietários.⁴⁶⁷ Nesse sentido, utiliza-se como principal argumento a falta de competência do Legislativo local sobre tal assunto. Um exemplo disso é o argumento utilizado pelo presidente da província de Minas Gerais para revogar a postura que regulamentava o trabalho no comércio em 1877,

⁴⁶⁴ Fechamento de Portas. *O Evolucionista*, s/d, Caderno de recortes de Jornais da Intendência, [Apa], pp. 6/7.

⁴⁶⁵ IDEM, IBIDEM.

⁴⁶⁶ Fechamento das portas. *O Evolucionista*, pós artigo do *Jornal de Debates* comentando lei da França, s/d, Caderno de recortes de Jornais da Intendência [APA], p. 7.

⁴⁶⁷ POPINIGIS, Fabiane. Op. cit., pp. 65; 79; 108 e OLIVEIRA, Luís Eduardo. Op. cit., pp. 217/8.

deslegitimando tal regulamentação por ser produzida por uma câmara municipal. Nesses termos, Luiz Eugênio Horta Barbosa afirma que isto se explicaria “por ser o objeto de tal postura privativo do poder eclesiástico e do governo geral”.⁴⁶⁸ Treze anos depois, já no período republicano, a intendência de Juiz de Fora também irá assim entender tal questão.⁴⁶⁹ Falando sobre “O trabalho no comércio e a intervenção municipal”, o então já bastante conhecido advogado Evaristo de Moraes afirma que “o municipalismo Republicano, reconhecida a tão falada autonomia, não pode ir ao ponto de absolver [sic] competências, transformando em objeto de posturas municipais o que só deve ser assunto de leis gerais de União, embora com aplicação local.”⁴⁷⁰ Assim, este conflito de competências, que é característico do início do regime republicano, contribui como estratégia para desregulamentar o trabalho no comércio e eventualmente passa a ser acionado nas discussões públicas em torno da legalidade ou não de tais leis.

Num dos poucos momentos em que um membro da classe caixeiral intervém no debate, encontramos um “caixeirinho” a escrever para o *Jornal de Debates* em defesa da campanha e contra Lavenère. Para ele, a comissão do Conselho da *Perseverança e Auxílio* solicitou do intendente não a criação de uma lei, porém...

...a observância de lei promulgada em 1891 para uns tantos gananciosos, em sua maioria estrangeiros que deveriam ser os primeiros a dar exemplos de respeito, pois são por nós fidalgamente tratados.

A lei, há anos, se acha em execução, e a digna classe comercial – no que ela possui de mais ilustre – rende-lhe a devida observância.

Sinto que as ilustradas redações do Gutenberg e Jornal de Debates tivessem dado assunto ao jurisconsulto-redator do Evolucionista, que a falta de assunto, lançou meia dúzia de artigos amarelos e despidos de lógica.

E para provarmos, basta ler-se o artigo da edição de 22 [de fevereiro de 1905?, de O Evolucionista], sem pé nem cabeça. Revelou, apenas, mais uma vez – a má fé e má vontade que, sem razão, dedica a ativa e operosa classe caixeiral de Alagoas.

Mas tudo isto é de balde [sic], porque os rebeldes ao cumprimento de uma lei justa e pela maioria de uma classe aceita, - serão obrigados, queiram ou não a respeitá-las.[sic]

Um caixeirinho, //2-23-905.⁴⁷¹

⁴⁶⁸ Apud OLIVEIRA, Luís Eduardo. Op. cit., p. 219, nota 107.

⁴⁶⁹ IDEM, p. 224.

⁴⁷⁰ MORAES apud POPINIGIS, Fabiane. Op. cit., p. 165.

⁴⁷¹ [Um caixeirinho] . Fechamento de portas. Jornal de Debates, s/d, pós 23 de fevereiro de 1905, Caderno de recortes de Jornais da Intendência [Apa], p. 15.

Lavenère reage com veemência, baseado no tom xenofóbico do artigo, afirmando que “A campanha contra a liberdade do Comércio é toda pessoal, não é questão de classe”, o que a deslegitimaria perante a opinião pública e a Intendência. O ponto central do debate e da revitalização da lei seria “toda contra aos italianos da rua 1º de Março[sic]”.⁴⁷² Em artigo posterior, reforça a denúncia de que esta não é uma campanha contra os comerciantes que trabalham aos domingos e dias santificados, mas uma campanha que possui como mote o “ódio” que seria “apenas dirigido aos italianos, gente laboriosa que merece a nossa admiração pela economia, perseverança e honestidade que tem mostrado nesta pequena cidade.”⁴⁷³

O debate na imprensa local polariza-se entre, de um lado, Lavenère, representando um grupo de negociantes estrangeiros, e de outro, uma difusa maioria que apoia sem muito ardor a causa caixeiral. Na contenda, a situação agrava-se a tal ponto que o diretor d’*O Evolucionista* é expulso dos quadros sociais da *Sociedade Perseverança e Auxílio* pela diretoria da entidade, que se reunira extraordinariamente para tratar do assunto. Lavenère, vendo seu nome exposto publicamente, retruca pela desimportância do título de sócio que possuía, que era “simples sócio subscritor” para poder ser “alugador de livros da Biblioteca da *Perseverança*.” E continua, indicando que tal eliminação dos quadros sociais da referida entidade “não lhe causa nenhum desgosto, porque ele só precisou da Biblioteca da *Perseverança* quando não possuía certos livros que desejava ler”.⁴⁷⁴

No calor dos embates, trataremos de duas passagens que podem ser fortuitas, porém também podem significar um realce mais forte à luta dos proletários do comércio e o acirramento dos ânimos dos sujeitos envolvidos. Ademais, pelo fato de não termos encontrado outras fontes que versassem sobre a questão, é preciso salientar o caráter moderador que muitas vezes a imprensa diária toma para as questões e argumentos dos grupos menos abastados, como são os caixeiros. Talvez, o caráter legalista da campanha, particularmente para a conjuntura que analisamos aqui, deva-se mais a um traço típico da documentação consultada, pois “O apoio da grande imprensa ao movimento caixeiral esteve sempre condicionado à sua legalidade e à agitação operária que incitava mesmo os

⁴⁷² LAVENÈRE, Luiz. Como se descobrem as coisas! *O Evolucionista*, pós 24 de fevereiro de 1905, Caderno de recortes de Jornais da Intendência [Apa], p. 16.

⁴⁷³ Perseverança e Auxílio! Jornalista Expulso! Ofensa Grave!!! *O Evolucionista*, pós 24 de fevereiro de 1905, Caderno de recortes de Jornais da Intendência [Apa], p. 16.

⁴⁷⁴ IBIDEM.

reformistas a desenvolver um discurso conciliatório.”⁴⁷⁵ Assim, esta fonte termina diminuindo a probabilidade de encontrarmos momentos mais radicalizados de atuação operária.

Vejamos o caso: neste momento de maior exaltação, ocorrido em finais de fevereiro de 1905, tanto Luiz Lavenère como um outro articulista que se identifica como “distinto empregado do Comércio”, intervêm no debate público para atacar a campanha. Ambos mencionam que não se calarão em hipótese alguma, que para serem calados seria necessário o enforcamento.⁴⁷⁶ Muito provavelmente o mote foi gerado pelo primeiro dos artigos e retomado pelo seguinte. Não obstante, e mesmo levando-se em conta o bom ordenamento mais geral da campanha caixeiral em 1905, não cremos ser descabido imaginar algum caixeiro mais exaltado, numa das passeatas e préstitos públicos acontecidos naqueles dias, gritar “enforcem-no” em direção a um opositor ferrenho do fechamento de portas. Mesmo isso não tendo sido referido explicitamente, cabe considerar o relato de Félix Lima Júnior sobre as contendas entre *O Evolucionista* e os caixeiros da *Perseverança*. Apesar de impreciso com relação à data, o memorialista afirma que nestas contendas, pela posição contrária de Luiz Lavenère, a *Perseverança* aproveitou a posse de uma nova diretoria, que ocorreria no domingo da Ressurreição (de Páscoa), e acabou por caracterizar o jornal *O Evolucionista* como sendo um Judas. Articulado um imaginário cristão muito arraigado na sociedade, junto com um ritual/brincadeira extremamente popular no Nordeste, o Judas *Evolucionista* foi malhado desde a madrugada do sábado de Aleluia em frente à redação do jornal, na então rua mais movimentada da capital, pendurado em um poste.⁴⁷⁷ Sugerimos que este fato tenha acontecido na semana santa que ocorrera após as discussões de finais de fevereiro. Isto refletiria que, apesar de ordeira e pacata, a demanda exaltara alguns além do esperado.

⁴⁷⁵ POPINIGIS, Fabiane. Op. cit., p. 71.

⁴⁷⁶ *Perseverança e Auxílio! Jornalista Expulso! Ofensa Grave!!! O Evolucionista*, pós 24 de fevereiro de 1905, Caderno de recortes de Jornais da Intendência [Apa], p. 16; e [carta assinada por um “distinto empregado do Comércio”]. Fechamento de Portas, s/id jornal, provavelmente de 27 de fevereiro de 1905 ou um pouco depois, Caderno de recortes de Jornais da Intendência [Apa], p. 16.

⁴⁷⁷ LIMA JR., Félix. Op. cit. p. 177.



Trecho da rua do Comércio onde localizava-se a redação do jornal *O Evolucionista*, ao lado da Livraria Fonseca. Vê-se também o poste onde, provavelmente, o Judas foi malhado. Fonte: Sem identificação de autor e data. Acervo do Apa.

Um pouco antes desse episódio de malhação do *Judas evolucionista*, em 6 de março de 1905, o intendente Dr. Manoel Sampaio Marques sanciona o decreto nº 24, que regula o fechamento das portas, decreto que simplesmente reforça a lei já existente de 1891, e cria um artigo aditivo ao código de posturas municipais. No *caput* do decreto, tal ato atende “à reclamação de negociantes, empregados e auxiliares do comércio” e realiza considerações no sentido de estar na “esfera de suas atribuições legais” como intendente; que tal decreto não fere nenhuma outra legislação em vigor, nem fere “preceitos constitucionais”, nem atenta contra a liberdade de comércio, indústria e profissão; que tal ato atenderá “às necessidades ordinárias”, além de satisfazer e se conformar “com os costumes tradicionais pátrios”. Sem dúvida, além de indicar as razões da promulgação de tal ato legislativo, dialoga com todas as principais críticas endereçadas ao projeto e particularmente alfineta a condição dos ávidos negociantes estrangeiros. Nestes termos, o artigo primeiro sanciona que, aos domingos e dias santificados fica proibida a abertura de estabelecimentos comerciais e industriais, salvo as casas que vendem gêneros alimentícios. Estas fecharão ao meio-dia nestas ocasiões. No artigo segundo, decreta que “não se compreendem no presente artigo as farmácias, hotéis, casas de pasto, bilhares, sorveterias, casas de barbeiros e outras

semelhantes [sic]”. Os infratores serão punidos em trinta mil réis, e os reincidentes em seu dobro.⁴⁷⁸

5.6 - As campanhas de 1911/1913

Como foi visto, desde finais de 1911 a classe caixeiral vinha se articulando para intervir no processo político estadual, posicionando-se, através da *Perseverança e Auxílio* e da *Liga Caixeiral pró-Clodoaldo*, contra o longo e já desgastado governo dos Maltas. Com a vitória da nova oligarquia, a classe passaria a ter condições mais objetivas de reivindicar o cumprimento da lei do fechamento de portas, existente desde 1891. Mais que isso: o engajamento dos empregados do comércio foi de tal monta junto à candidatura de Clodoaldo da Fonseca que, a partir de sua vitória, o clima ficou suficientemente favorável para que dele resultasse um duplo desdobramento: inicialmente, um legítimo representante da classe caixeiral (Francisco Avelino Cabral, já citado) sai vitorioso, na chapa do Partido Democrático, ao congresso estadual. Em seguida, mais do que exigir o cumprimento da lei de 1891, tem-se que a classe se articula em torno da elaboração de um novo projeto de lei para regulamentar o trabalho no comércio.

Coincidindo com a criação da *Liga Caixeiral*, desde pelo menos os finais de 1911 que os rapazes do comércio se rearticulam em torno da necessidade de que seja “rigorosamente cumprida pelos srs. Comerciantes” a lei que obriga o fechamento das portas aos domingos e feriados federais e, em dias úteis, às 8 horas da noite.⁴⁷⁹ Criada em 1891, colocada em evidência em dois outros momentos de campanha (1894 e 1905, como já visto), percebe-se que já há algum cumprimento do que preceitua a legislação entre os negociantes da capital, porém há os negociantes recalcitrantes, os “carrancistas”, que teimavam em desrespeitá-la.

⁴⁷⁸ Decreto nº 24, publicado no *Gutenberg*, pós 6 de março de 1905. In: Caderno de recortes de Jornais da Intendência [Apa], s/id/página.

⁴⁷⁹ A Tribuna, ano XVI, nº 4296, 7 de novembro de 1911, p. 1.

Fortalecendo seu pleito ao longo de todo o ano de 1912, em inícios de 1913 a classe caixeiral envia um requerimento ao Conselho Municipal contendo 203 assinaturas, tanto de auxiliares do comércio como de negociantes, solicitando apoio à elaboração de uma nova lei que regulamente a jornada de trabalho da categoria.⁴⁸⁰ Muito embora contasse com a presença de vários comerciantes, a representação e toda esta campanha, mais uma vez, será articulada pela *Perseverança*. Parece-nos que, na articulação promovida, foram levadas em consideração as diversas campanhas deflagradas anteriormente e que resultaram em fracassos ou em conquistas bastante limitadas. Assim, apesar de estar em um contexto político bastante favorável, com uma notória articulação com os grupos que lideravam os poderes executivos estadual e municipal, a grande estratégia da entidade nesse novo momento seria a de argumentar que não motivaria prejuízos a terceiros, quaisquer que fossem: “Não desejávamos prejudicar ninguém e cautelosamente procuramos evitar atritos.” Após sucessivas derrotas, a entidade venceria *na perseverança*, com uma sutil estratégia de combate.

Numa numerosa assembleia na sua sede, em que se discutia a elaboração da nova lei, contando com a presença de “comerciantes e representantes de várias classes”, o Presidente do Conselho Supremo da *Perseverança*, Costa Silva, ponderou para que o assunto fosse “amplamente discutido” para que não ferisse interesses outros e não viesse a “aventurar-se a *Perseverança* a dissabores e insucessos a que não está acostumada.”⁴⁸¹ Assim, além de amparada por suas alianças com as elites instaladas no poder estatal, a estratégia caixeiral é de máxima prudência e diálogo com todas as partes envolvidas, para evitar a “atmosfera espessa” que existiu em outros momentos.

Entretanto, mesmo que de forma pontual, sem indicação de uma oposição mais sistemática, como ocorrido em 1905, vemos uma série de argumentos contrários sendo levantados ao novo projeto, inclusive através da intervenção pública de um articulista denominado Jonathas Montenegro. Dentre o conjunto de argumentos contrários que conseguimos identificar e que foram mais insistentemente levantados neste novo momento – para além de alguns outros já indicados acima, nos quais não iremos nos deter –, estão três.

⁴⁸⁰ Ata da Sessão do Conselho Municipal, em 22 de março de 1913. In: Diário Oficial do Estado de Alagoas, ano II, nº 331, 29 de março de 1913, p. 6.

⁴⁸¹ *Perseverança e Auxílio – A Lei do fechamento de portas das casas comerciais de Maceió*. Modos de ver. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 89, 25 de abril de 1913, p. 2 – salvo indicação em contrário, o que segue foi retirado desta fonte.

O primeiro diz respeito ao problema urbano que seria ter a rua do Comércio deserta durante o período noturno, sugerindo tanto o fim da vida social de Maceió como o aumento da insegurança. Apesar de ser verdade que, com o fechamento de portas às 6 da tarde, a rua ficaria deserta, pondera a diretoria da *Perseverança* que é preciso observar que “outros lugares ficarão alegremente movimentados”, como as praças, as associações de instrução e recreio, além do “confortante ambiente da vida familiar”.⁴⁸²

Uma segunda crítica, esta com desdobramentos importantes para nossa análise, seria a de que o fechamento das portas iria impedir os demais operários de terem a possibilidade de realizar suas compras em razão da concomitância de seus horários de trabalho com os do comércio, e que então seria preciso estender o horário de fechamento dos negócios para não prejudicar esta parcela pobre e trabalhadora da população. Para Jonathas Montenegro, haveria uma dificuldade dos *homens pobres* em realizar compras até às 6 horas da tarde, em decorrência de também estarem ocupados em seus postos de trabalho. Contra tal argumento, a classe caixeiral afirma pelo contrário, construindo uma distinção no seio das classes pobres e do operariado. Em uma boa contribuição ao debate público realizada por um caixeiro que, pelo nível de informações que aponta, estava diretamente envolvido na discussão da nova lei, este afirma que “o operariado é da massa do povo – que só gosta de comprar de dia – só os retardatários e os que fazem plantão nas bodegas deixam para comprar à noite as bolachas, o querosene, o café e... *matar o bicho* antes de deitar”.⁴⁸³ Afirma ele, inicialmente, que o operariado, junto com parte da massa popular, compra seus produtos no horário comercial regular, *de dia*. Para ele, apenas uma parcela do povo (*os retardatários*, os que vivem de bodega em bodega e os que *matam o bicho antes de deitar* – aparentemente, os que bebem e se fartam altas horas da noite) é que teria o mau costume de deixar as compras para o período noturno. Aqui, para além das possibilidades de burla explícita que pode haver neste procedimento⁴⁸⁴, haveria a propensão a identificar estes consumidores noturnos com a parte dos excluídos, marginalizados e bilontras, que é muito distinta do conjunto ordeiro e disciplinado do restante da população pobre: “Nós, por mercê de Deus, ainda não temos esse proletariado e farrapado que constitui a miséria das capitais ricas.” E mesmo com relação às “mocinhas pobres”, continua o caixeiro anônimo rebatendo o antagonista Montenegro, não é

⁴⁸² Perseverança e Auxílio – A Lei do fechamento de portas das casas comerciais de Maceió. Modos de ver. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 89, 25 de abril de 1913, p. 2.

⁴⁸³ [um caixeiro]. Fechamento de portas. Modos de ver. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 87, 23 de abril de 1913, p. 2.

⁴⁸⁴ Como se verá adiante, em razão da escuridão mesmo nos locais de venda, este é um momento propício para gerar questionamento sobre as compras realizadas.

verdade que não sairiam à tarde por acanhamento de suas roupas simples e rotas. Pelo contrário, elas sairiam à rua “em plena luz do sol e gosta[ndo] muito de comprar no mercado”. Ou seja, frequentariam o Mercado Público, localizado no popular bairro da Levada, e não frequentariam a rua do Comércio, local das lojas mais requintadas e careiras, sugere.⁴⁸⁵

Ademais, de acordo com a continuidade de seu argumento, haveria muita injustiça se tivesse razão o *antagonista* ao afirmar que os “homens pobres” trabalham das 6 da manhã às 6 da noite apenas e possuiriam o direito de realizar suas compras, enquanto

se conservasse a classe caixeiral que também começou o seu serviço as 6 da manhã (como os *homens pobres*) de pé no balcão para atender por mais 4 ou 6 horas aqueles que às 5 e não às 6 da tarde largam o seu serviço e regressam ao lar.⁴⁸⁶

Além de um fator de distinção entre os *homens pobres* e os caixeiros, apresentado no tom como a argumentação foi construída, tem-se que, mesmo com a aplicação da lei obrigando o fechamento às 6 horas da tarde, ainda assim o operariado trabalharia menos que os empregados do comércio, visto que largam às 5 horas!

Não obstante esta contra-argumentação realizada aos ataques e críticas recebidos pela campanha, tomado de “escrúpulo”, o vice-presidente da *Perseverança* realiza, junto com outros membros da entidade, uma pesquisa corpo a corpo com o operariado: “temos interrogado a diversos representantes da digna classe operária a respeito do caso, e eles nos dizem francamente que não são prejudicados em seus negócios”. A implantação da lei em outros Estados, inclusive, não alterou “este hábito” de compra em horário regular diurno.⁴⁸⁷

Por fim, nas críticas endereçadas ao novo projeto de regulamentação do trabalho no comércio, tem-se, com ênfase renovada em comparação com a campanha de 1905, o argumento de que a lei implicaria um prejuízo para o setor de energia elétrica. Sobre esse setor, há uma relativa ambiguidade do discurso na forma como ele se encaminha, hora identificando-o como forte, com concorrência de várias empresas ou “vários sistemas de luz”, hora identificando-o como um monopólio centrado na figura do “mais importante

⁴⁸⁵ IBIDEM.

⁴⁸⁶ IBIDEM.

⁴⁸⁷ Perseverança e Auxílio – A Lei do fechamento de portas das casas comerciais de Maceió. Modos de ver. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 89, 25 de abril de 1913, p. 2. Conferir, também, o já citado texto do caixeiro.

industrial” da cidade, o comendador Teixeira Bastos. De fato, provavelmente desde inícios do século XX, com a falência da Empresa de Luz Elétrica, de propriedade de José Antonio Loureiro, a firma J. Bastos & Cia., do também lusitano Antonio Teixeira Bastos, comprara a “massa” falida da antiga firma e criara a Nova Empresa de Luz Elétrica.⁴⁸⁸

No que talvez fosse o mais sério obstáculo à *empreitada pacífica* da classe caixeiral, os argumentos de defesa corriam no sentido de deixar claro que a categoria não queria briga com o empresário, agindo com cautela e sutileza, e que haveria compensações aos eventuais prejuízos ocorridos no setor. É necessário salientar que, como um dos grandes concessionários de serviços públicos – ao lado dos serviços de navegação, transportes urbanos e ferroviários –, o veto da empresa poderia barrar ou ao menos dificultar a aprovação da lei, o que no mínimo exporia a posição de classe da luta dos caixeiros de forma mais nítida. Os argumentos utilizados deixavam claro que mesmo as casas comerciais que encerrassem seu expediente ao anoitecer, teriam “conveniência” em conservar a iluminação acesa, o que haveria de gerar compensação à empresa de eletricidade. De todo modo, para que tal proposta se concretizasse, a redação confusa da matéria jornalística analisada aqui revela que era preciso que houvesse taxas com descontos ou outras formas de compensação para os proprietários que hipoteticamente desejassem manter as luzes acesas de seus estabelecimentos já fechados. De um modo ou de outro, não houve em geral hostilidade à campanha, nem em particular por parte do *grande representante da burguesia local*, cujos boatos que davam conta de sua recusa à lei, não se concretizaram.

Retomando um artigo já utilizado aqui, de defesa da lei do fechamento das portas, em resposta ao já citado Jonathas Montenegro, que publicara objeções à lei no jornal *O comentário*, de 20 de abril daquele ano, a diretoria da *Perseverança* afirma – ainda sutilmente, porém com um inequívoco tom de distinção entre a classe dos negociantes e a dos empregados do comércio – que quanto ao prejuízo da empresa de luz elétrica, quase 100 assinaturas da representação que motivou a lei de regulamentação da jornada de trabalho foram de “comerciantes nossos”.⁴⁸⁹ É importante, neste ponto, destacar que há apenas um empresário de luz elétrica, como já visto. Como fino sinal de que de algum modo existe uma noção classista da categoria apoiando o espírito da *Perseverança* na campanha, temos que a diretoria argumenta que quase 100 comerciantes (ou seja, proprietários/patrões/burgueses)

⁴⁸⁸ LIMA JR, Félix. Op. cit., p. 45.

⁴⁸⁹ Perseverança e Auxílio – A Lei do fechamento de portas das casas comerciais de Maceió. Modos de ver. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 89, 25 de abril de 1913, p. 2.

iguais àquele outro, mesmo que não possuam o mesmo porte financeiro e montante de negócios, apoiaram a representação. Parece-nos que a exposição desse argumento nos termos colocados pela representação da categoria, através de sua única e longa entidade, revela a base classista que, ao final das contas, estava em jogo nessas disputas. Não obstante, convém salientar que a categoria dos trabalhadores do comércio – por si só vasta, como já sabido – não se representa como proletariado ou como trabalhadores ou homens pobres. No material já apresentado aqui, ao serem realizadas as entrevistas com o *legítimo operariado*, tem-se claro que estes são distintos da classe caixeiral, são um outro grupo social, uma outra categoria profissional, e que ambos não comporiam uma classe em comum.

Para terminar este tópico, salientamos o já indicado apoio de respeitável parcela dos comerciantes de Maceió ao projeto de lei apresentado. Em um dado momento, a *Perseverança* chega a afirmar que “contava com o apoio quase unânime dos próprios negociantes”.⁴⁹⁰ Efetivamente, como parte da explicação deste item, o volume dos negócios à noite diminuía a ponto de tornar-se “insignificante”. Em vista disso, várias casas de comércio em retalho estavam fechando mais cedo, seguindo uma prática já habitual do comércio atacadista. Alega-se ainda, para tal atitude, que várias famílias que compravam à noite reclamavam das compras, pois ao escurecer “todos os gatos são pardos, o amarelo fica branco, o azul fica verde etc.”, e muitas vezes isso resultava na troca dos produtos no dia seguinte, causando contrariedades para ambos os lados.⁴⁹¹

A forma como a contenda aparece nesse momento sugere não só um amadurecimento por parte dos caixeiros com relação ao formato que deram à sua antiga reivindicação, mas também a um certo esvaziamento de argumentos contrários no que se refere à incompetência da intendência municipal em legislar sobre o tema. Obviamente, isso não significa que as coisas serão mais fáceis a partir de agora. Talvez signifique muito mais que a estratégia dos comerciantes carrancistas seria outra, particularmente a burla aos preceitos da lei, e não a exposição crítica de argumentos contrários a uma lei que era, então, defendida pelo forte governo que iniciava seu mandato.

Assim seguiu o debate até a elaboração de lei e mesmo depois. Efetivamente, após algumas semanas de preparação e posterior discussão da minuta de projeto a ser enviada ao poder municipal, eis que surge o projeto de lei nº 7, a ser votado pelo Conselho em 29 de

⁴⁹⁰ A lei do Fechamento. *Jornal de Alagoas*, ano VI, nº 70, 2 de abril de 1913, p. 1.

⁴⁹¹ [um caixeiro]. *Fechamento de portas. Modos de ver.* *Jornal de Alagoas*, ano VI, nº 87, 23 de abril de 1913, p. 2.

março de 1913. Numa sessão “bastante concorrida” (o que sugere, apesar de todos os cuidados anteriormente tomados, pressão pontual dos caixeiros na sua última hora para a aprovação deste), o projeto é aprovado, sendo sancionado alguns dias depois em forma de Lei nº 4, pelo Intendente, o farmacêutico Firmino de Aquino Vasconcelos. Segundo a lei, a partir de 1º de maio próximo, dia do Trabalho, estabelecimentos comerciais passariam a fechar as portas às 18h.⁴⁹²

Ao analisar o teor da Lei nº 4, de 4 de abril de 1913, encontra-se nela, surpreendentemente, uma amplitude de regulamentação da jornada de trabalho para vários outros setores das atividades econômicas, e não apenas ao setor do comércio. A lei regula que, a partir de 1º de maio, os estabelecimentos comerciais e industriais (fábricas, oficinas, agências e escritórios) podem permanecer abertos entre as 6 da manhã e as 6 da tarde em dias úteis, não abrindo aos domingos e dias feriados, salvo as exceções (artigo primeiro). A multa proveniente da não observância da lei será de cem mil réis (100\$000) e, na reincidência, de duzentos mil-réis (200\$000).

Apesar de seu tom forte/draconiano (ou, talvez, por isso mesmo), apresentam-se alguns contra-exemplos para tal obrigação. O primeiro seria o de que as farmácias e drogarias constituiriam as exceções pela própria especificidade de seu ramo (parágrafo único), mas também os estabelecimentos que já gozassem de algum favor federal, estadual ou municipal; quiosques e negócios localizados nas estações dos caminhos de ferro, desembarque marítimo, hotéis, cafés e sorveterias; as oficinas de jornais; bem como as casas de diversões, cocheiras e casas de banhos públicos (artigo 2º). Mediante licença paga com valores diversos, a depender do caso, casas de armadores, de flores e coroas mortuárias, tabacarias e agências de vapores também poderiam exceder as jornadas de trabalho para além das 6 horas da tarde e/ou dias úteis e feriados (artigo 3º). O mesmo se daria com as refinarias, padarias e casas de venda em retalho de produtos secos e molhados e, nestes casos, haveria ainda as licenças gratuitas (artigo 4º). Em todas essas licenças, o proprietário do estabelecimento obriga-se a revezar turmas de trabalhadores “que não excedam a 10 horas de trabalho” (artigo 5º). As licenças não serão concedidas a negócios onde trabalhassem menores de 10 anos. Assim, nas solicitações das referidas licenças deveria constar a relação de todos os empregados, com idade e naturalidade (artigo 6º). Os recursos adquiridos com as licenças e multas serviriam para ampliar serviços sociais e exposição de

⁴⁹² A lei do Fechamento. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 70, 2 de abril de 1913, p. 1.

produtos do setor (artigo 7º). Para efeito desta lei, são considerados feriados os dias 24 de fevereiro, 13 de maio, 7 e 16 de setembro, além do 15 de novembro (artigo 10).⁴⁹³

Fica claro que a lei se estende a um conjunto de outros ramos de trabalho que não apenas ao comércio varejista de Maceió, extensão que surpreende, pois atinge inclusive oficinas e fábricas. Pelo menos duas considerações mais relevantes podem ser tiradas deste artigo. A primeira diz respeito à dificuldade do cumprimento da lei, tanto pela intromissão do Estado em negócios privados de monta, quanto pelo frágil papel fiscalizador que existia então. Dificilmente imaginamos possível a observância de todos esses imperativos. A segunda consideração caminha no sentido de articular a elaboração desta lei ao projeto político da oligarquia de Fernandes Lima/Clodoaldo da Fonseca e, mais restritamente, ao que nos interessa, ao caminho ideológico que os caixeiros vinham construindo ao longo da atuação de sua entidade, numa visão de mundo que incorporava aspectos do positivismo e do florianismo, mais diretamente.

Numa entrevista realizada com o Intendente sobre a execução da lei, este afirma que para fazer cumprir a lei a partir de 1º de maio, previa “redobrar os serviços de todo o seu corpo de vigilância.” Afirma ainda que alguns negociantes têm requerido as licenças de que falam a lei, porém nenhum deles cumpriu as disposições do artigo 7º.⁴⁹⁴ Neste ponto, parece-nos haver um equívoco por parte do intendente ou da redação da entrevista, pois o artigo 7º indica que os recursos adquiridos com as licenças e multas servirão para ampliar serviços sociais e exposição de produtos do setor, sendo uma disposição a ser executada pelo governo municipal. Supondo que o teor da objeção seja especificamente relativo à falta de pagamento, então deveriam ser referidos os artigos 3º e 4º, pois eles são os que se referem às taxas de pagamento, o que não acontece. Desta forma, conjecturamos que a objeção toca mais precisamente ao artigo 6º, pois neste artigo os patrões só podem adquirir as licenças se, através da conferência da relação de todos os empregados de seu estabelecimento, constando ainda idade e naturalidade deles, não for constatada a presença de menores de 10 anos (artigo 6º).⁴⁹⁵ Daqui, infere-se que os comerciantes que estivessem requerendo a licença não a conseguiriam em razão de não observarem o disposto neste artigo, o que remete para duas

⁴⁹³ Lei nº 4, de 4 de abril de 1913. In: Diário Oficial do Estado de Alagoas, ano II, nº 331, 9 de abril de 1913, p. 7.

⁴⁹⁴ A Lei do fechamento de portas – sua primeira execução. Jornal de Alagoas, ano VI, nº 94, 1 de maio de 1913, p. 1.

⁴⁹⁵ Cf. Lei nº 4, de 4 de abril de 1913, já citada.

possibilidades: ou os negociantes e comerciantes de Maceió não entregavam a relação de seus empregados ou, então, enviavam-nas constando menores de 10 anos.

Pelo rastreamento dos embates relativos ao cumprimento ou não da nova lei, parece-nos que ela ficou mais restrita à aplicação no que se refere às lojas e estabelecimentos comerciais, havendo negligência ou impossibilidade de fiscalização municipal para outros setores. De qualquer modo, pensamos que seu teor assinala a concepção de estado e de política que o novo grupo oligárquico trazia ao poder instituído em Alagoas, e que os caixeiros, hegemonicamente, se engajaram neste novo projeto.

Este apoio, realizado não só pela classe caixeiral, mas por boa parcela da sociedade alagoana à época, parece refletir uma mudança de mentalidade mais ampla. O fato de não se ter encontrado na documentação compulsada, para o período da campanha que resultou na lei de 1913,⁴⁹⁶ nenhum questionamento explícito acerca da competência que o município possuía em legislar sobre tal questão, sugere que tal questão, no início da segunda década do século XX, não era mais ponto de discussão e que, sim, tanto era necessária a presença do Estado intervindo nas relações de trabalho, como havia legitimidade para que esta intervenção fosse feita pela esfera municipal.

Em certa medida, como no exemplo do Círculo dos Operários da União – Culto do Trabalho, citado por Cláudio Batalha, sobressai como traço das lutas dos empregados do comércio pela regulamentação de sua jornada de trabalho “uma perspectiva que descarta a luta política e o conflito”, agindo-se mais como “pressão moral do que como sindicato.” Teríamos, então, o Estado como “avalista de direitos”. Neste processo, menos que “capitulação diante do Estado”, haveria uma “negociação com este no terreno moral escolhido pelos partidários” de tal concepção.⁴⁹⁷ A insistência da estratégia caixeiral em realizar as negociações com o Legislativo ou com o Executivo,⁴⁹⁸ como era o caso de

⁴⁹⁶ Em razão da ruptura entre as oligarquias, os periódicos consultados para esta conjuntura são uma das fontes particularmente afetadas, ora em decorrência da extinção e criação/fortalecimento de jornais diários pela ruptura entre os grupos políticos hegemônicos; ora pela incompletude das coleções de jornais que sobreviveram; ora, ainda, pela impossibilidade de pesquisa nesta documentação, particularmente pelo fato de que, como estas fontes têm sido acionadas com relativa frequência por curiosos e pesquisadores em função da visibilidade deste “acontecimento” e do próprio Quebra dos terreiros, o que tem ocasionado, por sua vez, a deterioração de páginas e mais páginas destas coleções de jornais remanescentes.

⁴⁹⁷ BATALHA, Cláudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil republicano** – o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro, 2003, (161 -189), pp. 176/8.

⁴⁹⁸ Para o caso do Rio de Janeiro, ver POPINIGIS, Fabiane. Op. cit., passim.

Maceió, parece assemelhar-se com esta postura programática. As categorias de trabalhadores que eram partidárias desta postura parecem reforçar os argumentos de José Murilo de Carvalho que vimos discutindo aqui, como sendo uma estadia.

Por mais difusa que possa ser, cremos que a luta pelo fechamento das portas encetada pelos caixeiros causa algum reflexo na relação mais dura entre capital/trabalho, independentemente da posição marginal/exterior ocupada por tal trabalhador na esfera produtiva.⁴⁹⁹ Afinal, o simples fato de comerciantes (alguns deles já pequenos/médios investidores na ciranda financeira) perderem uma ou duas horas de portas abertas nos seus negócios – o que proporcionava, no mínimo, melhores condições de vida e lazer para seus empregados – resultava em dinheiro subtraído de uma crescente concentração de renda que ainda não deixou de cessar. Ao contrário do que pensava Félix Lima Jr., todavia, cabe salientar que esta conquista caixeiral não significava uma vitória definitiva. Os termos desta luta não possuem fim e, já em 1917, *A Semana Social*, órgão redigido por Antonio Canellas, denunciava que a lei acerca do fechamento das portas estava “sendo relaxada”, como veremos nas considerações finais.⁵⁰⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁴⁹⁹ Em si mesmo, o próprio capital não deve ser entendido como uma coisa, um objeto, porém como uma relação que efetiva a exploração do trabalhador para a consecução da mais-valia: “o capital não é uma coisa ou um conjunto de objetos – ele só existe na medida em que subordina a força de trabalho; de fato, o capital, mesmo que se expresse através de coisas (dinheiro, objetos, mercadorias etc.), é sempre uma relação social.” Cf. NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 98.

⁵⁰⁰ A lei está sendo relaxada. *A Semana Social*, Ano I, nº 24, 20 de outubro de 1917, p. 4.

Terminamos os cinco capítulos escritos de uma pesquisa que durante um bom tempo teimou em realizar um amplo panorama do mutualismo em Maceió, porém que se debruçou ao final de contas sobre o mutualismo caixeiral. Parece-nos que ficou claro que, ao se optar por um estudo de caso do mutualismo, mesmo considerando-se a ausência de um conjunto significativo de fontes que foram preenchidos com um esforço de busca em fontes as mais diversas, obteve-se um resultado com graus variáveis de aprofundamento, a depender da relação que os tópicos discutidos e apresentados ao longo dos capítulos tivessem com as fontes disponíveis e encontradas. Entre as lacunas mais discerníveis estão, a nosso ver, a identificação dos níveis de ação securitária que estas mutuais ofertavam aos seus associados, bem como a força (quantidade de sócios e o capital recolhidos aos seus cofres sociais) para consecução de seus objetivos. As breves considerações em relação a esses pontos foram feitas, no mais das vezes, de forma subsidiária. Não obstante, do mapeamento do mutualismo realizado no primeiro capítulo, algumas daquelas mutuais merecem um olhar mais aprofundado e, particularmente nos casos da Associação Tipográfica Alagoana de Socorros Mútuos e no Monte-Pio dos Artistas Alagoanos, há um conjunto significativo de material que pode contribuir para a ampliação do entendimento do fenômeno associativo mutual em Maceió. Esperamos que o esboço ali realizado sirva de estímulo para novas pesquisas na área.

Como ensejo para a realização das considerações finais desta pesquisa, no entanto, menos que resumir os possíveis avanços obtidos com a tese e a enumeração das perspectivas de pesquisas que se abrem para a temática mais ampla e para o período, está a necessidade de retomar a introdução e aprofundar alguns outros aspectos relativos à análise teórico-metodológica das implicações decorrentes da abordagem realizada na pesquisa. Fazamos isto tomando, inicialmente, a fala de nossos personagens no ano de 1917.

Em um texto de exortação da união da categoria, poucas semanas antes da inauguração da sede da *Perseverança e Auxílio*, a redação d'*O Caduceu* argumenta que o alicerce moral da união é mais importante do que a “imponência” da sede da entidade ou a “riqueza das suas coleções e galerias”. Para deixar mais claro o ponto de sua argumentação, o autor anônimo (provavelmente alguém do corpo editorial) se pergunta de que constará essa união: “Da harmonia das vontades inspiradas por um ideal de utilidade coletiva.” Que *ideal de utilidade coletiva* seria este? Na continuidade, o texto sugere que o grande interesse harmônico dos que se engajam na *Perseverança* gira em torno da aquisição da instrução e da previdência. A primeira delas, a instrução, para fomentar uma melhor colocação no ramo

comercial, reforçando a já discutida expectativa de ascensão social. Já a previdência fora colocada como necessidade há poucos meses, neste mesmo 1917 e pela própria redação do órgão, que tentava retomar o antigo pleito nunca concretizado do projeto do monte-pio para os caixeiros, porém não se sabe até que ponto foi colocado em prática. Seria em torno desses dois objetivos que a classe se deveria congregar. Em continuidade ao seu texto, o autor cita a clássica divisa de Marx, utilizada amiúde pela imprensa operária, porém aqui seguida de um comentário explicativo do sentido que a memorável frase deve ter para os comerciários sócios da entidade:

Um notável pensador socialista já conclamou: ‘Operários de todo o mundo, uni-vos!’//Esse brado também chega até nós, **proletários do comércio. Devemos ser unidos, para sermos fortes – não contra os interesses de ninguém**, mas para que possamos ter eloquência na demonstração dos nossos direitos de profissionais e cidadãos.⁵⁰¹

Através de um de seus porta-vozes, a *Perseverança e Auxílio* deixava claro que sua base social era composta de proletários do comércio, ou seja, trabalhadores que conseguiam o sustento de suas vidas com o suor, o tirocínio e a labuta de seu próprio trabalho. Porém, ao contrário do que já vinha advogando o movimento operário na cidade e no restante do país, não eram proletários que deveriam se unir para se indispor contra ninguém, mas para conseguir alcançar seus *direitos de profissionais* (ou seja, a previdência) e de *cidadãos* (ou seja, a educação formal). Contra tal *desideratum* não supunham haver oposição de ninguém, daí não haver necessidade de conflitos entre as classes.

Podemos avançar nesta conclusão: além de não haver necessidade de conflitos entre as classes, não haveria necessidade de abandono da mutualidade e de construção de um sindicato em moldes ‘modernos’ etc. Contra esses encaminhamentos, há algum tempo correntes do movimento operário em Alagoas vinham criticando a postura dos comerciários. É o caso do grupo de tendências anarquistas que girava em torno de Antonio Canellas e Octavio Brandão. Na conjuntura de inauguração da nova sede da *Perseverança* estava ocorrendo o processo sucessório no Poder Executivo estadual, que terminaria por levar ao poder Fernandes Lima, justamente uma das lideranças oligárquicas dos movimentos de 1912, ao qual se aliara a entidade, como já visto. Neste processo eleitoral, Fernandes Lima utiliza-se das articulações que ainda possui junto à entidade, para divulgar na imprensa local

⁵⁰¹ A união da classe, O Caduceu, ANO II, nº 25, 2 de setembro de 1917, p. 1, grifos nossos.

uma mensagem de apoio, assinada por 221 empregados do comércio. Segundo Canellas, o número de caixeiros que apoia a candidatura continua elevado, muito embora tenha decrescido em decorrência dos insucessos da política democrática no estado desde 1912, que provou nem ser de libertação nem de salvação do povo, como apregoava a oligarquia do partido democrata. Assim, na opinião do militante anarquista, estes 221 comerciários seriam “os abencerragem⁵⁰² daquelas turbas entusiasmadas que em 1912 endeusaram os paladinos da democracia”. Canellas termina a denúncia desejando que este apoio “acabe de vez tão logo chegue ao poder o Caboclo Fernandes Lima e não cumpra suas promessas.⁵⁰³

A redação de *A Semana Social* continua com as críticas à mutual dos caixeiros algum tempo depois, retomando a discussão sobre o fechamento das portas, já indicada no final do quinto capítulo:

Existe uma **lei municipal determinando o fechamento das portas das casas comerciais** dos domingos [sic]. Pois essa lei está sendo relaxada. Temos visto, aos domingos, várias casas de comércio em grosso de fazendas com algumas portas abertas e no interior das mesmas os empregados procedendo a arrumações. Ora, a lei de fechamento não foi criada somente para impedir o comércio aos domingos e sim, principalmente, para que os empregados das casas Comerciais descansem nesse dia da semana.//Portanto, esse fato de algumas casas ocuparem seus empregados aos domingos é uma flagrante violação da lei. **Se a classe caixeiral tivesse associações de classe, chamaríamos a atenção delas mas, visto não as ter, apelamos para o Sr. intendente municipal.** Domingo é dia de descanso.⁵⁰⁴

Para os anarquistas, a posição da *Perseverança e Auxílio* não poderia ser entendida como a de uma associação classista, ora porque se aliava à oligarquia que não trouxera nada de bom para a sociedade alagoana, ora porque não defendia os direitos dos trabalhadores do comércio, mesmo quando legalmente sancionados.

Que lição nós, historiadores (e particularmente os historiadores que se dedicam mais diretamente à história da classe trabalhadora), podemos tirar dessas críticas endereçadas ao mutualismo caixeiral pelos anarquistas, sem cairmos numa história excludente, teleológica, etapista e linear do movimento operário – ou, se se quiser, das formas de organização dos trabalhadores? Reflitamos um pouco sobre isso, a título de conclusão deste estudo.

⁵⁰² O termo refere-se à “linhagem moura dos abencerrages” (ou abencerragem, como no caso) ou mesmo aos “indivíduos dessa estirpe”. Os abencerragem foram o grupo que dominou Granada, tornando-se conhecida “por sua rivalidade com os zegrís”. O sentido figurativo do termo seria o de ser o último defensor de alguma posição. **Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa.**

⁵⁰³ A sucessão governamental. *A Semana Social*, Ano I, n° 21, 29 de setembro de 1917, p. 2.

⁵⁰⁴ A lei está sendo relaxada. *A Semana Social*, Ano I, n° 24, 20 de outubro de 1917, p. 4, grifo nosso.

Parece-nos que a posição de identificação de categoria era o *leitmotiv* da entidade, pelo menos em seu período inicial, como visto no segundo capítulo. A partir de então, com o crescente posicionamento de diversas outras categorias de trabalhadores ante seus patrões, pela crescente degradação das condições de vida e de trabalho dos empregados do comércio, pelos impasses oriundos da posição da categoria no processo de reprodução da sociabilidade, a situação de que vivíamos em uma sociedade de classes estava dada de maneira cada vez mais explícita. Por esses e outros motivos, a mutual dos caixeiros opta por seguir o caminho da ampliação dos serviços a comunidade, levando-a, por um lado, a construir uma respeitabilidade nas camadas médias urbanas, aproximando-a de grupos oligárquicos locais na consecução de objetivos que dizem respeito à classe dos trabalhadores do comércio, porém que já não galvanizariam mais a categoria, levando a uma existência residual e inócua a partir de finais da segunda década, inícios da terceira década do século XX. Apesar da importância que tem sido dada pela história social para valorizar-se as grandes conquistas e as pequenas vitórias, os esforços coletivos e os ganhos simbólicos das classes subalternas e dos demais grupos excluídos, é preciso levar em conta que estes grupos e classes estavam mais suscetíveis às derrotas que às vitórias. Não parece ter sido diferente em relação aos caixeiros da *Perseverança e Auxílio*. Nesse sentido, e em certa medida, este estudo conta um pouco da derrota de uma categoria no lento e longo processo de sua identificação social enquanto pertencente a uma categoria profissional. Talvez seja em função deste tipo de vicissitude que encontraremos, posteriormente, as análises sociológicas que retiram os trabalhadores do comércio como partícipes da classe operária em sentido ampliado, conforme visto rapidamente na introdução desta tese. Afinal, como nos ensinou Thompson em análise fundante, uma classe não é feita apenas da posição objetiva que ocupa no processo de produção, mas também no processo de reconhecer-se através de lutas em comum.⁵⁰⁵ Em certa medida, os assalariados do comércio de Maceió sempre optaram mais pela negociação do que pelo conflito aberto com os de cima. E isto deve significar alguma coisa em termos da análise que empreendemos aqui. Afinal, como uma classe pode formar-se sem conflitos explicitados tanto no nível de sua consciência como em suas atividades cotidianas concretas?

Colocando o problema em outros termos: os caixeiros sócios das mutuais aqui pesquisadas não acompanharam a contento os padrões de embate classista que se colocavam

⁵⁰⁵ THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. de Waltensir Dutra – Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 121, dentre outras passagens.

como desafio a sua época. Neste processo, acompanhando a leitura que Hobsbawm realiza acerca da existência de “graus de coesão de classe”, devem ser ponderados os níveis de classidade que uma categoria ou classe possui.⁵⁰⁶ Neste sentido, não apenas os padrões de organização, ideologia e participação política da classe trabalhadora que vêm acontecendo no cenário mundial/dos países avançados devem servir para efeitos comparativos, mas também as tradições a que pertencem tais grupos e classes em processo de formação no âmbito regional e nacional. Parece-nos que, para os padrões dos principais centros urbanos nordestinos, com uma mistura muito curiosa de modernidade e tradição, os caixeiros maceioenses encontram-se numa encruzilhada no final do período de nosso estudo, encruzilhada que vinha se anunciando desde o final do XIX, porém que aparece com clareza lapidar no início da segunda década do século XX. Aqueles caixeiros realizaram uma opção condicionada por uma série de fatores e foram, aos poucos, não só abandonando um princípio amalgamador inicial de sua cultura associativa, como incorporando outros padrões de comportamento social e atitude política. Estavam certos na opção que faziam? Não cabe ao historiador responder a esta pergunta, afinal foram eles que viveram aqueles tempos, e não nós!⁵⁰⁷ Porém, a despeito do processo de desencarnação que querem colocar para o historiador social, é preciso realizar opções metodológicas ao longo de uma pesquisa, e estas opções implicarão, entre outros aspectos, a escolha de uma dada abordagem sobre o tema. Aqui e ali, ao longo desta tese, a abordagem e as atitudes assumidas diante do objeto foram explicitadas, direta e indiretamente.

Muito embora existam continuidades entre as formas de organização operária mutuais e sindicais em sentido estrito, é preciso identificar as rupturas que marcam suas iniludíveis diferenças e em que condições e conjunturas elas ocorrem como supusemos na introdução.⁵⁰⁸ Levando em conta, de um lado, a trajetória da *Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió*, a partir da inflexão causada em fins de 1911; e de outro, o surgimento e a ampliação das formas de resistência mais claras de várias outras categorias de trabalhadores em Maceió, analisamos aqui as causas e efeitos mais visíveis desta ruptura. Ao final desse período, de um modo ou de outro, já se configura abalada a hegemonia mutualista. Apresenta-se, também, mesmo que de forma não consensuada, uma nova

⁵⁰⁶ HOBBSAWM, Eric. Notas sobre Consciência de classe. In: **Mundos do Trabalho** – novos estudos sobre história operária. 2 ed. – Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran, com revisão técnica de Edgar de Decca e Michael Hall. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 35/55.

⁵⁰⁷ Mais uma vez, remetemos a THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa** – vol. I, A árvore da liberdade. Tradição de Denise Bottman – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 13.

⁵⁰⁸ Retomamos aqui os argumentos pinçados de MACIEL, Osvaldo. **Para o estudo das origens da organização dos trabalhadores em Alagoas** (digitado).

proposta de organização operária que passa, de algum modo, a ser tida como a forma moderna, atualizada, ‘típica’ de organização dos trabalhadores daí por diante, mesmo que isso não se dê com tal efetividade na prática. Assim, as avaliações e o “debate” público passam a ser dados em função desta “novidade”. As demais formas de condução e atividade operárias passam a ser designadas, mais cedo ou mais tarde, como *atrasadas*, *antigas*, *pelegas*, de modo consistentemente embasado e – muitas vezes – legítimo, denotando que as novas condições estruturais do mercado de trabalho, os padrões culturais e ideológicos que se apresentam, as relações sociais e as forças produtivas que regem a sociabilidade exigem, também para a subjetividade das formas de organização da classe, esta *atualização*!

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Público de Alagoas⁵⁰⁹

Autoridades Judiciárias (1911/1913), M14, E01.

Autoridades Policiais (1912/1913), M19, E01.

Autos policiais e administrativos (1875-1887), M02, E02.

Autos policiais e administrativos (1912/1913), M06, E 02.

Batalhão de polícia – Ofícios expedidos (1909/1913), M43-E03.

Batalhão polícia – Ofícios recebidos (1912) M20, E03.

Chefe de polícia – correspondência recebida (1908/1918), M21, E02.

Comissário e sub-comissário – polícia (1912), M33, E 02.

Compromissos de irmandades, confrarias de ordens religiosas - correspondência ativa (1838-1864) L95, E20.

Fundo Bráulio Cavalcante.

Instituições Pias – minutas (1887/1900) M87, E05.

Instituições Pias – Ofícios recebidos (1901/5) M82, E05.

Instituições Pias – Ofícios recebidos (1910/24) M84, E05.

Instituições Pias – Ofícios recebidos (1930) M86, E05.

Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia – Ofícios Recebidos (1901/6) M83, E05.

Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia (1901/12) M88, E05.

Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia (1913/5) M89, E05.

Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia (1916/9) M90, E05.

Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia (1920/4) M91, E05.

Instituições Pias – Santa Casa de Misericórdia (1925/9) M85, E05.

⁵⁰⁹ L=Livro; M= Maço; E= Estante.

Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras - correspondência ativa. (1869 – 1887). L94, E20.

Livro Registro de Estatutos - Sociedades beneficentes (1921-1931), L170, E21.

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas⁵¹⁰

Correspondência ativa e passiva de Carlos de Gusmão (dezembro de 1901). Cx 27, doc. 02175-27-01-01.

Correspondência pessoal de Fernandes Lima (maio de 1890). Cx. 14, doc. 0108-14-01-01.

SILVA, José Avelino. Palavras pronunciadas deante do túmulo do maestro alagoano Benedito Raymundo da Silva, em 15 de maio de 1921 por... [recorte de jornal sem identificação], (cx. 28, PAC. 02, doc. 02).

Arquivo Judiciário de Alagoas

Protesto ao Juiz Municipal da *Hugh Wilson e Son* contra Jacinto José Nunes Leite e Manoel José de Pinho. Maceió, 30 de outubro de 1883, cx 2, doc. 41.

FONTES IMPRESSAS

⁵¹⁰ Cx= Caixa; doc.= documento; Pac. = pacote.

Periódicos [Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, Arquivo Público de Alagoas, Arquivo Público Estadual de Pernambuco - Jordão Emerenciano; Centro de Documentação e Memória da UNESP]⁵¹¹

30 de Março – Homenagem ao 18º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió: Typographia Ramalho, 1897.

30 de Março – Homenagem ao 19º aniversário da Sociedade Perseverança e Auxílio dos Caixeiros de Maceió. Maceió, 30 de março de 1898.

A Nova Crença – 1884.

A Semana Social – 1917.

A Tribuna – 1903; 1904; 1907; 1911.

A União – 1883; 1884.

Aurora Social (Recife) -1903.

Cruzeiro do Norte – 1893.

Diário da Manhã – 1882; 1883.

Diário das Alagoas – 1884.

Diário Oficial do Estado de Alagoas - 1912; 1913.

Diário Popular – 1908.

Gutenberg – 1883; 1884; 1895; 1897; 1898; 1905; 1910.

Jornal de Alagoas – 1912; 1913.

O Caduceu – 1917; 1918.

O Caixeiro – Periódico noticioso, comercial e literário- órgão da Classe Caixeiral das Alagoas – 1880.

O Liberal – 1875.

⁵¹¹ Salvo indicação em contrário, todas as publicações possuem como local Maceió.

O Luzeiro – 1903.

Vinte de Julho (Pilar) – 1892; 1895; 1897; 1925.

Caderno de recortes de Jornais da Intendência [Arquivo Público de Alagoas].

Almanaques (Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas)

Almanak da Província das Alagoas para o anno de 1873. Ano II. Maceió: Typographia Social de Amintas e Soares, 1873.

Almanak da Província das Alagoas para o anno de 1874. Maceió: Typographia Social de Amintas & Soares, 1874.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o anno de 1875. Contratado por Amintas José Teixeira de Mendonça e José Leocádio Ferreira Soares. Maceió: Typographia Social, 1875.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o ano de 1876, contratado por Amintas & Soares. Ano V. Maceió: Typographia Social, 1876.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o anno de 1877, contratado por Amintas & Soares. Ano VI. Maceió: Typographia Social, 1877.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o ano de 1878, contratado por Amintas & Filho. Ano VII. Maceió: Typographia Social, 1878.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o ano de 1879, contratado por Amintas & Filho. Ano VIII. Maceió: Typographia Social, 1879.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o ano de 1881, contratado por Amintas & Filho. Ano IX. Maceió: Typographia Social, 1881.

Almanak Administrativo da Província das Alagoas para o ano de 1884, publicado por Amintas de Mendonça. Ano XIII. Maceió: Typographia Social, 1884.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província das Alagoas para 1885. Propriedade de Amintas de Mendonça. Ano XIV. Maceió: Typographia de Amintas de Mendonça, 1884.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província das Alagoas para 1886. Editor Proprietário Amintas de Mendonça. Ano XV. Maceió: Typographia de Amintas de Mendonça, 1885.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província das Alagoas para 1888. Edictor Proprietário Amintas de Mendonça. Ano XVII. Maceió: Typographia de Amintas de Mendonça, 1887.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província das Alagoas para 1889. Edictor Proprietário Amintas de Mendonça. Ano XVIII. Maceió: Typographia de Amintas de Mendonça, 1888.

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Estado das Alagoas para 1890. Edictor Proprietário Amintas de Mendonça, ano XIX (1º da República). Maceió: Typographia de Amintas de Mendonça, 1889.

Leis, decretos e demais atos legais

ARROXELLAS GALVÃO, Olympio Euzebio de e VALERIANO DE ARAUJO, Tiburcio (orgs.). **Compilação das leis provinciais das Alagoas de 1835 a 1872** (compreendendo os actos administrativos e legislação geral; e seguida de um repertório alphabethico das materias contidas na compilação). Tomo V, Legislação e actos dos anos 1868 a 1870. Maceió: Typographia Comercial de A. J. da Costa, 1872.

ESTADO DE ALAGOAS. Leis e actos de 1890 e 1891. Maceió: Typ. D'O Nacional, 1893.

ESTADO DE ALAGOAS. Annaes do senado (sessão extraordinária e 1ª sessão ordinária do ano de 1892 e Decretos e regulamentos do poder executivo (publicação autorizada). Maceió: Typographia d' 'O Estado', 1892.

ESTADO DE ALAGOAS. Coleção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1895. Maceió: Typographia da Empreza Gutenberg, 1896.

ESTADO DE ALAGOAS. COLLEÇÃO de Leis promulgadas em 1896. Maceió: Typographia da Empreza Gutenberg, 1897.

ESTADO DE ALAGOAS. Colleção de Leis do Estado de Alagoas promulgadas em 1897. Maceió: Typographia da Empreza Gutenberg, 1897.

ESTADO DE ALAGOAS. Colleição dos Decretos promulgados pelo Governo do Estado de Alagoas no anno de 1897. Maceió: Typographia da Empreza 'Gutenberg', 1898.

ESTADO DE ALAGOAS. Colleição de leis do Estado de Alagoas promulgadas em 1898. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1899.

ESTADO DE ALAGOAS. Colleição de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1900. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1900.

ESTADO DE ALAGOAS. Colleição de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1901. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1902.

ESTADO DE ALAGOAS. Colleição de Leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1902. Maceió: Typographia Commercial, 1905.

ESTADO DE ALAGOAS. Colleição de Leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1903. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1904.

ESTADO DE ALAGOAS. Colleição de Leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1904. Maceió: Empreza d'A Tribuna, 1905.

ESTADO DE ALAGOAS. Colleição de leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1905. Maceió: Typ. a vapor da Livr. Commercial, 1913.

ESTADO DE ALAGOAS. Colleição de leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1906. Maceió: Typ. a vapor da Livr. Commercial, 1913.

ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1907. Maceió: Litographia Trigueiros, 1913.

ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de leis e decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1908. Maceió: Typ. a vapor da Livr. Commercial, 1913.

ESTADO DE ALAGOAS. Collecção de Leis e Decretos do Estado de Alagoas promulgados em 1913. Maceió: Typ. Casa Ramalho, 1919.

Falas, Relatórios e Mensagens dos Presidentes de Província e Governadores de Estado

RELATÓRIO com que o Ilm^o. E Exm^o. Snr. Dr. Luiz Romulo Perez de Moreno, presidente da Província das Alagoas Instalou a 1^a sessão da 20^a Legislatura da Assembléia Provincial no dia 15 de março de 1874. Maceió: Tipographia [rasurado], 1874.

FALLA com que Cincinnato Pinto da Silva Presidente da Província instalou a 2^a sessão ordinária da 22^a Legislatura Provincial das Alagoas em 30 [?] de abril de 1879. Maceió: [RASURADO, rasurado].

RELATÓRIO apresentado à Assembléia Legislativa Provincial das Alagoas na Primeira Sessão ordinária da vigésima quarta legislatura no dia 16 de abril de 1882 pelo exm. Snr. Presidente Dr. José Barbosa Torres. Maceió: Tipographia do Diario da Manhã, 1882.

FALLA com que o Exm. Snr, Presidente Dr. Joaquim Tavares de Mello abriu a 2^a sessão da 24^a legislatura Assembléia Legislativa Provincial das Alagoas em 13 de abril de 1883. Maceió: s/id/tip, 1883.

FALLA com que o exm. Snr. Presidente Dr. Henrique de Magalhães Salles abriu a 1ª sessão da 25ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial das Alagoas em 17 de abril de 1884. Maceió: Typographia do diário da Manha, 1884.

FALLA com que o Exm. Snr. Presidente Dr. Antonio Tiburcio Figueira abriu a 2ª sessão da 25ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial das Alagoas em 16 de abril de 1885. Maceió: Typographia do Diario da Manha, 1885.

FALLA com que o exm. Snr. Dr. José Gesario de Miranda Monteiro de Barros abriu a 1ª sessão da 27ª legislatura da Assembléia Provincial das Alagoas em 6 de outubro de 1888. Maceió: Typographia do cônego Antonio José da Costa, 1888.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Dr. Gabino Besouro, governador do Estado por ocasião de abrir-se a aª sessão ordinária da 2ª legislatura em 15 de abril de 1894. Maceió: Typ da Empresa Gutenberg, 1894.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Exm. Coronel Francisco Manoel dos Santos Pacheco, vice-governador por ocasião de instalar-se a 2ª sessão ordinária da 5ª legislatura em 19 de abril de 1900. Maceió: Empresa da Tribuna, 1900.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Euclides Vieira Malta governador do estado por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 6ª legislatura em 15 de abril de 1901. Maceió: Empresa d'A Tribuna, 1901.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Euclides Vieira Malta, governador do estado por ocasião da instalação da 2ª sessão ordinária da 6ª legislatura em 20 de abril de 1902. Maceió: Typ. Oriental, 1902.

MENSAGEM dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Joaquim Paula V. Malta, governador do estado por ocasião da instalação da 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura em 17 de abril de 1904. Maceió: Oficinas Fonseca, 1905.

ESTADO DE ALAGOAS. Mensagem dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Euclides Vieira Malta, Governador do Estado, por ocasião da abertura da 1ª sessão da 10ª legislatura, em 30 de abril de 1908. Maceió: Lithographia Trigueiros, 1908.

ESTADO DE ALAGOAS. Mensagem dirigida ao Congresso Alagoano pelo Bacharel Euclides Vieira Malta, Governador do Estado, por ocasião da abertura da 2ª sessão da 10ª legislatura, em 18 de abril de 1910. Maceió: Typographia e Papelaria de Tavares Irmão & Ca., 1910.

MENSAGEM apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Alagoas no dia 15 de abril de 1916 pelo governador do Estado Dr. João Baptista Accioly Junior. Maceió: Typ. À vapor da Casa Ramalho, 1916.

MENSAGEM do Governador do Estado de Alagoas ao Congresso Legislativo desse estado, ao ser instalada a segunda sessão ordinária da 15ª legislatura, em abril de 1920. Maceió: s/id/Ed, 1920.

Estatísticas Oficiais

BRAZIL. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento da população do Imperio do Brazil** (vol. Alagôas). Rio de Janeiro, 1873/6.

BRAZIL. Diretoria geral de Estatística. **Recenseamento geral do Brazil realizado em 1 de setembro de 1920** (Volume IV, 1ª parte: população). Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.

Crônicas e memórias

BRANDÃO, Octávio. **Combates e batalhas** – memórias (vol. 1). São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LIMA JR., Félix. **Maceió de outrora**- vol 2 (org. e apresent. por Rachel Rocha). Maceió: EDUFAL, 2001.

Obras Literárias

MACIEL, Pedro Nolasco. **A filha do barão**. 2ª Ed. Maceió: DAC/SENEC-AL;DAC/MEC, 1976 [1886].

MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças** (crônica vermelha – leitura quente). 2ª ed. anotada e comentada por Félix Lima Júnior. Maceió: DEC, 1964, [1899].

LAVENÈRE, Luiz. **Zéfinha** – cenas da Vida Alagoana. Maceió (Jaraguá): Livraria Machado, 1921.

Outras fontes impressas

ARROXELA JAIME, Manoel C. de. Esclarecimentos acerca da fundação da Sociedade Dramática Particular Maceioense. In: **Revista do Instituto Archeológico e Geographico alagoano**, Maceió, Tipographia T de Menezes, vol II, n 12, dezembro de 1880, pp. 69/72.

ESPÍNDOLA, Thomas do Bom-Fim. **Geografia alagoana ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas**. 2ª ed. Maceió: Edições Catavento, 2001 [1871].

Estatutos da Academia de Sciencias Commercials de Alagoas, fundada em 23 de abril de 1916 e mantida pela Sociedade Perseverança e Auxilio dos Empregados do Commercio. Jaraguá, Maceió, Typographia Oriental, 1916. [IHGA]

GUSMÃO, Carlos. Discurso de... ao ser recebido como sócio efetivo do Instituto, realizado em 1 de setembro de 1928. In: **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano**, vol XIV, ano 1930, pp. 174/90. [IHGA]

SILVA, José Avelino. O abolicionismo em Alagoas (individualidades e factos de um período aureo da nossa historia). In: **Revista do Instituto Histórico de Alagoas**. Maceió: **Imprensa Oficial**, 1936/7 [1915] (pp. 61/70). [IHGA]

Relação completa dos membros dos dois primeiros Conselhos Gerais da Província de Alagoas (de 1827 a 1833); dos deputados às Assembléias Provinciais, a partir de 1835 até a proclamação da República (1889); dos membros do congresso Constituinte (1891) e das Legislaturas ordinárias (depois deste), até 1922. IN: **Revista do Instituto arqueológico e Geográfico Alagoano**, vol XII, 1927, pp. 80/124.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Obras de referência

AMORIM DE BARROS, Francisco Reinaldo. **ABC das Alagoas**. Dicionário biobibliográfico, histórico e geográfico de Alagoas. (2 Tomos). Brasília, DF: Senado Federal, 2005.

Dicionário eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa

DUARTE, Abelardo. **Catalogo ilustrado da Coleção Perseverança**. Maceió: DAC/SENEC, 1974

<http://pt.wikipedia.org>

Livros, artigos, dissertações e teses

ALMEIDA (de), Luiz Sávio. Raízes do comunismo em Alagoas (I). In: **Crônicas alagoanas**, vol. II: notas sobre poder, operários e comunistas. Maceió: Edufal, 2006, (pp. 119/47)

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALONSO, Angela. Apropriação de idéias no Segundo Reinado. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial** (volume III, 1870-1889). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 83/118.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. Tradução por Michel Lahud e Yara Frateschi

Vieira; colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. C. Cruz. 9ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. In: **Cadernos AEL: Sociedades operárias e mutualismo**. Campinas, 1999, vol. 6, nº 10/11, p. 41-66.

BATALHA, Claudio. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**, vol. I: o tempo do liberalismo excludente (da Proclamação da República à Revolução de 1930). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 161-189.

BATALHA, Claudio. Os desafios atuais da História do Trabalho. In: **Anos 90. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. Porto Alegre, 2006, jan./dez. vol. 13, p. 87-104.

BATALHA, Claudio. Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República. In: LIBBY, Douglas C. e FURTADO, Júnia Ferreira (orgs.). **Trabalho livre, trabalho escravo – Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Anablume, 2006, p. 97-110.

BATALHA, Claudio (org.). **Dicionário do movimento operário** (Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações). São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, Claudio; SILVA, Fernando Teixeira e FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe – identidade e diversidades na formação do operariado**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CABRAL DE SOUZA, George F. De caixeiro a repúblico: estratégias de inserção social e política dos comerciantes portugueses em Pernambuco (séculos XVII e XVIII). In: GUILLEN, Isabel Cristina Martins e GRILLO, Maria Ângela de Faria (orgs.) **Cultura, cidadania e violência**. Anais (VII Encontro Estadual de História da ANPUH de Pernambuco). Recife: EDUFPE, 2009, p. 259-277.

CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **Trabalho livre no Brasil imperial**: o caso dos caixeiros do comércio na época da Insurreição Praieira. Recife/PE, UFPE, 2005. (Dissertação de Mestrado em História)

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini – São Paulo: Edunesp, 1999.

CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. O processo político-partidário na Primeira República. In: MOTTA, Carlos Guilherme (org.). **Brasil em perspectiva**. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977, p. 162/226.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas** - o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2008.

CASTANHA, André Paulo. A organização da instrução pública na província de Mato-Grosso (1834-1873). In: SÁ, Nicanor Palhares; SIQUEIRA, Elizabeth M. e REIS, Rosinete Maria dos. **Instantes e memória na História da Educação**. Brasília, DF/ Cuiabá, MT: Inep/EDUFMT, 2006, p. 37/62.

CASTELLUCCI, Aldrin. **Trabalhadores, máquinas políticas e eleições na Primeira República**. Salvador/BA, UFBA, 2008 (Tese de doutorado em História)

CASTELLUCCI, Aldrin. A luta contra a adversidade: notas de pesquisa sobre o mutualismo na Bahia (1832-1930). In: Revista Mundos do Trabalho (**Dossiê: Os trabalhadores e o mutualismo**), vol. 2, nº 4, 2010. Disponível através do endereço eletrônico: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. Rio de Janeiro: São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque. 2ª ed. Campinas, SP: Edunicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **A história contada**: capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; e PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.) **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas, SP: Edunicamp, 2005.

DE DECCA, Edgar. O colonialismo como a glória do império In: REIS FILHO, Daniel; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (orgs.). **O Século XX**: o tempo das certezas (da formação do capitalismo à Primeira Grande Guerra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 151/81.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. Tradução de Silvana Vieira e Luís Carlos Borges – São Paulo: Boitempo/Edunesp, 1997.

FLORES, Élio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). **O Brasil republicano** – o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 45-88.

GINZBURG, Carlo. Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez. In: **Relações de força**: história, retórica, prova. Tradução de Jonatas Batista Neto – São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 13 (1932/4): Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do cárcere**, vol. 3 (editor: Carlos Nelson Coutinho). Tradução de Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira e Carlos Nelson Coutinho – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (pp. 11/109).

GRAMSCI, Antonio. CADERNO 12 (1932) – Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: **Cadernos do cárcere**, vol 2. Tradução de Carlos Nelson Coutinho – 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, (pp. 13/53).

HITCHCOCK, Peter. Dialética dialógica: Bakhtin, Zizek e o conceito de ideologia. In: FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão; CASTRO, Gilberto de (orgs.). **Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin**. Tradução de Carlos Alberto Faraco. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006, pp. 161/71.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios (1875-1914)**. 11ª Ed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo/ Revisão técnica de Maria Celia Paoli- Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

HOBBSAWM, Eric. Notas sobre Consciência de classe. In: **Mundos do Trabalho** – novos estudos sobre história operária. 2ª ed. – Tradução de Waldea Barcellos e Sandra Bedran, com revisão técnica de Edgar de Decca e Michael Hall. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 35/55.

JESUS, Ronaldo Pereira de. História e historiografia do fenômeno associativo no Brasil monárquico In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.). **Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social**. Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 2006 (pp. 285/303).

LEONARDI, Victor e HARDMAN, Francisco Foot. **História da indústria e do trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982.

LEUCHTENBERG, Rafaela. **“O lábaro protetor da classe operária”**: as Associações voluntárias de socorros-mútuos dos trabalhadores em Florianópolis – Santa Catarina (1886-1932). Campinas/SP, Unicamp, 2009 (Dissertação de Mestrado em História).

LIMA JR, Félix. **Escravidão em Alagoas**. Maceió: Dac, 1975.

LIMA JÚNIOR, Félix. **Tipos Populares de Alagoas**. Comissão Catarinense de Folclore, Florianópolis, 1958.

LIMA, Maria de Lourdes. **O Arquivo Público de Alagoas a contrapelo da memória**. Comunicação apresentada no XII Encontro Estadual dos Professores de História da ANPUH/PB, realizado em julho de 2003, na UFPB, João Pessoa/PB. (Digitado)

LONER, Beatriz Ana. **Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)**. Pelotas, RS: Ed. UFPel/Unitrabalho, 2001.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. Uma leitura das teses “sobre o conceito de história”. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant – São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCA, Tânia Regina de. **O sonho do futuro assegurado** (o mutualismo em São Paulo). São Paulo/Brasília, DF: Contexto/CNPq, 1990.

MAC CORD, Marcelo. **Andaimes, casacas, tijolos e livros: uma Associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Campinas/SP, Unicamp, 2009 (Tese de doutorado em História).

MACIEL, Osvaldo. **Trabalhadores, identidade de classe e socialismo** (os gráficos de Maceió, 1895-1905). Maceió: Edufal, 2009.

MACIEL, Osvaldo. Estatutos de sociedades mutualistas e a história social do trabalho - conjecturas em torno da Sociedade Beneficente Proteção e Auxílio da Cia. União Mercantil (Fernão Velho, 1876/1879). In: **Revista Crítica Histórica**, Vol. 1, nº 1, CPDHis/Ufal, 2010, (pp. 226/41)

MACIEL, Osvaldo. **Pedro Nolasco Maciel** – abolicionismo, republicanismo e socialismo em Alagoas [prefácio à terceira edição de Traços e Troças, de Pedro Nolasco Maciel, no prelo].

MACIEL, Osvaldo. **Literatura e caixeiragem em Maceió (1880-1920)** – explorações teórico-metodológicas para o uso de fontes literárias na pesquisa em história. (Comunicação apresentada no) II Encontro Estadual de História – Anpuh/al, Ufal, Maceió, de 22 a 25 de setembro de 2010. (digitado).

MACIEL, Osvaldo. **Para o estudo das origens da organização dos trabalhadores em Alagoas** (digitado, inédito).

MARX, Karl. **El capital** (III Tomos). Trad. de Wenceslao Roces. Cidade do México, Fondo de Cultura Económica, 1975.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano – São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo. **Escravidos e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MIOTELLO, Valdemir. **Ideologia**. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin: conceitos chaves. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005, pp. 167/76.

MORAES FILHO, Evaristo de. A proto-história do marxismo no Brasil. IN: REIS FILHO, Daniel ET ALLI. **História do marxismo no Brasil I: o impacto das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, pp. 15/45.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo/Rio de Janeiro: EPU/FNME, 1974.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de Assis Santos de. **Os caixeiros no Ceará: trabalho e educação na revista Phenix (1891-1916)**. Fortaleza/CE, UFCE, 2005 (Dissertação de mestrado em História).

OLIVEIRA, Luís Eduardo de. **Os trabalhadores e a cidade – a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920)**. Niterói/RJ, UFF, 2008 (Tese de doutorado em História).

POPINIGIS, Fabiane. **Proletários de casaca: trabalhadores do comércio carioca (1850-1911)**. Campinas, SP: Edunicamp, 2007.

RAFAEL, Ulisses. **Xangô rezado baixo: um estudo da perseguição aos terreiros de Alagoas em 1912**. Rio de Janeiro/RJ, UFRJ, 2004. (Tese de doutorado em Antropologia).

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**, livro 1 – O tempo do liberalismo excludente – da

Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 89-120.

Revista Mundos do Trabalho (Dossiê: Os trabalhadores e o mutualismo), vol. 2, nº 4, 2010. Disponível através do endereço eletrônico:

<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho>.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **Mata galegos**: os portugueses e os conflitos de trabalho na república Velha. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ROSEMBERG, André. **Ordem e burla**: processos sociais, escravidão e justiça em Santos. São Paulo: Alameda, 2006.

SAES, Décio. **Classe média e política na Primeira República brasileira (1889-1930)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. **Positivismo e republicanismo em Alagoas**. Maceió: [s/ed], 1989.

SANTOS, Mônica Louise e SILVA, Rosilda Germano. O ensino de ofícios em duas instituições do século XIX em Alagoas. In: VERÇOSA, Elcio de Gusmão (org.) **Intelectuais e processos formativos em Alagoas** (séculos XIX – XX). Maceió: Edufal, 2008, p. 89/106.

SCHELBAUER, Analete Regina. **Idéias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá, PR: Eduem, 1998.

SCHWARTZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. 5ª ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 2000.

SILVA JR, Adhemar Lourenço da. Primeiros apontamentos sobre grupos religiosos e sociedades de socorros mútuos. **Revista História-Unisinos**, vol. 6, nº 6, São Leopoldo, Edunisinos, 2002, p. 185-218.

SILVA JR, Adhemar Lourenço. **As Sociedades de Socorros Mútuos**: estratégias privadas e públicas. (estudo centrado no Rio Grande do Sul, Brasil, 1854-1940). Porto Alegre/RS, PUC/RS, 2004 (Tese de Doutorado em História).

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. II: século XIX. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das oligarquias**. Maceió: HDLivros, 1997.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **Capitalismo e Ferrovias no Brasil**. 2ª ed. Curitiba: HDLivros, 1996.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução de Rosaura Eichenberg - São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária inglesa** – vol. I, A árvore da liberdade. Tradução de Denise Bottman – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. **História do Ensino superior em Alagoas** – verso e reverso. Maceió: Edufal, 1997.

VILELA, Humberto. A estátua de Floriano Peixoto em Maceió (notas históricas). In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas**. Maceió/Al, vol. XXXV, 1979, pp. 21/41.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. As experiências mutualistas de Minas Gerais: um ensaio interpretativo. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de e OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de (orgs.) **Nomes e Números**: alternativas metodológicas para a história econômica e social. Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 2006 (pp. 305/22).

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro e JESUS, Ronaldo Pereira de. A experiência mutualista e a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: FERREIRA, Jorge e REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs.) **As esquerdas no Brasil** (vol 1) – A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 21/51.

ANEXOS

ANEXO I - DIRETORIAS DA ASSOCIAÇÃO TIPOGRÁFICA ALAGOANA DE SOCORROS MÚTUOS (1869/1898)

Cargo	Presidente Honorário	Presidente	Vice-Presidente	1º Secretário	2º Secretário	Tesoureiro	Procurador
1869		Euclides Barbosa Cordeiro de Mello		José Antonio da Silva	José Leocádio Ferreira Soares		
1881		José Antonio de Barros	Amintas José Teixeira de Mendonça	Olympio da Fonseca e Silva	Severiano José do Espírito Santo	Bernardino Leotrophilo de Senna [sic] Amorim Lima	João Cordeiro Pimentel
1884		José Antonio de Barros	Bernardino Leotrophilo de Sena Amorim Lima	Pedro Nolasco Maciel	Olympio da Fonseca e Silva	Antonio José da Costa Sobrinho	Antonio Ferreira de Castro
1885	Dr. João Francisco Dias Cabral	José Antonio de Barros	Bernardino Leotrophilo de Sena Amorim Lima	Olympio da Fonseca e Silva	Antonio Ferreira de Castro	Antonio Jose da Costa Sobrinho	Braz Prospero da Silva Carootá
1886		José Antonio de Barros	Bernardino Leotrophilo de Sena Amorim Lima	Olympio da Fonseca e Silva	Antonio Ferreira de Castro	Antonio Jose da Costa Sobrinho	Braz Prospero da Silva Carootá
1889		Bernardino Leotrophilo de Sena Amorim Lima	Amintas de Mendonça	Antonio Ferreira de Castro	Olympio Fonseca e Silva	Antonio José da Costa Sobrinho	Vitor Angelo da Silva Cardoso
1890	Conego Antonio José da Costa	Bernardino Leotrophilo de Sena A.Lima	Amintas de Mendonça	Antonio Ferreira de Castro	Olympio Fonseca e Silva	Antonio José da Costa Sobrinho	Vitor Angelo da Silva Cardoso
11/1897-11/1898		João Ferro	Antonio Ferreira de Castro	Pedro Xavier Lisboa	Ladisláu Rocha	Julio Ramos Soares	
11/1898-...?		Julio Ramos Soares	Ladisláu Rocha	Julio Martins Sant'anna	Manoel Feitosa	Olympio Leonidio	Manoel Brito de Mendonça

FONTES: Diretoria interina para organização da entidade. Cf. Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras - correspondência ativa (1869 – 1887), L94, E20. [Apa]; Almanques administrativos para diversos anos; Gutenberg , 9 de novembro de 1897 e 8 de novembro de 1898.

ANEXO II - DIRETORIAS DA PERSEVERANÇA E AUXÍLIO (1879/1920)

Cargo	Diretor Presidente	Vice-Diretor Presidente	1º Secretário	2º Secretário	Tesoureiro	Procurador	Comissão fiscalizadora	Comissão de sindicância
1879 (diretoria provisória)	Antonio Teixeira de Castro	Ananias Emiliano de Andrade Guerra	Manoel Joaquim de Alcantara Taveiros	Frederico Armando	Graciano dos Santos Chaves			
09/1879 ⁵¹²	Antonio Teixeira de Castro ⁵¹³	Manoel Joaquim de Alcantara Taveiros	José Maria	Frederico Armando	Graciano dos Santos Chaves	Gabriel Jatobá		
04/1880	José Quirino Calaça Buril	Miguel Joaquim de Alcantara Taveiros	José Alexandrino Dias de Moura	Antonio Ferreira Guimarães	Ildefonso Nabuco de Figueiredo Melo		Raymundo Viana	
							João Cruz Mattos Serva	
							Marcionilo Lemos	
10/1880	João da Cruz Mattos Serva	Ildefonso Nabuco de Mello	Raymundo Antonio Vianna	Gabriel Jatobá	João Simões	José de Amorim Lima	José Alexandrino Dias de Moura	
							Antonio Ferreira Guimarães	
							Antonio Teixeira Guimareães	
1881	José Quirino Calaça Buril	Miguel Joaquim de Alcantara Taveiros	José Maria Ayres	Antonio Ferreira Guimarães ⁵¹⁴	Ildefonso Nabuco			
10/1881	Antonio Teixeira de Castro	Graciano dos Santos Chaves	João Teixeira Araujo	Antonio José Teixeira Pinto	Pedro Gronwell	José Alcantara Lima Buarque	Raymundo Vianna	
							Antonio Ferreira de Azevedo e Silva	
							Gabriel Jatobá	
04/1883	Antonio José Teixeira Pinto	Domingos Nunes Leite	José de Amorim Lima	Salvador Candido Pires de Freitas	Manoel Archanjo da Silva Antunes	João da Silva Antunes	José Alexandrino D. de Moura	Pedro Fernandes da Silveira Prado
							Francisco dos Santos Porto	Antonio Ferreira de Azevedo e Silva
							José Ignacio Pereira Rego	Antonio Teixeira de Castro
07/1883	José Alexandrino Dias de Moura ⁵¹⁵	Pereira Rego	Teixeira Pinto	Lima Buarque	Santos Chave	Fortunato Antunes	Elias Queiroz,	Armando Alvim
							Salvador Freitas	Teixeira de Castro
							Simplicio do Carmo	J. da Cruz
1884	José Alexandrino Dias de Moura	Quintino Malta	Antonio José Teixeira Pinto	João Calheiros Costa	José Teixeira Machado Filho	José Pereira Viana		
07/1884	José Alexandrino Dias de Moura	Manoel Moitinho	José Teixeira Machado Filho	Manoel S. do Carmo	Francisco dos Santos Porto	Pedro Tavares da Costa	Adolpho A. Guimarães	
							Salvador C. Pires de Freitas	
							Antonio Leocadio Vieira	
03/1885	José Alexandrino Dias de Moura	Alexandre José da Silva	Horácio Jucá	Severiano King	Manoel Moitinho	Manoel André	José Teixeira Machado Filho	
							José Adauto da Costa	

⁵¹² Primeiro Conselho Administrativo definitivo

⁵¹³ Assume o cargo até 11 de fevereiro de 1880.

⁵¹⁴ Está na diretoria Sociedade Dramática Abolicionista Recreio Alagoano para o ano 1884.

⁵¹⁵ O cargo passa a ter a denominação de presidente.

						de Lima	João Ferreira de Azevedo Silva	
1885	José Alexandrino Dias de Moura	Manoel Moutinho	José Teixeira Machado Filho	Manoel Simplício do Carmo	Francisco dos Santos Porto	Pedro Tavares da Costa		
07/1885		Adolpho Alencar Guimarães	Horácio Jucá	Gustavo Julio Bittencourt	Antonio Leocádio da Vieira	Salvador Candido Pires de Freitas	Manoel Moutinho	
							João Augusto Passos	
							Francisco dos Santos Porto	
1891 ⁵¹⁶	Leopoldo de Amorim	Antonio Maciel	Joaquim Goulart	Manoel de A. Pinheiro	Manoel Joaquim Guedes	Lima Buarque	Antonio de Almeida	
							Francisco Lamengo	
							Domingos Mello	
11/1891 ⁵¹⁷	Joaquim da Silva costa Junior	Antonio Maciel Pinheiro	João Antonio Loureiro	Pedro Xavier	Manoel Joaquim Guedes		Francisco Lamengo	
							Fauto de Almeida	
							Joaquim Guimarães	
04/1892	Antonio Carlos Maciel Pinheiro,	Francisco Lamengo (substituído por Manoel Archanjo da Silva Antunes)	Antonio José T. Pinto	Possidônio B. de Souza	Manoel Joaquim Diegues		José Magalhães	
							Antonio Souza Almeida	
							Manoel Moreira da Cunha	
06/1892	Maciel Pinheiro	Manoel Antunes	Antonio José Teixeira Pinto	Antonio Cavalcante	Manoel Baptista Braga	João Carneiro Costa	Magalhães da Silveira	
							Adolpho de Alencar Guimarães	
							José Joaquim de Mello	
1893	Cypriano de Barros	Antonio Cavalcante	Fausto de Almeida	Nominando Nicomedes	José Magalhães da Silveira	Julio Fernandes de Araujo	Leobino Xavier da Silva	
							Pedro Xavier de Almeida	
							Alfredo Pereira Rego	
04/1894 ⁵¹⁸	Cypriano de Barros	Leopoldo de Amorim	Ambrósio Lisboa	Alfredo Rego	Ferreira Santos	João Ranulfo	Caetano Lima	
							José Virgílio	
							Julio Lobo	
04/1895	Joaquim da Costa Silva	Arsenio Fortes	Alfredo Rego	José Bezerra Barros	Antonio Murta	Adolpho Figueiredo	Manoel Menezes	Fausto de Almeida
							José Magalhães	Antonio Tito de Vasconcellos Brandão
							Augusto Lobo	Bonifácio Magalhães da Silveira Manoel Vellozo da Silva
04/1896	Joaquim da Silva Costa	Caetano Lima	Fausto de Almeida	Manoel Correia de Araújo Silva	Antonio Murta	Arthur Besouchet	Tito Brandão ⁵¹⁹	
							José Barros	
							Arthur Carvalho	
04/1897	Joaquim da Silva Costa	Antonio Martins Murta	Fausto de Almeida	José Avelino da Silva	Adolpho Figueiredo	Manoel Affonso Vianna	Salvador Costa	
							Arthur B. Carvalho	
							Cassiano Villa Nova	
04/1898	Joaquim da Silva Costa	José Bezerra Barros	Fausto de Almeida	José Avelino da Silva	Adolpho Figueiredo	Carl William Broad	Salvador Costa	
							Vicente Cerqueira	
							? Almeida	

⁵¹⁶ Eleita em maio de 1891, no momento de rearticulação da sociedade, porém não toma posse, provavelmente por divergências e questionamentos internos.

⁵¹⁷ Esta diretoria também não consegue tomar posse pois a eleição foi considerada ilegal, sem amparo administrativo e político.

⁵¹⁸ Herculano Rodrigues assume com o cargo de bibliotecário. Aparentemente, o cargo é extinto em seguida.

⁵¹⁹ Foi logo substituído por José Avelino da Silva

1901			José Avelino Silva						
------	--	--	--------------------	--	--	--	--	--	--

FONTE: Elaboração própria, a partir dos almanaques administrativos relativos a Alagoas; e notas esparsas saídas na imprensa local e nos órgãos de divulgação da entidade.

CONTINUAÇÃO DA TABELA ACIMA, COM NOVA CONFIGURAÇÃO DE CARGOS

Período	Conselho Supremo	Presidente	Vice-Presidente	1º Secretário	2º Secretário	Tesoureiro	Bibliotecário	Comissão Organizadora	Comissão de Sindicância	Arquivista
1913		Torquato Cabral								
1914/5		Arthur Carvalho	Antonio Souza Almeida	Valdemar Von Shosten	Alexandre Soares	1º - Alfredo Cavalcanti Lima "vice" - Otavio Cabral)	1º - Jerônimo Macieira 2º - Erausto Campelo	Julio de Oliveira Castro, Abílio Bastos, Bento Honório Valença		
1916	Antonio Martins Murta, Adolfo Figueiredo, José Bezerra Barros	Bento Valença	José da Silva Barbosa	Santino Silva	Jerônimo Macieira	1º Filadelfo Lessa 2º- Otávio Figueiredo	1º - Manoel Valença 2º - Manoel Costa	Belino Carvalho, José Macário Filho, Julio Costa		Antonio Viveiros
1917		Bento Honório Valença								
03/1918-03/1920		Joaquim da Silva Costa	Francisco Polito	José Avelino Silva	Carlyle Magalhães da Silveira	1º - Fontino França 2º - Eurico Cabral	1º - Adhemar Mendonça 2º - Antonio Magalhães	Paulino Santiago, José Araujo Lima, Julio Martins	Pedro Cotrim, Adolpho figueiredo, Alfredo Cavalcante Lima	Arthur Bulhões

FONTE: Elaboração própria, a partir dos almanaques administrativos relativos a Alagoas; e notas esparsas saídas na imprensa local e nos órgãos de divulgação da entidade.

ANEXO III - DIRETORIAS DA SOCIEDADE INSTRUÇÃO E AMPARO DOS CAIXEIROS DE MACEIÓ

Cargo	Presidente	Vice-Presidente	1º Secretário	2º Secretário	Tesoureiro	Procurador	Comissão de Beneficência	Comissão de Sindicância
1882	Guido Martins Duarte	Benedito de Andrade	Gabriel Jatobá	Américo Passos Guimarães	Manoel Pereira da ____ [?]	José Gomes Pereira	José Maurício Lima Filho, João Per ^a da Cruz, Nemezio Machado	José Vasconcelos Mendonça, Francisco Baptista Bezerra, Luiz Gonzaga de Araujo
1883	Guido Martins Duarte	José Gomes Pereira	José de Oliveira Amorim	Antonio José d'Almeida	Manoel Pereira da Cruz	João Pereira da Cruz	Antonio de Araujo Moraes Cahet, Salustiano Japyassú de Almeida, Benedicto de Andrade	Manoel Félix da Fonseca, José de Vasconcellos Mendonça e Francisco Baptista Bezerra
1884	Guido Martins Duarte	José Gomes Pereira	José de Oliveira Amorim	Antonio José de Almeida	Manoel Pereira da Cruz	João Luiz Honorato de Almeida	Antonio de Araujo Moraes Cahet, Salustiano Japyassú de Almeida, Benedicto de Andrade	Manoel Félix da Fonseca, José de Vasconcellos Mendonça e Francisco Baptista Bezerra

FONTES: Almanques administrativos relativos a Alagoas e Estatutos da Sociedade Instrução e Amparo dos Caixeiros de Maceió. IN: Livro de provisões e estatutos de sociedades beneficentes, literárias e outras (correspondência ativa). (1869 – 1887). L 94, E. 20, [APA].

ANEXO IV - Decreto nº 22, de 13 de novembro de 1891.

DECRETO Nº 22, de 13 de novembro de 1891.

Aprova um artigo de postura da Intendência da Capital.

O vice-governador do Estado de Alagoas decreta:

Art. 1º - Fica aprovado o artigo de postura, apresentado pela intendência do município da capital e que a este acompanha, relativamente ao fechamento das casas comerciais aos domingos e dias santificados.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio do governo do Estado de Alagoas em 13 de novembro de 1891.

Manoel de Araujo Góes

POSTURA A QUE SE REFERE O DECRETO SUPRA

A intendência municipal de Maceió, tendo em consideração o que lhe foi requerido por diversos negociantes e outras classes comerciais desta cidade, resolve criar o seguinte artigo aditivo ao código de posturas municipais:

Artigo único – Fica proibida a abertura dos estabelecimentos comerciais e industriais aos domingos e dias santificados, salvo aquelas casas em que se venderem gêneros alimentícios.

Parágrafo 1º – Os estabelecimentos de gêneros alimentícios de que fala o artigo acima fechar-se-ão ao meio dia dos referidos dias.

Parágrafo 2º – Não se compreendem no presente artigo as farmácias, hotéis, casas de pasto, bilhares, sorveterias, casas de barbeiros e outras semelhantes.

Parágrafo 3º – Os infratores do presente artigo serão multados na quantia de trinta mil réis, e no duplo na reincidência e de conformidade com as demais disposições do código de postura.

FONTE: Decreto nº 22, de 13 de novembro de 1891. Aprova um artigo de postura da intendência da capital. IN: ESTADO DE ALAGOAS. Leis e actos de 1890 e 1891. Maceió: Typ. d'O Nacional, 1893, pp. 97/8.

ANEXO V - Decreto nº 24, de 6 de março de 1905.

DECRETO Nº 24

O dr. Manoel Sampaio Marques, Intendente do Município de Maceió:

- Atendendo à reclamação de negociantes, empregados e auxiliares do comércio no sentido de ser mantido em seu inteiro vigor o artigo único então criado como aditivo ao código de posturas municipais e aprovado pelo decreto estadual nº 22, de 13 de novembro de 1891 referente ao fechamento das casas comerciais aos domingos e dias santificados; e considerando que o Poder Municipal age mui legalmente na esfera de suas atribuições e competências legislando sobre todos os assuntos que interessam ao Município, e não lhe são vedados, expressamente, por lei; considerando ainda que a postura proibitiva da abertura das casas comerciais nos aludidos dias não é atentatória, não fere de modo algum o preceito constitucional que proclama e garante a liberdade de comércio e livre exercício da indústria e profissão; considerando mais que nenhuma lei, básica ou ordinária, inibe o Poder Municipal de regular o exercício da liberdade de comércio e a aplicação da atividade industrial ou profissional, por ser isto consuetâneo [sic] com a ação natural e benéfica dos Poderes Públicos de dirigirem e regularem as relações da vida social em bem da ordem;

Considerando, finalmente, que os efeitos da medida, cuja execução se solicita desta Intendência, não agravam interesses de ordem alguma, atendem às necessidades ordinárias, acatam o princípio legal e satisfazem e se conformam com os costumes tradicionais pátrios, decreta:

Artigo 1º - Fica em inteiro vigor e continua em plena execução o artigo único e seus parágrafos aditivo ao código de posturas municipais e aprovado pelo decreto estadual nº 22 de 13 de Novembro de 1891.

Artigo 2º - O presente decreto será apresentado à aprovação do Conselho Municipal em sua primeira convocação.

Artigo 3º - Revogam-se as leis e disposições em contrário.

Intendência Municipal de Maceió, 6 de março de 1905.

FONTE: Decreto nº 24, publicado no Gutenberg, pós 6 de março de 1905. In: Caderno de recortes de Jornais da Intendência [Apa], s/id/página.

ANEXO VI - Lei nº 4, de 4 de abril de 1913.

LEI Nº 4, DE 4 DE ABRIL DE 1913

O farmacêutico Firmino de Aquino Vasconcellos, intendente do Município de Maceió:

Faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu publico a lei seguinte:

Artigo 1º - Os estabelecimentos comerciais ou industriais de qualquer natureza, fábricas, oficinas, agências e escritórios, podem permanecer aberto das seis (6) horas da manhã às seis (6) horas da tarde; e não poderão abrir, sob pretexto algum, aos domingos e dias feriados, salvo as exceções na presente lei.

Pena: multa de cem mil réis (100\$000) a duzentos mil réis (200\$000) e o dobro na reincidência.

Parágrafo único – Excetuam-se as farmácias e drogarias que obedecem às exigências das leis reguladoras dos serviços de saúde pública.

Artigo 2º - Terão funcionamento especial, mediante licença gratuita dada pelo intendente e segundo as conveniências públicas:

a) Os que já gozarem favores federais, estaduais e municipais;

b) Os negócios que para suprimento dos viajantes permanecerem nas estações de caminhos de ferro e pontes de embarque e desembarque marítimos, hotéis, cafés e sorveterias;

c) As oficinas de jornais;

As casas de diversões, as garagens, cocheiras e casas de banhos públicos;

Artigo 3º - Poderão funcionar aos domingos e feriados e além das 6 horas da tarde, mediante licença paga à razão de cinco mil réis por mês: - as casas de armadores, casas especiais de flores e coroas murtuárias.

Mediante a licença de cinquenta mil réis (50\$000) mensais: as tabacarias e agências de vapores;

Artigo 4º - Poderão abrir aos domingos e dias feriados, das seis (6) horas da manhã até ao meio-dia: - as refinarias, padarias e as casas de venda a retalho de secos e molhados, mediante licenças gratuitas; e prolongarem as horas de trabalho nos dias úteis mediante licença de cinco mil réis (5\$000) mensais: as padarias e refinarias;

Parágrafo único – Nas respectivas licenças será declarado quando o negócio começará a funcionar e a hora terminal do fechamento.

Artigo 5º - Na licença o requerente declarará que se obriga a manter turmas de empregados que se revezem no serviço, de maneira que não excedam a 10 horas de trabalho para cada uma das turmas.

Pena: Multa de 100\$000 a 200\$000 e cassamento de respectiva licença.

Artigo 6º – As contribuições provenientes de licenças e multas na presente lei, serão escrituradas num caixa especial para o fim exclusivo de reverterem totalmente para a construção de um prédio e a criação e manutenção de uma biblioteca e uma exposição permanente de produtos de fabrico do Estado.

Artigo 7º - No pedido de licença deve o requerente declarar os nomes dos empregados que constituem as respectivas turmas, bem como a idade e a naturalidade.

Artigo 8º - As licenças não serão concedidas desde que nas turmas de empregados seja admitidos crianças ou menores de 10 anos de idade.

Artigo 9º - As demais casas ou estabelecimentos compreendidos no artigo 1º, inclusive os estabelecimentos de fazenda e armazéns no Mercado Público, e não exceptuados por esta lei, poderão mediante licença prorrogar a hora terminal do fechamento, somente nos dias úteis, cumprindo as exigências da presente lei.

Estas licenças custarão 200\$000 mensais.

Artigo 10 – Compreende-se como feriado para os efeitos da presente lei, os dias 24 de fevereiro, 13 de maio, 7 e 16 de setembro e 15 de novembro.

Artigo 11 – Revogam-se as disposições em contrário.

Intendência Municipal de Maceió, 4 de abril de 1913.

FIRMINO DE AQUINO VASCONCELLOS – intendente.

FONTE: Lei nº 4, de 4 de abril de 1913. In: Diário Oficial do Estado de Alagoas, ano II, nº 331, 9 de abril de 1913, p. 7.